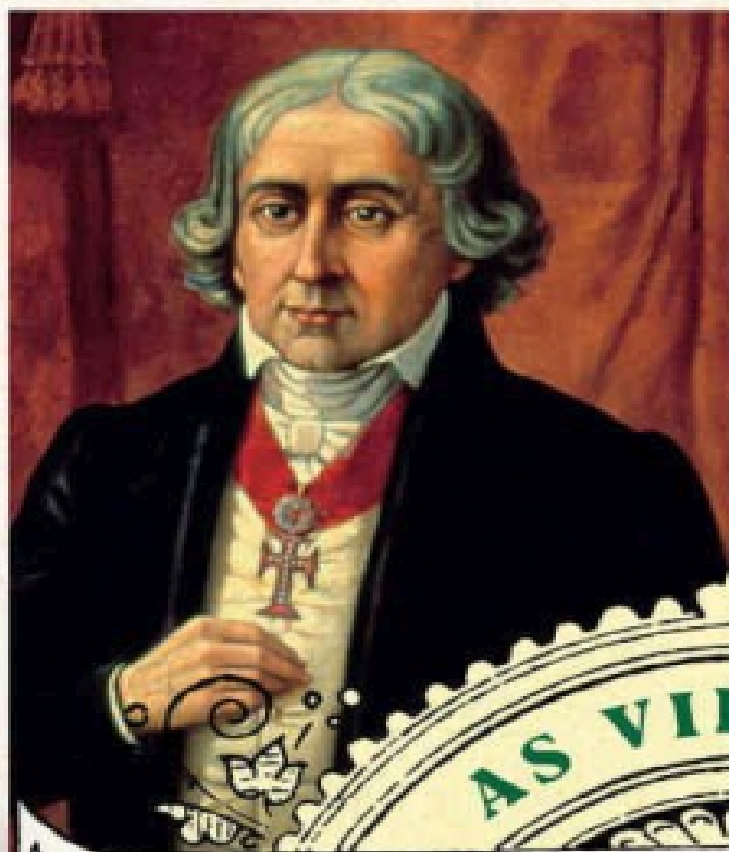
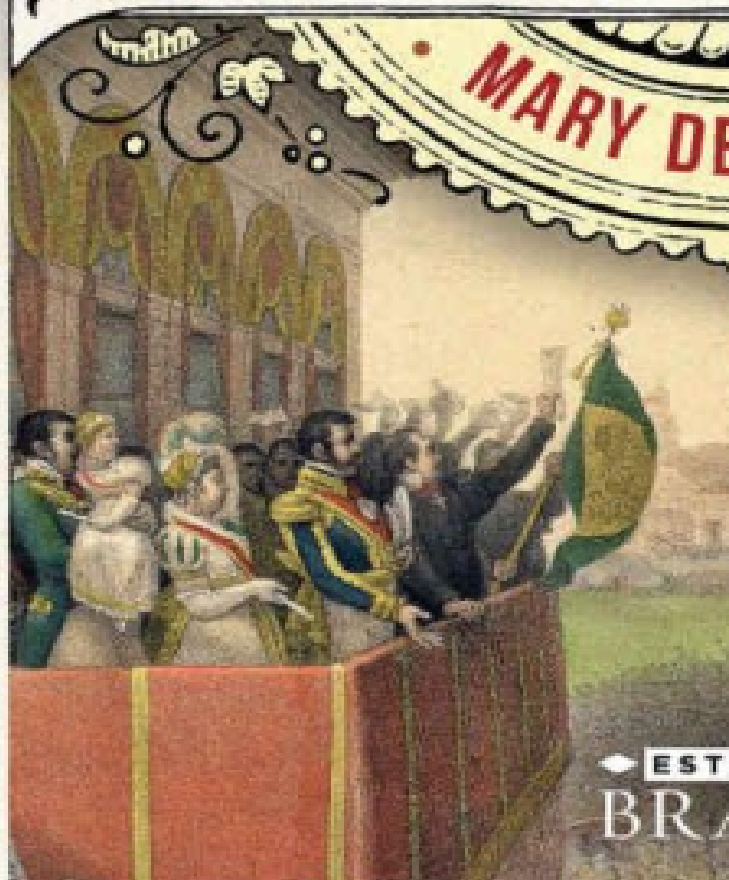




AS VIDAS DE

JOSÉ BONIFÁCIO

MARY DEL PRIORE



ESTACAO
BRASIL



DADOS DE ODINRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [eLivros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

Sobre nós:

O [eLivros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [eLivros](#).

Como posso contribuir?

Você pode ajudar contribuindo de várias maneiras, enviando livros para gente postar [Envie um livro](#) ;)

Ou ainda podendo ajudar financeiramente a pagar custo de servidores e obras que compramos para postar, [faça uma doação aqui](#) :)

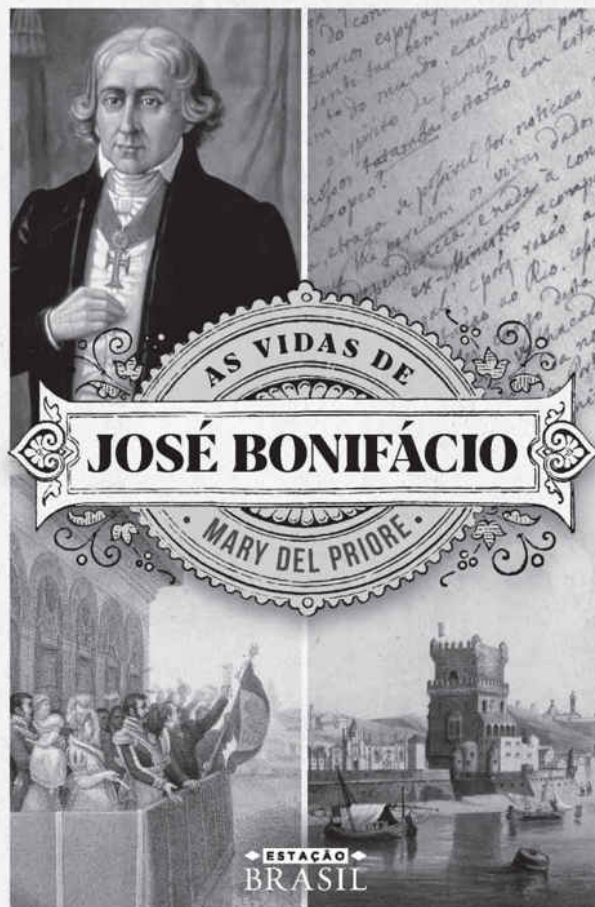
"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e

poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

eLivros.love

Converted by [ePubtoPDF](#)





Copyright © 2019 por Mary Del Priore

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores.

edição: Pascoal Soto

preparo de originais: Hermínia Totti

revisão: Luis Américo Costa e Taís Monteiro

capa: Victor Burton e Anderson Junqueira

projeto gráfico e diagramação: Ana Paula Daudt Brandão

foto da autora: © Bel Pedrosa

adaptação para e-book: Marcelo Moraes

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P954v

Priore, Mary del
As vidas de José Bonifácio [recurso eletrônico]/ Mary Del
Priore. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
recurso digital

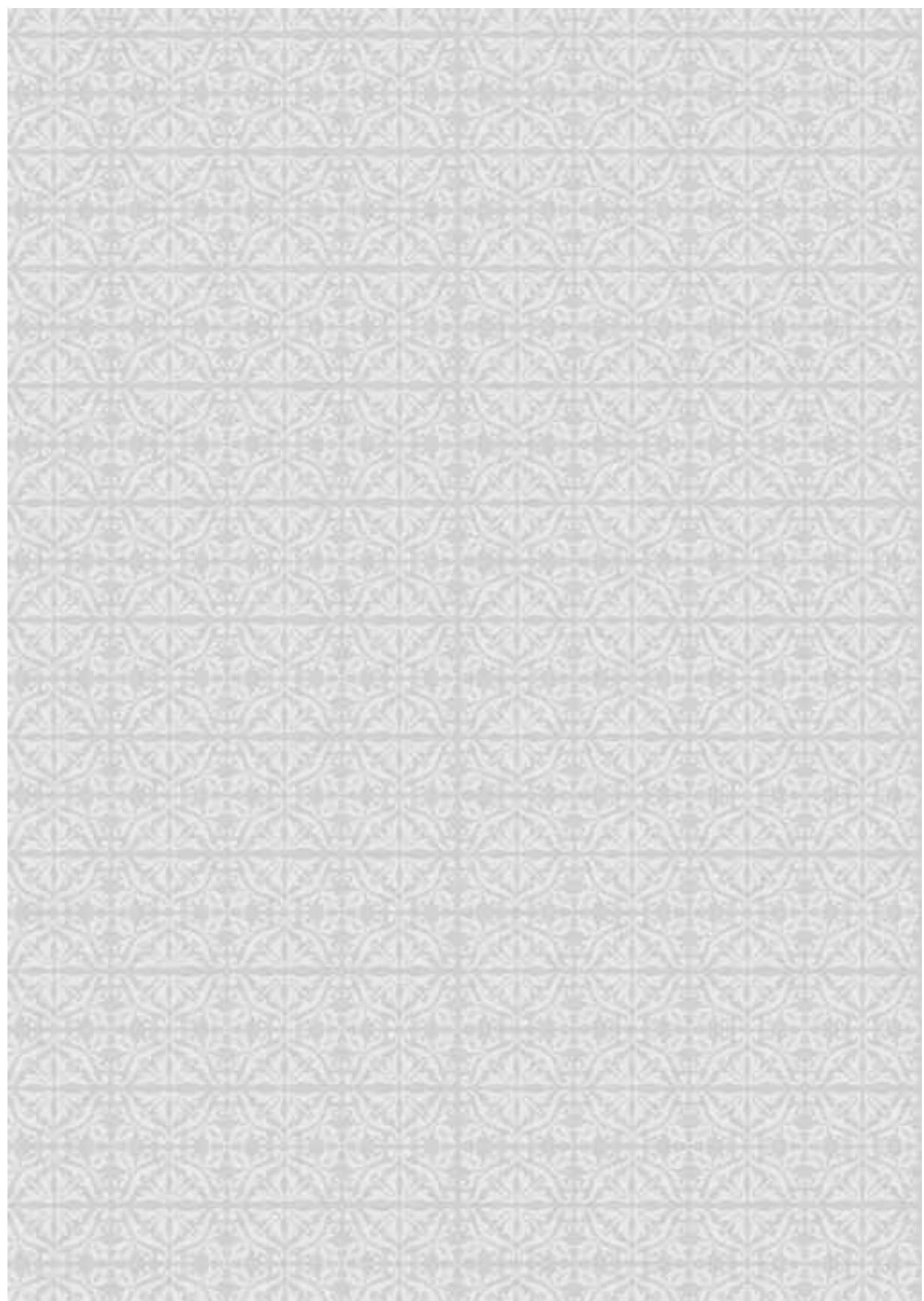
Formato: ePub
Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-5608-045-5 (recurso eletrônico)

1. Silva, José Bonifácio de Andrada e, 1763-1838. 2.
Estadistas - Brasil - Biografia. 3. Livros eletrônicos. I. Título.

19-
54852

CDD: 923.20981
CDU: 929:32(81)

Todos os direitos reservados, no Brasil, por
GMT Editores Ltda.
Rua Voluntários da Pátria, 45 - Gr. 1.404 - Botafogo
22270-000 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2538-4100 - Fax: (21) 2286-9244
E-mail: atendimento@sextante.com.br
www.sextante.com.br



Sumário

PARTE I

No princípio era a terra: infância e juventude
Rumo ao “reino mais ignorado de todos os países da
Europa”
Tempos de viver e outros tempos
Retorno ao Reino da Estupidez

PARTE II

A volta do cavaleiro melancólico
Ventos de mudança
Nuvens no horizonte

PARTE III

“Confissões de um filho do século”
Inverno e inferno da vida

Caderno de imagens
Cronologia

Agradecimentos

Bibliografia

Créditos das imagens

Sobre a autora

Sobre a Estação Brasil

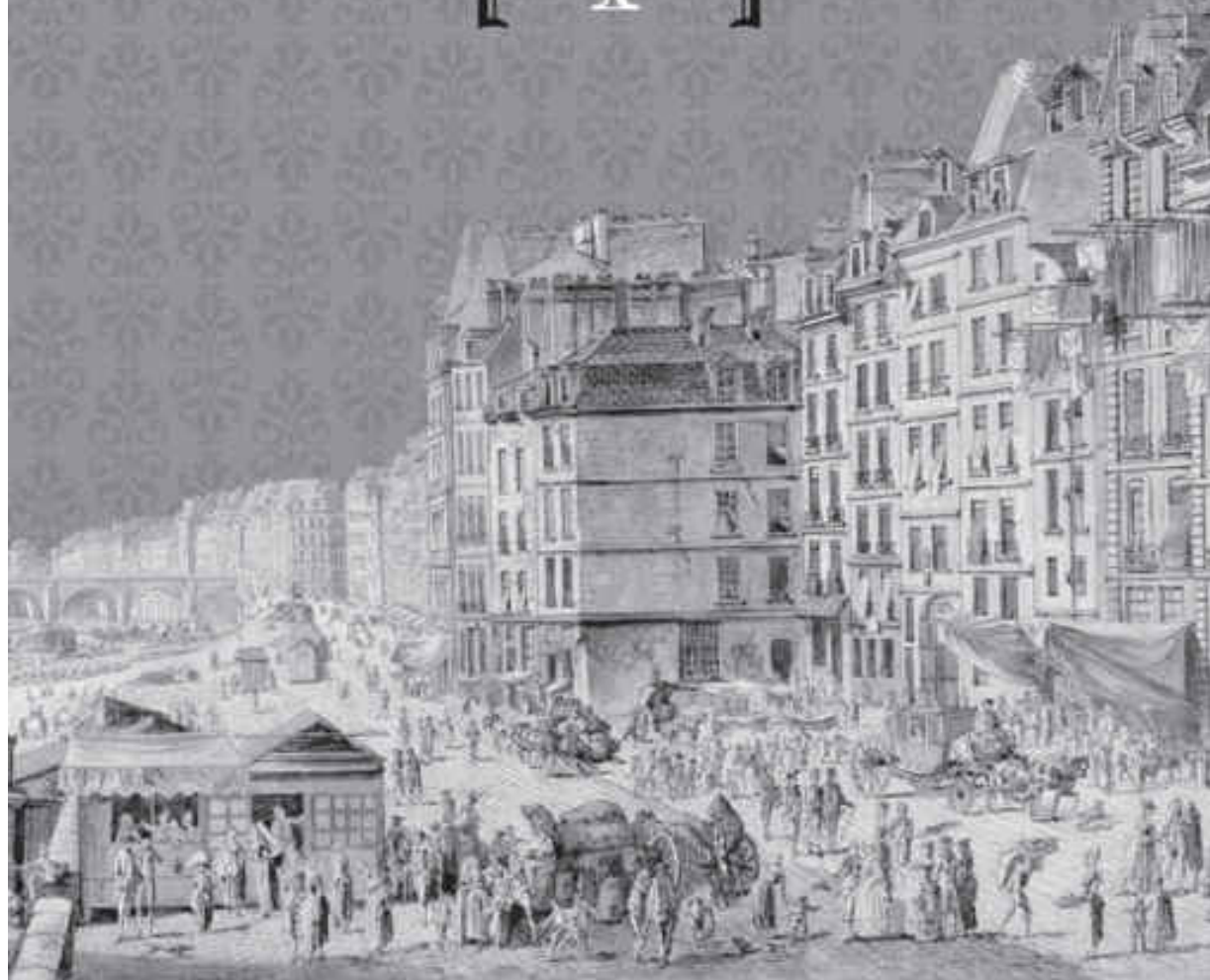


O homem viu muitas mulheres chorarem. Conhecia todas as lágrimas: as boas e as más. As santas e as pecadoras. Mas ignorava a dor de uma mãe que perdesse o filho. Um filho que, além de linda criança, representava uma coroa. A coroa de um futuro império. Ele ouviu alguém murmurar a frase que lhe pareceu bruta: “Viva o anjo!” Coisa de “tatambas”, pensou. Coisa de gente atrasada. O corpinho repousava na bandeja coberta de flores. Fechados, os olhos azuis não refletiam o mundo que a criança começava a descobrir. Grupos de círios acesos, colocados em profusão, faziam brilhar as flores e os vidrilhos entre os quais não se distinguia o menino morto, fantasiado de anjo e deitado num pequeno leito de tafetá branco e azul-céu, guarnecido com debruns de prata. Os pés foram calçados com sapatinhos de cetim e ele trazia um ramalhete, atado às mãozinhas. O rosto descoberto foi pintado das mais vivas cores e o penteado, acrescido de uma peruca bem empoada, coroada por uma enorme auréola feita de placa de ouro e prata. Um dia, ninguém sabe por quê, sobreveio aquela febre, e logo as convulsões, que só pararam quando ele se inteiriçou num último arranco e amoleceu, morto! A impressão dos pequenos membros frios e enrijecidos lhe ficou nos dedos. O pai do menino, chorando, fez um pedido relativo ao túmulo do pequeno. Ainda tinha frescas as palavras: “Meu José. O epitáfio que deveria ser aberto sobre o caixão do meu querido filho, emende-o se não estiver

bom, porque lhe dá esta autoridade este seu amo e amigo.”

Sentiu-se envelhecido. O pai do menino era moço. Era D. Pedro. Seu primogênito chamava-se João Carlos. A mãe lacrimosa, a arquiduquesa Leopoldina. Um dia ele também foi jovem e partiu para um continente velho, para o “Antigo Portugal”. Agora velho, voltara para um continente moço, o “Novo Portugal”. Trinta e seis anos tinham se passado. Era um homem entre dois mundos e entre dois tempos. Entre tempos que se entrelaçaram. Dos fatos que o cercavam não podia descrever toda a realidade, mas escreveu à sombra de muitos acontecidos.

PARTE
I





*Paris, seu porto de trigo e outros grãos;
a natureza a serviço da produção e do comércio.
Ao fundo, a Ponte Notre-Dame.*

No princípio era a terra: infância e juventude

Ele nasceu no dia 13 de junho de 1763, na vila de Santos, sem fadas à volta do berço. Abriu os olhos na Rua Direita, a mais importante do povoado, numa das setenta casas ali plantadas. Passou a primeira infância à sombra do Forte de Nossa Senhora de Monserrate, à beira do porto e guarnecido com onze canhões enferrujados. Com a família e a caminho da missa, cruzou o Largo da Matriz para, reverente, entrar no Colégio dos Jesuítas, o de São Miguel, de cuja torre o som do sino anunciava nascimentos, mortes e incêndios. Por trás de pesados muros erguidos no século XVI, a sacristia, a varanda térrea, a casa dos leigos. Quando soprava o vento, o fedor da Rua dos Curtumes, ali ao lado, lembrava que os couros eram tratados com urina de boi. Dois ribeiros oleosos e escuros, o do Carmo e o do Desterro, transportando os detritos da planície litorânea, empurravam ao mar jangadas e embarcações. Mangues e canais fervilhavam de bichos. Ao fundo, a muralha verde da Serra do Mar; e, à frente, as praias onde quebravam as ondas e onde pescadores e seus pescados combatiam todos os dias. Do alto do Outeiro de Santa Catarina, do qual se avistava a vila inteira, descia o despenhadeiro pontuado por pequenas árvores. Do outro lado da cidade, as duas

alfândegas, a Velha e a Nova: nomes pomposos para simples barracões. De longe, via-se o Mosteiro de São Bento, com seus três arcos e a torre oriental. A vila respirava vida religiosa. Como os tios, seria padre ou os tempos lhe reservavam outro ofício?

Descendente de antiga família do Minho e de Trás-os-Montes, “dos senhores d’Entre-Homem e Cavado”, parente dos condes de Amares e marqueses de Montebelo, “tidos entre os melhores fidalgos de Portugal”, seu avô, o coronel José Ribeiro de Andrada, ocupou rendosos ofícios, realizando o sonho de todo reinol na colônia: administrou o contrato da dízima da Alfândega do Rio de Janeiro e de Santos até 1721. Foi escrivão da Matrícula, Almoxtarifado, Alfândega e Fazenda Real, cargo atribuído por biógrafos, mas inexistente na lista da administração colonial. Foi capitão de infantaria da Ordenança de Santos, posteriormente promovido a coronel. Em tudo se comportou “com boa satisfação, inteligência e limpeza de mãos”, recebendo não só altos emolumentos, como “todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas”. Enricou, mas depois morreu pobre, numa casinha pegada ao sobrado do filho Bonifácio José.

Seus filhos também correram atrás de cargos. O mais velho, José Bonifácio de Andrada, depois de ter estudado ciências físicas e médicas em Coimbra, foi nomeado médico oficial e instalou clínica própria até ser nomeado pela Municipalidade, em 1748, médico do Presídio e Guarnição da Praça. A seguir, Tobias, que também estudou em Coimbra, voltou como tesoureiro-mor da Sé Episcopal de São Paulo. Por sua vez, João Floriano, “gramático e filósofo”, já não seguiu para a metrópole, contentando-se em tomar as ordens. Bonifácio José foi empurrado pelas circunstâncias para o que alguns biógrafos chamam de “vida prática”. Casou-se aos 32 anos, em 1758, com D. Maria Bárbara da Silva, filha de portugueses, com quem teve dez filhos, quatro mulheres – uma das quais morreu logo após ser batizada – e seis homens, entre os quais José Antônio, que,

quando de sua crisma, trocava o nome para José Bonifácio. Bonifácio José ganhou como cunhado um médico, o escrivão da Alfândega, Manuel Fernandes Souto. Todos “limpos de sangue”, ou seja, ninguém “maculado” por união com índios, negros ou judeus.

Contam que Bonifácio José teve vários empregos públicos, como o de almoxarife da Fazenda Real de Santos, a cujos proventos somou rendas vindas de imóveis comprados na cidade e de terras onde seus escravos lavravam café, cana e arroz. Sua fortuna ombrearia com a do sargento-mor de Ordenanças João Ferreira de Oliveira, negociante atacadista, ou a do negociante Antônio Gonçalves Ribas, “familiar”, ou seja, pessoa que prestava serviços aos inquisidores do temido Santo Ofício na colônia. Na lista censitária de 1765, ele detém a segunda fortuna da vila. Na de 1775, aparece com um grande plantel, 27 escravos, e dono de uma única fazenda. Aos cargos públicos somar-se-iam os negócios privados. Personagem inatacável? Não. Em 1777, o governador e capitão-general Martim Lopes o promoveu ao posto de coronel do Estado-Maior dos Dragões Auxiliares “por ser paulista das principais famílias da vila de Santos” e “ter posses para sustentar o posto com luzimento”. Mas logo retrocedeu. No ano seguinte, escreveu à rainha de Portugal, D. Maria I, pedindo a não confirmação do ato por considerar Bonifácio José “o único oficial que, esquecido de seus deveres, se não aprontou [...] pelo que me parece não é digno de que Vossa Majestade lhe confirme a patente que lhe conferi, além de outros motivos que a modéstia cala”.

Fumos de fidalguia, como queriam alguns biógrafos dos Andradas? Nenhum título de duque, marquês ou conde, ou “prerrogativa de grandeza”, que consistia em não tirar o chapéu e poder sentar-se na frente do rei. Os membros da família faziam parte do que o verbete do *Vocabulário português e latino* do padre Bluteau chamava de “Estado do Meio”: feito de gente que andava a cavalo e servia-se de criados. Era preciso, porém, que mantivessem um estilo de

vida nobre. Tudo indica que Bonifácio José, “esquecido de seus deveres” e “por motivos que a modéstia cala”, escorregou para o estado inferior. Não se encontra o nome dos Andradas entre os grandes plantadores de cana ou mesmo entre os grandes rentistas da vila nas listas censitárias subsequentes. Bonifácio José ou seu pai jamais portaram o Hábito de Cristo, condecoração dada pelo rei em troca de bons serviços, nem foram familiares do Santo Ofício, pois o cargo exigia dinheiro. A seleção dos familiares era feita entre pessoas que levassem uma vida abastada, pois lhes eram exigidos deslocamentos e viagens por conta própria. Era comum que membros da elite mercantil se habilitassem para tal função. Mas não os Andradas, que também não recebiam tratamento diferenciado, como ser chamado de “Senhor” nos despachos e requerimentos. O que lhes sobrava? A cor da pele. Pois, na colônia, a distinção entre nobres e plebeus estava borrada pela escravidão. Já dizia Domingos do Loreto Couto, cronista da época: “Não é fácil determinar nestas províncias quais sejam os homens da plebe, porque todo aquele que é branco na cor entende estar fora da esfera vulgar.” Ser alvo era ser nobre.

Além de “alvos”, tinham negócios como tantos outros comerciantes, negócios que ligavam o litoral ao planalto graças à estrada aberta até a vizinha São Vicente e ao caminho que levava de Cubatão a São Paulo, cortando a Serra de Paranapiacaba. Mais tarde, a construção da “calçada de Lorena” – estrada de pedras que recebeu o nome de seu idealizador, o fidalgo Bernardo José Maria de Lorena e Silveira, governador da capitania de São Paulo – intensificaria as transações. Pouco a pouco, a relação com São Paulo resultou num deslocamento da cidade para os terrenos mais próximos a Cubatão, facilitando a chegada e a partida de mercadorias. Até o ano de 1789, o porto de Santos acolhia bergantins, sumacas, corvetas e lanchas procedentes de Ubatuba, Rio de Janeiro, Bahia, São Sebastião, Iguape e Rio Grande do Sul. As embarcações cruzavam escaleres com remeiros carijós, encarregados de

levar informação entre a fortaleza de Bertioga e o governo na Praça de Santos. No fim do século XVII e ao longo do XVIII, a Praça já tinha sua comunidade mercantil.

Se, séculos antes, muitos homens deixavam Santos em razão da busca pelo ouro, da caça aos índios e de expedições pelos sertões, agora passavam de predadores a comerciantes. Multiplicavam-se “lojas de mercadores”, “vendas” e quem dissesse “viver de negócios”. Buscavam no Rio de Janeiro produtos e “fazendas” e, em Viamão, tropas e gado para vender a carne ou transportar produtos. Iam a Minas, vender açúcar e panos de algodão. O dinamismo era acelerado pela presença de reinóis e imigrantes que passavam pelo planalto a caminho de Cuiabá e Goiás, ainda buscando ouro. Nesses sertões, os santistas vendiam boiadas, toucinho, aguardente, calçados, drogas e remédios, armas, azeite, vinagre e vinho.

Fazia tempo que novas casas comerciais haviam se estabelecido na região situada no atual bairro do Valongo, fazendo desse local o mais movimentado da vila. Mas, desde o início do século XVIII, os agentes comerciais residiam, sobretudo, na Sé, concentrando-se na área mais central da cidade. Nela estavam localizadas as duas ruas principais – Direita e São Bento –, que se cortavam no cruzamento denominado Quatro Cantos. Cobiçado e disputado pela elite, era o local escolhido, no período colonial, para a construção de arcos enfeitados para recepcionar autoridades eclesiásticas e civis. Também era de lá que partiam os desfiles de andores com santos e devotos pela Rua Direita em direção ao Pátio do Colégio, edificação que, após a expulsão dos jesuítas, sediou o Palácio do Governador. Ponto de encontro de procissões na Semana Santa e local da reza pública do terço, em frente a um nicho com a imagem de Santo Antônio, as Ruas Direita e São Bento compunham os dois lados do chamado “Triângulo”, que se completava com a Rua do Rosário e cujos vértices, à beira de terrenos escarpados, eram ocupados pelos edifícios religiosos mais importantes

daquele tempo – São Bento, São Francisco e Carmo.

Quando nasceu José Antônio, mais tarde Bonifácio, a população da vila não ultrapassava 1.500 almas, segundo recenseamento ordenado pelo governador Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus. As ruas ainda enchiam com a subida das marés e as águas que desciam dos morros para a planície obrigavam os transeuntes a andar sobre alagadiços. Particulares construíam pontes de pedra e cal para poder transitar, sendo por isso recompensados por el-rei. Na Rua da Praia equilibravam-se casas sobre palafitas. Na Travessa do Parto brilhava, noite e dia, uma lâmpada de azeite em devoção a Nossa Senhora do mesmo nome. Na Rua dos Quartéis erguia-se o Hospital Militar, “açougue da humanidade” na avaliação de um governador. Mas ele tinha uma vantagem sobre outros: era lavado algumas vezes vez por ano. Os pobres? Estes se amontoavam em casinhas de janelas estreitas, na Travessa da Banca do Peixe. A economia da colônia oscilava entre depressão e prosperidade. Acomodados ao declínio da mineração, os santistas investiam na agricultura, especialmente na produção de gêneros básicos e em novos itens de exportação como aguardente, café, arroz e farinha de mandioca. Havia muita terra na mão de poucos e até mesmo proprietários que, ao se aventurar em busca de ouro em Minas ou Goiás, deixavam as suas para trás, sem nunca mais voltar. Os Andradas não eram nem uns nem outros. Correios para melhorar as comunicações? Só no fim do século XVIII, quando Bonifácio, homem feito, já estava do outro lado do Atlântico.

Em criança, José Antônio via circular escravos, indo e vindo entre as plantações de açúcar ou empurrando carrinhos construídos de pranchas de pau sobre rodas, nos quais eram conduzidas as mercadorias. Via-os, seminus, sobre os lanchões que levavam pelos rios jacás, canastras e barris cheios do “ouro branco”, tantas vezes fraudado no peso e na qualidade. Na Armação de Bertioga, ajudavam a fabricar óleo ou “azeite de baleia” e, nos trapiches,

carregavam e descarregavam fardos. Carga pesada? Essa era para os “negros de cesto”. Ele os observava vendendo peixe seco, legumes e frutas de porta em porta, tabuleiros à cabeça, as mulheres levando roupa para lavar, oferecendo serviços e ganhando o “*jornal*” para seus donos, que eram pequenos funcionários da administração pública ou viúvas remediadas. O pequeno comércio de rua era uma tradição trazida da Costa do Marfim que permitia, sobretudo às cativas, viver com seus familiares, longe dos olhos de seus senhores. Apesar de visíveis, havia, então, menos cativos em Santos do que em outras partes da capitania. E, tal como em outras localidades, podia-se comprá-los fiado.

A feição portuária que a pequena vila ia tomando a distanciava da lavoura bem-sucedida que se via em Iguape ou Ubatuba. A cidade não tinha só senhores, fossem brancos, pardos ou mulatos, e mesmo ex-escravos. Os artesãos traziam para as ruas o barulho vindo de suas tendas: latoeiros, pintores, tanoeiros, sapateiros, marceneiros, carpinteiros, calafates, muitos deles trabalhando nas naus que aportavam em Santos. Alfaiates, ourives, tiradores de pedra, carneiros manuseavam seus instrumentos de trabalho com perícia. Mãos hábeis reviravam os panelões “para dar comes aos forasteiros”. Outras faziam rendas, costuravam, bordavam, tingiam panos, curtiavam couros, fabricavam tamancos. “Viver de suas agências”, ou seja, prestar serviços numa cidade portuária, era atividade de muitos. Cadeirinhas e banguês levando a gente distinta cruzavam pelas ruas com porcos, cães magros e galinhas.

Pelas ruas também os pobres soldados da Guarnição de Santos, que não tinham camisas nem sapatos, andavam descalços expondo ao sol as costelas mal cobertas. A comida, como o armamento, era escassíssima. Suas espingardas, de feitios diferentes, tinham a boca tão pequena que era difícil arranjar-lhes balas entre as existentes no depósito. Os inimigos espanhóis já avançavam pelo litoral sul e tinham tomado Santa Catarina. Mas o

fardamento para as tropas de São Paulo só chegaria em 1792, por obra do vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza. Bonifácio já não estaria mais lá.

Quando ele deu as costas a Santos, o vilarejo começava a desabrochar. Somente no fim do século XVIII, seu porto, seus produtos e a vida mercantil lhe trariam fortuna, fazendo brotar novas ruas como a do Rosário ou a Josefina. Ruas por onde passariam mais e mais cativos, pois o tráfico de africanos também aumentava na cidade. E, no início do século XIX, tanto seu perfil mercantil quanto a presença de escravos cresciam, enquanto o porto se internacionalizava.

Quando era “mínimo”, nome que se dava às crianças pequenas, José Antônio teve que resistir às doenças que brotavam nos manguezais. Santos era um criadouro de mosquitos e, como em todo porto, ali desembarcavam doenças vindas dos quatro cantos do mundo. Morava em um sobrado e cresceu entre nove irmãos. No andar de cima, o pai tratava de negócios e agências. O corredor estreito e abafado levava às camarinhas. Embaixo, graças às quatro janelas, a sala se abria para a Rua Direita. Mobiliário pouco. É provável que tenha aprendido as primeiras letras nas páginas de *O despertar cristão* ou no *Ramalhete espiritual*, dos poucos livros conhecidos das mães, as primeiras mestras. Como tantos, ele brincou de “argolinhas”, participou do Natal do Menino Deus no Colégio dos Jesuítas, adormeceu com medo das assombrações que habitavam a Pedra da Feiticeira. Aprendeu as primeiras letras da gramática latina com um caixeiro do pai, ou um “mestre”, como se fazia desde a expulsão dos padres jesuítas. Sua meninice foi curta. Aos 7 anos, como tantos outros garotos, teve os cachos cortados, oferecidos ao Senhor dos Passos para a cabeleira do dia de procissão. Deixou de comer à mesa com os adultos e passou a ser castigado por todos: pai, mãe, tios, padrinhos. Uma espécie de pedagogia sádica à base de vara de marmelo, exercida dentro de casa pelo patriarca, pelo padre-mestre ou pelo capelão, era o tratamento usual com os filhos machos. Educar era um

processo cru. Ensinava-se o latim, a gramática, a doutrina e as boas maneiras, conservando-se enorme distância entre o homem e o menino. Que desaparecesse da sala, se havia conversa de adultos. Tinha que responder em voz baixa, guardando deles uma distância subserviente, subordinada. Que brincasse sem fazer barulho.

Aos 14 anos, despediu-se do pequeno vilarejo e rumou para São Paulo, agora não mais José Antônio, mas, talvez por influência do pai, com nome trocado para José Bonifácio. Como o jovem Bonifácio, a capital também crescia. O planalto e os campos curitibanos acenavam aos homens vindos do reino, sobretudo do Minho. Tios atraíam sobrinhos. Pais embarcavam filhos que cruzariam o Atlântico. O comércio com Minas Gerais pressionava a vinda de africanos que então substituíam os “negros da terra”, os índios, nas plantações. A população se multiplicava rapidamente. Tal como em Santos, eram os portugueses e seus descendentes que detinham o poder político e econômico. Houve mesmo integrantes da aristocracia reinol com investimentos no planalto, pois a riqueza atravessava o mar para se multiplicar com mais rapidez que as naus que traziam imigrantes. Enriqueciam os homens de negócios, mas também cresciam as grandes fortunas nas mãos dos senhores de engenho de cana que ocupavam os cargos da Câmara. Eles tinham imunidade, se correspondiam diretamente com o rei e recebiam propina quando participavam de cerimônias religiosas. Mercadores respeitáveis começavam a ter cargos na Santa Casa de Misericórdia, na Ordem Terceira da Penitência de São Francisco e no Juízo de Órfãos. Casamentos dentro das famílias garantiam a concentração de riqueza que doravante agregaria aquela proveniente dos negócios. Pouco a pouco, comerciantes endinheirados tinham maior chance no estreito mercado matrimonial. Todos se tornavam parentes, amigos ou inimigos. E tudo sob as bênçãos do governador-geral, o Morgado de Mateus, que apostava no desenvolvimento agrícola e comercial da capitania.

Pelas ruas, podiam-se comprar desde meias de seda preta, pentes de marfim e canivetes de molas até louça alemã, joias de ouro, tecidos da Bretanha, tesourinhas, sabonete e pólvora. Das janelas escapava o chiado dos teares em que as mulheres fiavam enquanto conversavam. Nas tavernas, encontrava-se aguardente da terra e do reino. Nas quitandas, ovos, feijões, legumes e frutas. Não poucos senhores eram fiadores de “casas de vendagem” para suas escravas. Outros exploravam a venda de produtos em tabuleiros, com os quais elas percorriam os caminhos e que, à noite, alumiam com velas. Os pregões enchiam os ares: “Mãe-benta, fiaí-me um bolo!” Na saída da cidade, prostitutas ofereciam seus serviços nas “casinhas”. Não se sabe se o rapaz teria tido sua iniciação sexual aí. Mas, na capital, Bonifácio certamente viu funcionar uma fabulosa teia de negócios e poderes. Era preciso se preparar para participar dela. Honra e sucesso eram ideais a serem alcançados. Não havia mais preação de índios bravos nem ouro por descobrir. Terras e escravos ele não possuía. Seria preciso alcançar, como seu avô, cargos na Corte ou nos ministérios, sem esquecer as razões históricas dessas possíveis prerrogativas: a capitania estava se organizando administrativamente. Era urgente preencher cargos reais.

Na capital, esteve aos cuidados de frei Manuel da Ressurreição, bispo que reabriu o Seminário Episcopal para aulas de lógica, ética e retórica, onde lecionava pessoalmente a língua francesa. Na Sé, as missas eram de grande solenidade. Celebradas com estardalhaço, as festas de santos acabavam muitas vezes em “mascaradas” que juntavam escravos, índios e brancos pobres em algazaras que incomodavam as autoridades. Frades e fradinhos de até 4 anos, no hábito de São Francisco, acompanhavam enterros e procissões de São Sebastião e Corpo de Deus, alimentando o prestígio da cidade. Nessas ocasiões, mandava-se limpar as ruas, que eram atapetadas com folhas odoríferas, rebocavam-se de branco as casas, e padeiras e quitandeiras executavam “sua dança

costumada”. Filas de anjos e tocheiros das Ordens Terceiras e Irmandades, a cavalgada de São Jorge, personificado no Casaca de Ferro, envergando armadura de papelão pintado, chapéu com pluma branca e lança em riste, as folias do Espírito Santo com músicos barulhentos no peditório para a festa agitavam a vida social. Quem faltasse às festas pagava multa.

O estudante desajeitado, o adolescente curioso experimentava pela primeira vez o ar vivo os passeios sem destino, a liberdade. Teria estudado muito, nosso jovem Bonifácio? Dificilmente. Havia pouquíssimos livros disponíveis. “Livros de ler de letra redonda” foram apenas 55 em toda a cidade até o início do século XVIII. Leituras “iluministas”, como estavam em moda na França ou na Inglaterra? Nada. Mas sim *Horas de rezar em linguagem*, o *Tratado da prática de aritmética*, a *Arte da gramática* ou as novelas de Cervantes. Antes de morrer, o ricaço Guilherme Pompeu de Almeida doou ao Colégio dos Jesuítas sua biblioteca, dispersa, porém, quando foi extinta a Companhia de Jesus, em 1767. Nas tendas dos mercadores de fama, nada de livros até o primeiro quarto do século XIX. E professores? Em 1776, havia um único mestre régio ou professor público. Em 1798, quando Bonifácio já deixara o Brasil, eram somente três professores: de retórica, de filosofia e de gramática. Exames e avaliação na frente de inspetor de estudos, só a partir de 1803. Mas ele já tinha partido.

Até então, o estudo da filosofia era feito num livro antiquado, modelado pelas teorias de Bruckner, como constatou o viajante Von Martius ao passar pela cidade em 1818. Nessa época, segundo ele, apenas duas coleções de livros existiam no lugar: a do Convento dos Carmelitas e a do “venerando bispo”. Esta última com algumas obras históricas e velhos clássicos que poderiam representar um meio regular de instrução para os jovens seminaristas. Foi sobre elas, tão poucas que nem davam uma biblioteca, que Bonifácio se debruçou. A vida literária também não existia.

Nada de academias como a dos Renascidos, dos Felizes, dos Seletos ou a Arcádia Ultramarina, da Bahia ou do Rio de Janeiro, com seus poetas e trovadores. Apenas o linhagista Pedro Taques, que escreveu *Nobiliarquia paulistana*, e frei Gaspar da Madre de Deus, que, entre Santos e a Rua do Carmo, em São Paulo, redigiu as *Memórias para a história da capitania de São Paulo*.

Ser ou não ser padre, essa era a questão, mas já havia muitos entre os Andradas. Melhor a vida de estudante, feita de “orgias e libações”, farras e bebedeiras. De amores de juventude, que lhe inspiraram poemas ingênuos:

*Dermina, esses teus olhos soberanos
Têm cativado a minha liberdade
Mas, tu, cheia, cruel, de impiedade
Não deixas os teus modos desumanos.*

Se o menino faz o homem, o que viria a se formar gostava de mulheres e “pandegarias”.

Bonifácio estava em São Paulo quando morreu o rei, D. José I. A notícia demorou três meses e meio até chegar à capital. Ele ouviu dobrarem os sinos nas igrejas, manteve-se enclausurado por três dias, a portas e janelas fechadas, e foi obrigado a ficar de luto por um ano e seis meses como todos os moradores da cidade. Mas, aos 17 anos, não se sabe se voltou a Santos para ir por mar ou se tomou a estrada que cruzava o vale do Rio Paraíba na direção do maior porto da colônia: o do Rio de Janeiro.

Se Santos tinha poucos escravos em comparação a outras vilas, o porto da capital recebia milhares deles por ano. A cidade regurgitava de negros. Falares diversos, fisionomias cujas marcas de nação contavam histórias, cuidadosos penteados que denotavam estado civil e pertença a determinado grupo religioso, os panos da Costa, o porte de amuletos, joias ou chinelas iriam impressionar o jovem Bonifácio. Desembarcados dos “negreiros” na

Alfândega, ao lado do palácio do vice-rei, o marquês do Lavradio, eram conduzidos em barcos até a região do Valongo, onde ainda não havia desembarcadouro. Um mercado de gente estava sendo erguido ali por ordem do mesmo vice-rei, que não suportava vê-los pelas ruas, nus e adoentados, recém-chegados da costa africana. Na cidade, tudo era horivelmente sujo, fétido e abandonado. Cercado de manges e charcos, o burgo sofria com a falta de água e de higiene.

Nessa época, segundo um viajante francês de passagem, “o Rio de Janeiro não era grande”. Não por falta de espaço, pois na parte de trás da cidade havia um agradável prado, rodeado de montanhas. O centro urbano, contudo, se concentrava bem na frente da Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, ou seja, no Largo do Paço ou do Carmo, também conhecido como Terreiro da Polé, porque aí se erguia o pelourinho, temido por ser o local de castigo de ladrões e escravos. A rua mais frequentada, onde se encontrava o maior número de estabelecimentos comerciais, era então chamada pelos habitantes de Rua Grande, pois, bastante larga e comprida, permitia a passagem de até três carruagens ao mesmo tempo. O Convento de São Bento, cuja igreja era considerada a mais bonita, estava situado no fim dela. No extremo oposto, se achava o Convento dos Jesuítas. “No meio da rua principal, do lado do mar, situa-se a casa do governador, que”, conta-nos o viajante, “não é grande coisa. Há muitas outras ruas menores, mas que não deixam de ser bonitas, bem traçadas e repletas de casas.” A vista que se tinha da igreja, nessa época, dava para um pobre terreiro à beira-mar. Além dele, se viam as praias ainda desertas de Niterói e as várias ilhotas dispersas no fundo da baía.

O embelezamento do Paço começou em 1735, quando o governador Gomes Freire de Andrade resolveu construir aí a Casa dos Governadores: um prédio de dois andares feito de pedra lavrada. Em 1763, passou a ser chamado Paço dos Vice-Reis. Em 1770, outra novidade: o vice-rei Luís de

Vasconcelos mandou erigir um cais de atracação, com três escadas para o mar e uma rampa para embarcações. Ele foi inaugurado em março de 1789. Bem no meio do cais, dando para as águas da baía, pronto a abastecer com água potável tanto os navios que chegavam quanto a população, o chafariz “da pirâmide”, obra do escultor mineiro Valentim da Fonseca e Silva. Graças a todas essas modificações, o Largo do Paço, com sua bela igreja, se tornou um dos lugares mais animados da pequena cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII.

Diante das grandes portas de madeira lavrada do Carmo, cruzava a praça, em lombo de burro ou de escravo, tudo o que servisse como provisão nas embarcações: charque, açúcar, cachaça, tabaco e lenha. A cidade era um porto de escala para navios estrangeiros, sem contar que o aumento do comércio deixou esse ponto ainda mais vivo. Disputavam cada pedaço de chão de terra batida desde canoeiros e plantadores da roça, que vinham expor seus produtos, a marinheiros e traficantes de escravos, carregadores brancos e de pés descalços assim como africanos, curvados sob o peso de fardos. Dezenas de escravos de ganho, com seus tabuleiros na cabeça, ofereciam alimentos preparados em casa, bebidas refrescantes ou frutas da estação.

Na Rua Grande se apertavam, lado a lado, lojas e empórios com seus produtos expostos à porta. Do fundo dos corredores vinha o barulho dos pregões e do vozerio de vendedores e compradores; uns expondo as mercadorias, outros, regateando o preço. Sacos de secos e molhados se acumulavam junto às gaiolas com galinhas, macacos, lagartos e porcos-do-mato. Um pouco mais abaixo, viam-se os tabuleiros do mercado de peixe, de onde partiam os gritos dos comerciantes oferecendo seus produtos a preço baixo. Um odor nauseante inundava as narinas de quem passasse. O mercado de escravos não ficava longe e era comum que vendedores expusessem sua mercadoria, para melhor análise dos compradores, nas imediações do Arco do Teles. Das varandas fechadas com treliças, nos sobrados

que cercavam a praça, mulheres observavam sem ser vistas.

Em quase todas as esquinas da Rua Grande se podia encontrar um pequeno nicho onde estava colocada uma imagem da Virgem ou de outros santos, imagem que permanecia iluminada por uma lanterna durante a noite. Todo fim de tarde, o povo se reunia em torno deles para cantar o rosário. Até as prostitutas que ofereciam seus favores aos passantes próximo ao Arco do Teles não admitiam começar a trabalhar antes de findas as ave-marias. Um marido jamais caminhava ao lado da esposa na Rua Grande ou em qualquer outra. Ele seguia alguns passos à frente, sempre com a espada à mostra sob o manto. A esposa se fazia acompanhar algumas vezes dos parentes ou dos amigos e, impreterivelmente, de muitas negras e mestiças que a seguiam em fila indiana; essas escravas usavam vestidos e traziam o cabelo coberto por um lenço ou uma peça de musselina. Mesmo quando carregadas em cadeiras ou redes, as mulheres não dispensavam tal cortejo, como registraram vários estrangeiros.

Só era possível vê-las na missa, aos domingos, e em dias de festa. Algumas poucas tinham liberdade de sair para as rezas ao entardecer. Fora de casa, portavam sempre uma grande capa de lã de aproximadamente duas varas de altura por uma de largura, não importando o calor que fizesse. Não lhes era permitido levantar os olhos para homens. Uma mulher que encarasse um deles era considerada uma despudorada! Mas Bonifácio as seguia de perto, e soube cantar a sua “linda face”, o “branco peito”, a “boca graciosa”.

A Rua Grande invadia o espaço sagrado das igrejas, graças às vozes dos escravos oferecendo produtos, dos comerciantes anunciando artigos, dos dialetos estrangeiros dos vários navegantes que passavam por sua porta, do choro dos africanos ao desembarcar na terra estrangeira. Ela era palco de trabalho, de relações afetivas, de discussões, de espetáculos. Já a Igreja do Carmo traduzia a

devoção e a identidade religiosa de toda uma população. Dela saíam as mais importantes procissões: a do enterro, na noite da Sexta-Feira da Paixão, com tochas, archotes e cantos fúnebres, e a de Corpus Christi, com a tropa militar formada e a presença de São Jorge, guerreiro armado e a cavalo. Quando o sol se punha, lenta e docemente, as igrejas começavam a tocar o Ângelus: um coro no crepúsculo. A cidade se tornava sonora, metálica, vibrante.

Aos 17 anos, qualquer jovem era considerado um homem feito. Desconhecia-se a adolescência. Passava-se, então, da infância à idade adulta. Com as armas de sua bagagem, ou seja, contatos comerciais entre agentes portuários, relações entre mercadores portugueses e o prestígio do nome um tanto declinante, Bonifácio deve ter sido acolhido numa família conhecida dos Andradas e moradora da Rua Grande ou da Direita ou da dos Pescadores, locais de muitas casas comerciais. Trabalho? Por sua condição social, o aprendizado dos ofícios manuais lhe estaria vedado. Ele jamais poderia sofrer de um “defeito mecânico”, expressão aplicada a todos aqueles ligados ao mundo do artesanato, às atividades agrícolas e extrativas ou às artes curativas, como barbeiro sangrador e boticário. Mas ele já poderia ganhar a vida como caixeiro, atividade que absorvia muitos jovens imigrados de Portugal, ou como lente – o que lê para outrem ouvir. Poderia estar sendo treinado para “interessar-se no negócio de grosso ou pequeno trato”, como outros de sua mesma condição social.

Mas havia algo mais a fazer: viajar. A viagem era considerada, no fim do século XVIII, o momento de transformação individual. Uma ruptura na ordem das coisas. Ainda não era o momento dos “viajantes-escritores” – cronistas de descobertas e a serviço do interesse superior das ciências –, mas sim das viagens comerciais. Mercadores viajavam. Ver com os próprios olhos e compreender a circulação de produtos no interior da colônia, assim como as necessidades, tanto de artigos quanto de mão de obra, era importante. Mais tarde, liberalismo, comércio e viagens,

assim como a briga pelo livre-comércio, seriam sinônimos de progresso da humanidade. E os negócios, a garantia de civilização. Na juventude, porém, mais importante era tirar lições da observação. Não das leituras, que eram poucas. Aprendia-se a viver percorrendo o grande livro do mundo. A mobilidade funcionava como um filtro e tinha sua utilidade. Valorizava-se o encontro com os perigos das estradas, as dificuldades provocadas pelo distanciamento, as diferenças de costumes, pois só a experiência abria os olhos.

Essa foi provavelmente a razão que, passados dois anos, o levou a embarcar num navio a vela como tripulante ou passageiro para percorrer a costa na direção de Santa Catarina. Contam alguns biógrafos que lá chegou e fez anotações sobre a pesca da baleia. Ele as fez como um curioso, não ainda como um homem de ciências ou naturalista. Esteve, portanto, nas chamadas “pescarias do Sul” ou na Armação da Piedade, fundada em 1746. O complexo impressionava com seu trapiche, capela com cemitério fechado por muros de pedra e cal, engenho de frigar azeite, casas dos tanques com trinta deles em ferro, armazéns, ferraria, casa-grande, casa dos feitores, dez casas dos baleeiros com um armazém para as lanchas, senzala com quarenta casas, telheiro do escaler, casa de depósito da lenha, dos cabos, panos, telheiro para a construção, casa de hospital e botica, cariocas e engenhos. Não se sabe se, quando Bonifácio lá esteve, o quartel para tropas e oficiais já tinha sido erguido.

Sabe-se, por outro lado, que esse foi o período áureo da pesca baleeira na região, assunto que talvez tenha interessado ao jovem, que, ciente de uma armação em Santos, talvez quisesse aperfeiçoá-la. Bonifácio viu a saída das baleeiras, escravos remando, trabalhadores assalariados com seus arpões em riste na esteira do enorme cetáceo. Ao se aproximar, a baleia era alvejada no dorso com um arpão rudimentar de ferro erigido de ganchos e presa ao barco por um cabo e uma haste de madeira. Uma vez arpoada, arrastava a lancha por até 24 horas. Exausta

ou morta, era então rebocada até a armação, onde os cativos a decepavam. A carne não era aproveitada. O óleo, destinado à iluminação.

Depois do mar, as serras. O jovem enveredou pelo caminho das Minas para alcançar Serro Frio e Diamantina. Coberto por uma capa comprida e escura, chapéu de abas largas, roupa de viajante, tomou a embarcação que o levou do Cais dos Mineiros ao Porto da Estrela, no fundo da Baía de Guanabara: uma das portas de entrada para as míticas Minas Gerais, no pequeno povoado tinha início a estrada que serpentava até a então capital da província. O trajeto levava de doze a dezessete dias. Era o chamado “Caminho Novo”. Entre um ponto e outro, iam e vinham andarilhos, viajantes, comerciantes e tropeiros. E ele, certamente, não ia só. Ao cruzar fazendas, ranchos, vendas e oficinas de ferreiro, a estrada escoava os produtos que se multiplicavam nas terras onde, outrora, luziam ouro e diamantes. Para atingir a região montanhosa que se estendia da Serra do Mar ao Espinhaço, o viajante caracolava entre morros pouco elevados e de mata cerrada. Sombrias florestas contrastavam com o verde-claro das áreas cultivadas. O Registro do Rio Preto marcava os limites entre uma província e outra. Lembrava também os castigos infligidos a todos que tentavam contrabandear ouro em pó ou diamantes, crime que levou muitos à prisão perpétua ou ao exílio em Angola. Passada a capela do lugarejo de Matias Barbosa, encontrava-se outro Registro, também conhecido como Registro do Caminho Novo; até 1801, ali ficava a “contagem”, onde eram pagos os impostos e se cobrava o quinto do ouro para a Coroa portuguesa.

Lá também se examinavam os passaportes de viajantes e escravos que circulavam pela região. O tráfico de passageiros entre as cidades do Sul de Minas era realizado por coches, guiados por um cocheiro e um ajudante. Homens livres iam sentados no interior. Escravos, do lado de fora. As estradas tinham algo em comum: todas péssimas! Quando chovia, só davam passagem para cadeirinhas ou

banguês, liteiras carregadas por mulas. Nos caminhos, vez por outra, pendurada numa cerca ou num galho de árvore, a mão ou a cabeça decepada de um escravo que tentara roubar ouro ou diamantes: era o castigo exemplar. Nos desvãos da Serra da Mantiqueira, circulavam histórias sobre quadrilhas de temidos salteadores e quilombolas. Não se sabe se Bonifácio já teria conhecimento de que os estatutos da Universidade de Coimbra, desde 1772, convidavam naturalistas a detectar e descrever minas de ouro e diamantes. Ou se ele conhecia *O peregrino instruído*, manual composto de várias perguntas bastante simplórias, para aqueles que, por meio de viagens, desejassem conhecer “utilmente o mundo” e fizessem “giro pela Europa e mais partes do mundo”: “Que clima tem?”, “De que frutos é abundante?”, “Que minerais tem?”, “Que palácios?”, “Que jardins?”.

Lições das viagens: o inerte e o vivo não ocupavam o mesmo lugar na Criação. As estrelas no céu, o ar que se respirava, as rochas sólidas que sustentavam os continentes, a água que se estendia nos mares, o som que se propagava ao longe, o vento que soprava, enfim, o inerte invadia a vida. E o mundo durava. Mas a vida durava pouco. Por isso mesmo era preciso partir. O destino, a metrópole. O que levou Bonifácio e, mais tarde, seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco a Coimbra? Com o resto da fortuna do pai, uma última aposta nos serviços del-rei? Um vestígio de amizades na rede mercantil? A certeza de que a experiência garantiria postos bem-remunerados na administração judicial ou fazendária? Todas as razões acima? De todo modo, não era o único brasileiro a tentar a sorte do outro lado do Atlântico. Outros o fariam também, e a disputa por resultados não seria pequena.

Rumo ao “reino mais ignorado de todos os países da Europa”

O ano era 1783, mas a data precisa de embarque, desconhecida. E agora ele confrontaria não mais o mar que murmurava nas praias sujas de Santos ou do Rio de Janeiro, mas o grande oceano. Do Rio de Janeiro para Lisboa, da colônia para a metrópole. Depois de cerca de dois meses de uma travessia aventureira, sob o ritmo de enjoos e condições climáticas instáveis, as naus deixavam o Atlântico para subir, preguiçosas, o Tejo, buscando o cais. Lisboa não era mais “uma cidade da África”, como a designara, anos antes, o escritor francês Louis-Sébastien Mercier, ou “uma formosa estrebaria”, segundo Cavaleiro de Oliveira, o reinol e Livros em Londres. “Quem nunca viu Lisboa nunca viu coisa boa”, dizia o ditado. Será?

Bonifácio desembarcou na Ribeira Nova, um quadrado repleto de barracas sujas e malcheirosas onde se vendia peixe. Pisava uma terra que tinha um século de atraso em relação à França e dois em relação à Inglaterra. A cidade emergia dos escombros do terremoto que a arrasara em 1755. Muitas casas tinham sido construídas e outras

estavam em construção, várias delas pertencentes a comerciantes ricos. Prédios de quatro e cinco andares, separados por faixas de cantaria, com longas filas de janelas, davam aspecto alegre às ruas. Porém a Praça do Comércio seguia inacabada e a cidade não possuía iluminação nem esgotos. Faltavam fontes, jardins, banhos públicos e privados. Não havia, tampouco, edifícios públicos majestosos que pudessem impressionar o brasileiro. O povo era considerado “bronco”. Bonifácio registrou que um quinto da cidade era ocupado por capelas, igrejas e conventos com suas hortas, vinhas e pomares.

Depois veio Coimbra: velha cidade às margens do Rio Mondego. Lá, enquanto as ruas se agitavam com estudantes, pescadores silenciosos puxavam as redes com delicadeza. Galerias de pinheiros cobriam o vale. Ruas centenárias, onde a cultura romana deixou marcas, levavam até o alto do morro. Passando pela Sé Velha e a igreja do Mosteiro de Santa Cruz chegava-se à Universidade, uma das mais antigas da Europa. E também uma das mais reacionárias. Mas, na mocidade, ele tinha impaciência de saborear o fruto que as ocasiões oferecessem.

Os cursos, com honrosas exceções, eram fracos. Mesmo assim, foram frequentados, entre 1772 e 1822, por 866 *brasileiros*. Houve 450 inscritos em Matemáticas, 250 em Filosofia Natural, nome para ciências naturais, e 65 em Medicina. Muitos associavam Direito ao curso escolhido. A capitania de São Paulo teve 34 representantes. Para entrar, pagava-se uma inscrição, chamada “propina”, que não era alta. Como critério de seleção, contava, também, a origem de nascimento, a proteção governamental e um determinado poder aquisitivo. Em compensação, livros e apostilas eram caríssimos. O ambiente obtuso, porém, não escapou às observações de Bonifácio. Nem a ele nem ao mineiro de Paracatu Francisco de Melo Franco, estudante de Medicina a quem, por muito tempo, foi atribuído um delicioso poema heroico-cômico intitulado “O Reino da Estupidez”. O que era esse reino?

Nada menos do que o lugar onde se preparava, graças à ignorância e ao fanatismo, “o fermento” de “toda a massa corrompida da nação”. Segundo os versos, perseguia-se a Geometria, porque ela ensinava “proposições heréticas”. E a História Natural, a Química e a Astronomia seriam disciplinas inúteis, pois teriam “implícito pacto com o diabo”. Por escrúpulos religiosos, a anatomia só era praticada “num carneiro esfolado que um criado trazia ao professor numa bandeja de prata”. Para que conhecer o Direito Público e o Pátrio, se duas ou três petas do Romano serviam? Aulas, só em mau latim, como forma de exhibir “pedanteria”.

O poema cantava o cortejo que acompanhava a “deusa Estupidez” à universidade, onde sentava-se num trono decorado, aos pés do qual estavam aferrolhadas a Ciência e a Razão. No final, o reitor jurava por todos, lentes e alunos, obediência e lealdade à “Estupidez”, coroada com riquíssimo diadema. Em resposta, ela lhes fazia a promessa formal de continuar a proteger a universidade e seus membros:

*Eu, gostosa, vos lanço a minha bênção
Prosseguí, como sois, a ser bons filhos
Que a mesma que hoje sou, hei de ser sempre.*

Esses eram tempos em que o reitor, entre outras medidas punitivas, exigia que os lentes das faculdades vigiassem as leituras dos alunos e apreendessem livros sulfurosos. Os estudantes se vingavam. Respondiam com o culto da Razão, com a crítica à soberba dos nobres, com a sátira da ignorância e da negligência dos padres, com o desejo de desenvolvimento científico e técnico, com a compaixão por escravos negros e índios, com o espírito de tolerância e de justiça social. Respondiam, enfim, com tudo o que rimasse e fizesse rir, revelando jovens progressistas por trás dos versos. Se foram ou não os brasileiros os

autores da sátira, falta comprovar. Mas as evidências do atraso de Coimbra eram certas.

Como os outros estudantes, Bonifácio percorreu, incansável, a biblioteca em madeiras exóticas e policromadas; a sala dos Capelos, palco das cerimônias acadêmicas, atapetada de azulejos e pinturas; a via Latina, ao fim da qual aguardava o busto do rei D. José. Seus horários eram marcados pelo badalar do sino da torre barroca, com seu barulho de prata: era chamado de “Cabra”. Com seus imaturos amores passeou na Quinta das Lágrimas, ouvindo o barulho da fonte em torno da qual rondavam outros namorados. Ali se apaixonou. Uma paixão de longa duração, um incêndio de peles. Seu nome? Eulina, que cantaria mesmo depois de casado e que o faria entender que conhecer o amor não era a mesma coisa que conhecer as plantas ou as pedras. Essas pouco se importariam com seu interesse por elas:

*Pode o fado cruel com mão ferrenha
Eulina amada, meu encanto, minha vida,
Abafar este peito e sufocar-me!
Que pretende o destino? Em vão presume
Rasgar do meu o coração de Eulina.*

Aluno brilhante? Estava mais para regular. Era aprovado sem menções. As ausências eram anotadas: “Doze faltas” no terceiro ano, por exemplo. No quarto ano, “dez faltas de aula e uma sabatina para defendente com causa”. O diploma do curso jurídico trouxe as seguintes qualificações: “Em procedimento e costumes, aprovado por todos; em merecimento literário com cinco votos de bom e dois de muito bom.” Desistiu do curso de matemática e, além do diploma da Faculdade de Leis, recebido a 16 de junho de 1787, Bonifácio conquistou, aos 24 anos, o título de bacharel em Filosofia Natural, que compreendia todos os ramos das ciências dedicados à observação da natureza.

Tornou-se “naturalista”. O objetivo era “obrigar a Natureza a declarar as verdades escondidas, que por si mesma não quisesse manifestar, senão sendo perguntada com muita destreza e artifício”. Mais interessante do que o Direito. Afinal, como ele mesmo dizia, “Um minguado lugarinho de juiz de fora” não lhe interessava.

Era bom estar na casa dos 20 anos com a conjuntura favorável às ambições do brasileiro. A percepção da crise que asfixiava a metrópole incentivava jovens cientistas recém-formados a percorrer o mundo colonial, como viajantes ou funcionários régios. O objetivo do Estado era melhorar a produção econômica em toda parte e, graças à ciência, reverter a decadência do reino. O ouro de Minas Gerais escasseava há décadas e os produtos coloniais sofriam concorrência nos mercados europeus. A recompensa para quem quisesse servir? A promessa de concessões, salários e privilégios na burocracia.

A criação da Real Academia das Ciências e dos Jardins Botânicos de Lisboa e Coimbra proporcionava oportunidades para todos que pudessem fornecer informações, registros e memórias sobre potencialidades da agricultura, mineração e comércio. Uma cadeia de agentes circulava por terras dali e d'além-mar, remetendo exemplares de minerais, aves, peixes e plantas para tais acervos. Mapear fronteiras, descrever rios e cachoeiras, apresentar nações indígenas desconhecidas e seus costumes alimentaram os arquivos da poderosa Secretaria de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos. E, para tudo isso, um compromisso de recompensa. Afinal, as remessas de espécies e memórias enviadas por viajantes formados em História Natural atuavam como serviços, como formas de prestígio acumulado que, mais tarde, permitiriam pedidos de mercês. O conhecimento se tornava uma forma de reunir importância, honra e, sobretudo, de obter mobilidade social.

Nas grandes Cortes europeias, as ciências da natureza estavam na ordem do dia, seguidas da geometria e da matemática. Advogados abandonavam os tribunais e

eclesiásticos, os exercícios de teologia, para estudar as leis naturais. Na aristocracia e na burguesia vivia-se o “furor de aprender”, de se interessar por tudo, uma febre de possuir o mundo por meio de conhecimentos enciclopédicos. Em toda parte, fervilhavam os “*curiosi*”. Sim, curiosos colecionavam borboletas e álbuns de plantas. Outros faziam vir do estrangeiro prismas que permitiam decompor a luz ou lunetas para observar os anéis de Saturno. Aos amigos, de presente, se ofereciam insetos raros. Quem viajasse ia munido de lupas, redes e caixotes para trazer seus achados. As galerias, além de quadros, vendiam conchas. Até os reis foram contagiados e, além de possuir enormes coleções, estudavam física experimental ou astronomia. Burgueses seguiam cursos, pois era esta a moda: saber tudo sobre a Criação.

À frente do Jardim Botânico de Coimbra, o cosmopolita D. Rodrigo de Souza Coutinho, diplomata na corte da Sardenha e em Turim e homem do seu tempo. Ele acreditava que era possível conciliar uma arte de viver fundada no espírito de casta e privilégios com as exigências que inoculavam nas veias da Europa os princípios de justiça, tolerância e cidadania dos quais falavam os iluministas. Ele iria tentar equilibrar o orgulho feudal dos antepassados, suas graves etiquetas e modas antigas com as novidades da filosofia.

Tendo vivido na Itália, não podia ignorar que, em Turim, a Reale Academia delle Scienze mergulhava suas raízes no terreno fértil dos laboratórios de química do Arsenal do rei do Piemonte, para desenvolver armamento moderno. Que em Pavia, onde lecionavam Volta e Spallanzani, ferviam frascos cheios de líquidos nutritivos em experimentos. Que um italiano, Algarotti, escreveu um livro de divulgação sobre as teorias de Newton: *Newtonianismo per le signore*. Não podia desconhecer que a ciência triunfava em toda a Europa e uma multidão de indivíduos de todos os estratos da sociedade, dizendo-se químicos, geômetras e mecânicos, se apresentavam diariamente com maravilhas de toda espécie. Os periódicos, não só italianos, como o *Scelta di Opuscoli*,

mas franceses, alemães e ingleses, reservavam em suas páginas espaço para notícias de academias provinciais e nacionais, concursos, debates, confrontações científicas. Em todas as suas declinações, a ciência triunfava nos salões, nas gazetas, nos cenáculos. Mas, em Portugal, nem em 1813 ela seria dicionarizada por Antônio Moraes Silva. A palavra não existia no vocabulário corrente. D. Rodrigo sabia que Espanha e Portugal tinham faltado ao convite para integrar a elite científica europeia.

A trajetória de D. Rodrigo foi alimentada, também, por outras influências. Filho de uma brasileira e do governador de Angola no período pombalino, aluno brilhantíssimo no Colégio dos Nobres e em Coimbra, esteve em Madri e, depois, em Paris, onde conheceu D'Alembert e o abade Raynal e aprendeu a refletir sobre “a lisonja que cerca os reis”. Esteve, igualmente, na Suíça, onde observou com interesse “o governo democrático” exercido nos cantões. Indicado como ministro da Marinha e Ultramar, levou ao regente D. João um programa “ilustrado”: só a integração entre colônias e metrópole permitiria o crescimento do império português. “Portugal reduzido a si só seria dentro de um breve tempo uma província da Espanha”, afirmava. Para livrar o reino do atraso e dos fantasmas das Luzes – os sanguinários que surgiriam com a Revolução Francesa –, era preciso que fossem as “províncias da monarquia [...] todas reunidas ao novo sistema administrativo, todas estabelecidas para contribuírem à mútua e recíproca defesa da monarquia, todas sujeitas aos mesmos usos e costumes”.

O projeto de converter o debilitado império colonial num “poderoso Império” em que modernização e Estado forte, na forma de uma monarquia absolutista, andassem de mãos dadas ganhava contornos. Reforma administrativa, de impostos e arrecadação, da balança comercial, do movimento dos portos, da agricultura, enfim, todos os esforços possíveis para manter as partes separadas num único todo eram válidos, segundo propunha D. Rodrigo. Era

o “reformismo ilustrado”, que tentava unir os interesses da pequena metrópole defasada com os das imensas e potencialmente ricas colônias. No projeto, destacava-se o papel da natureza e das ciências para “remover obstáculos e dar providências”. De D. Rodrigo, anos depois, disse a duquesa de Abrantes, Laura Junot, em meio às ácidas críticas aos aristocratas portugueses: “Ele possuía, mais ainda que o talento, aquilo que num dia de perigo pode salvar o Estado – o ser verdadeiramente um patriota!”

Daí o interesse de D. Rodrigo pelas ciências naturais e a formação do Museu de Coimbra, bem como a sua intervenção pessoal nos roteiros de viagem, investigações e remessas de animais, plantas, sementes, enfim, de tudo o que viesse das colônias. Senhora da riqueza natural de terras na África, Ásia e América, a metrópole portuguesa certamente não tinha sábios capazes de discutir eletricidade ou hidráulica. Mas, na tradição da filosofia natural, eles poderiam surpreender, recolhendo espécimes raros do império ultramarino capazes de desenvolver a agricultura no reino e em suas possessões. O pioneiro desse modelo de viagens de pesquisa foi Turgot, estadista e economista, no reinado de Luís XVI. Foi dele a ideia de missões para fomentar a atividade científica e o desenvolvimento industrial e agrícola. D. Rodrigo queria ser Turgot amanhã?

Além disso, a simbiose entre saber científico e administração resultaria no modelo do sábio-funcionário, que, sob o apoio do patronato do rei, criava condições para o desenvolvimento do país. Trazer gente das colônias era uma forma não só de integrá-las ao projeto de reformas fisiocratas da Coroa como também de esvaziar tendências separatistas como a que ocorreu, em 1776, nos Estados Unidos.

E a intervenção de D. Rodrigo era feita com mão de ferro. Centralizador, ele tomava para si “toda a inspeção”, como registrou Domenico Vandelli, professor da cadeira de Química e História Natural em Coimbra, além de diretor do Jardim Botânico da universidade. Suas atitudes e

repreensões eram temidas. Sua “*malignité*”, como a definiu um riscador italiano que seguiu com uma expedição para Angola, capaz de “*injustas vendettas*” ou perseguições, apavorava. A raridade de contato entre os viajantes e as autoridades alimentava o temor de desobedecer ou não cumprir corretamente as diretrizes do secretário. Por entender que as lonjuras coloniais deveriam ser um terreno de coleta e que o Estado deveria ser o promotor da integração entre os de cá e os de lá do Atlântico, D. Rodrigo desejava extrair desses “sertões” soluções para a estabilidade econômica e política. Mas acreditava também que a “conquista científica” poderia colocar Portugal num patamar mais elevado e trazer “honra” para a nação. Afinal, os viajantes estrangeiros que cruzaram as terras lusitanas, eles também em “viagens filosóficas”, descreviam o reino como pouquíssimo bafejado pela ciência.

Quatro anos antes da formatura de Bonifácio, Vandelli começou a organizar expedições com seus alunos formados entre 1776 e 1778. Como parte do treinamento, alguns discípulos percorreram localidades não muito longe de Lisboa e Coimbra. Seguiam o manual de regras do professor sobre o que deveria ser observado nas suas peregrinações. Não bastava coletar material ou saber acondicionar plantas e animais. Era preciso escrever, descrever e “iluminar”, ou seja, desenhar. Com esse espírito, foi enviado ao Norte do Brasil o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, que desembarcou em Belém em 1783. Aos 33 anos, doutor em Filosofia Natural, Ferreira iria percorrer a região do Rio Negro, Grão-Pará, Mato Grosso e Cuiabá. A Moçambique e Angola foram enviados Manuel Galvão da Silva e Joaquim José da Silva, para examinar a rica natureza africana. As ilhas de Cabo Verde receberam João da Silva Feijó. Todos destinados a deixar “memórias filosóficas” sobre suas viagens.

Bonifácio entendeu que, em Portugal, um cientista não exercia suas funções sem atender aos interesses estratégicos do reino. Ele não sobreviveria sem patrocínio

do rei ou da rainha. Instituições científicas pertenciam ao Estado. Para alcançar as mercês que desejava, ele deveria obedecer a uma etiqueta e se comportar de acordo com as vontades de quem tinha o controle sobre os recursos para as pesquisas. É bom lembrar: por melhores que fossem as descobertas e os cargos e privilégios que se ganhavam com elas, cientistas não eram jamais confundidos com cortesãos. Apresentar-se como “um fiel vassalo”, sempre às ordens das autoridades, era de lei. E a ciência não mudava a ordem da sociedade nem suas desigualdades. Servia apenas de escada para a ascensão social de gente do meio, como ele.

Na época, a botânica era a grande moda. Corresponder-se com Carl Nilsson Linnaeus, ou Lineu, fundador da Academia Real das Ciências da Suécia, em Estocolmo, e Joseph Banks, membro da Royal Society, em Londres, os dois maiores naturalistas da Europa, como fez raras vezes Vandelli, era a glória. Lineu quis adaptar o plantio de espécies tropicais às frias terras suecas, e Banks, que esteve no Brasil e foi até a Austrália, transformou o Royal Botanic Garden, na localidade de Kew, no maior jardim botânico do mundo. Sob sua batuta, 7 mil plantas exóticas foram introduzidas na Inglaterra. A abertura do mundo às viagens e ao conhecimento dos continentes gerou uma constelação de “monstros sagrados”. Eles produziam pesquisas, escreviam, tinham as obras publicadas e ganhavam notoriedade. As obras circulavam e a atividade de “descobrir” era incessante. Foi o momento da globalização das ciências.

Os holandeses, por exemplo, tinham fundado um jardim botânico, o de Buitenzorg, perto da Batávia. O padre português João de Loureiro publicava em 1790 seu *Flora Cochinchinensis*, herbário notável coletado graças aos camponeses chineses. Na mesma época, na América do Sul, os botânicos espanhóis Pavón e Ruiz reuniam coleções, entre o Chile e o Peru, em sociedade, por vezes difícil, com o francês Dombey; e o espanhol Félix de Azara, comandante das fronteiras do Paraguai, produziu uma obra científica

extremamente sólida sobre a fauna e a flora da bacia do Prata. Na Guiana, por conta do isolamento e da aparência selvagem das terras, a atividade científica foi impressionante: teve início com La Condamine, depois de sua viagem para medir os meridianos no Peru, onde encontrou a quinquina e a estudou. Continuou com Pierre Barrère, autor de *História natural da França Equinocial*. Lá também brilhavam o farmacêutico Fusée-Aublet, que escreveu uma *História das plantas da Guiana Francesa*; o cirurgião Bertrand Bajon, que se consagrou ao estudo das doenças tropicais; o botânico Louis-Claude Richard, que introduziu na região a mangueira, a lichia, o bambu e o jambeiro; e o famoso explorador Jean-Baptiste Leblond, que depois de subir o rio Orinoco, atravessar a cordilheira da Colômbia e do Equador, além de publicar estudos sobre a quinoa e a caneleira, enviou noventa caixas de amostras para a Sociedade de História Natural de Paris. Eram conhecidos os nomes de Tournefort, que herborizou no Cáucaso, ou de Adanson, que realizou um inventário científico para a Companhia das Índias no seu *História natural do Senegal*.

Nas Antilhas, Joseph-François Foulquier e Antoine Du Puget d'Orval constituíram coleções prestigiosas que foram enriquecer, depois da Revolução Francesa, o Museu Nacional de História Natural, em Paris, criado em 1793. Provenientes da África do Sul, Java, Ceilão, Bengala, China, Egito, Tunísia, Tasmânia, Austrália e dos Grandes Lagos na América do Norte, circulavam amostras, sementes, imagens, exemplares que tornavam a Royal Society, em Londres, um centro sem competidores. A Europa decorava seus jardins, seus parques, seus pomares e florestas com produtos vindos dos quatro cantos do mundo.

Em torno dessa atividade, correspondência era trocada, os naturalistas se organizavam em redes de competição ou proteção. Tinham prestígio e eram renomados por seu trabalho. Os produtos que permitiam aclimação eram incorporados, primeiramente, no cotidiano de mercadores e

aristocratas. Mas logo as camadas populares, mais e mais vastas, também os utilizavam. Foi o caso do açúcar, do chá, do chocolate e, depois, do café. E também do tabaco, da seda e das madeiras tintoriais. Nesse cenário, onde não faltavam pesquisadores, recursos, comerciantes e viajantes interessados em colaborar e, sobretudo, lucrar, o Museu e o Jardim Botânico de Coimbra, assim como a Academia das Ciências de Lisboa, ocupavam um lugar inexpressivo. Vinda de lá, quase nenhuma estrela brilhava na constelação de sábios internacionais.

A presença de tantos naturalistas atuando na botânica deve ter sinalizado a Bonifácio que a mineralogia era um campo ainda inexplorado. A busca por pedras no imenso solo brasileiro, portanto, já o interessava. Considerava-se, então, o mundo supralunar incorruptível e eterno. Fora criado por Deus. Se o ouro acabara, haveria outras riquezas ainda não percebidas debaixo da crosta das serras e dos fumos que se elevavam dos vales estreitos. Nas imensas paredes de pedra, ele teve oportunidade de observar as camadas de matéria que pareciam peles colocadas umas sobre as outras. As montanhas seriam a armadura da Terra. Tinha início a discussão sobre a origem dos fósseis. As teorias de Descartes e Thomas Burnett sobre a formação do planeta e as consequências do Dilúvio de Noé estavam na ordem do dia. Já teriam chegado a Coimbra?

Entre alguns nobres, sim. Num conhecido discurso, feito de frases redundantes e floreadas, o conde da Ericeira, depois de citar a rainha de Sabá – a Sibila do Oriente que, das neves do Setentrião, teria enviado escritas em folhas de ouro as obras de seus sábios –, mencionou as sutilezas de Descartes, que teria associado a álgebra à geometria, e de Newton, o maior filósofo da Inglaterra, cujos princípios ele seguia. Velhas fórmulas retóricas se misturavam ao novo gosto pelas Luzes. Mas entre alguns poucos, pois a censura exercida desde 1768 pela Real Mesa Censória, mais tarde agravada pela Regulamentação da Censura Tríplice, apoiada no Santo Ofício, no Ordinário e no Desembargo do Paço,

vigiava a correção religiosa dos textos e os assuntos portadores de ideias “heréticas”. Graças aos seus processos, sabe-se, porém, que tomos de Rousseau, Mirabeau, Locke e Voltaire caçados pela Inquisição andaram por mãos de alunos brasileiros em Coimbra.

É possível, também, que Bonifácio estivesse a par do abandono e da negligência com que foram tratados seus antecessores. O que “o Onipotente espalhou na superfície do globo”, objetivo das viagens filosóficas, se perdia nos desvãos da burocracia. Caixas e caixas coletadas do outro lado do mundo apodreciam ou desapareciam. A redução de pessoal, o desprezo pelos cuidados aplicados na conservação das espécies e a falta de recursos para autópsias *in loco* dificultavam o trabalho extremamente penoso de quem percorria terras inóspitas debaixo de um clima infernal, com pouquíssimos recursos, na esperança de uma recompensa, de um olhar clemente da rainha, D. Maria.

Em 1784, por exemplo, João Feijó foi repreendido porque sua remessa de informações foi considerada “um fracasso”, os produtos enviados “não serviriam para nada”. Pior, seu comportamento foi condenado: era tido por “abusado”. Os dois Silva enviados à África eram chutados para escanteio por burocratas e chefes militares, preocupados em consolidar as conquistas na terra dos cafres. Eles, aliás, faziam piadas do material coletado. Como se não bastasse, os naturalistas encontravam resistência dos locais para suas expedições: os negros temiam ser escravizados. Pior: abandonados e acometidos por febres e disenteria, os naturalistas tinham pouca escuta da metrópole. Joaquim da Silva gastou pena e tinta reclamando do trabalho árduo e da falta de amparo: “Sem falar nas calúnias, nas mofas, nas fomes e sedes mortais.” Teve como resposta um silêncio indiferente. Com Alexandre Ferreira não foi diverso. Seu sonho era voltar da Amazônia para Lisboa a fim de analisar os resultados de sua coleta na condição de “cientista de gabinete”. Penou para realizá-lo.

A ideia de compor uma *História natural das colônias* esbarrou não só na desorganização do Estado como, e sobretudo, na falta de rigor dos trabalhos realizados pelos pesquisadores oficiais. Os estudos não eram considerados suficientemente minuciosos. O mais conhecido botânico português, Félix de Avelar Brotero, criticou duramente a equipe da Academia das Ciências de Lisboa: “Alexandre Rodrigues Ferreira jejuava em botânica, Vandelli trata a botânica em puerilidade frívola.” Mas não parava por aí. A questão era dinheiro. Vandelli, que já ganhava 12 mil cruzados, queria dobrar sua renda agradando ao príncipe D. José. Sua estratégia era acumular dividendos com cargos nas instituições científicas portuguesas. Quanto ao brasileiro Rodrigues Ferreira, nomeado administrador das Quintas Reais, “está sempre em Caxias para promover as tosquiadas de alguns burros, e assim agradar a princesa Maria Ana Vitória, e cuida muito pouco do Jardim Botânico da Ajuda, e nem ainda que quisesse poderia cuidar dele, porque jejua em botânica”. Azar se o brasileiro dedicara tanto tempo a estudar técnicas agrícolas e comunidades indígenas. Só interessavam espécies raras. Para piorar, ele não selecionou, como devia, suas coletas, rompendo a regra básica da ciência então: método, registros e descrições acuradas. O desvio dessas metas provocava a ruptura no processo do conhecimento. Uma coleção de nomes de plantas, animais e artefatos era apenas isto: uma coleção de nomes! Os resultados de sua *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* não foram discutidos nem publicados pela Academia das Ciências. A expedição foi considerada um fracasso.

O objetivo de naturalistas como Ferreira ou Bonifácio era começar coletando e classificando, ascender socialmente e terminar num alto posto. Ao retornar a Lisboa, Ferreira exerceu cargo na administração metropolitana e atendeu algumas demandas da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Empenhou-se na busca de cargos, sinecuras e mercês. Porém, melancólico e,

segundo biógrafos, traído por seu mestre Vandelli, o naturalista baiano morreu entrevado, alcoólatra e ressentido em 1815. Bonifácio assistiu ao seu calvário.

Vandelli, por seu lado, passava o tempo na Real Junta do Comércio, improvisando trabalho burocrático. Ele culpava as instituições científicas em Lisboa e Coimbra de não fazerem seu trabalho; queixava-se de que os museus não estavam capacitados a receber as informações acumuladas durante as viagens e que os locais de armazenamento das remessas não eram apropriados. Dependente das lógicas administrativas, a ciência continuava a dormir em caixotes nos porões.

Brotero não foi o único a observar a fragilidade dos trabalhos realizados pelos naturalistas e a precária formação coimbrã. Entre 1797 e 1799, os alemães Johann Centurius von Hoffmannsegg, botânico e ornitólogo, e Johann Heinrich Friedrich Link, médico e botânico, percorreram Portugal de alto a baixo estudando o relevo, as plantas, os animais e os habitantes para seu livro *Voyage au Portugal*. Os dois importantes personagens da cena científica, o primeiro fundador do zoológico de Berlim e o segundo, reitor da Universidade de Rostock, não pouparam críticas aos seus contemporâneos. Para eles, a obra de Vandelli estava cheia de erros, “assim como se podia aplicar esse julgamento aos numerosos escritos que outros publicaram sobre a matéria”. Embora tivesse alguns tratados publicados nas *Memórias da Academia das Ciências*, o herbário de Feijó “não estava em bom estado”, ele confundia as prosaicas mimosas com outras plantas e “lutava com as necessidades mais prementes da vida além de não ter grande conhecimento”. Na cadeira de Física, por exemplo, o professor Giannantonio della Bella, depois de organizar um gabinete com apetrechos de eletrostática, preferia dissertar sobre economia rural. Um medíocre *Pequeno breviário de anatomia* tinha sido publicado por um cirurgião para obter a cadeira de Anatomia na Universidade e, apesar do *Materia medica*, de Cullen, ter sido traduzido

do inglês pelo Dr. Paiva, os médicos eram “muito superficiais”. Frente a tanta limitação, o que dizer do restante das ciências?

No reinado de D. Maria, a Inquisição tinha voltado, não mais para queimar pessoas, mas para controlar as publicações. Notícias do estrangeiro só chegavam via *Almanaque de Lisboa*. Para leituras, segundo os alemães, existia o Calendário dos Santos e o “Almocreve de petas, com artigos insignificantes, anedotas tão sem graça quanto mal escritas, crônicas escandalosas sobre o que ocorria nos conventos, contos sem sabor e poesias sem qualquer faísca de talento”; e explicavam: “A maioria dos escritos que se publicam em Lisboa tem por objeto a devoção ou a poesia.” No teatro, repetiam-se continuamente as mesmas tiradas e a arte métrica não tinha feito progresso. Os melhores historiadores remontavam à época do Dilúvio, a filologia estava em mau estado e as traduções não mereciam a mínima atenção. Mesmo tendo sido suprimidas as cadeiras de Metafísica e Lógica de Coimbra, “nenhum escrito filosófico tinha sido tratado com certa distinção [...]. As matemáticas foram até o presente momento negligenciadas, assim como outras matérias que exigem estudos aprofundados”. Quanto aos observatórios astronômicos, neles inexistiam instrumentos básicos. Os alemães concluíam sua obra cravando: “Eis uma curta exposição do triste estado das ciências no reino mais ignorado de todos os países da Europa. Mas, por mais deplorável que seja, pergunto a meus leitores se eles não tinham, ainda, uma ideia pior.”

Na mesma época em que os alemães andavam por Portugal, o médico francês Jean-Baptiste Carrère ironizava:

Em Lisboa há uma Academia Real de Ciências, grande título que por si só se impõe, deduzindo-se que Lisboa possui sábios e se encontra dotada com um lugar onde se honra e cultiva as ciências... Risum teneatis, amici,¹ porque essa Academia não passa de um madeiro que, a

flutuar na água, por vezes pode aparentar a um barco. Esta Academia é uma monstruosa agremiação de pessoas, umas que não sabem nada e não têm nada a fazer, outras que não sabem nem querem fazer nada e ainda alguns sujeitos que se mexem muito para fingirem que andam muito ocupados e que, no entanto, não produzem mais que aqueles que nada fazem [...]. Esta Academia suou as estopinhas para publicar algumas produções. O público português prestou-lhes pouca atenção, certamente por não ter bastante boa opinião dos sábios de sua Academia – o público das outras nações ainda menos, pois não as conhece, nem nunca delas ouviu falar.

¹ Retenha o riso, amigo.

As anônimas “Cartas de um viajante francês a um seu amigo residente em Paris”, datadas de 1782, esclareciam que a Universidade se encontrava em “deplorável estado”, que D. Maria “empurrara o ensino para o claustro”, dando um “pernicioso golpe” nas ciências, nas artes e na educação. Que os poetas eram “miseráveis improvisadores”, cujos versos eram motivo “de riso aos homens sensatos”. Que as traduções eram uma “praga”, advertindo, “poríeis as mãos na cabeça e gritaríeis contra estes depravadores de obras alheias”. Que na arquitetura não havia nada que se comparasse ao Louvre, às Tulherias. E quanto às Academias de Portugal, que são duas: “Uma exangue, e quase expirante, que é a sombra ou o fantasma da Academia Portuguesa de História fundada por D. João V, que escreveu em seu reinado uns dez ou quinze títulos; e hoje está quase morta, sem sessões, sem sócio; e a outra, de Ciências e Belas Letras, fundada pelo duque de Lafões, em 1779, e que até o presente nada tem escrito, por onde possamos julgar do merecimento de seus sócios.” As ciências “andavam elas aqui vagantes e espalhadas, achando unicamente abrigo em algum particular que as

recolhe e as cultiva no silêncio de seu gabinete”.

Era consenso. Desde sempre, a Academia gozava de pouco prestígio. Não servia como cartão de visita fora do reino. Foi nesse clima de atraso intelectual, de clientelismo, em que se suava para extrair benefícios das autoridades, além de assistir ao abandono de naturalistas brasileiros, que Bonifácio se formou. Ele frequentou o curso de Leis, Matemática e Filosofia Natural, que, como visto, era considerado fraquíssimo. Em 1787, bacharelou-se. Dois anos depois, perante o Desembargo do Paço, prestou um exame que o habilitava a exercer cargos de juiz de fora, ouvidor ou desembargador. O motivo pelo qual não seguiu a carreira de magistrado é um enigma.

Tampouco se sabe como e graças a quem Bonifácio se aproximou do poderoso duque de Lafões, D. João de Bragança, e por que razão este o levou para a Academia Real das Ciências de Lisboa. Sabe-se que lá apresentou uma “Memória sobre a pesca da baleia e extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito de nossas pescarias”, usando as observações que fizera em Santa Catarina. Criticou o contrato exclusivo e sublinhou que, “sem o aguilhão da emulação e da concorrência”, o atraso seria inexorável. Para dar “utilidade” às observações, acrescentou dados sobre o risco da exploração ilegal da pesca baleeira realizada nas costas brasileiras e sublinhou a incompetência dos administradores: “O que se pode esperar de feitores estúpidos e inteiramente ignorantes da arte de pescar baleias e do modo de extrair azeite, e que teimosamente creem não poderem dirigir-se melhor estas manobras, só porque eles as têm dirigido assim há anos.” Além da ineficiência, denunciou o contrabando, o que não era grande novidade. Sobre a pesca, lembrou que hábitos arcaicos e a falta de estímulo desperdiçavam a chance de pescar mais e melhor. Se o que interessava à Coroa eram lucros, nesse caso só havia perdas. Enfim, música para os ouvidos dos membros da Academia. Biógrafos, porém, alegam o “reconhecimento de suas potencialidades de

naturalista” para explicar uma pensão do Estado, com o fim de aprimorar seus conhecimentos de mineralogia e metalurgia, que ele passou a receber. Tudo leva a crer, porém, que o pragmatismo do brasileiro pesou na escolha da carreira e do protetor.

O idealizador e fundador da Academia, João Carlos de Bragança e Ligne de Souza Tavares Mascarenhas da Silva, tinha então 68 anos e o perfil do que, na época, se chamava um “libertino”. A palavra designava uma elite, composta por príncipes e aristocratas de sangue, que considerava adquirido o direito de ter os melhores postos no Exército, os mais altos cargos na Corte e nos ministérios, de viver de renda, esquecidos, porém, das razões históricas de tais benefícios. Raramente se perguntavam até onde tais privilégios eram compatíveis com as reformas políticas, científicas e literárias das quais se faziam arautos. Liberdade, realeza, aristocracia, democracia, razão, novidades, filosofia, todos os conceitos pareciam estar reunidos para fazê-los felizes. Figuras emblemáticas de uma civilização aristocrática que agonizava nas grandes Cortes europeias, eles uniam aos privilégios do nascimento as qualidades das quais a nobreza mais se orgulhava: coragem, altivez, refinamento, cultura, espírito, arte de agradar. Conscientes de suas qualidades e decididos a valorizá-las, eles respondiam às exigências de uma sociedade teatral como a do Antigo Regime, onde deveriam ocupar a frente do palco.

Em Lisboa, Lafões se distinguia, por sua riqueza e trajetória de livros, daquela que, nas palavras de Arthur David Costigan, mercenário no exército português até 1776, era uma “sociedade de fidalgos que parecia mais de cortadores ou vendedores de velas de sebo do que gente nobre; e, no entanto, a palavra Excelência corria em profusão entre esses homens sórdidos”. Nobreza pobre, mas numerosa e orgulhosa, acrescentariam os alemães Link e Hoffmannsegg. Cortesãos que se comunicavam por um “palavrório afetado, sem pé nem cabeça”, que “aplaudiam

tudo o que apraz ao príncipe e tudo aquilo que pretendem os ministros, exaltando o despotismo ministerial e incensando os despotazinhos subalternos”, enfatizaria Carrère, dizendo ainda que lá não se praticava “nem o verniz sob o qual se disfarçava a lisonja e a corrupção; tudo nu e cru”.

Exceção entre seus pares e ex-aluno de Coimbra em Humanidades e Filosofia, Lafões foi tão brilhante que constrangia seus professores, incertos da forma de examiná-lo. Expuseram suas dúvidas à Corte e receberam de volta uma repreensão de D. João V, seu tio: “Porque destes a conhecer a fraqueza dessa universidade na ignorância que tendes para poder tratar com pessoas de alta qualidade, fazei também estudo político, que é preciso aos homens que querem ser sábios, se quereis merecer a minha proteção.”

Tal como seus congêneres franceses, britânicos ou poloneses, o duque de Lafões percorreu a Europa. Foi para a Inglaterra, onde a Royal Society o elegeu sócio; combateu do lado da Áustria na Guerra dos Sete Anos, enfrentando o inimigo prussiano; quando residia em Viena, recebeu em seus salões os músicos Gluck e Mozart; correspondeu-se com seu dileto amigo, o imperador José II do Sacro Império Romano-Germânico; viajou pela Suíça, Itália, França, Suécia, Egito, Turquia, Prússia, Polônia, Escandinávia até a Lapônia. Foi mais longe: Grécia, Trácia, Frígia, Lídia, Tessália e Mesopotâmia. Inimigo do marquês de Pombal, que enfrentou a aristocracia, só voltou a Portugal, depois do autoexílio, quando D. Maria assumiu. A influência da nobreza foi, então, restabelecida numa guinada política chamada Viradeira. Tinham, então, se passado dezessete anos. Se o comércio começava a prosperar, a balança comercial exibiria seu primeiro saldo positivo, o Tesouro conheceria alguns anos de desafogo, era preciso lustrar as artes. Ao reencontrar a aridez do panorama cultural, Lafões resolveu criar a Academia das Ciências nos moldes de tantas que visitara. Algumas, por exemplo, como a italiana,

Accademia Nazionale dei Lincei, datada de 1603, e detentora de um precioso *Tesoro Messicano*, composto de plantas, animais e objetos da cultura asteca.

Em 1788, aos 59 anos, casou-se com a filha do marquês de Marialva, Henriqueta Júlia, de apenas 16. Um ano depois, os estatutos da Academia portuguesa foram aprovados, e a primeira sessão realizou-se em janeiro de 1790.

Foi frente a essa figura notável que Bonifácio passou a curvar a espinha, pois o mérito do servidor não significava absolutamente a garantia de obter postos de comando. Somente a “felicidade em bem servir” era gratificada. Como bom súdito de uma monarquia absolutista, o brasileiro sabia que uma comissão ou cargos dependiam de favores. A necessidade imperiosa de exhibir a medida de seus talentos deve ter animado Bonifácio, que, ambicioso, não tinha outra escolha a não ser tentar sua sorte. Lafões desejava enviar um grupo para os grandes centros especializados em química para, “por meio de viagens literárias e explorações filosóficas, adquirirem os conhecimentos mais perfeitos da Mineralogia e mais partes da Filosofia e História Natural”. Depois de abarrotar os museus e jardins botânicos, seria o momento de pensar na modernização do pequeno Portugal.

O interesse pelo “Reino das pedras” já existia e Bonifácio não foi pioneiro. Por trás da aparente desordem das cadeias de montanhas, dos vales pedregosos e da terra onde se misturavam escombros de outras eras, os fósseis, era necessário encontrar a ordem escondida dos mecanismos. A irregularidade nervosa da superfície apontava para o fato de que uma organização se escondia nas profundezas. O objetivo da geologia era descobrir uma lei nas entranhas do solo. Gazes, ácidos, novos metais, carvão e seus derivados e experimentos com combustão tinham um impacto na metalurgia que era preciso conhecer e desenvolver.

Alguma coisa já se sabia. Tendo observado a existência de ferro nos montes de Goa, na Índia, e em Tete e Manica, em Moçambique, o luso-brasileiro Manuel Galvão recolheu amostras de minerais. Coisa pouca, pois, no reino, tais

observações estavam atrasadas. Em sua obra, Link e Hoffmannsegg anotaram a presença de minas de chumbo em Arganil, montanhas calcárias perto de Espinhal, porém admoestavam seus leitores:

Em Portugal não se explora nenhuma mina, com exceção das de mercúrio, perto de Couda, e as de Figueira, que contêm carvão. É terminantemente proibido escavar a terra para descobrir metais. Tivemos para isso uma permissão especial sem a qual não ousaríamos recolher minerais. Eis por que aconselho a todos que fazem comércio de minerais não chegar diretamente a Portugal, sem medo de cair nas mãos da Justiça desse país!

Proibida aos estrangeiros, a mineralogia podia ser desenvolvida por reinóis ou brasileiros. Talvez por isso, o interesse de Bonifácio em química, e não mais em botânica, que doravante cederia espaço a outras matérias mais práticas.

Um ano antes de optar por mineralogia e de cair nas boas graças do duque de Lafões, Bonifácio caiu nas garras da Inquisição. Uma denúncia ao Tribunal do Santo Ofício o acusou de estar envolvido em “práticas heréticas” com colegas. Aluno do terceiro ano de Leis, se juntou a Inácio José Aprício da Fonseca Galvão, pernambucano, matriculado no segundo ano; José Álvaro Coelho Franco da Silva Bento, terceiranista de Leis, nascido em Peniche; e ao estudante de Medicina Antônio de Carvalho, da Ilha da Madeira. Diziam que era falso o mistério da Santíssima Trindade, não consideravam a alma imortal, julgavam a monarquia ridícula além de danosa à nação, negavam a divindade de Jesus Cristo, a virgindade de Nossa Senhora e a necessidade de confessar pecados. Bonifácio não estava só. Seu amigo Francisco de Melo Franco “levava de sua casa dois ou mais tomos das Cartas do marquês d’Argent para ler”, assim como – escândalo! – o *Sistema da natureza*, do barão de

Holbach, que contestava a existência de Deus. Outro brasileiro, o estudante carioca Antônio de Moraes Silva, abrigava em sua casa colegas enquanto “se discutiam pontos de religião e eram citados autores como Helvécio, Voltaire e Rousseau, a quem chamavam de profundíssimos filósofos”. Não se sabe como foi recebida na universidade uma falha tão grave, quando nos livros então publicados os autores tinham que declarar “não querer escrever nada contra a Igreja Católica”, criticavam, chocados, Link e Hoffmannsegg!

O conventículo de “hereges” tinha razão de ser. Quem não frequentava a Igreja frequentava uma capela obscura. Quem não queria mais ritos e símbolos recorria a outros símbolos e ritos: iniciação, colunas, pinturas representando o templo de Salomão, o compasso, o esquadro, o malhete. Quem não queria mais mistérios e exigia transparência nas negociações comprometia-se com o segredo absoluto: “Juro e me obrigo diante do Grande Arquiteto do Universo e esta honrada companhia de nunca revelar os segredos maçônicos, nem ser a causa direta ou indireta de que o dito segredo seja revelado...” Em toda parte ela estava presente: na Inglaterra, pátria do pensamento liberal; na França, nos salões, nas academias e mesmo na conservadora Sorbonne; na Suíça e em Milão e Nápoles; e, sobretudo, nos países do Norte – de lá viria luz, dizia Voltaire – até as cortes de Catarina da Rússia e Frederico II da Prússia. A Europa mudava de rosto. Espaço de sociabilidade onde se entrelaçavam afinidades e compromissos profissionais e sociais, variando de região a região, a maçonaria era também uma escola de formação e práticas políticas.

Mas em Portugal a Inquisição, apoiada pela rainha D. Maria, perseguia “os maus costumes” e as “más ideias” na figura dos pedreiros-livres. Em Valença, vila minhota, em 1777, foram descobertas “multidões de libertinos”, como eram chamados os maçons, cujas ações se espraiavam lentamente pelo reino. A palavra traduzida do francês “*libertin*”, normalmente usada para se referir a “escravos

libertos”, designava, então, aqueles que duvidavam dos dogmas estabelecidos, os que se afastavam das regras e deveres da comunidade. Eram os livres-pensadores ou libertinos de espírito. Compartilhavam um prefixo, “in”: indisciplinados, independentes, insolentes, inconstantes, incrédulos, impertinentes, impudicos. Em Lisboa, encarnavam-se em poetas e naturalistas reunidos na Grande Loja Casa do Rocio, ativa até 1778. Na Madeira, funcionavam a loja do Forte de São João Batista da Praia Formosa e a da Quinta dos Louros, ambas nos arredores de Funchal, onde se entrecruzavam influências inglesa, americana e francesa, e cujas reuniões eram frequentadas por grandes e médios proprietários. Mas a organização maçônica mais discreta, porém mais conhecida, era a própria Academia das Ciências.

Tanto Lafões quanto Vandelli tinham sido iniciados no estrangeiro. Os próprios estatutos da Casa aproximavam-se dos de uma loja: todos os cargos eletivos importantes vigiam de um a três anos. Teriam Lafões e Bonifácio se encontrado num rito, durante a realização de trabalhos maçônicos? A “Pedra Bruta”, o minério, não representava, para os pedreiros-livres, o símbolo das imperfeições do espírito que o maçom deve procurar corrigir e o caminho inicial de sua preparação? O que se sabe é que, protegido, Bonifácio foi denunciado, mas não processado pela Inquisição. Deve ter sido punido com penitências espirituais, como prescrito no Livro III, título I, do Regimento do Santo Ofício. Bens a serem confiscados? Não os tinha.

Entre os anos 80 e 90 do século XVIII, momento da formação acadêmica e da partida de Bonifácio para a França, a expansão do ideal maçônico só fazia aumentar, sobretudo entre oficiais de Marinha que se deslocavam entre os quatro continentes. As pessoas mais diversas solicitavam sua entrada à instituição. Tanto “libertinos” quanto simples curiosos queriam participar dos ritos, mas, sobretudo, da rede de sociabilidade que a maçonaria criara em torno de alguns ideais. Da França, chegavam a Portugal

e Livros políticos, entre os quais tanto maçons convictos quanto opositores às transformações revolucionárias. Muitos maçons nobres de alta estirpe eram voluntariamente ignorados pela polícia, caso, por exemplo, do duque de Luxemburgo, durante dezoito anos administrador do Grande Oriente de França, pois tinham entre suas amizades o próprio duque de Lafões, o duque de Cadaval e o marquês de Nisa. A loja de Lisboa se reunia com frequência em endereços variados, de acordo com a tradição: em Pedrouços, na Rua São Julião ou dos Algibebes; na Quinta dos Arciprestes, freguesia de Santa Engrácia; numa quinta em Marvilla ou no Poço do Bispo, em Chelas. Realizavam-se iniciações e elevações até o 3º grau. A loja tinha composição heterogênea, juntando oficiais do Exército e da Marinha, comerciantes, profissionais liberais, clérigos, funcionários públicos, proprietários, etc. Em Coimbra, abundavam os estudantes animados pelo professor de Cânones, Simão de Cordes Brandão e Ataíde. E, no Porto, os “conventículos”, como eram chamadas as reuniões pela polícia, se faziam nos bilhares, nas lojas de café e nas assembleias.

Dizendo-se apolítica e aconfessional, insistindo na igualdade entre os maçons mesmo que entre eles houvesse reis e papas, apostando na prática da virtude, na sujeição ao poder legítimo, na solidariedade fraterna e na manutenção do segredo, a maçonaria celebrava uma nova concepção da existência: aquela que repudiava a austeridade, a tristeza, o desespero e tudo o que reforçasse a esperança no além, no outro mundo. Em suas reuniões, adeptos jogavam fora as coroas de espinhos e cingiam as de rosas. Bebiam, comiam, faziam circular rifões jocosos, “demorando-se os ditos jantares e comidas para muito tarde”. Queriam mudar a sociedade, não o poder. A devoção de um associado a outro era regra. O adepto que chegasse a cidade desconhecida encontraria apoio em outro. Era uma confraria internacional. Que fizesse um sinal e seria reconhecido. A unidade era sua força, a sede de liberdade, uma constante, e a guerra aos tiranos e aos privilégios, uma

obsessão. Impossível que Bonifácio não tenha mergulhado nesse caldo que se estendeu para fora do continente, atingindo, além da ilha da Madeira, os Açores.

O entusiasmo que o fizera aderir à maçonaria ou criticar a Academia levava Bonifácio a expressar sobre si mesmo uma avaliação ingenuamente positiva:

Sou muito fraco - confesso com singeleza que é para mim uma carga demasiada a fé robusta que exigem pessoas que talvez realmente não creiam como eu.

Querem os portugueses que eu escreva novenas de santa Rita, e porque não faço des petites capucinades,² chamam-me herege, e querem me assar devotamente.

Devemos saber ignorar em paz muita coisa grande...

² Pequenos discursos sobre moral.

Na mesma época em que partiria em missão para outros Estados europeus, Bonifácio casou-se. Contrariamente aos matrimônios da época, realizados dentro da igualha e depois do exame acurado da situação econômica dos nubentes, a esposa escolhida foi uma jovem irlandesa, Narcisa Emília O'Leary. Morava com sua tia, D. Isabel O'Leary, e devia andar pelos 20 anos. O noivo tinha 26. A cerimônia se realizou a 31 de janeiro de 1790, no oratório da residência do bispo de Mariana, freguesia de Nossa Senhora da Lapa, em Lisboa. Há quem tenha procurado a certidão desse matrimônio na Cúria Patriarcal de Lisboa e em outros arquivos, sem jamais encontrá-la. E há quem afirme ainda que frei Domingos da Encarnação Pontével, dominicano, encontrava-se em Mariana, Minas Gerais, não em Lisboa. Ou que Narcisa Emília seria filha de mãe solteira, Isabel.

Apesar de os nomes não parecerem saxônicos, a presença inglesa e irlandesa em Portugal era antiga. Sobretudo no comércio de vinho e de panos, mas também

na maçonaria. Havia a Loja dos Mercadores Ingleses, de predominância protestante, e a Casa Real da Lusitânia, visitada por irlandeses, católicos, frequentadores da procissão do Corpo Santo e gozando de boa reputação entre religiosos católicos. Viria daí esse encontro nada comum? O casamento resultaria da “intrepidez” do noivo? Amor não era então um critério de escolha do cônjuge, e tudo indica que a noiva fosse apenas uma figura discreta e amável, sem dinheiro nem projeção social. Bonifácio, amante de pandegarias e mulheres fáceis, teria lhe roubado a honra? Ou teria, segundo a tradição, sido um “casamento de benção”, aquele que se consumava com a simples promessa de realizar o matrimônio *in face ecclesie*, mais tarde? Que casamento empurraria o marido para fora da casa, instalada na Rua de São Bento, por dez anos? Pois foi o que aconteceu. Mal contraíram núpcias, ele partiu. E, nove meses depois, Narcisa Emília pariu.

Tempos de viver e outros tempos

Bonifácio não seguiu sozinho para os centros europeus, onde entraria em contato com novas ciências. Juntaram-se a ele o alentejano Joaquim Pedro Fragoso de Siqueira e o mineiro, já notório por seus estudos, Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá, que ia como chefe da equipe. “Da mineralogia esperávamos tudo do senhor Câmara”, entusiasmavam-se Link e Hoffmannsegg, sem qualquer referência elogiosa a Bonifácio. O modelo inspirador para esse deslocamento foram as *Voyages métallurgiques*, de Gabriel Jars, entre Saxe, Áustria, Boêmia, Hungria, Tirol, Caríntia e Estíria. Em 1765, o francês visitou a Inglaterra e a Suécia, onde observou a ventilação das minas e tratou do funcionamento de forjas. Suas anotações faziam a regra. Os fisiocratas franceses acreditavam que a terra era a única fonte de renda líquida, crença que mais à frente oporia os que detinham a terra aos que nela trabalhavam. Os portugueses também.

A ajuda de custo que receberam era o triplo da que recebeu Alexandre Ferreira em viagem ao Pará. Entre 600 e 800 mil-réis contra 240 mil-réis. Sim, as capitais europeias eram mais caras do que os arredores do Rio Negro, no Grão-

Pará, e havia, possivelmente, o desejo de aparentar boas condições quando se tratava do reino mais esquecido da Europa. Deixaram Lisboa recomendados pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra ao embaixador de Portugal em Paris, D. Vicente de Souza Coutinho. É provável que, entre ser comissionada em fevereiro e partir em data desconhecida, a missão tenha chegado a Paris em meados de 1790.

Bonifácio e seus colegas foram provavelmente por mar, passando por Bordeaux - "*beira d'água*" -, onde havia forte colônia de pequenos comerciantes portugueses e muitos maçons. Ali foram iniciados ninguém menos do que Montesquieu e Joseph-Ignace Guillotin, médico inventor da guilhotina. Ao viajar, Bonifácio ia conhecer a alegria rude dos marinheiros nos cais e dos embarques ao raiar do dia, o movimento das naus e o canto das ondas. Viajava para quebrar a monotonia da vida em Portugal. Viajava para colocar seus sonhos à prova de uma realidade onde se leriam as feridas da história. Pois, então, o mundo europeu tinha virado de ponta-cabeça. O sono tão feliz em que ainda cochilava o Antigo Regime foi interrompido por um acordar terrível. Em 1789, a Revolução Francesa eclodiu.

Pouco depois, chegaram à sonhada Paris, o maior centro científico da Europa: o Sena, serpente de cobre, ondulava entre as mansões senhoriais recentemente construídas, os chamados "hotéis particulares". Alguns, no Boulevard Saint-Antoine, por exemplo, tinham 2 mil metros quadrados. No Faubourg Saint-Germain, o hotel de Matignon tinha 4.800 metros quadrados e quase 20 mil metros quadrados de jardins. A especulação imobiliária explodira nos últimos trinta anos do século XVIII, notadamente na margem direita do rio. Belíssimas construções ombreavam com as habitações coletivas, de três ou quatro andares. Sobre um vasto porão, onde se guardava mercadoria, tais cortiços tinham casas de comércio ao nível da rua. Uma escada, em geral coberta de lixo, conduzia aos outros andares e, no último, uma enfiada de quartos abrigava artesãos,

estudantes e viajantes de passagem. Sujas, com janelas que deixavam entrar o vento, camas fervilhando de animais incômodos, assim eram as acomodações em hotéis ou quartos alugados. Sobre a porta da *concierge* ou zeladora, era comum a tabuleta: “Aqui nos honramos com o título de cidadão. Feche a porta, por favor.”

Apenas 45% das habitações tinham cozinha para o preparo de alimentos. A aparição de pequenos fogareiros a lenha garantia o calor no inverno. Mas apenas 6,5% dos apartamentos eram equipados com latrinas e as águas usadas eram despejadas pela janela, exatamente como em Lisboa ou nas cidades coloniais. O “Anfiteatro Inglês”, com espetáculos equestres, funâmbulos e equilibristas, no Boulevard Saint-Antoine, inaugurou, na época, o primeiro circo da cidade. Na galeria Montpensier, podia-se visitar o Gabinete de Figuras de Cera e o Gabinete de Física e Mecânica, animado por François Pelletier, fabricante de autômatos. Das portas entreabertas, vozes convidavam: “Animais estranhos!”, “Sombras chinesas!”, “Efeitos ópticos!”. Na Place Vendôme, o físico belga Étienne-Gaspard Robert, conhecido por Robertson, exibia seu espetáculo de “lanterna mágica”. As ciências estavam na rua e ao alcance de todos.

Se o trio tivesse chegado à cidade um ano antes, em maio de 1789, teria assistido à abertura dos Estados Gerais. Mergulhada em clima febril, a assembleia ouviu o discurso do rei Luís XVI declarando-se avesso a qualquer mudança política. Em junho, alguns membros da nobreza e do clero, sensíveis aos problemas dos camponeses, juntamente com os deputados do Terceiro Estado, “únicos depositários dos poderes da nação”, se reuniram no Salão do Jogo de Pela e juraram não se separar antes de dar à França uma Constituição. Frente a ministros divididos e um rei frágil, a tomada da prisão da Bastilha, em pleno verão, detonou “o grande medo”. Em agosto, os direitos feudais foram abolidos, enquanto camponeses queimavam castelos e, sobretudo, os arquivos em que se conservavam os direitos

de seus senhores. No final do mesmo mês, seguiu-se a aprovação dos últimos artigos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que proclamava a igualdade de todos perante a lei, defendia liberdades fundamentais e a soberania da nação, apta a se governar por representantes eleitos pelo povo.

Nesse meio-tempo, o pão rareava. Na cidade ou no campo, o menor descontentamento, a mais ligeira desconfiança levava à violência. Em outubro, a turba invadiu o Palácio de Versailles e obrigou o rei, Luís XVI, e sua família a voltarem a Paris num sinistro cortejo. Enquanto isso, a aristocracia fazia as malas e atravessava como podia o Canal da Mancha e os Alpes, buscando refúgio. Uma humilhação. Do outro lado dos Pireneus, D. Maria I tremia ao receber tais notícias. Contra o absolutismo, desejava-se implantar o modelo inglês de uma monarquia limitada pelo Parlamento. Com receio de perder a coroa, ela começou a perder o juízo.

Por seu lado, Bonifácio não perdeu tempo e foi às compras: meias brancas, fivelas de prata, fita para o cabelo, duas varas e meia de rendas para gravatas e punhos de cassa. Comprou também uma cocarda, insígnia revolucionária que se colocava sobre a cabeça. Foi ao cabeleireiro. Os salões desses considerados profissionais de ofícios de luxo se esvaziaram com a fuga da clientela rica. Entre idas e vindas, ouviu muito a palavra “povo”. E depois Bonifácio viu-o de perto, uivando ao pé da guilhotina.

Nessa época, aulas com os “grandes” como querem os biógrafos? Quase impossível. Antoine Lavoisier era deputado suplente e tinha proposto à Constituinte a substituição de títulos de pagamento, numa desastrada manobra financeira que acabou levando sua cabeça ao cepo. Favorável a uma reforma profunda do Antigo Regime e à instauração de uma monarquia constitucional, foi um dos três comissários do Comitê de Finanças da Convenção encarregados de reformar o sistema de impostos. A operação não deu certo e o pai da química moderna ainda

teve que ouvir do presidente do tribunal revolucionário que o condenou à morte: “A República não tem necessidade de sábios ou químicos.” Foi guilhotinado aos 50 anos, em maio de 1794. Antoine-François de Fourcroy, aluno dileto de Lavoisier a quem alguns biógrafos também atribuem o papel de professor do trio, estava mergulhado na redação não de tratados ou memórias sobre química, mas dos Cadernos do Terceiro Estado. Tratava, ao mesmo tempo, de sua campanha para deputado na Convenção Nacional. Favorável às ideias revolucionárias, ele deixara de dar aulas nos anos 1780 para se tornar, então, diretor da Fazenda Geral de Pólvora e Salitre no departamento de Paris e ativo deputado. Em 1793, ele substituiu Marat, assassinado na banheira, em pleno Terror.

Nesse cenário, certamente não deu aula aos viajantes, apenas assinou diplomas. Já Antoine-Laurent de Jussieu, médico e botânico, dedicou-se a estudar o mesmerismo durante os anos da revolução. Em 1794, foi nomeado diretor do novo Museu de História Natural e não deu aulas. O mesmerismo, moda científica que consistia em estudar fluidos magnéticos e buscar a “harmonia universal”, seria de pouca utilidade em Portugal, onde as aulas tinham que ter cheiro de missa. Um diploma assinado por monsieur Fourcroy prova que Bonifácio fez um curso curtíssimo de mineralogia e química, de 17 de setembro de 1790 a 1º de janeiro de 1791. É possível que as aulas tenham sido ministradas por Balthazar-Georges Sage, antirrevolucionário, autor de inúmeras memórias e publicações e que, por causa de suas convicções conservadoras, tinha perdido o lugar de diretor da Escola de Minas de Paris. Ou por Jean-Baptiste Guillot-Duhamel, cuja biografia esclarece que nunca passou em concurso sério e que teria entrado para a Escola de Minas por favoritismo. Afinal, era filho do famosíssimo engenheiro Jean-François Duhamel, já aposentado. A mesma França de Diderot e Voltaire, apóstolos da liberdade, nadava, então, num banho de sangue. O país da igualdade e fraternidade virou um

açougue. Em Paris, o cheiro dos massacres enchia o ar.

Entre setembro e abril de 1791, é pouco provável que tenha havido cursos no Jardim do Rei, como querem alguns biógrafos. Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, colaborador da *Encyclopédie* e autor de uma fundadora *História natural*, morreu um ano antes de explodir a revolução. Até 1791, quando um novo intendente foi nomeado, os tempos eram confusos e os revolucionários tinham assuntos mais urgentes a tratar, como, por exemplo, a mudança do nome de Jardim do Rei para Museu Nacional de História Natural. Ou a aprovação na Assembleia de um texto afirmando que todos os professores eram iguais em direitos e deveres. As aulas só começariam em 1802 e, mesmo assim, na cadeira de Anatomia Comparada.

Enquanto o trio deambulava pela capital francesa, Portugal recebia muitos fugitivos do Terror da revolução. A partir de 1791, essa imigração começou a engrossar. Os refugiados contavam histórias terríveis que contradiziam as ideias iluministas. Segundo eles, cidadãos soturnos, com seus bicornes pretos, prendiam qualquer um. Os calabouços, os conventos e as prisões se enchiam de prisioneiros acusados de “celerados”. As mulheres empenachadas com as cores da revolução ganiam, pedindo suas cabeças. O som de sinos e tambores sob o qual eram lidas as sentenças e as carroças carregadas de mártires entupiam as ruas. A exposição de troféus – genitais, vísceras e outras peças ensanguentadas do corpo humano – enfeitava os postes, assinalando o humor dos jacobinos. Não sem razão, Bonifácio seria eternamente defensor da monarquia constitucional e da ordem. Tinha horror à anarquia e à barbárie que viu de perto quando o anjo da morte sobrevoou Paris.

Os que podiam escapar cruzavam os altos planaltos espanhóis com seus vilarejos brancos como ossos ao sol. A presença de fugidos resultava num sem-fim de anúncios na *Gazeta de Lisboa*, onde se ofereciam serviços prestados por burgueses e padres. Os refugiados tinham se transformado

em preceptores, professores de dança e piano, chapeleiros e modistas. Mudados em qualquer profissão que lhes permitisse sobreviver, muitos moravam nos bairros pobres, albergados em pousadas miseráveis. Outros foram acolhidos pela maçonaria, que já tinha então um papel considerável na sociedade lisboeta.

Em Paris, o que faziam então os viajantes? Certamente foram à polícia. Era obrigatório entregar seus passaportes de estrangeiros e receber de volta, para ficar em Paris, uma licença renovada de mês em mês. Com certeza, frequentaram o Palais Royal. E por quê? Pois o duque de Orléans, Louis Philippe Joseph, dito “Filipe Igualdade”, distinguira-se, durante o terrível inverno, por distribuir víveres, lenha e dinheiro aos pobres, às viúvas, aos órfãos e desempregados, e tinha transformado seu palácio num centro de atrações. Era o verdadeiro rei de Paris. Nos três lados do seu jardim, fez construir longas galerias cujas arcadas abrigavam cafés, salas de leitura e de jogos, restaurantes, lojas de luxo e de quinquilharias; tinha mesmo montado um circo, na esplanada. Era uma cidade dentro da cidade, onde se encontravam famílias burguesas, trabalhadores, intelectuais, estudantes, jogadores, ladrões e prostitutas. Era, sobretudo, o espelho do humor popular, uma zona franca onde, falsas ou verdadeiras, as novidades circulavam sem controle. Onde todos tomavam a palavra.

Era um anti-Versailles. Lá, tudo se podia ver, ouvir, conhecer. Os cafés regurgitavam de pessoas cuja única ocupação era dar ou transmitir informações, que se transformavam ao longo do dia. No entorno, o vandalismo revolucionário tinha degradado inúmeros edifícios sob o pretexto de fazer desaparecer as marcas da realeza, do feudalismo e da religião. Uma mistura de feiura e beleza crescia entre as ruínas, como terríveis cicatrizes. Os campanários não tinham mais sinos; nem os cemitérios, cruzeiros. Nos muros rabiscados liam-se as inscrições republicanas desbotadas: “Liberdade, Igualdade, Fraternidade ou Morte!” Mas nada detinha os viajantes.

Teatros, passeios, ceias compartilhadas, visitas à Academia Real de Pintura e Escultura, então instalada no Louvre, onde apreciaram as obras de Le Brun, de Jean-Baptiste Huet e as esculturas de Le Gros. Bonifácio mandava encadernar seus livros *chez Mademoiselle Gerard*. Flores, ele comprava *chez Mademoiselle Hardi*, na Rue Montebard.

Não por acaso, Bonifácio foi integrar a Sociedade Filomática de Paris, originalmente denominada Sociedade Ginástica – palavra que à época não designava a cultura física. Recém-fundada por seis jovens, metade deles médicos cujo objetivo era emular o espetáculo dos progressos do espírito, a sociedade tinha uma agenda maçônica: combater a intolerância religiosa e o absolutismo real e pontifical. Era aberta aos que quisessem exercer a livre expressão do espírito crítico nas ciências, nas artes, nas letras, assim como na reflexão filosófica. Sua divisa, “Estudo e Amizade”. Ali valorizava-se o ensino mútuo, o que transpunha para o plano científico a prática da iniciação recíproca por intermédio das lojas maçônicas. Às vésperas da revolução, muitos dos membros estavam ligados aos meios maçônicos e um dos fundadores, Augustin-François de Silvestre, era membro da loja parisiense Le Patriotisme. Em 1789, havia cerca de 50 mil maçons entre a população urbana.

E por que a maioria de médicos? A disciplina que mais chamava a atenção da opinião pública era, então, a medicina. Sobretudo nos meios governamentais, seu prestígio era considerável. O médico se tornara o conselheiro das famílias, até para questões morais, e era a eles que o poder se dirigia para resolver problemas referentes à higiene pública. As ciências naturais que interessavam aos filomatas estavam exclusivamente ligadas à indústria. Daí a importância da geologia para a indústria e da botânica para a agricultura. A revolução servia de estímulo às atividades científicas e os filomatas mantinham reuniões semanais, ora na casa de um sócio, ora na casa de outro, e participavam de excursões herborísticas. As

sessões de trabalho eram as mais disputadas e tinham lugar, em salão alugado a um particular, na Rue de Buci, nº 10. O local era dividido com a também recém-inaugurada Sociedade de História Natural, que tinha sucedido, às vésperas da revolução, a efêmera Sociedade Lineana de Ciências. Nele também se encontravam uma biblioteca e coleções de história natural e mineralogia abertas aos interesses comuns de ambas as instituições. Isso explica a proximidade de Bonifácio com a dita sociedade, onde apresentou uma curta memória sobre os *Diamantes do Brasil*, seu segundo trabalho científico. O texto mais trata de história e a parte mineralógica foi realizada, dizem especialistas, de maneira superficial, embora cante e louve a riqueza do solo brasileiro. Bonifácio teria conhecido Lamarck na Sociedade Filomática? Não. Ele só passou a atuar em 1793, quando os viajantes portugueses já haviam deixado Paris.

As carências da estadia eram aliviadas nos serralhos de prostitutas parisienses, onde Bonifácio cometeu mil pecados. A cidade oferecia várias novidades não só no reino das ideias políticas, mas também do sexo. Os bordéis começavam a ser decorados com luxo. Mulheres solteiras e casadas se ofereciam por dinheiro. A escolha se fazia através de um buraco na parede - “a judia” - ou consultando o “livro das belezas”, um catálogo ilustrado das pensionistas em cabelos soltos e decotes fundos. Às vésperas da Revolução eram 30 mil fazendo negócio dos seus charmes. No Palais Royal, por seu “mau fado”, teria gasto 18 libras com duas delas. Os bairros se especializavam: Saint-Denis e Saint-Honoré. E lanternas vermelhas se multiplicavam nas portas das ruas de má reputação. Os gastos com as noitadas eram lançados no rol das despesas correntes. As chamadas “obras de Vênus” devem ter acendido nele as lembranças de Eulina, a quem, mesmo casado, seguia escrevendo: “Eterna viverás a esta alma unida.” Mas teve também ligações estáveis. Em suas notas refere-se a Franchette e a Madame Delaunay, com

cada uma das quais teve uma filha.

De Paris, tomou estradas de pedra ladeadas por olmos e freixos e foi a Rouen, na Alta Normandia, conhecido porto escravista que trocava panos por africanos. No caminho viu homens e mulheres escurecidos de sujeira, pés descalços, a cabeça coberta por um lenço, lavrando as terras. Os ventos revolucionários tinham arrasado muitos vilarejos. Em toda parte se viam escombros. Rouen era também a terceira cidade do reino na impressão de livros clandestinos. Ali, a revolução não colocou uma guilhotina na praça, mas a catedral virou Templo da Razão. Se lá não existiam cursos de Mineralogia, a cidade abrigava inúmeras lojas maçônicas. Sede de uma antiga academia e distribuidora de obras proibidas impressas nos Países Baixos, Rouen disseminou uma rede de confrarias de “pedreiros-livres” que reunia comerciantes, rentistas, clérigos e aristocratas de toda a região.

Depois, com a bolsa renovada, atravessou o Nordeste da França e foi à meca do ensino de Geologia e Mineralogia, a Bergakademie, de Freiburg im Breisgau, no reino da Saxônia. O objetivo era “assentar praça de mineiro” e trabalhar como operário. Cortada pelas águas do Dreisam e abraçada pela Floresta Negra, a cidade ficava a poucos quilômetros da fronteira e, anos antes, recebera Maria Antonieta com um belo arco do triunfo, quando ela viera de Viena para casar-se com Luís XVI. No centro, a catedral em estilo gótico atraía os fiéis graças ao som de seu órgão barroco. Cercada de minas de chumbo, cobre e estanho, ali as matérias eram ensinadas pelo geólogo-professor Abraham Gottlob Werner, influente nos países de língua anglo-germânica. Laboratórios, atividades nas minas, construção de poços, investigação sobre a composição de rochas e excursões às montanhas e vales criaram, em 1792, as condições para o desenvolvimento científico de Bonifácio. Matriculado sob o número 383, diplomou-se, dois anos depois, em “*Oryktognosia*”, nome complicado para a geologia prática, e em Geognosia, “ciência que trata do

corpo sólido da terra como um todo e das diferentes ocorrências de minerais e rochas que a compõem, a origem destas e de suas mútuas relações”.

Amigo de Alexander von Humboldt, como querem alguns biógrafos? Pouquíssimo provável. Estudo recente mostra que nessa época o jovem naturalista – de 22 anos –, com a carreira em ascensão estratosférica, já era inspetor de minas e viajava milhares de quilômetros a fim de avaliar poços de minas e minérios: carvão em Brandenburgo, ferro na Silésia, ouro nas montanhas Fichtel ou sal na Polônia. Foi a época em que inventou uma máscara respiratória para melhorar as condições de trabalho dos mineiros e uma lâmpada perene, que funcionava nos poços mais profundos, e também fundou uma escola de mineração. Trabalhava e viajava tanto, e o fazia em ritmo tão alucinado, que seus colegas achavam que ele tinha “oito pernas e quatro braços”. Em 1794, já tinha se mudado para Iena e Weimar, onde convivia fraternalmente com Goethe e Schiller.

Enquanto isso, Bonifácio e Câmara Bettencourt receberam autorização do governo real da Saxônia para visitar e inspecionar as minas do reino. A essa licença seguiram-se autorizações para excursões às salinas, minas e fundições na Áustria, concedidas pelo governo imperial. Visitaram, provavelmente, as minas de ferro e de sal de Hallstatt, exploradas desde a Antiguidade, as minas de prata no Tirol, de cobre em Hochfeld, em Salzburgo, e de chumbo e zinco na Caríntia. Nas montanhas notaram que o ar fino lhes permitia ver com clareza os cimos denteados e sentiram os dedos inchar e doer de tanto frio. Por onde andaram pouco se sabe. Afinal, tinham nos calcanhares as tropas de Napoleão, que atravessaram os Alpes italianos na direção de Viena. Enquanto circulava, o exército revolucionário mudava as fronteiras da Europa.

Na Prússia, potência política e militar crescente, Bonifácio teve péssima impressão da gente: grosseira e pouco hospitaleira. Criticou a sociedade dividida em castas. Queixou-se de que os de cima não dirigiam a palavra aos de

baixo. Nem mesmo o ambiente científico escapava da divisão: “Na Alemanha as ciências são uma profissão de casta e ofício.” Os filósofos locais foram considerados atrasados, pois cometiam o pecado de ficar “a pensar nos seus gabinetes e a escrever compêndios em obras de metafísica”. Ele avaliou a nobreza: “Em geral pouco aplicada e ignorante.” Criticou ainda o que lhe parecia falta de sensibilidade: nos teatros, “como mortos, apenas batem um instante de palmas e molemente”. Seu verdadeiro prazer era fumar e beber cerveja. Tampouco lhe agradaram as mulheres, porque “não têm a graça francesa nem o natural inglês. Os espartilhos muito estreitos, além de impedirem o crescimento e a dureza dos peitos, constroem demasiado”. Pontos positivos? O respeito à ordem pública, um povo pouco afeito às perturbações de rua, enfim, um povo “sossegado e tranquilo”.

Da Áustria passaram, em 1798, à Suécia, com idas e vindas ao Reino da Noruega cavalgando, como outros viajantes, cavalos pequenos e baratos. Para chegar à Dinamarca, atravessaram o estreito entre os dois reinos em barcaça. Estocolmo era uma cidade de águas e ilhas. Para se deslocar era preciso saber que o caminho mais curto não era a linha reta, mas a sinuosa, que permitia atravessar, de ponte em ponte, os braços de mar que separavam os bairros. No coração de Gamla Stan, a ilhota da cidade antiga plantada no espelho do lago Meolen, a dois passos do palácio real, a Academia. No grande Norte, Bonifácio se encontrou face a face com o verdadeiro inverno, que no Brasil só fazia pequenas aparições, mas ali durava meses inteiros, sem princípio nem fim. Reencontrou também Narcisa Emília, que, de setembro de 1796 a agosto de 1797, aqueceu-lhe as noites frias. A pequena Carlota, com 6 anos, ficara na companhia da “tia” Isabel. O momento da visita também não era ideal. Gustavo III, o “déspota esclarecido”, fora assassinado num complô da aristocracia em 1792, seis anos depois de ter fundado a Academia Real das Ciências e Letras e a Ópera de Estocolmo. Uma terrível luta pelo trono

estava em curso. Por que esse assassinato? Durante a Revolução Francesa e para lutar contra os aristocratas desgostosos com medidas como a reorganização da justiça, o fim da tortura e a melhoria da vida dos camponeses, Gustavo III reforçou seu poder absoluto pelo Decreto de União e Segurança, que dava a todos os suecos a igualdade de direitos e o acesso às funções públicas. Foi o que bastou para uma reação. Morreu com um tiro, durante um baile de máscaras.

Enquanto a loucura da rainha D. Maria I se confirmava e seu filho, o príncipe D. João, assumia a regência, os viajantes passaram dois anos entre um povo ordeiro e educado. Ali Bonifácio não viu “uma só disputa, um só levantamento de voz”, porém ressaltou que os suecos “têm um conceito de si que lhes é prejudicial porque cuidam ser perfeitos e não tentam melhoria”. Conhecido por sua arrogância, ele podia estar falando de si mesmo. O contato com outros cientistas era a oportunidade que Bonifácio tinha de avaliar os próprios conhecimentos e as próprias lacunas. Para “desenvolver suas ideias”, adquirir “talento na narração e nos detalhes importantes”, precisava desenvolver suas opiniões em dissertações “minuciosas”. Na mesma época, registrava em autoexame:

Notei que sou seco nos meus escritos, que o estudo dos nomencladores e sistemáticos tem muito apagado a minha imaginação e que devo de exercitar-me na arte de debrouiller mes idees com clareza, dignidade e graça. Faltam-me talvez le talent de narration et des details importants. Para corrigir-me devo fazer dissertações détaillées de algumas das minhas ideias e opiniões que o merecerem. Ler Cícero, e Tito Livio, Gibbon, e Voltaire com atenção e imitação me será proveitoso – Também principalmente Buffon, e alguns elogios de Thomas, Hender, Foster e Meisner, etc. Fenelon, e St. Pierre (Etud.).

A preocupação com a leitura de autores que desconhecia e a prática da língua francesa eram necessidades evidentes no que restou das anotações:

Il faut avoir L'Ars Critica de Le Clerc, et ses autres ouvrages filosofiques et scientifiques. Je sens le besoin d'étudier le Grec et de recommencer la lecture approfondie des Classiques latins. Il faut se procurer les ouvrages de Gassendi, philosophe des [litterateur]. Et litterateur des philosophes, et les littéraires de Leibnitz. - Se dictionnaire de [Bayle], et son rédacteur Allemand nouveau.³

Para reclamar os portugueses vadios da Corte e grandes cidades a cultura dos campos, além das impulsões e prêmios públicos, convém despertar novos Virgílios, que façam sentir o repouso e os prazeres inocentes da vida rústica. Aristote, le pere de la critique La critique est selon Gibbon, l'art de juger 1º ce qu'ont dit les écrivains; 2º S'ils ont bien dit; 3º s'ils ont dit vrai: Le critique [p...] combine doute, decide; je peux ajouter, il [facille], et il análise e ce qu'il doit, et non qu'il [veut]. Pour etre geometre il ne [fais] que etre homme; pour entre critique et hóme de gout, il faut beaucoup plus.⁴

³ “É preciso ter a *Arte crítica* de Le Clerc e suas outras obras filosóficas e científicas. Sinto necessidade de estudar o grego e de recommençar a leitura aprofundada de clássicos latinos. É preciso adquirir as obras de Gassendi, filósofo dos literários. E literário dos filósofos e os literários de Leibnitz. Esse dicionário de Bayle e seu novo redator alemão.” Obs.: Literário no sentido de “estudioso da literatura ou dos textos de alguém”.

⁴ “Aristóteles, o pai da crítica. A crítica, segundo Gibbon, é a arte de julgar 1º O que disseram os escritores; 2º Se foi bem dito; 3º Se foi dita a verdade: A crítica combina, duvida, decide; eu acrescentaria que ela facilita e analisa o que deve, não o que quer. Para ser geômetra, basta ser homem; para ser crítico e homem de gosto, é preciso bem mais.” Ser um homem de gosto significava ter aptidão para discernir as belezas e os defeitos de uma obra de arte ou de uma produção do espírito.

Bonifácio descobria que tinha muito a descobrir e a trabalhar para ser um “homem de gosto”, aquele que saberia discernir as qualidades e os defeitos de uma obra do espírito. Entendeu que textos escritos durante séculos faziam sombra no presente: era preciso conhecê-los mais e melhor. Desesperar-se, mas aprender. Ele ainda estava distante do ideal do “homem de letras”, palavra que na época designava os intelectuais, votado às coisas do espírito e colaborando, sob esse princípio, para o desenvolvimento e a educação do gênero humano.

Sua autoestima, ferida pelos limites das “castas”, parecia não se dar conta de que o Antigo Regime não inventou as diferenças sociais. Ele as transferiu da ordem da riqueza pura para aquela de um ambiente de signos de reconhecimento e objetos que multiplicavam as diferenças: formas de vestir, de se comportar; as perucas, o conhecimento da etiqueta ou das línguas definiam com mais clareza o lugar do indivíduo do que apenas sua fortuna. E Bonifácio não tinha aparência suntuosa nem falava bem o alemão – e quando o fazia soltava perdigotos, segundo um observador.

Nessa conjuntura pessoal e social, obteve o diploma da Academia Real das Ciências da Suécia, em Estocolmo, e fez a descoberta de doze minerais de interesse acima do comum. Consta que enviou notícias de tais descobertas às publicações especializadas europeias. Dentre elas, um estudo sobre as minas de Sahla e minerais nunca antes descritos: o espodumênio, a petalita, a criolita e a escapolita. Seu artigo “Exposé succincte des caractères et des propriétés de plusieurs nouveaux minéraux de Suède et de Norvège, avec quelques observations chimiques faites sur ces substances” foi publicado no *Journal de Physique, de Chimie et de Histoire Naturelle* em 1800 e, no ano seguinte, traduzido em inglês no *Journal of Natural Philosophy, Chemistry and Arts*.

Da Noruega, porém, não guardou boas lembranças. “É aqui tudo uma ladroeira!” O povo era desordeiro: “Os

rapazes são criados com toda a liberdade dos selvagens, porém, a falta de sangue quente os livra de desordens. Contudo os crimes não são raros, por falta de castigo pronto e forte [...] observei a gente do povo porca, as mulheres sujas, faltas de agrado. Em uma palavra, não me agrada até agora este povo.” Houve exceções: duas raparigas, de Copenhague. “A fresca e corada Nicolina” recebeu especial atenção e causou-lhe as vertigens do sexo. Na mesma cidade de grandes edifícios e ruas movimentadas, sofreu grosserias e foi enganado pelos que o ajudaram a desembarcar a bagagem no porto:

A 19, às 3 horas da tarde, cheguei de LandsKrona a esta capital. O desembarque e entrada não tem variedade porque é a mesma costa prolongada, de que já muito de longe do mar se goza. O que sofri de grosserias e lograções do povo dinamarquês, que me ajudou a desembarcar, carretar à praça os meus trastes, deu-me uma ideia mais vantajosa da gentilha sueca a seu respeito, enquanto a probidade e mansidão. A cidade mais cheia de edifícios grandes e mais retas as ruas que as de Estocolmo; porém o local mais úmido, e [...nico], e sem arrebatões que interessem.

D. João [...] excelente homem, filósofo, humano, instruído, descubro nele alguma coisa, que possa merecer [...]ar] de nota alguma vaidade literária, e afinamento de opiniões – Rademaker é bom por coração, e egoísta talvez por i[...]cia, a sua amabilidade de caráter ou nada, ou efeito do [...] das sociedades em que confina muito parte das suas reflexões inativas de agradar – bom juízo, ainda que não abre [...] estradas.

Entre uma excursão e outra por esses reinos férteis onde tudo estava em movimento, achava tempo para discutir questões sobre “várias matérias de economia política”, sem jamais ter cuidado em encobrir suas críticas a Portugal:

Pus em discurso que o direito de propriedade não era fundado na natureza, mas, sim, de origem social – que para um Estado, em que o sistema agrícola estava gangrenado, as leis indiretas não bastavam e que precisa fazer distinção entre leis criadoras e regulativas para que resultasse uma boa legislação, e regime sobre a cultura dos grãos em Portugal. Creio também que a época de nossa decadência agrícola começou com o reinado de D. João I, em que o sistema de conquistas e descobrimentos navais começou em Portugal. D. Manuel foi o rei que menos fez para Portugal neste gênero, e talvez um que mais nos arruinou. [...] outros embaraços da agricultura são os morgados, que ajuntam por herança e casamentos outros, impossibilitam os casamentos dos filhos segundos, e pelos alimentos que se lhe devem dar os retém na indolência e vadiação. Também os bens de capelas, destruídos e mal cultivados – as pensões exorbitantes dos prazos, e julgados são outra coisa, etc., etc., etc.

Passou de volta por Freiburg a caminho de Hamburgo, onde tomou o navio. Uma parada em Falmouth foi seu único contato com a Inglaterra, onde a eficiente produção de carvão, graças às bombas que oxigenavam galerias e drenavam água do solo, já extraía 10 milhões de toneladas do solo. Na ilha britânica giravam as polias da máquina da Revolução Industrial. Expandia-se veloz a indústria da tecelagem. Em Londres, à época, brilhava nos salões da Royal Society um diplomata e geólogo português cujo fulgor não escapou ao radar de cientistas do porte de Joseph Banks: o abade José Correia da Serra, maçom iniciado em Roma, na Loja dos Amigos Sinceros, e um dos fundadores da Academia das Ciências. Ora, nada mais natural que um geólogo enviado em missão pela dita Academia fosse acolhido por um correligionário no mesmo anfiteatro de sábios internacionais. Mas não há nem sinal de Bonifácio nos documentos da Royal Society.

Sim, ele tivera ordens para visitar o país, e indicações de uma pensão barata e tranquila em Londres. Tivera orientação para comprar chá e açúcar e guardá-los a sete chaves, assim como o endereço de um cabeleireiro “para pentear na hora em que lhe conviesse” e um homem para limpar botas e roupas. Tivera conselho para não “tentar a virtude da moça da casa”. Mas nada disso aconteceu. Não se sabe se acabou o dinheiro ou a paciência das autoridades portuguesas ou dos próprios viajantes. Direção, portanto, Lisboa.

Para além dos novos minérios encontrados e das aulas sobre sua classificação com Werner, o que ficou para Bonifácio da rede de sociabilidade entre cientistas, rede que permitia contratações de professores e postos em academias e universidades estrangeiras a preço de ouro? Nada. Correspondência com cientistas estrangeiros? Desconhecida. Já seu desafeto Domingos Borges de Barros a manteve com Cossigny, nas Ilhas Maurício, ou com Leblond, plantador em Caiena, além de frequentar a casa de Jacques Delille, amigo de Voltaire. Seu ex-colega em Coimbra Lucas José de Alvarenga, fidalgo mineiro, depois de uma passagem fulgurante por Macau e Goa, era recebido por Luís XVIII, o marquês de Marialva e a marquesa de Pombal, a quem entretinha com histórias sobre a China. Registre-se que Joseph Banks mantinha correspondência com o abade Serra. Cientistas, quando renomados, eram convidados e muito bem pagos para trabalhar em outro país, caso, por exemplo, de William Wilkinson, metalúrgico das Midlands que foi dirigir as usinas de ferro e aço em Creusot, França. As ciências tinham se internacionalizado. Mas não para ele.

Sabe-se que passou por outras cidades europeias sem deixar traços: Veneza, por exemplo. Não há registros do encontro de Bonifácio com qualquer dos milhares de cientistas importantes que pululavam em toda a Europa. Ele ficava apenas em contato com funcionários públicos portugueses. Em Viena, Bonifácio conheceu D. Lourenço de Lima; e Joaquim José de Miranda Rebello, antigo secretário

de D. Rodrigo, em Turim. Com Rebello contraiu amizade e, sobretudo, ganhou proteção, coisa que, já sabia, era indispensável.

A consequência foi a carta enviada por Rebello lembrando a D. Rodrigo que havia quase oito anos se mandaram três moços estudar na Europa e “adquirir os conhecimentos de teoria e observação necessários para que se formasse entre nós o estabelecimento de um Diretório de Minas por meio do qual aproveitássemos as imensas riquezas que a Providência nos deu”. E, recomendando Bonifácio, insistia: “Esse moço [...] é cheio de talentos naturais e adquiridos, é vivíssimo, nutre um zelo patriótico tão ativo e tão iluminado que eu estou seguro que, quando V. Ex^a. o conhecer, e comunicar, certamente achará um homem com quem possa entender-se.” E rematava: “José Bonifácio d’Andrade é superiormente hábil e V. Ex^a. achará certamente que ele pode ser muito útil [...] para aproveitamento das minas portuguesas, da glória que elas podem dar a V. Ex^a. e da utilidade de que tudo pode resultar a Portugal.”

A correspondência revela que D. Rodrigo teria esquecido do trio, como o fizera com outras missões. Que, até então, Bonifácio não o tinha suficientemente impressionado como cientista iniciante. Revela, ainda, que o critério de utilidade das pesquisas seguia sendo a pedra de toque para chamar a atenção dos patronos da burocracia do reino. Não se sabe se por orientação do amigo Rebello ou por iniciativa própria, Bonifácio escreveu uma longa carta ao embaixador Lourenço de Lima, na qual informava seu retorno a Portugal e expunha suas ideias sobre a importância das minas na riqueza dos países, a reforma da legislação que deveria regê-las, as exigências e a qualidade do pessoal envolvido em sua produção, a preferência de homens livres a escravos, a criação de escolas para formação de pessoal – como fez Humboldt – e, finalmente, o recrutamento de técnicos estrangeiros, indispensáveis nos primeiros tempos. A novidade seria a existência de companhias – em parte

estatais, em parte privadas – capazes de alavancar capitais e buscar investimentos técnicos sob o controle do Estado. Solidário, Rebello anexou cópia dessa carta à que enviou a D. Rodrigo.

Depois do terreno aplanado, Bonifácio escreveu diretamente a D. Rodrigo. Como de praxe, espinha curvada, dizia aguardar as eventuais ordens que esse quisesse ainda lhe dar antes da partida definitiva para Portugal. Reafirmava o desejo de se empenhar para melhorar a atividade mineira com as mais modernas técnicas e meios materiais. E, mostrando competência, sugeria itens indispensáveis para colocar seu projeto de pé:

1º Um bom código montanístico que não temos.

2º Novos Conselhos e Superintendências de minas.

3º Ginásios ou academias montanísticas em que se formem candidatos.

4º Alguns práticos e trabalhadores inteligentes.

Pouco modesto, encerrava a carta argumentando:

Se o zelo de bom vassalo, se as luzes práticas e teóricas adquiridas em nove anos contínuos de viagens e estudos, se alguma estima e reputação literária entre os doutos da Europa, enfim, se a voz da própria consciência me podem dar alguns títulos à confiança de S.M. e seus ministros, eu rogo a S. Ex^a. queira pesar minhas razões.

Não se sabe se foi esse o momento das “Reflexões sobre o meu caráter”, que bem cabem como avaliação depois de tão longa viagem e ainda trazem certo traço de juventude:

Gosto às vezes de contradizer, não por querer governar a opinião alheia, nem por gosto, mas pela abundância e vivacidade de minhas ideias, e por este amor à

liberdade, que é inato em mim e pela aversão profunda contra tudo o que tem laivos de baixeza e servidão.

Meu caráter reúne algumas contradições palpáveis – sou com as mulheres ou muito tímido ou muito atrevido, romanesco no amor e às vezes inconstante, cedendo ao primeiro impulso da imaginação e logo depois, escutando demasiado a razão; amigo fêrvido e sincero, e mais capaz de ofender que de aborrecer, ativo por vezes, e indolente por gosto, capaz dos maiores esforços de trabalho, contanto que não seja monotônico e diariamente regular. Amigo do sexo às vezes por voluptuosidade, quase sempre para afugentar o nojo⁵ e também par esprit de recherche. Il me faut rester quelque temps dans une compagnie, avant de pouvoir y jouer un rôle.

O móvel principal de quase todas as minhas ações refletidas é a razão e as leis da pura natureza – amigo da boa sociedade, indiferente à numerosa; e inimigo antipático da má – livre no discurso por gosto – a etiqueta me aborrece; e quando seguro da minha consciência, pouco cuidadoso do que dirão os outros.

Amo o indivíduo, sem ter boa ideia do homem em geral.

Susceptible, mais facile à revenir,⁶ sem, contudo, esquecer jamais a ofensa.

⁵ Em ordem: nojo significava tristeza. “Por espírito de curiosidade. É preciso que eu permaneça algum tempo numa companhia, antes de poder ter aí um papel.”

⁶ “Suscetível, porém fácil de se retratar.”

Ou ainda: “Nascido com um temperamento fêrvido, o meu primeiro movimento é uma doidice completa e atrevida que tomo por uma nobre intrepidez.” E a seguir, se contradizendo: “Com uma alma pouco fêrvida, meu natural

às vezes muito tímido, principalmente com senhoras, me faz sempre tanto mais bisonho, quanto procuro fazer-me agradável. Além do que, sempre quis falar bem, falei mal e disse asneiras.” E com autocrítica: “Donde vem o pensar muita gente que eu sou alegre? Creio que de confundirem a alegria com a impetuosidade de caráter – fui muito melancólico e ainda continuo de quando em quando a sê-lo. Por que não serei como muitos de meus amigos, que só veem o melhor lado das coisas, e esperam sempre o melhor?”

Como tantos autores do Antigo Regime, Bonifácio se escrevia e escrevia o mundo. Era uma forma de dar sentido à própria vida, de enumerar decisões a adotar, iniciativas a tomar. A prática da escrita a respeito de si era, então, muito presente entre os letrados e trazia, na maior parte das vezes, um olhar de crítica ou de amargura sobre o que se viu, sentiu, pensou e viveu. Tais observações ou notas manuscritas, numerosas, por vezes apressadas, deixam ver não o retrato objetivo do autor, mas sua silhueta, como se refletida na água ondulada de um lago. Bonifácio, em suas curtas observações, difere dos contemporâneos que deixaram longas descrições da época, da política, da paisagem e dos costumes em memórias ou correspondências. Preferiu frases soltas que se acomodassem à realidade de uma vida que já começava a se gastar.

Retorno ao Reino da Estupidez

Para o trio luso-brasileiro foi uma longa viagem: dez anos longe de casa. Apesar do esforço, não frequentaram os grandes centros como, por exemplo, a Academia de Ciências e o Observatório Astronômico, em Paris. A pequena Copenhague ainda não era considerada centro de excelência, por não contar com talentos, laboratórios equipados ou regularidade nas publicações, afinal, 90% da população era essencialmente rural. Era só uma cidade prateada pela neve. Contam biógrafos que Bonifácio teria publicado reflexões sobre mineralogia, nascidas de suas viagens à Suécia e à Noruega, no *Journal de Physique, de Chimie et d'Histoire Naturelle*. Nos números publicados por esse periódico, com a colaboração de nomes importantes como Humboldt, Spallanzani, Lapeyrouse ou de cidadãos como *citoyen* Cuvier – assim se autointitulavam os cidadãos durante a revolução –, entre tantos outros, se encontra um único nome português: Joaquim Frago de Siqueira, seu colega na peregrinação europeia, sócio livre da Academia Real das Ciências de Lisboa e correspondente da Academia de Leipzig, com uma memória sobre as técnicas de amálgama nas fundições de Hülbrück.

Porém nada impediu Bonifácio de julgamentos definitivos

sobre os reinos que percorreu: “A Espanha é uma ressurreição contínua do passado; e este amor e aferro às formas góticas e mouriscas é que ainda conserva alguma energia e existência ao corpo da nação já dilacerada”; a “Rússia é um Estado amassado de pedaços que saiu já armado, como Palas da Cabeça de Júpiter; mas esta massa heterogênea não tem ponto central de desenvolvimento e formação. Suas feições primordiais e principais são ainda asiáticas”; “Suécia e Noruega hoje reunidas têm um povo fornido, valente, são, atrevido e, contudo, benévolo e manso, vivo e fantástico. As montanhas ásperas e frias, a vida em ermos, e desertos vales no meio de matas monótonas, o tinir e afrouxar contínuo dos malhos e fornaças de ferro e cobre, que os fazem os Ciclopes da Inglaterra, dão-lhe grande firmeza de caráter, e prometem-lhe ainda séculos de força e nacionalidade”; a “Alemanha, manipulada há séculos pelas mãos venenosas do luxo moral, poesia, filosofia e política da França, tem perdido muita parte da nacionalidade e vida própria, e vai em decadência progressiva”.

Testemunha dos conflitos de uma época, que parte dele mesmo se confundiria com as armadilhas que o cercaram? O que Bonifácio teria trazido dessas experiências? O orgulho que trabalhava o fundo do seu coração, os pecados dissimulados, o apetite de sobressair-se, a atenção ao grão das coisas, o sabor particular de uma fruta ou de uma pele, e, certamente, a experiência de ser o Outro. O Outro na República da Europa. República que não era forma de governo ou regime político, mas uma comunidade espiritual, unida pelo brilho da cultura, o humanismo da convivência, o privilégio do mérito alicerçado no trabalho e na produção da riqueza, fora dos privilégios econômicos e fiscais dos que viviam à sombra do Estado, como o clero e a nobreza. República das Letras, definida por portugueses, como o sábio Antônio Ribeiro Sanches, como a inimiga da intolerância religiosa e dos privilégios que eram a causa de costumes depravados e que impediam a igualdade entre os

súditos.

Os deixados por conta apesar do talento eram os espoliados. Além de “espoliado”, a “alvura” de Bonifácio, símbolo de poder na colônia, nada significava frente à brancura de europeus do Norte. “Azeitonado” – como eram vistos os portugueses – e sem recursos, o brasileiro deambulou pela República das Letras da Europa como viajante carente e sem importância entre os grandes das ciências.

Mas viajou e leu. Leu bastante. Suas anotações sobre o que estava lendo e o que ainda desejava ler são variadas. O *Magasin Encyclopédique*, uma revista em cadernos, era um dos mais citados. Tratados de mineralogia eram manuseados junto com autores como Lineu, Schelling, Cícero, Tito Lívio, Voltaire, Meister, Fénelon, Saint-Pierre ou Leclerc. “É preciso ter” tal obra, anotava ele. Ou “É preciso ler” fulano ou sicrano. Ou ainda: “Meditar sobre Aristóteles, Tácito, Bacon, Leibniz, Fontenelle, Montesquieu e talvez Sêneca...”; “Convém ler Plutarco, Fülleborn, a vida dos filósofos gregos”. Comprava livros: “É preciso adquirir as obras de Gassendi [...] o Dicionário de Bayle.” Estudava: “Empreguei toda a manhã em ler Gibbon e o *Magasin Encyclopédique*...” E se interessava pelas “preciosas antigas obras dos chinas, japoneses e indianos”. Construiu com voracidade sua formação intelectual, tocando, aqui e ali, em todos os assuntos.

De volta a Portugal, aos 37 anos, reencontrou seus dois irmãos, Antônio Carlos, com 27 anos, e Martim Francisco, com 25, ambos formados em Coimbra, respectivamente em Direito e Filosofia, e ali, também, iniciados à maçonaria. Antônio Carlos, inclusive, havia sido preso quando estudante, em 1794, por pronunciar frases do tipo:

Deus é muito amigo do homem, e por isso quer tudo o que é felicidade e divertimento do mesmo homem, que ter cópula com mulheres é divertimento e felicidade para o homem, sendo com moderação tal que não estrague a

saúde, e por isso não pode ser contra a vontade de Deus, exceto sendo com mulher casada, porque então é injustiça, demais disto, Deus quer que o homem conserve a sua saúde, e que as cópulas muitas vezes conduzem para a saúde do mesmo homem, por lhe dar suas descargas.

Entre maçons era corrente a ideia de que o amor, a mesa farta e a libertinagem que levasse ao prazer dos sentidos não eram incompatíveis com o templo da moral e das virtudes. Mas a fábrica do medo não apavorava mais. Um novo regimento banira açoites, torturas e autos de fé. Não houve consequências.

Os irmãos trabalhavam na Casa Literária Arco do Cego, também criada por D. Rodrigo e instalada em agosto de 1799 como uma espécie de centro de ocupação para estudantes necessitados. Eles eram arregimentados através de bolsas de estudos, moradia e uma ajuda de custo. Aliás, vários brasileiros, “desfavorecidos de fortuna”, eram mantidos graças ao mecenato de prósperos contrerrâneos. Mas não foi o caso deles, pobres, mesmo, conforme registrou o estudante José Feliciano Fernandes Pinheiro:

Encontrando-me um dia com Antônio Carlos, meu patrício e amigo, que igualmente vivia desempregado, referiu-me que Manuel Jacinto Nogueira da Gama o convidara a entrar como colaborador em um estabelecimento literário e tipográfico que se fundara [...] denominado Arco do Cego. A direção do estabelecimento criado sob vistas e proteção do ministro de Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, era confiada ao padre mestre frei J. M. da Conceição Veloso [...] que estava, como pensionista do Estado, incumbido de procurar companheiros que o coadjuvassem naquela empresa literária. As vantagens oferecidas eram aposentamento no edifício, compreendendo as despesas

de mesa e, sobretudo, o conhecimento de nossas habilidades pelo governo. Tínhamos por obrigação fazer a tradução das obras que nos designassem.

Entre um e outro divertimento, Antônio Carlos traduziu do inglês as *Considerações cândidas e imparciais sobre a natureza do comércio do açúcar*, um *Tratado de melhoramentos dos canais do Norte americano*, do engenheiro estadunidense Robert Fulton, e, com Fernandes Pinheiro, dividiu a tradução de *Cultura americana*, sobre a produção das colônias britânicas na América do Norte e nas Índias Ocidentais. O tradutor se impregnava de admiração pela independência americana. Não trabalhou muito. Porém, no seu breve, mas intenso, período de funcionamento – apenas dois anos –, o Arco do Cego publicou mais de oitenta títulos, dos quais 36 de autores portugueses, 46 traduções e seis edições em latim. Uma característica que se tornou padrão de suas publicações foi o recurso às traduções e às edições fartamente ilustradas, o que servia ao duplo objetivo de instruir e entreter. Instruir, sobretudo, agricultores e plantadores, pois a função da casa era divulgar, na colônia, o saber técnico e científico produzido na Academia Real das Ciências.

Funcionou? Na correspondência oficial de D. Rodrigo com governadores de capitanias, registravam-se as queixas do pouco interesse da gente brasileira por livros e folhetos. O trabalho do Arco do Cego era para surdos. Por exemplo, as dificuldades enfrentadas na distribuição do manual *O fazendeiro do Brasil* suscitaram a seguinte observação do governador de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça: “Não há quem se anime a comprar um só livro, de maneira que muitos dos que se têm espalhado têm sido dados por mim.” Os onze volumes, organizados em cinco tomos, tratando de cana, pecuária, índigo urucum, cochonilha, café, cacau, girofleiro, moscadeira e algodão, não sensibilizavam. O desejo de reformas ilustradas esbarrava nas duras realidades. Teoria e prática pareciam se

excluir. Portugal e Brasil pareciam não dialogar. O que se escrevia lá não se lia cá.

Nada se sabe do reencontro desses irmãos, que não se viam desde a primeira infância. Teriam se correspondido ao longo de tantos anos? Silêncio, também, sobre o papel de Narcisa O'Leary na recepção ou no cuidado dos cunhados. A reunião familiar não durou, pois em setembro de 1800, por decreto real, Antônio Carlos já se instalara no ofício de escrivão da Ouvidoria de São Paulo.

Logo ao chegar a Lisboa, não faltou boa acolhida a Bonifácio. Tinha-se notícia, ao menos nos círculos da Academia das Ciências, do que significou sua viagem. Dois meses após o regresso, ele partiu em companhia de Martim Francisco e de Carlos Antônio Napion, um piemontês que lutara contra Napoleão e havia sido convidado por D. Rodrigo para ocupar o cargo de inspetor real do Exército e das oficinas de laboratórios bélicos. O objetivo da nova viagem eram pesquisas mineralógicas na província da Estremadura e em parte da Beira. A expedição não chegaria ao fim. A razão? Discordâncias com o governo. O resultado? Por suas credenciais, Napion estaria fadado aos mais altos postos. Porém os esforços de Bonifácio, além dos dez anos de exílio, não foram o bastante para catapultá-lo às altas instâncias de poder. Como recompensa, recebeu o lugar de intendente-geral das Minas e Metais do reino. A posição, porém, não rendia os recursos que ele julgava necessários para viver. Como Adão, Bonifácio fora expulso do paraíso e se angustiava.

Não, o retorno não foi coberto de glórias. Daí em diante, ele esvaziaria a bile em relação a um sistema de governo fundado em favores e no desprezo do mérito individual: “A coisa que mais me enoja em Portugal é o tom precioso e impostor dos seus naturais.” As crises de entusiasmo seriam substituídas pela falta de coragem. A hesitação das autoridades, a rivalidade entre naturalistas, a lentidão do aparelho administrativo, as intrigas e a lógica de favores tinham sobre ele efeito paralisante.

Para melhorar sua situação, ofereceu um “serviço a ser realizado”: lente na cadeira de Metalurgia, em Coimbra, onde lecionaria o que aprendera em Paris e Freiburg. Nessas circunstâncias, um decreto explicava que ele devia “ser condecorado com Hábito de Cristo, até para não ficar em tudo inferior aos lentes que entraram na magistratura no que igualmente interessa o decoro de sua Faculdade de Filosofia”. Mas o título era apenas uma forma de agraciar Bonifácio por ocupar uma cadeira nova na universidade. Todos os lentes, sem exceção, o recebiam. Não havia distinção. Para receber o seu hábito de Cristo, teve ainda que invocar os préstimos militares do pai e do avô, ambos falecidos com patente de coronel. Anotava, cético: “Para fazer fortuna nesse mundo é preciso ser velhaco e parecer tolo.”

Em carta a D. Rodrigo, em julho de 1802, Bonifácio informava:

Para promover e ativar cada vez mais o restabelecimento de nossas minas e fábricas minerais e para fomentar igualmente todos os conhecimentos assim práticos como teóricos deste importantíssimo ramo de instrução pública dignou-se o mesmo Senhor [D. João] nomear-me lente proprietário da cadeira de Metalurgia da Universidade de Coimbra, de que me passou carta aos 20 de maio de 1801.

A cerimônia teve lugar na Sala Grande dos Paços Reais da Universidade. Mas como conciliar a moradia em Coimbra, as obrigações docentes e a supervisão e prospecção de minas e minerais em todo o país?

E tudo colaborou para que as críticas de Bonifácio explodissem:

Não me admira que estes sátrapas da Universidade, atrevidos e pedantes, queiram ajuizar de tudo, sem

poderem apresentar [...] coisa de monta. São portugueses, e demais jurisconsultos romanos. Pobres lesmas, eu me compadeço da sua ignorância e rio da sua tola bazófia. E se não, diga-me, meu amigo, que viram esses gafanhotos? Onde e com quem estudaram - nem sequer sabem da literatura da Europa, senão o que leem, se é que leem, em alguns poucos livros velhos franceses, porque as suas novas produções não lhes chegam e da sua jurisprudência mesmo as [unhas] ignoram o que há vinte anos se tem escrito, não só na Alemanha - mas, torno a dizer, são portugueses, e isto lhes basta.

Não poupava a ignorância dos colegas. Sobre um deles, fustigou:

Este homem não viu senão a França, e da França bem pouco, e tudo o que aprendeu foi o nome de plantas, que quando muito podem servir de ornar alegretes de príncipes, ou hortas de fidalgos. Conhecimentos úteis, físicos, tecnológicos ou econômicos, não os trouxe; e dos morais e literários, não se ocupou disto.

Em notas esparsas, resmungava: “Em Portugal, todo homem de bem que diz a verdade é detestado; e se ele tem pretensões à filosofia, então...”, estaria exposto à perseguição dos obscurantistas. Ou ainda se queixava da falta de autonomia:

A astúcia particular de cada chefe que entra no governo português exerce tal ação no ministério que a autoridade soberana só na aparência o é - submissão em palavras e resistência oculta e lenta, porém constante e sucessiva, paralisam tudo o que é contrário a seus interesses particulares - o clero e frades turbulentos e hipócritas perseguidores, a nobreza vil e intrigante, o povo miúdo ignorante e obstinado: donde nascem e se sustentam

ódios, cabalas e vinganças recíprocas e contínuas.

Enquanto Bonifácio se queixava, em dez anos o tempo acelerou: a Revolução Francesa guilhotinou o rei, o país tentou respirar graças a um frágil Diretório cujas tensões levaram à ascensão de uma nova monarquia, rapidamente convertida em despotismo. À frente, Napoleão Bonaparte, que em cinco anos passou de “cônsul” a imperador; a Revolução Industrial transformou a Inglaterra numa praça financeira e comercial sem igual: portos esplêndidos, manufaturas, tecnologia, bancos e seguradoras hidratavam as veias do que seria o capitalismo; o mundo ficou menor graças às carruagens postais e ao transporte sobre água, que carregava homens e mercadorias em grande quantidade pelas enormes distâncias oceânicas. No comércio colonial, o algodão tomou o lugar do açúcar, enquanto a Europa sugava as riquezas das Índias Orientais e das Américas.

Bonifácio aprendeu ainda que na Europa Oriental sobrevivia a servidão e que a Áustria abolira recentemente a escravidão; viu as classes médias e instruídas levarem às “monarquias iluminadas” suas esperanças de progresso. Viu crescer a tensão entre as nações e eclodir a guerra nas fronteiras do Norte da França, do Reno, dos Alpes e dos Pireneus. Mas Bonifácio não se esquecia de onde viera. Portugal em nada podia se equiparar aos países da Europa Central ou Setentrional em que estagiou. Poucos recursos, inércia e, por que não, como ele mesmo se queixava, a inveja das pessoas envolvidas na administração pública bloqueariam qualquer iniciativa ousada. Expulso do céu, iria ao purgatório.

Sim, pois a cadeira de Metalurgia não funcionaria logo. A prioridade era só distribuir os cargos administrativos, sem que os administradores pudessem entrar em função. Um desapontamento. Nas atas de reuniões da Congregação da Faculdade de Filosofia não há registro do programa da cadeira e vê-se que a participação de Bonifácio foi mínima.

Segundo ele, até a coleção mineralógica para a realização de aulas “não servia ou valia alguma coisa”. Parecia resistir ao cargo: “Os homens enérgicos e grandes podem às vezes abaixar-se às miudezas da administração econômica; mas não podem gastar a vitalidade em longas miudezas.” Dar aulas seria uma delas? Também foi indicado como diretor do Laboratório de Química da Casa da Moeda de Lisboa, administrador das antigas minas de carvão de Buarcos e das minas e fundição de ferro de Figueiró dos Vinhos. Títulos longos para pouco dinheiro, pois as constantes viagens e “os penosos começos aos trabalhos de abertura das minas e ao estabelecimento das fundições e oficinas de ferro” não lhe davam tempo para trabalhar na universidade – queixou-se em correspondência.

Pior, ele queria adiar o início das aulas, pois teria pouquíssimos discípulos. Talvez dois, “visto a falta de entusiasmo da mocidade escolástica para tal ciência em si tão pouco amena e mui dificultosa; e pela falta igualmente de arrumação e empregos úteis para bacharéis em Filosofia que julgam ter direito aos mesmos cargos honrosos e lucrativos das outras faculdades”. Ou seja, a Metalurgia não era para preguiçosos e, ao fim e ao cabo, não se obtinham bons empregos. Falava, novamente, de si mesmo. Para piorar, alfinetava: “Esta nova cadeira exige alunos já com todos os conhecimentos teóricos e práticos de mineralogia e geologia que não se ensinam de modo nenhum na Universidade e de física e phoronomia, que poucos ou quase nenhum tem.”

E, sem cansaço, queixava-se que tal curso exigia a busca e o descobrimento de metais e minerais no seio das montanhas, arquitetura subterrânea, escolha e uso de ferramentas próprias, porém “Tudo isto se não pode fazer em Coimbra, onde não há minas nem oficinas, nem os estudantes estão pelos estatutos obrigados a semelhantes excursões e trabalhos, nem têm dinheiro para as fazer!” Mais dificuldades? Sim. “Descontando os dias santos, préstitos, quintas-feiras e as férias pequenas e grandes, fica

reduzido o ano letivo da Universidade, quando muito, a quatro meses efetivos, e neste curto espaço de tempo é impossível ensinar coisa que valha.” Para que, então, a utilidade dessa cadeira? Ele mesmo respondia: “Verdade é que nas Universidades só se procura dar as primeiras linhas dos conhecimentos científicos.” E depois? Depois, um emprego garantido conservaria incólume a ignorância.

Decepção. E uma coisa Bonifácio não suportava: a vaidade e o autoconvencimento dos “mestres” de Coimbra. Ria-se e zombava de seu saber livresco e oco. Ironizava “as pedanterias da Universidade”. Essa não passava de uma “Pedantópole”. O círculo onde discutiam questões importantes, “ralavam a paciência” e “espertavam o sangue” estava fora da academia. Seus superiores eram, contudo, pródigos. Sem lecionar por seis anos, ele tinha licença de D. João para ausentar-se de Coimbra, sem necessidade de autorização suplementar, “vencendo tanto o ordenado como quaisquer emolumentos que hajam pertencer-lhe”. Ele, então, passava procuração a amigos de confiança para que recebessem seu salário. Até outubro de 1807, a cadeira dormia. Dizia-se que “a cadeira de Metalurgia ainda não se abriu, porque José Bonifácio continua a estar doente e o Vice-Reitor entra na dúvida se o Demonstrador a deve abrir”. Uma violenta crise de hemorroida, que o obrigava a ficar deitado, levou Bonifácio a entregar os “cadernos competentes para a dita abertura” e, conforme registrou D. Rodrigo em carta a um amigo, decidiu-se que “a regência das cadeiras de Botânica e História Natural” iria para um colega.

E em correspondência a Antônio de Araújo e Azevedo, futuro conde da Barca, rival de D. Rodrigo, Bonifácio se desculpava: “Estou convencido, por própria e triste experiência, que a vida da universidade me não pode convir, por muito tempo. Nunca tive medo do trabalho e de boa mente sacrifiquei o meu repouso e saúde ao bem da pátria, quando vejo que as fadigas e trabalhos podem ser úteis.” Fora tudo um desperdício, diria a D. Rodrigo em carta

de 11 de março de 1803, pois se sentia “perdendo inutilmente o tempo que me sobra, em responder a representações desassissadas e esquerdas de Câmaras compostas por homens leigos e sem criação, governadas por assessores rábulas da antiga Universidade, raça malfazeja que se tem aninhado em toda parte”. Decepcionado, concluía: “E vou deixando de maravilhar-me, à proporção que estudo o interior das províncias, de que tudo nelas obedeça à só lei da inércia.”

Vazio e abandono. Frente ao sonho de uma carreira num arcaico Portugal, ele cedia às queixas, às cobranças. Sua situação não melhorava. Os objetivos que o fizeram atravessar o Atlântico não foram atingidos. Seu futuro dependia largamente da habilidade em tecer relações pessoais necessárias para abrir um caminho de sucessos, mas, para isso, as soluções estavam longe de ser simples. Em carta à Secretaria de Estado do Ministério do Reino reclamava:

Com a pensão que me deu Sua Augusta Mãe e que me foi conservada por S.A.R. assim como meus companheiros de viagem, em prêmio de dez anos de contínuas fadigas e peregrinações fora da Pátria, e com o meu novo ordenado de lente da Universidade, me é impossível viver e sustentar minha família com a decência que exige meu cargo.

Um ano após ter recebido o cargo de intendente, seu salário era o mesmo de quando esteve viajando pela Europa. Não dava para sustentar casa em Coimbra e Lisboa, comprar livros e fazer despesas inevitáveis. E, martelando D. Rodrigo, escrevia-lhe:

Em Portugal [...] tenho observado por experiência própria, e bem malgrado meu, um magistrado para ser respeitado, e por consequência, facilmente obedecido,

deve ter uma renda suficiente com que possa subsistir com decência, tratamento e outras exterioridades que requer seu cargo.

O ordenado de lente da Universidade não permitia viajar pelo país, que ele devia “conhecer mineralógica e metalurgicamente”. Já magistrados e bacharéis em leis, empregados no real serviço, recebiam seus ordenados respectivos, “as cavalgadas e viático de costume” – privilégios que ele não tinha. E reclamava que os intendentos do ouro das comarcas de Minas Gerais, que somente despachavam petições, recebiam bem mais: “Quatro mil cruzados e um suplemento de quinhentos réis quando realizavam devassas.” Listava, pacientemente, as “Causas da não prosperidade das Ciências Naturais em Portugal”, que iam do ódio do clero supersticioso à falta de laboratórios, de manufaturas, de mestres, a carestia da imprensa, etc. Num país assim, de nada valia ser filósofo natural, e, pior, acusado de heresia.

Ah, no resto da Europa! Lá os intendentos recebiam ordenados infinitamente superiores, “além de grandes privilégios e nobreza, *ipso facto*, adquirida”. Quanta desvantagem em trabalhar em Portugal! De fato, pois ali, de acordo com D. Rodrigo, para Bonifácio bastavam 800 mil-réis de ordenado e uma moeda de ouro de viático nas viagens. O intendente ainda não dispunha de “décimas e outros direitos segundo o costume geral dos Estados mineiros”. Dizia preferir calar o próprio orgulho, apesar da penúria: “Mas a dura necessidade é inimiga muitas vezes de meu próprio brio. E não é melhor e mais honroso mendigar somente de um príncipe bom e generoso, do que de mil indivíduos particulares?” Mas será que adiantaria mendigar favores se Bonifácio sabia, de antemão, que não seria atendido?

Embora não fosse acatado, pedia sempre. Pedia muito. E seus pedidos não se restringiam a emolumentos. Ele queria títulos e honrarias. Pois as leis dos “Estados montanísticos

da Europa” concediam ao cargo de intendente-geral das Minas e Metais a honra e o “esplendor de alta graduação e de nobreza”. Por que não merecer a nobreza como fora concedida ao intendente-geral na Baixa Hungria, que tinha “o título e honras de Conde da Câmara do Imperador durante todo o tempo de seu ministério”? E as distinções relevantes dadas aos feitores-mores das minas do reino no tempo de D. João V, por que não as receber ele também? Ele não cobiçava nada menos. E finalizando a carta a D. Rodrigo:

Tudo isso que alego, torno a dizer, é mera representação, e não súplica; porque no modo de pensar e sentir, a maior honra possível que posso desejar como vassalo fiel de S.A.R. é servir com zelo, inteligência e inteireza, únicas distinções e graduação que aspiro, ainda que seja à custa da saúde e de mil vidas.

Bonito, porém banal. Tantos escreviam da mesma forma, pedindo, pedindo. Afinal, um magistrado, para ser obedecido e respeitado, devia ter renda suficiente para se sustentar com “nobreza”. A sedução das fórmulas escondia as manobras que miravam exclusivamente a submissão e a espera de resultados.

Eles vieram. Não os esperados, mas os de que o Erário o considerava merecedor. Em 1802, Bonifácio passou a receber “um conto e seiscentos réis pagos a quartéis, além de mil e oitocentos réis diários, que lhe mando dar nas viagens e reais serviços”, dizia o decreto. Mas nada de títulos de nobreza que ele tanto almejava, nem mesmo o foro de fidalgo que havia sugerido a D. Rodrigo. O de conde, como os colegas da Hungria? Nunca.

Bonifácio, porém, reconhecia as razões de tantas barreiras para sua mobilidade. Há algum tempo a nobreza se fechara em copas, reforçando a aristocracia da Corte. Não se nobilitavam mais os comerciantes de grosso trato ou

outros solicitantes. Pior, não se nobilitavam mais plebeus. Ele era um deles e não escondeu a consciência que tinha do fato. Era “gente do meio”. Em outra carta a Souza Coutinho declarava-se “desgostoso de viver em Portugal, com quem não simpatizo”, preferindo “comer farinha de pau no Brasil” a viver na Corte. Sugeriu tornar-se “residente no Marrocos, lugar a criar, e creio sem pretendentes de monta”. Ou seja, sem concorrentes. Se no resto da Europa Bonifácio havia cruzado com homens de ciência que se tornaram parte de novas elites, driblando a viscosa realidade de uma sociedade de ordens, em Portugal do Antigo Regime, porém, nada mudou.

Quando foi estudante entre tantos estudantes em Paris ou Freiburg, conheceu os laboratórios, as bibliotecas especializadas e os centros de pesquisa mais bem fornidos do continente. Observou que a aliança entre o mundo militar e o aparelho burocrático podia fazer surgir, do nada, uma cultura científica capaz de satisfazer as necessidades de modernização dos exércitos. As chamadas “armas sábias”, a artilharia e o gênio dos filósofos naturais tinham um papel nevrálgico na construção de laboratórios e escolas. O estudo de balística, de química para munição, de metalurgia e de tudo o que colaborasse para a tecnologia de novos canhões envolveu, por exemplo, Lavoisier. Mas no “reino da Estupidez” faltava tudo. Em 1805, bastou ser indicado para a direção de sementeiras e pinhais na costa marítima que acabou a verba: “Pela falta de dinheiros consignados pela usurpação pérfida dos franceses e a guerra devastadora que se lhe seguiu.” Serviu até de graça em outros postos, acumulando funções que não tinham função.

Seu ressentimento crescia. Tantos conseguiam vantagens, enquanto ele... Exemplos não faltavam:

Entre mil que me atropelam a memória, bastará lembrar o seguinte: José Manoel Pinto por ir a Paris como nosso palhaço diplomático jogar à cabra cega teve logo cem

moedas por mês, foi nomeado ministro em uma Corte europeia e finalmente, pelos heroicos esforços, com que tão louvavelmente tem arruinado sua preciosa saúde em promover a procriação da gentilha lisbonense, obteve uma lucrosa comenda.

Fel puro.

Em 1803, embora lente da Universidade de Coimbra, membro do Tribunal das Minas do Reino, encarregado da Casa da Moeda e administrador das minas de carvão de Buarcos e, segundo biógrafos, sócio de algumas academias, Bonifácio jamais teria o privilégio de exercer um cargo diplomático, nem, segundo ele, numa Corte africana, pois “nasceu malfadado”. Malfadado e invejoso de outro brasileiro, Domingos Borges de Barros, baiano filho de um importante “homem bom” do Recôncavo. Durante dezessete anos, seu bisavô, João, teve papel fundamental na luta para a expulsão dos holandeses do Nordeste do Brasil, tendo-os afrontado em Rio Real e na batalha de Guararapes. O resultado, uma perna claudicante e um enorme prestígio. Um dos seus filhos, José, bacharelou-se em Cânones por Coimbra, foi vigário-geral em Évora, chegando a ser indicado arcebispo de Goa. Além da carreira eclesiástica, foi respeitado pregador, poeta e comediógrafo. Foi, também, autor de vários sermões e tratados de teologia. Sua irmã, Maria da Soledade, fez história no Convento do Desterro, em Salvador. Quase santa, teria presenciado por duas vezes aparições do demônio, seguidas de estrondos, relinchos de cavalos e guinchos de porcos. Morreu exalando odor de santidade e de “formosura revestida”. Seu avô era cavaleiro professo da Ordem de Cristo, comenda concedida por destacados serviços prestados em cargos de administração pública, e irmão da Santa Casa da Bahia, ambos indicativos da mais alta distinção social. O outro tio-avô, Sebastião, que pertenceu à Academia Brasílica dos Renascidos, desfilava nas festas públicas em cavalos importados, acompanhado de escravos

ricamente fardados tocando tambores e flautas. Enfim, Domingos não saía às ruas sem ser reconhecido, assim como sua família. Foi fazer o secundário em Lisboa, no Colégio dos Nobres, uma conhecida instituição. Suas instalações eram as do antigo colégio dos padres jesuítas que ficava no bairro da Cotovia. Além da bela fachada em estilo renascentista, ele guardava ainda a rica biblioteca do noviciado. Em Coimbra, brilhou como poeta e tradutor, formando-se em Filosofia. Sua estrela brilhava muito mais alto do que a do Andrada. Ele teria uma carreira brilhante como diplomata.

À mesma época, outro colega em Coimbra, formado em Leis, Filosofia e Matemática, foi Hipólito José da Costa. Filho de um alferes de ordenanças da capitania do Rio de Janeiro, criado em família abastada, aos 24 anos tinha sido enviado, também como diplomata, ao México e aos Estados Unidos, onde acabaria tendo contato com a ideologia libertária das lojas maçônicas e experimentaria a coragem audaciosa dos colonos americanos que tinham feito a Independência. De volta ao reino, viajou a serviço da Coroa com o objetivo declarado de adquirir obras para a Real Biblioteca e maquinário para a Imprensa Régia. Entretanto, um de seus motivos era de, ocultamente, servir de intermediário entre as lojas maçônicas portuguesas e o Grande Oriente em Londres. Três ou quatro dias após o seu retorno ao reino foi detido pela Inquisição, sob a acusação de pertencer à Sociedade de Pedreiros-Livres e de disseminar ideias maçônicas. Encaminhado às celas do Tribunal do Santo Ofício, onde permaneceu até 1805, logrou evadir-se para a Espanha sob um disfarce de criado, com o auxílio dos seus irmãos maçons. De lá passou para a Grã-Bretanha, onde se exilou sob a proteção do príncipe Augusto Frederico, duque de Sussex, o sexto filho de Jorge III do Reino Unido e grão-mestre da maçonaria inglesa. Também na capital da ilha publicou as narrativas da perseguição que sofreu por ser maçom e as *Cartas sobre a Framaçonaria*, além de enviar clandestinamente exemplares da cochonilha para serem

aclimatados no Brasil.

A diplomacia permitiria a esses jovens observar como Portugal estava atrasado e sua monarquia, mal adaptada aos tempos que corriam. Mas, para exercer o cargo diplomático era preciso, segundo o embaixador espanhol à Corte de Versailles, o conde de Aranda, “conhecer a força, os meios, os interesses, os direitos, os medos e as esperanças das diferentes potências [...] e poder conciliá-las, desuni-las, combatê-las, ou unir-nos a elas, segundo o que exigem as nossas próprias vantagens e a nossa segurança”. Bonifácio não tinha esse perfil. Porém, mais à frente, sua história cruzaria com a desses colegas.

De qualquer forma, a enfiada de encargos não lhe trazia prestígio nem alegrias. Sobre Buarcos, registrou:

E vou deixando de maravilhar-me, à proporção que estudo o interior das províncias, de que tudo nelas obedeça à só lei da inércia. Creia-me V. Ex^a. que Buarcos e sua mina me têm custado até hoje aflições indizíveis, que me fazem suspirar de contínuo pelo ócio literário, de que eu talvez não deveria ter saído. Tudo achei em desordem vergonhosa, tudo são obstáculos e tudo má vontade e pouco zelo pelo serviço do príncipe.

Entre os anos de 1802 e 1804, abria-se mais e mais com D. Rodrigo. Mas essa intimidade o incentivava a fazer, também, mais e mais exigências: “Porque estou já radicalmente curado da mania tola de ser desinteressado.” E, batendo o pé, “se eu continuar a ser intendente-geral e V. Ex^a. quiser que dê lições docimásticas na Casa da Moeda, além do meu malfadado ordenado, devem-se me dar casas em Lisboa, porque não posso nem devo estar a pagar duas ao mesmo tempo”. E acrescentava: “Se eu visse o Estado pobre, de boa mente faria todos os sacrifícios ainda os mais penosos e até comer sardinha e broa, mas, como o Erário nada em riqueza... também quero participar da esmola.”

Quando, em 1803, D. Rodrigo deixou o governo, rompido com membros do gabinete por discordâncias com a política em curso, recomendou a Bonifácio que ele fosse prudente com seus sucessores. Tinha razão em fazê-lo, pois, em conferência na Academia das Ciências, Bonifácio criticara abertamente Luís de Vasconcelos e Souza, sucessor de D. Rodrigo, a quem chamou de ignorante. Bonifácio sabia que iria roer um osso duro: “Demais as justiças hoje em dia brincarão comigo, porque não tenho mais V. Ex^a. à testa desta repartição.” Doravante seria necessário sobreviver à desgraça de seu protetor. Com ele, alvo de inveja dos rivais e tergiversações do príncipe regente, trocou visitas e correspondência. Fica evidente, na correspondência, que Bonifácio não dominava as normas epistolares exigidas pela etiqueta. Muito coloquiais, sem cerimônia, suas cartas anunciavam novidades, declaravam sentimentos, amarravam os laços de convívio rompidos pela distância. De maneira desajeitada, procurava ultrapassar os níveis hierárquicos, desmontar conflitos e maquinar contra os poderes dos quais dependia. Como náufrago, agarrava-se ao rochedo no qual procurava salvar-se. E, sempre com ironia, mantinha D. Rodrigo informado do que ia acontecendo.

Apesar do reconforto que algumas respostas traziam, Bonifácio se mostrava cada vez mais desencantado. Insistia em regressar ao Brasil, do que D. Rodrigo tentava dissuadi-lo: “Não sei me acomodar à sua ideia de uma roça no Brasil e de viver ali em chambre e barrete de folhos, porque não lhe acho figura para esta representação.” E animando-o, “não lhe acho proporções senão para se fazer honrar na Europa, onde sabem apreciar suas luzes e se lhe rende justiça”. Por isso mesmo se reaproximou da universidade. Não gostava dela nem tinha prazer em lecionar, mas ela virou um modo de vida, uma renda fixa e, quem sabe, no futuro, uma jubilação honrosa. Os filhos de D. Rodrigo, lá matriculados, acompanhavam sua trajetória.

Quatro anos após seu retorno, deprimia-se com a

constatação de que a burocracia funcionava como obstáculo quase intransponível a qualquer tentativa modernizadora. Não era só culpa do governo. O povo era vil e ignorante:

As duas causas principais do quase nenhum melhoramento de Portugal são falta de probidade e zelo em grande parte dos funcionários públicos, e ignorância não confessada em quase todos. Com uma carranca sisuda, com um abanamento de cabeça, ou encolhimento de ombros, com quatro caretas, um mas... sim, Sr. - devagar - com tento - isto não pode ser - ou decidem ou se opõem a tudo maliciosa e pedantescamemente. Na Corte, nas salas dos ministros, nos conventos, nas academias, nos cafés, nas tabernas fala-se e decide-se de tudo, sem entender-se de nada. Ainda não veio do meu conhecimento que português não aceitasse um emprego, por conhecer sua ignorância e insuficiência.

Entre 1805 e 1806, outra migalha de reconhecimento: tornou-se desembargador da Relação do Porto. Mas não exerceu o lugar de juiz de fora, nem de ouvidor, nem de desembargador nos tribunais da Relação de Goa, Salvador ou Rio de Janeiro. E o prestigioso título não vinha acompanhado de vencimentos. Frustrante. Ele não atuaria efetivamente no Tribunal e seguiria com suas atividades acadêmicas.

Porém, em 1806, um desabafo ou ultimato pessimista:

Mas eu, Exmo. Sr., estou doente, aflito e cansado e não posso mais com dissabores e desleixos. Logo que acabe meu tempo de Coimbra, e obtenha minha jubilação, vou deitar-me aos pés de Sua Alteza Real para que me deixe acabar o resto de meus cansados dias nos sertões do Brasil, a cultivar o que é meu. Já saberá V. Ex^a. que me preparo para isto desde longe: pois já estou lavrador tendo arrendado aqui uma grande quinta por 600\$réis

por ano, que me tem enriquecido de conhecimentos práticos de agricultura e empobrecido a magra bolsa. Ao menos nisso quero imitar a V. Ex^a. Aqui vou rusticando e durando. De coisas acadêmicas não lhe falo porque já as saberá por via do Tristão [amigo]; de políticas estou aborrecido com este melhor dos mundos possíveis, e tomara, passando à América, que o grande Rio fosse o meu Letes completamente. Temo, entretanto, cair em uma inteira misantropia com que ando a braços de contínuo.

Na mesma carta, anunciava-lhe o nascimento de sua filha Gabriela Frederica, “que é muito linda e boa”, cujo nome era uma homenagem à esposa de D. Rodrigo. Foi pai aos 43 anos, quando já tinha outra herdeira, Carlota Emília. Na época, Bonifácio adquiriu, no Almegue ou em Santo Amaro, uma quinta. Ali cultivava hortaliças e legumes. Ali também foi apresentado ao barão Wilhelm Ludwig von Eschwege, que viria mais tarde ao Brasil.

O alemão chegou em meio a um grupo de mineralogistas que Bonifácio confundiu com os operários que tinha solicitado ao governo para trabalhar nas minas. Em voz alta, muito irritado, sem esconder seu temperamento explosivo, recebeu os estrangeiros de mau humor. Logo teve que recuar. Ao perceber quem era o interlocutor, recompôs-se e saudou-os gentilmente. Eschwege notou de imediato seu alemão defeituoso e não hesitou em descrevê-lo: baixo, magro, rosto pequeno e redondo, nariz curvo, olhos pretos miúdos, cabelos negros, finos e lisos presos numa trança escondida sob a gola da jaqueta. Vestia jaqueta marrom bastante usada e calças compridas. Na terceira botoeira da jaqueta exibia a condecoração da Ordem de Cristo; no bolso direito, uma corneta com fita vermelha, distintivo da magistratura, e na cabeça um chapéu redondo com a cocarda nas cores portuguesas: vermelho e azul. Eschwege notou a pobreza da casa em que vivia Bonifácio: a modesta mesa de pinho, as cadeiras de palhinha, bancos de pedra e

uma cozinheira, em tamancos, sem meias e dona de um portentoso bigode para lhe esconder a falta de dentes.

Bonifácio pareceu-lhe vaidoso e imoderado nas suas expansões. Falava sem parar. Quando os visitantes elogiavam qualquer coisa nas dependências do estabelecimento que visitaram, ele dizia logo: “Fui eu que fiz.” Mas, se havia algo digno de censura, “era obra do burro e imbecil do feitor que não cumpriu as minhas ordens”. O jantar que ofereceu aos viajantes também não agradou. Sopa de pão tão grossa que a colher mal se mexia, carne, linguiça, toucinho, couve e arroz com azeitonas, frango assado com salada e queijo com figos. Bonifácio não era gourmet e bebia com sobriedade. Só abusava do café e da pimenta. O encontro, porém, não resultou em nada de prático. Se o objetivo era investir nas minas de Buarcos ou numa fábrica de aço em Machuca, nem levando os alemães a uma audiência com D. João logrou conseguir verbas. Sentia-se “remando contra a maré e combatendo as fúrias do inferno”. “Nós somos cafres em verdade”, queixou-se a D. Rodrigo.

Em 1807, foi feito diretor de Obras Públicas de Coimbra e do Rio Mondego. Ia lidar com encanamentos e esgotos. Escreveu memórias: uma sobre “o plantio de novos bosques em Portugal, principalmente de pinhais”, outra sobre “uma nova mina de ouro da outra banda do Tejo” e outra ainda sobre “pesquisas e lavras dos veios de chumbo” em Trás-os-Montes.

Por que Bonifácio não ascendia? Sua situação era limitada por sua origem. Sua família era “da nobreza da terra”, mas da terra de São Paulo, considerada “pobre” pelos reinóis. Seus membros eram alvos, tinham “pureza de sangue”, mas não estavam incluídos entre as casas fidalgas. Cargos importantes eram destinados aos nobres titulados e aos ricos “homens bons” da colônia. Não era o seu caso. Enquanto em outros países o absolutismo esclarecido praticava uma forma de integração social, conjugando o antigo e o novo, a tradição e a inovação, ou

seja, os privilégios do sangue e do estamento com o mérito e o talento, o reinado de D. Maria I, ao contrário, reforçava os privilégios da nobreza.

Ventos da política mudaram a situação na península. Os exércitos napoleônicos avançavam por toda a Europa e a Península Ibérica não escaparia às suas pretensões. Na impossibilidade de invadir as ilhas britânicas, em novembro de 1806 Napoleão promulgou o decreto de Berlim ordenando o fechamento dos portos europeus à navegação britânica. Com essa medida visava enfraquecer definitivamente a Inglaterra e sua economia insular assente no mercantilismo. O imperador francês já era conhecidíssimo em Portugal. O marquês de Alorna, em carta reproduzida pela duquesa de Abrantes, lembrou que os sebastianistas, então, pululavam. Estava mesmo na moda “ser sebastianista” e admirar o imperador francês. As profecias de Bandarra, do Negro do Japão, do Mouro de Ceuta circulavam loucamente, e uma delas contava: “Nascido na Córsega, Napoleão era descendente do rei Sebastião. Ele seria o chefe do Quinto Império. Ele faria sair do porto de Lisboa uma frota, composta por portugueses e águias do Norte, em direção à Ásia, que seria conquistada e convertida ao catolicismo; depois do que, retorno à idade de Ouro!”

O Bloqueio Continental era, por sua vez, uma resposta ao bloqueio que os britânicos tinham imposto à costa francesa, desde Brest à foz do Elba, em maio de 1806. Para reforçar essa posição, no início de 1807 foi proibido o tráfego entre portos franceses e aliados a todos os navios neutrais, incluindo Portugal, bem entendido. A ideia lusa era isolar “a pérfida Albion” através do Bloqueio Continental.

Em julho, Napoleão incumbiu o ministro português em Paris, D. Lourenço de Lima, de transmitir suas instruções a D. João. As medidas exigidas não eram poucas: saída do ministro luso de Londres e vive-versa, portos fechados aos navios ingleses e a saída de ingleses de Portugal. O prazo era curto: 1º de setembro. Depois disso, o não cumprimento

das exigências seria considerado uma declaração de guerra. Resposta do príncipe D. João: “Vossa Majestade sabe que Portugal se compõe de Estados dispersos pelas quatro partidas do mundo, que ficariam expostos no caso de uma guerra contra a Grã-Bretanha.”

Num primeiro momento, D. João tentou contemporizar. Na primeira reunião no Concelho de Mafra, em agosto, tudo foi feito para evitar a guerra: Portugal concordaria com o bloqueio, mas não prenderia, não confiscaria os bens nem expulsaria ingleses. Na segunda, o regente tentou ganhar tempo, aparentemente cedendo a Napoleão, mas enviando todas as informações ao governo britânico, velho aliado. Para simular uma guerra para “inglês ver”, autorizavam-se os navios ingleses a “capturar” os portugueses. Também assunto dessa reunião foi o envio do príncipe da Beira, D. Pedro, sucessor de D. João, ao Brasil. Dali a pensar o traslado de toda a família foi um passo. O assunto, porém, transbordava das altas esferas e temia-se a reação do povo.

Para levar adiante seus planos, Napoleão se voltou para Carlos IV de Espanha, que ele considerava um aliado. Os fatos se aceleraram. Em carta de 8 de setembro de 1807, pediu ajuda para arrancar Portugal da influência inglesa e forçar a Inglaterra a “desejar e pedir paz”. Negociações secretas tiveram início entre Espanha e França, e as tropas de Napoleão se puseram em marcha para Portugal. No dia 20 de outubro, o imperador escreveu a seu ministro das Relações Exteriores ordenando-lhe notificar à delegação portuguesa que a guerra estava declarada, bem como aprisionar os barcos de pavilhão português. A 23 de outubro, Napoleão propôs um projeto de divisão de Portugal em três partes, determinadas por plenipotenciários nomeados pela França e a Espanha. Quatro dias depois, esses dois países assinaram o Tratado de Fontainebleau, em que condenavam a Casa de Bragança, dividindo o território português.

O tratado, que deveria se manter secreto, foi o sinal para a expedição de Junot. As ordens eram claras: “Mais tarde,

no dia 26, toda a 1ª divisão com toda a artilharia deveria entrar em Alcântara, enquanto a 3ª deveria ter passado Ciudad Rodrigo e que, a 1ª de dezembro, todas as tropas estivessem reunidas em Alcântara.” Como escreveu Laure Junot nas suas *Memórias*, as ordens de Napoleão para Junot alertavam: “Não concedais nada ao Príncipe do Brasil, mesmo que prometa declarar a guerra à Inglaterra. Entrai em Lisboa, apoderaí-vos dos navios e ocupai os portos.” Se os portugueses não se defendessem, e se Junot pudesse marchar sem obstáculos, ele reuniria as tropas francesas em Abrantes.

Entre idas e vindas que encobriam uma política de dissimulação, a Corte dividia-se entre os que eram favoráveis a uma aliança imediata com os franceses e os que se dispunham a armar uma frota real para a defesa do porto ou para o caso de uma partida súbita dos Bragança. Os boatos invadiram a cidade. A movimentação nos estaleiros confirmava as suspeitas. Os ingleses liquidavam seu comércio e seus bens. Missas e preces públicas indicavam que só Deus garantiria proteção ao povo. Nos bastidores, prosseguiram as negociações com os britânicos: Portugal fecharia os portos, mas cederia a ocupação da Ilha da Madeira e um porto, no Brasil, para o escoamento das mercadorias inglesas. Em contrapartida, a Inglaterra escoltaria a família real em caso de viagem e só reconheceria a Casa de Bragança como soberana de Portugal.

A demora das comunicações entre Portugal, França e Inglaterra ocasionou um nó. Antes mesmo que a notícia do acordo sobre o fechamento dos portos chegasse a Napoleão, Junot marchava pelos Pireneus, em direção a Salamanca, e os ingleses, sob “temerosa desconfiança e horríveis suspeitas”, ameaçavam capturar a frota lusa se os portugueses não cumprissem o trato. Cada qual tinha a sua parte do quebra-cabeça que não encaixava. Os dias desencontrados se aceleraram até o momento em que, pela mão de ingleses, D. João viu um exemplar do *Moniteur* com

a decisão de Napoleão de retalhar o território. Ao mesmo tempo, chegou a notícia das tropas francesas em Abrantes. O jornal *Manifesto da Razão* informava: “Foi geral o terror e a confusão nos dias imediatos: toda a esquadra apareceu apinhada de gente e entulhada de preciosidades e mil objetos.” Tão rápido quanto possível, uma Junta de Governo foi nomeada para reger Portugal na ausência do soberano e, no dia 27 de novembro, D. João embarcava com a família em direção ao Brasil. Curiosos e pedintes assistiram atônitos à despedida da Corte. Bonifácio cravou: “Há quem diga que a transplantação da Corte para o Brasil há de ser a sepultura de sua existência nacional cansada, e de uma, até hoje, mal empregada vitalidade.”

No mesmo dia, a *Grande Armée* de Napoleão, comandada pelos generais Junot, Dupont e Moncey, entrou em Lisboa com 25 mil homens e encontrou a capital abandonada. Todos conheciam o poder avassalador do exército napoleônico. A ordem era – humilhação máxima – prender os Braganças. Junot ainda exigiu um encontro com o regente, a bordo da nau em que esse embarcara. No dia 28, às vistas de D. Rodrigo de Souza Coutinho, que havia tempos alimentava a ideia da retirada estratégica, uma troca de farpas e uma frase final de D. João a Junot: “Ordeno que se retire de minha presença e diga ao imperador francês que rejeito sua aliança”, contou um oficial inglês.

Na radiosa manhã do dia 29, embalada pela brisa, a esquadra composta por 31 navios mercantes e 23 de guerra deslizou Tejo abaixo. Não se sabe onde estavam Bonifácio e sua família, o que ele sabia ou como reagiu a esses momentos de tensão. Teria acenado para seu protetor, D. Rodrigo, ele também embarcado? É provável que o sentimento de não ser fidalgo, de não ter posto relevante, de não fazer parte dos quinhentos ou dos 6 mil súditos – há controvérsias – que zarparam com o regente tenha acentuado seu ressentimento. O que se sabe é que, quando chegou ao Brasil a família real, com imensa comitiva, D. Maria Bárbara da Silva, mãe de Bonifácio, teve imensa

decepção. O filho não viera!

No edital da *Gazeta de Lisboa* de 1º de janeiro, Junot anunciava aos “habitantes do Reino de Portugal”: “O Príncipe do Brasil, abandonando Portugal, renunciou todos os seus direitos à soberania deste reino. A Casa de Bragança acabou de reinar em Portugal.” Teve início um momento atribulado para o povo que fora deixado para trás. Uma beata espalhara o boato de que, numa revelação, fora avisada do naufrágio da esquadra real. Tremores de terra em Mafra anunciavam maus presságios. Faltavam mantimentos e controlava-se a venda de trigo. A bandeira francesa tremulava no Castelo de São Jorge. Sim, Portugal caíra “em poder das águias”.

De início, os invasores foram recebidos pelo governo da Regência como protetores e seguiam-se as “Instruções” de D. João, que recomendava não lhes opor resistência. Mas em dezembro estalaram motins. Tanto o uso de fogos de artifício como a missa de Natal foram proibidos para evitar ajuntamentos. Fechavam-se tabernas e lojas de bebidas às vésperas de dias de festas. Embriaguez e revolta andavam de mãos dadas. O mau tempo e o custo de vida alto acentuavam o mal-estar. Ao mesmo tempo, alguma agitação nas tropas portuguesas que tinham ficado no reino levou Junot a decretar a redução do número de regimentos – na prática quase todo o Exército foi licenciado. Armas e cavalos ficaram a serviço dos invasores. Foi imposta uma contribuição de 100 milhões de francos a Portugal; os bens da Corte e dos que tinham saído para o Brasil foram sequestrados e o ouro e a prata dos templos, recolhidos. Quatro coisas melhoraram em Lisboa: a limpeza das ruas, o combate aos cães vadios que pululavam, a interdição da circulação de bois, vacas e cabras sem campainha e a iluminação noturna, sendo que esta última era do interesse francês, para garantir a segurança.

Junot conhecia o país, onde servira como representante diplomático por cinco meses, em que aproveitou para viver uma ligação escandalosa com a condessa de Egas. E não

faltou quem o aclamasse. Uma parcela da população vislumbrava no governo de Napoleão um novo progresso para o reino. O padre Antônio Teles, presbítero secular em Lisboa, foi porta-voz dessa corrente. Seu opúsculo “Breve Memória que, como cidadão português, toma a liberdade de oferecer na presença do Ilustríssimo e Excelentíssimo Monsieur Junot – Meritíssimo governador de Paris, primeiro ajudante de campo de S. Majestade o grande imperador e rei, grã-cruz da Ordem de Cristo neste reino e general em chefe do Exército de Portugal” denunciava as desgraças sob as quais “Portugal gemia”, sob “um príncipe que sempre separou os seus interesses daqueles da nação”. D. João era apresentado como alguém que não tinha a educação própria de um rei, faltando-lhe agudeza de espírito. Sua imperícia surtiu graves consequências, pois “o rodearam sempre homens ignorantes, ávidos, avaros e mercenários, olhando só para os próprios interesses e desprezando com a mais feia repulsa aqueles do seu Estado”.

E, numa crítica que Bonifácio endossaria, padre Teles cravava: na Corte, “nada se alcançava sem proteção, e como os canais eram avaros regulavam as ofertas de convenção até nas coisas mais sagradas. O gabinete era um contínuo leilão”. As rendas públicas tinham “aplicações ridículas”. O dinheiro era gasto com “ninharias e bagatelas”. A dívida da nação crescera com rapidez, tendo em vista que a cada ano a Inglaterra fazia mais empréstimos conduzindo Portugal “a largos passos para a bancarrota”. A solução para uma economia mais ágil, um justo código comercial, o desenvolvimento das manufaturas, o favorecimento dos exércitos era Napoleão!

Mas, se Bonifácio concordara com as críticas, não concordava com as “insolências” distribuídas pelo exército francês. Junto com Simão de Cordes Brandão, seguiram ambos “como deputados de Universidade aos governadores do reino”, para tratar com o “general Junot”. Nada se sabe nem do que se conversou nem do resultado dessa visita,

salvo que foi paga pelo Cofre Acadêmico uma ajuda de 192\$000 a cada um.

Assunto não devia faltar, pois, em 1808, a Academia recebeu a visita de ninguém menos do que Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, que, enviado pelo Museu de História Natural de Paris, veio “requisitar” espécimes das coleções portuguesas. Tratados como “indígenas” pelo conhecido botânico nas cartas que trocou com seus superiores, Saint-Hilaire escondeu com polidez o desprezo que tinha pelos portugueses e esteve longe de utilizar os poderes que lhe foram outorgados por Junot. Nem precisou. O colaboracionismo do oportunista Vandelli, “sabujo” a quem o francês considerava de baixíssimo nível científico, lhe permitiu levar inúmeras “cópias” de material botânico, mineralógico, além de mamíferos, peixes, insetos e fósseis. Segundo ele, em carta aos “caros colegas”: “Vandelli ultrapassa tudo o que eu pudesse desejar: todos os cofres dos seus armazéns acabam de ser abertos para mim; dá aos seus subordinados todas as ordens que me convêm. Vi herbários, uns da costa de Angola, outros de outras costas de África e das Índias, herbários do Pará, do Maranhão, do Rio Negro, etc. Todos estão virgens, pois nem se deram ao trabalho de abri-los: daí não saíram nem plantas nem ideias botânicas.”

Ele confirmaria, portanto, as razões do desalento de Rodrigues Ferreira: nos cofres dos armazéns repousavam coleções inteiras fechadas, caixas com “cem indivíduos de uma só espécie”, tudo abandonado à própria sorte.

Saint-Hilaire não só julgou severamente Vandelli por sua incompetência, negligência, desconhecimento do acervo e de seu valor científico, mas, sobretudo, por seu servilismo frente a Junot. Considerou que, ao entregar-lhe o material do museu, ele traiu Portugal, reino onde fizera fortuna e uma carreira proveitosa. Desprezava-o por seu antipatriotismo. Por seu lado, Alexandre Rodrigues Ferreira teria escondido parte dos papéis e das amostras resultantes de sua missão na Amazônia. Segundo Saint-Hilaire, a

coleção de macacos era admirável: “Irei levar-vos, enfim, o verdadeiro *Simia belzebuth*, ou o guaribu de Marcgrave”, exultava. Mas, quanto à de minerais, “as amostras eram muito pequenas”! As perdas patrimoniais desta *razzia* contribuíram para o empobrecimento do Museu da Ajuda, num período que então se iniciava: o da decadência dos estudos naturalistas.

O mais irônico foi o desfecho da incursão. Terminada a estadia do que Geoffroy Saint-Hilaire denominava “minhas operações”, Vandelli e Brotero “quiseram, por meio de uma visita coletiva, testemunhar-me a sua satisfação”, contou ele, explicando:

Deviam-me, diziam, um especial reconhecimento pela minha viagem; eles talvez não tivessem nunca publicado as ricas coleções que tinham levado trinta anos a reunir, em breve, muitos objetos se teriam perdido. Ao contrário, enviados para Paris, não podiam deixar de aí ser úteis, e aí recordariam à consideração pública, sobretudo quando publicados, as qualidades dos seus coletores.

Em suma, as missões científicas que deveriam salvar Portugal estariam a salvo... fora do reino de Bragança!

Em toda a abundante correspondência de Saint-Hilaire com seus superiores e colegas, vários nomes são citados: Barbero, Rodrigues Ferreira, “o bizarro” frei José Mariano da Conceição Veloso, cônegos de São Vicente de Fora, o prior Antônio de Nossa Senhora e até certo padre Foyos e um doutor Tavares, cujas memórias o francês ouviu ler na Academia das Ciências, cujas sessões não foram interrompidas no período de guerra. Mas nem uma palavra sobre Bonifácio, que dizia falar seis línguas e entender onze, além de ter morado e estudado em Paris.

Sob pressão, no mês de junho de 1808 Coimbra foi palco de protestos. O governo da cidade foi entregue na mão do

vice-reitor da universidade, Manoel Paes de Aragão Trigoso. Os estudantes começaram a se organizar e a se armar. Os moradores temiam um ataque do famoso general Loison, o Maneta, sobre o qual corriam histórias de crueldade. Mas faltava munição na cidade. Bonifácio ficou encarregado do fabrico de cartuchos de pólvora. Estudantes voluntários trocaram a beca por uniformes e formaram o Corpo Militar Acadêmico. Foram escolhidos os oficiais maiores para comandar 206 fuzileiros e 80 artilheiros. Eram eles Fernando Fragoso de Vasconcellos, Manuel de Serpa Machado e Bonifácio, já graduado no posto de sargento, pois frequentou “os exercícios com exação. Apresentou-se com farda e espada, concorrendo com despesas para sua companhia. Ofereceu-se para ir com o exército que ia restaurar Lisboa”. Preparava-se um embate frontal.

Mas quem atravessou o Douro, em março de 1809, foi o marechal Nicolas Jean-de-Dieu Soult, cujas tropas foram posteriormente expulsas na direção da fronteira com a Espanha. Num lugar de destaque na hierarquia militar, o de tenente-coronel, Bonifácio avançou, sob as ordens do general Nicholas Trant, em direção a Águeda. Ali, “principiou a servir no Conselho de Segurança do Exército. Acompanhou depois desde a passagem do Vouga até que no Porto foi nomeado inspetor interino da polícia da mesma cidade e distrito”. No Livro Mestre de Registro do Corpo Militar de Lentes Opositores e Professores Voluntários Acadêmicos consta que, na “Ordem do dia 14 de agosto de 1809, o Ilmo. E Exmo. Sr. Marechal Beresford, condescendendo com a sua representação, lhe concedeu que se retirasse, fazendo público ao Exército a grande aprovação que faziam os seus bons ofícios”.

Para proteger a cidade, decidiu-se por melhorias na sua fortificação. O planejamento e execução de uma obra foram confiados a Bonifácio, que, em quatro dias, a entregou ao general Trant. “Este varão animava com sua presença e atividade os obreiros ansiosamente empregados na fatura de uma bateria e fosso na Ponte e ínsua de água dos

Maias...”, elogiava o Livro Mestre. Uma passagem exagerada conta que, no caminho de Aveiro, ele teria, sozinho, “com a mais louvável e assombrosa intrepidez”, posto a correr cavaleiros inimigos. Um feito inverossímil para quem fabricava cartuchos de pólvora.

Durante a segunda invasão, Bonifácio integrou o Estado-Maior e presidiu o Serviço de Segurança do Exército, encarregado de perseguir a espionagem inimiga, de filtrar as delações constantes, de dar “caça” aos afrancesados. Cabia-lhe triar e acalmar os boatos que alarmavam as populações. A ordem de 12 de abril de 1809 foi clara:

O Sr. Comandante de Divisão de Entre Douro e Mondego estabeleceu um conselho permanente para examinar os espias e revistar passaportes e decidir quais contendidas que possa haver entre os indivíduos de diferentes corpos que compõem a sobredita Divisão. Pois que o Sr. Comandante não pode tomar conhecimento miudamente e continuamente destes acontecimentos, os Oficiais que compõem o sobredito conselho serão os senhores José Bonifácio de Andrada, major do Corpo Acadêmico...

Tornado inspetor ou intendente interino, ele concentrava as denúncias contra “espias” afrancesados, colaboradores do inimigo em fuga, escritos sediciosos e questões jurídicas e policiais. E levou sua missão a sério. Um edital de junho de 1809 continha a ordem:

Mando que todos os que souberem dos autores de papéis incendiários, que se publicaram nesta cidade, debaixo do entroso governo francês os venham delatar a essa Intendência de Polícia, para que pelos modos legais se desagrave a Soberania ofendida e se contenham para o futuro os traidores, os aleivosos como exemplo do castigo que merecem tão abomináveis maquinações.

Mas suas decisões nem sempre eram bem recebidas. Quando, na condição de intendente, ele resolveu criar “um secretário de polícia que passa passaportes, fazendo nisto inovações a que prudentemente se não tem o dito oposto o Corregedor, para evitar conflitos”, criou um novo desentendimento.

E pior, um desentendimento com os próprios colegas. Sem mais, Bonifácio deixou as funções de intendente-geral de polícia, entregando cargo e poderes ao chanceler governador das Justiças do Porto. Desconfiança e reserva dos juristas da Relação? Ou sua tentativa de reestruturação da Intendência foi considerada ingerência indevida? Enfim, enfadado, resolveu voltar à universidade. Sua demissão da Intendência foi aceita e, no despacho final, Bonifácio foi louvado pelas “melhores provas de patriotismo, conhecimentos e valor”.

Na correspondência trocada com D. Rodrigo prosseguiram as queixas e a argumentação: queria tornar Portugal autossuficiente em carvão e ferro. Queria diminuir gastos. A indústria popular, a agricultura e a população cresceriam em torno das minas. Mas nada feito. Era somente a voz de um funcionário pedindo mudanças, que jamais seriam atendidas. E a frustrada passagem pela Intendência, afirmam biógrafos, alimentaria seu desejo de voltar ao Brasil.

Quando da última invasão, conduzida por Massena, Bonifácio se ofereceu “para ir comandar uma guarda avançada de 100 acadêmicos” e, em novembro de 1810, coube-lhe, por ordem do regente, organizar o dito “Corpo”. À época, vários caixotes com “petrechos mecânicos, marcados com suas iniciais JBAS, produtos metalúrgicos, livros e papéis atualmente de muita necessidade para os trabalhos de sua profissão” extraviaram-se e foram parar no porto de Lisboa.

Em 1811, o exército francês bateu em retirada. Bonifácio serviu em Peniche até o final da luta. Apesar de crítico acérrimo do país e do povo, pegou em armas para defendê-

lo, como era obrigação e dever dos bons funcionários – palavra, aliás, criada em fins do século XVIII. A fidelidade à monarquia era obrigatória. E, respirando glórias militares, assim definia sua participação no conflito: “Em tão arriscadas circunstâncias, mostrei, senhores, que o estudo das letras não desponta as armas nem embotou aquela valentia que sempre circulara em nossas veias, quer nascêssemos aquém ou além Atlântico.”

Desde sempre, Napoleão previra o futuro de Junot: sem muito rigor, sem “execuções” em praça pública, sua imprevidência lhe custaria caro. À imprevidência somaram-se outros problemas: o desconhecimento do teatro de operações e o péssimo estado das estradas, as rivalidades entre os oficiais, mergulhados em desacordos sobre a estratégia de guerra, e, sem dúvida, a resistência das tropas anglo-portuguesas em Figueira da Foz. A seguir, o Porto se sublevou com a ajuda de oficiais espanhóis. Os ingleses desembarcaram armas no litoral e o general Beresford tomou a direção dos exércitos portugueses, derrotando os franceses em Columbeira, Vimeiro e Roliça. Napoleão, atacado na Alemanha e na Áustria, afastou-se da península Ibérica.

Mas seu carisma não diminuía, e foi para acompanhá-lo que um brasileiro se incorporou às tropas que adoravam o “*petit caporal*”. Arrebatado de entusiasmo, depois de estudar Medicina em Coimbra, o mestiço baiano Caetano Lopes de Moura engajou-se na Legião Portuguesa que, a mando do coronel Gomes Freire de Andrade, seguiu as águias bonapartistas. Enregelou-se com elas no inverno mais frio do século na Rússia, aplaudiu, com multidões, a volta do eLivros, em 1815, e mais tarde, graças a Domingos Borges de Barros, serviu como espião e agente oculto, durante o processo de Independência do Brasil. Não seria o único soldado do imperador a ter contato com Bonifácio.

O altivo general holandês Dirk van Hogendorp, ajudante de campo de Napoleão e um dos membros do Grande Exército ou *Grande Armée* espalhados pelas Américas,

exilou-se no Brasil, aonde veio plantar café. Mais à frente, seria cogitado como ministro para os Negócios da Guerra, no mesmo gabinete que Bonifácio organizaria. Houve ainda Pierre Labatut, dito Pedro Labatut, que serviu aos exércitos napoleônicos em Espanha e acabou sua carreira de soldado nas praias brasileiras, servindo à Independência e amigo de Bonifácio até o fim da vida. A invasão francesa a Portugal deixaria fios desencapados que, mais tarde, se entrelaçariam no Brasil.

Enquanto isso, os jornais comentavam: D. João, recebido como “imperador do Brasil” no “Novo Império Lusitano”, abria os portos, isentava de impostos as mercadorias que desembarcassem no Brasil, fundava escolas e academias, quebrava o monopólio comercial que Portugal exercia, prejudicava os comerciantes lusos e empobrecia a metrópole. Por sua vez, D. Rodrigo era criticado na imprensa por suas tendências anglófilas e pelo Tratado de Aliança e Amizade assinado com a Inglaterra, engajando Portugal a extinguir gradativamente o tráfico negreiro, a liberar o culto religioso e a oferecer tarifas alfandegárias preferenciais. No *Astro da Lusitânia*, era acusado de inepto e inábil. No ano seguinte, uma febre epidêmica fez tremer o reino e os apelos ao regresso da família real se faziam ouvir através de *Súplicas e Odes* comentadas até no *Correio Braziliense*. Do seu lado, *A Gazeta de Agricultura* reclamava dos elevados preços dos gêneros enquanto os volumes de bens e mercadorias importados da colônia eram duas vezes superiores às exportações. Não faltavam críticas a D. João, que “distribuía liberalmente hábitos de Cristo, a quem lá ia felicitá-lo pelo triunfo alcançado sobre Napoleão”. Não faltava quem rosnasse frente às prodigalidades do regente. Bonifácio era um deles. Além da falta de recursos, as invasões francesas paralisaram o trabalho nas minas. Ele reclamava a D. João: “Quando se querem fins, é preciso pôr meios e meios que correspondam aos mesmos fins; e quando estes não se podem pôr, é melhor acabar com estabelecimentos que de certo definham, fazem gastos

inúteis, e só servem de desdouro ao país em que existem.”

Finalmente, em 1810, Bonifácio recebeu carta de D. Rodrigo. Finalmente, pois o tom da carta não nega que houve, por parte de Bonifácio, insistente correspondência: “Nem um só instante me esqueci, nem de sua amizade, nem de seu grande merecimento, e ternamente me deve reparação por ter feito um tão mau conceito de um homem que se preza sobretudo homem de bem e fiel aos seus amigos”, justificava-se D. Rodrigo. Felicitando-o pela Restauração da pátria e sua ação no combate, ele chama Bonifácio de “herói como eu o considero”. E em resposta às perguntas sobre sua terra:

Sobre o seu Brasil pode estar descansado; são grandes os seus destinos, e o melhor dos príncipes tem feito a respeito tudo o que era possível fazer em tão pouco tempo. Liberdade do comércio, e mais amplo, debaixo dos princípios mais liberais. Direitos das Alfândegas muito moderados, sendo os maiores 24% e uma 1/3ª Parte remetida a favor da navegação e da propriedade nacional. Nenhum privilégio exclusivo. Declaração de que não haverá Inquisição, no Brasil, feita no tratado com a Grã-Bretanha. Permissão do estabelecimento de todas as manufaturas. Introdução de todas as culturas preciosas, e que o Brasil ainda não possuía. Abertura de todas as comunicações do interior do Brasil, tanto por água, qual a de Goiás pelo Tocantins, como a do rio Doce, e muitas outras comunicações para o Maranhão, para o Mato Grosso etc., sem esquecer o estabelecimento de Guarapuava, sua capitania onde se tem entrado de força para segurar o Paraná e as cabeceiras do Uruguai e organizando outras novas terras para criação do gado, unir a um tempo a fácil comunicação do que se conseguiu no País das Missões com as capitanias de São Paulo e Rio Grande. Remeto-me ao discurso que o nosso Lisboa [?] fez sobre os benefícios que S.A.R. tem feito ao Brasil e não quero importuná-lo, nem me sobeja tempo

para me ocupar de matéria tão agradável. O que S.A.R. tem também ordenado a favor de Portugal não há de deixar de o elevar ao mais alto grau de felicidade do que antes possuía, e a emancipação do Brasil há de lhe ser muito útil, não obstante tudo o que inquieta os visionários que seguem os princípios do sistema mercantil e que talvez seja a causa de se não terem executado as Reais Ordens que tanto teriam feito ao reino. Apesar do desejo que tive de o ver aqui, e que espero se verificará brevemente, visto a licença que eu também solicitei nunca deixei de lembrar-me da falta que fará ao Real Serviço do Reino, e por isso é que não me viu tão ativo neste ponto.

Na última carta escrita por D. Rodrigo, do Rio de Janeiro, a 26 de abril de 1810, o tom é novamente o de uma resposta elegante e tranquilizadora às cobranças de Bonifácio:

Meu amigo de minha particular veneração. Recebi as duas linhas que me escreveu, e nelas posto que vi a injustiça com que me tratava por ter lhe tardado a minha resposta que, se não me engano, lhe dirigi, e que terá recebido.

Depois de comentários sobre a alvissareira descoberta feita por Bonifácio de minas de prata no reino e o estabelecimento de fábricas de ferro em Sorocaba e Serro Frio, D. Rodrigo despedia-se dizendo:

Muito poderia dizer, mas falta-me tempo. Dê-me notícias de sua saúde e a da de sua esposa e da de sua digna família que muito estimo. Nada posso dizer-lhe senão de seu irmão Martinho que está em Sorocaba, mas do Sr. Antônio Carlos, que está aqui, e que me dizem ter agora novos trabalhos, como me foge, nada sei dizer. Estou

muito velho, cansado e cada vez avaliando menos a triste espécie humana, à exceção daqueles que como o Sr. José Bonifácio merecem tudo.

A 26 de janeiro de 1812, faleceu o progressista D. Rodrigo. Ele mesmo se definia como a triste vítima de um país bárbaro. Corriam boatos: fora envenenado por seus inimigos reacionários. Padre Perereca, cronista da Corte no Rio de Janeiro, registrou que teve febre maligna fulminante e em quatro dias foi enterrado no Convento de Santo Antônio. Nesse ano, o *Jornal de Coimbra* despejou dezenas de artigos sobre as riquezas do Brasil, que pareciam festejar os projetos de Bonifácio: “Pelos rios do Brazil”, “Madeiras do Brazil”, “Memórias sobre as quinas em geral e a braziliense em particular”, etc. Porém, em meio à publicação de tantos assuntos que compartilharam, Bonifácio perdia o interlocutor de décadas. A 30 de julho de 1813, voltou-se para seu irmão, D. Domingos Antônio de Souza Coutinho, então conde de Funchal. Em tom bem mais coloquial, para não dizer tosco, mostrava-se o mesmo ressentido de tantos anos. Ao se confessar, defendia a própria causa:

Se não lhe tenho escrito, foi por escrúpulo de não ser abelhudo e porque me não cumpria ir tomar-lhe o tempo, que não lhe chegaria para despachar negócios, desfazer intrigas e cabalas e debelar tanto gigante e descomunal e tantos malandrins. Depois que vi por fim lembrados os seus grandes serviços e por fim nomeado ministro de Estado, então de propósito não o quis fazer, porque depois de tanto silêncio, podia talvez a minha escrita cheirar a lisonjaria, baixeza que meu coração detesta por antipatia orgânica e por princípios arraigados até hoje invencíveis. Deu-me muita consolação a sua carta porque dela vejo que, apesar das cinzas dolosas que vai pisar, tem, todavia, coragem de ir fazer bem pelos únicos caminhos que deve – Justiça e Merecimento.

Depois de tão longo intervalo, permita-me que aboque esta primeira ocasião para conversarmos um pouco em coisas que podem ser úteis aos meus naturais e de glória sólida ao nosso bom Príncipe. Não presumo tolamente ir dizer pensamentos ou segredos pitagóricos a V. Ex^a., não Sr. Já disse que quero conversar. Depois, a um Amigo que pode influir na felicidade futura de milhões de portugueses, devo falar verdades ainda safadas,⁷ porque sempre faz bem a sua reminiscência [...] Eu, pelo que tenho observado desde que voltei a Portugal, e pelo que já me tem sucedido, devera já ter toda a esperança perdida de verdadeiros melhoramentos; e julgar-me no inferno de Dante, onde os que entram deixam toda a esperança à porta, não me ficando por ventura outro papel que representar senão o diabolicamente heróico do Satanás de Milton – mas, meu bom senhor, não sei como somos feitos os homens de bom coração que nunca perdemos a esperança de melhor futuro.

⁷ Safadas: gastas, usadas.

A 3 de setembro, nova carta ao mesmo D. Domingos, mergulhada em decantado pessimismo e prevenindo-o:

V. Ex^a. vai substituir a seu imortal irmão em uma Corte dividida pelo que soa, em partidos inimigos, onde apesar do excelente coração do soberano, decerto será abocanhado e atrapalhado pelas rivalidades do egoísmo e da inveja, pelas vistas acanhadas da ignorância crassa e pelas intrigas infernais do satrapismo e do criaturismo⁸ que nos têm arruinado. Por quem é, não seja tão franco e crédulo como seu bom irmão; não se deixe enganar pelos intrigantes, astutos e hipócritas que lhe hão ir beijar os pés e lambar o traseiro, quando quiserem ligar-lhe as mãos ou desatar para o seu interesse e planos tenebrosos [...]. Que educação física e científica tem o

nosso povo, principalmente no Brasil? A honra era uma quimera, o saber um traste inútil, quando não perigoso, o trabalho ativo inútil ou desnecessário, a virtude, sonho de cabeças esquentadas. E posso enganar-me na minha misantropia, e até desejo; mas, desculpe V. Ex^a. um paulista avezado à meditação dos Antigos e enfadado dos horrores da moderna Europa. V. Ex^a. vai para a Corte do Rio de Janeiro e lá verá pelos próprios olhos. Dinheiro, títulos e roliços heróis, gritam em cardume os nossos portugueses; renda no erário e novos impostos, os nossos estadistas, ignorância e superstição os nossos sabujos de coroa⁹ e submissão passiva nossos sátrapas.

⁸ Não dicionarizado, mas referido às “criaturas políticas” alçadas a cargos de confiança pelos poderosos.

⁹ Refere-se ao clero.

E em outra carta, dando-lhe conselhos:

O quadro é feio e talvez exagerado pela rabugem mental que me rói, mas não é para desanimar na sua brilhante carreira, com tempo e constância aturada e também com boas manhas para milagres. Procure que se removam os obstáculos da indústria, que a razão e as ciências ganhem pé diariamente, educação física e ginástica, porque o clima e a fertilidade do torreão a requerem imperiosamente; não empecer os voos espontâneos da atividade particular; prêmio certo e pronto aos beneméritos e castigo aos patifes. Nada de castelo de cartas de jogar, que só divertem crianças. Tudo ligado e sucessivo e verá então V. Ex^a. quantos milagres se fazem. É difícil a empresa; porém, para merecer a estimação e o respeito dos homens de bem, basta começá-la com juízo.

E sobre o viver em colônias: “V. Ex^a. diz muito bem que vai mudar de vida. Sim, senhor, e como vai viver entre cafres e cimérios,¹⁰ que remédio se não alumiá-los e humanizá-los.” Sobre sua saúde, que não trabalhasse em horas de maior calor. Os banhos de mar e passeios a cavalo lhe fariam muito bem. Cuidado: “Amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterodoxo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc., etc., num corpo sólido e político.” Queria enviar-lhe “as ideias que me têm ocorrido sobre novas leis regulativas da escravatura, inimiga política e amoral”, para com “tempo e jeito curar esse cancro”. E os “pobres índios”? “Para que a raça desgraçada desta mísera gente não desapareça de todo, é mais que tempo que o governo pense seriamente nisso.” E quanto às indicações de “homens de talento e capacidade” que se pudessem empregar em viagens botânicas e mineralógicas, logo indicou seu irmão, Martim Francisco, e seu futuro genro, Alexandre Antônio Vandelli, “uma joia em química”. E arrematava, crítico: “Por cá ou por lá se poderão descobrir mais alguns, mas não dos que estão em cadeiras ou estabelecimentos novos no Rio; porque, segundo me consta, são pedantes ou perfeitas lesmas.”

¹⁰ Cimeira: capacete com penacho; cimérios, corruptela para índios.

E, por que não, pedir para si? Bonifácio era direto:

Quero oferecer-me a V. Ex^a. para alguma coisa que possa ser útil ao Estado e ao Brasil, onde nasci e desejo ansiosamente servir, porque conheço o que pode e deve vir a ser um dia, se tivermos juízo [...] Honras e mercês brilhantes, como tem obtido tanta gente não sei como, nem as requeiro, nem as espero; ainda que os meus tais quais serviços, como literato, homem público e soldado, alguma contemplação mereciam; porém, subsistência certa e alguma estimação pública deve-se-me decerto. Já estou velho e mal-acostumado para ser sabujo e galopim

de antessalas; mas, se me quisessem dar algum governilho subalterno, folgarei muito ir morrer na pátria e viver o resto dos meus dias debaixo do meu natural senhor, pois sou português castiço. Poderia nele, se me dessem e me deixassem as mãos livres, ir plantar as artes e agricultura europeias; pôr em administração regular os bosques; criar pescarias e salgações e experimentar o meu projeto de civilizar a cristão os índios. Peço um governilho, porque detesto o ser desembargador de presente e de futuro. Um pequeno país que me convinha era Santa Catarina, ajuntando-se-lhe os campos vizinhos de Curitiba, para novos estabelecimentos de manteiga e queijos, trigos e farinhas. Se V. Ex^a. aprovar esta minha lembrança e lá me quiserem, estou prontíssimo.

Despedia-se cobrando a resposta: “Se tiver alguns momentos de descanso que queira desperdiçar em responder-me, ficarei muito grato.”

Nova frustração. Funchal não quis ir ao Brasil. Deu centenas de desculpas ao regente para não arredar pé do fog inglês, alegando, inclusive, que não suportaria o reflexo do sol tropical nos olhos. Continuou diplomata em Londres e as 21 sugestões que lhe dera Bonifácio na última missiva ficaram para as calendas. A última carta, datada de 7 de setembro de 1813, em que esse, insistindo no tema de suas dificuldades em Portugal, pedia para ser empregado na carreira diplomática, ficou, aparentemente, sem resposta.

Foram anos difíceis. O reino suspirava pela volta da família real e da Corte. Só o soberano traria paz. A presença do general britânico e marechal do Exército português William Beresford era considerada asfixiante. Antes recebida como aliada, a presença inglesa era, agora, vista como ingerência indesejada nos negócios nacionais. Foi época em que também se discutia nas páginas de *O Observador* se a abolição do comércio de escravos traria a “ruína do Brasil”: “A escravatura é o pior achaque do Brasil e há muito tempo

que deveríamos ter começado a tomar medidas gerais e constantes para civilizar os índios e emancipar gradualmente os pretos...” O tema seria desenvolvido por Bonifácio mais à frente.

Entre a gente miúda crescia a crença num mundo repleto de pecados, redimidos apenas pelos sofrimentos. Fantasiosas interpretações anunciavam a vinda de um salvador da pátria, depois da longa provação. Dos púlpitos das igrejas, os padres denunciavam: “Fomos cativos de homens infernais.” Napoleão, entre a ilha de Elba e Waterloo, era descrito em folhetos milenaristas como a “besta das sete cabeças e dez cornos”, um “dragão vermelho”. Um panfleto avisava os leitores de que era “chegada a época mais crítica do mundo”. O mal só fazia crescer. As vitórias das forças portuguesas só teriam acontecido por milagre. Eram “maravilhas”! Frente a tantos perigos imaginários ou reais, crescia, contudo, a sensação de que o povo tinha sido abandonado pelo soberano.

A brutalidade das invasões fortalecera o sentimento de união, de amor à terra, de crença em Deus. A Inglaterra, antes aliada, passou a ser considerada invasora. O comerciante Diogo Ratton deixou suas impressões: “Lisboa tinha-se transformado num vasto entreposto de mercadorias inglesas. Uma nova invasão, esta muito mais difícil de rechaçar, estava começando.” Opiniões corroboravam: o governo era português apenas no nome. A dependência, coisa vergonhosa. Mas não parava aí. O sentimento de animosidade estendeu-se ao Brasil, onde se instalara a Corte e, em breve, o Reino Unido. A outrora colônia tornara-se, então, a parte mais nobre do Império. Quanto aos brasileiros ou brasilianos, eles passaram a ser como os franceses e ingleses: o Outro. Invasores. Aproveitadores. Fora com eles!

Bonifácio tentou voltar ao Brasil várias vezes. Chegou a pedir autorização de afastamento por um ano em Coimbra, o que lhe foi concedido. Não partiu. Insistiria novamente, em 1810 e 1811. Enquanto isso, Napion já estava no Rio,

cuidando “divinamente” – sublinhou D. Rodrigo – da fábrica de pólvora. Quanto a seus irmãos, Antônio Carlos era juiz e Martim Francisco, naturalista encarregado de minas em São Paulo. A colônia, agora sede da monarquia, parecia chamar: vem, vem.... Não teria Portugal se tornado colônia do Brasil?

Em 1812, as ausências de Bonifácio eram tão evidentes que a Junta da Fazenda da Universidade perguntou se devia continuar a pagar-lhe. Resposta do regente: “Atendendo a ele ter sido encarregado pelo governo deste reino de importantes comissões muito úteis ao seu Real Serviço”, que o pagassem.

Deixado para trás, Bonifácio saltava de um posto a outro, sem aprofundar realizações. Da mineralogia passou às letras. Entre 1812 e 1819, se tornou secretário-geral da Academia Real das Ciências de Lisboa, encarregado de registrar sua história, “tarefas patrióticas e literárias”. No primeiro discurso aí proferido, lembrou suas diretrizes: “Difundir conhecimentos, animar e facilitar os esforços dos sábios aplicados, subministrarem fatos e noções de que precisam; deve ser um dos primeiros cuidados das Corporações Literárias.” Se antes as academias eram um espaço frequentado pela nobreza fidalga, nesse momento seus membros se encontravam do outro lado do Atlântico. A casa estava vazia de notáveis. O secretário, por seu lado, publicou, em quatorze anos, oito memórias no campo da história natural e a história da própria Academia. Se, por um lado, sua trajetória demonstrava que era possível a um colono se inserir em cargos da burocracia, por outro, os limites eram claros. Plebeus não os ultrapassavam, mesmo quando invisíveis. Consentir na insignificância era parte do sistema. Ninguém progredia por seus talentos, mas, exclusivamente, por favores. Seu descontentamento se cristalizava junto com o ressentimento antiaristocrático. Em 1814, foi diagnosticado por um médico como atacado por “um estado morboso”.

Em meio a muitas viagens em Portugal, recebia correspondência de sua esposa. Em 1814, certamente

preocupada com sua morbidez e bile, D. Narcisa lhe escrevia: “Meu querido Andrada, porque não voltas quanto antes para tua casa, para o seio de tua família que tanto e tanto o deseja?” Ou “indizível o prazer e a consolação que nos dão as tuas cartas, os progressos dos teus alívios e a esperança de em breve te vermos restituído ao seio da tua família e aos cuidados e desvelos de tua mulher e filhas que tanto te amam”. Em algumas cartas, ela assinava “A tua amante”. As missivas transpiravam afeição e cheiravam a roupa de cama limpa e sopa quente. O romance, porém, ficava reservado para as aventuras extraconjugais. Bonifácio não se iludia sobre sentimentos: “O amor romanesco é uma espécie de doença – a erotomania. Amantes romanescos não faltam; mas onde se pode achar o animal chamado marido romanesco?”

Nesse ínterim, o Brasil foi elevado a reino em 1815. A Academia publicou sua *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*. Não havia nada de excepcional em um mineralogista falar de botânica. Segundo as academias europeias, o “filósofo naturalista” deveria entender de tudo que dissesse respeito à natureza: de botânica a cartografia e astronomia. No texto, ele insistia para que agricultores tivessem acesso ao conhecimento e que “não se aferrassem, por preguiça ou ignorância, a carunchosos costumeiros”, ou seja, costumes tradicionais de cultivo. “Basta que reflitam não ser possível que seus avós soubessem de tudo.”

Em março de 1816, a rainha D. Maria faleceu, no Rio de Janeiro, e o luto se espalhou pela sociedade. No mesmo ano, ele fez experimentos com a quina vinda do Peru, já bem conhecida entre naturalistas franceses. Uma remodelação ministerial indicava a vontade de D. João VI de permanecer do outro lado do Atlântico e a decisão foi transmitida por diplomatas a algumas cortes: Espanha, Alemanha, Áustria, Rússia, Suécia e Noruega. Bonifácio insistiu na aposentadoria. Alegava estar “falto de saúde e forças, como é de notoriedade pública, e sem esperanças de completo

restabelecimento, por serem as moléstias de que padece de natureza crônica, e já envelhecidas, a que a medicina não sabe curar”. Não se esquecia de sublinhar sua má situação financeira e seu impacto no futuro das filhas: “Em todo o tempo do seu longo serviço nunca o suplicante pôde ou soube fazer casa para lhes deixar, mas, apenas, sustentá-las honradamente.”

Mas seguia trabalhando. E se preocupou com as fronteiras, pois, a pedido da Junta de Saúde Pública, envolveu-se numa pesquisa para evitar a entrada em Portugal, via correio, da peste ou da febre amarela. Acreditava-se que as cartas podiam ser transmissoras de doenças. Recomendou a aplicação de gás oximuriático, pois se mantinha, assim, a privacidade da correspondência, que não era aberta. Na mesma época, publicou alguns artigos no jornal *O Patriota*, do Rio de Janeiro, para divulgar informações e se fazer conhecido. Fundado pelo professor, latinista, matemático e político Manuel Ferreira de Araújo, também editor do órgão oficial *Gazeta do Rio de Janeiro*, e para poucos lerem, o jornal era publicado pela Imprensa Régia e continha artigos sobre ciências, artes, cultura e letras. Como principais articulistas se destacavam Domingos Borges de Barros, Mariano Pereira da Fonseca, José Bernardes de Castro e Silvestre Pinheiro Ferreira.

Em 1817, os poetas do reino se distraíam compondo versos pela futura aclamação de D. João VI. Bonifácio também cantou “João do Brasil, Glória e Esperança!”. Uma revolta separatista e republicana foi abafada em Pernambuco. Junto com uma remessa de goiabada, açúcar e café, sua mãe escreveu-lhe dizendo quase ter “enlouquecido de dor”, pois Antônio Carlos esteve envolvido e foi preso. Em Lisboa, meses de seca e falta de grãos abateram-se sobre a população. Uma conspiração maçônica que pretendia impor o regresso do rei e o fim da presença inglesa foi esmagada por Beresford. Ele mandou executar os conspiradores, inclusive o general Gomes Freire de Andrade, venerável mestre da Loja Regeneração e 5º grão-mestre do

Grande Oriente Lusitano, cargo que ocupava quando foi preso e covardemente enforcado, depois de um simulacro de julgamento que enraiveceu o povo.

Enquanto, em Recife, seu irmão atacava a monarquia, Bonifácio, em Lisboa, apresentava aos confrades da Academia seu *Elogio acadêmico da senhora Dona Maria*, louvando a política externa do reino, que, no seu entender, havia sido amplamente beneficiado pelos Tratados de Madri, em 1750, de El Pardo, em 1761, e de Santo Ildefonso, em 1777. Esses acordos, segundo ele, deram “grande fundo ao Brasil, estendem nossa raia e seguram as ricas minas das capitanias do sertão; e a comunicação destas com as de beira-mar pela navegação dos grandes rios, que vão enriquecer com imensos cabedais os dois mares fluviais do Amazonas e do Prata”. Ah! O grande Império! Enquanto o irmão republicano mofava atrás das grades, ele chorava a falecida representante da monarquia absolutista: mãe bondosa que sabia que sem agricultura, indústria e navegação, “sem moral e religião pura”, não haveria Estado forte. Oportunismo, forma de defender sua carreira em Portugal ou ambos?

No miúdo, no dia a dia, Bonifácio se aborrecia em tudo. Por ter mandado consertar alguns buracos num dos estabelecimentos que dirigia, não pelo órgão competente, mas por outro que lhe pareceu mais disponível, armou-se um conflito de jurisdição. Correu tinta. Gastou-se papel. Bonifácio foi repreendido e teve que se dirigir ao rei em busca de justiça. Foi um dos muitos casos que criou com a administração. “A maior parte dos homens que conheço são para mim como os habitantes da lua; são nulos ao meu coração; são de outra espécie moral.” Não podia ou aguentava mais: “Já não posso viver com liberdade em Portugal, vivamos ao menos em paz ou fuja-mos dele.” Ele sabia: “A razão pela qual nunca farei fortuna em Portugal é porque não sei digerir afrontas, e sofrer reveses injustos a sangue frio.”

Nunca cessou de revelar seu descontentamento com o

problema que mais o afligia: não era fidalgo. Não conseguia ultrapassar hierarquias. Não mandava, era mandado: “Os que sacrificam a honra e a própria dignidade a títulos e comendas são como os selvagens que trocam o seu ouro por grãos de miçanga. São passados os tempos em que a Fidalguia era o mimo das nações, hoje, estas emparelham com aquelas e todos se podem chamar fidalgos, se ser fidalgo é ser útil e honrado.”

Em 1818, parecia ter chegado ao fundo do poço. Atacado por reumatismo e hemorroidas, gemia: “Quantas vezes, como o bom Jó, não tenho amaldiçoado a hora em que fui concebido e ainda mais a hora em que fui pai! Porém, ao mesmo tempo, devo confessar que esta mesma família que me é tão cara é que me tem impedido de tomar alguma resolução heroica.” Queria pôr fim à própria vida...

Foi nesse clima que, a 24 de junho de 1819, em discurso, Bonifácio despediu-se da Academia das Ciências. Passados 36 anos de sua chegada ao reino, voltava finalmente aos “pátrios lares da montanhosa, mas, amena, província de São Paulo”. Deixava o “Antigo Portugal”, que o adotou como filho, para o “Novo Portugal”, onde tinha nascido. Lembrou seu percurso de estudante e, depois, de viajante a serviço de D. Maria, quando “honrou o nome de Acadêmico e português” entre os sábios “da Europa”. Lembrava o bom, e dizia “deslembrar-se das almas degeneradas” que tentaram atrapalhar suas boas intenções. E tais boas intenções vinculavam-se ao projeto de D. Rodrigo de valorizar o império que teria como sede o Rio de Janeiro, e a emancipação da colônia agora elevada a Reino Unido: “Consola-me igualmente a lembrança de que da vossa parte pagareis a obrigação em que está todo o Portugal para com a sua filha emancipada, que precisa pôr em casa, repartindo com ela das vossas luzes, conselhos e instruções.” A emancipação não significava absolutamente rompimento, mas estreita união com Portugal. Era preciso “orientar”. Orientar não para romper com a Coroa, mas para reforçar laços de compromisso entre as partes da monarquia

portuguesa. O respeito à autodeterminação na gestão dos interesses do Brasil conduziria a relação de amizade e afeto com a mãe pátria.

E, endossando o projeto de D. Rodrigo para os trópicos, louvava:

E que país esse, senhores, para uma nova civilização e para novo assento das ciências! Que terra para um grande e vasto império! Banhadas suas costas em triângulo pelas ondas do Atlântico; com um sem número de rios caudais, e de ribeiras empoladas, que o retalham em todos os sentidos, não há parte alguma do sertão que não participe mais ou menos do proveito que o mar lhe pode dar para o trato mercantil e para o estabelecimento das grandes pescarias. A grande cordilheira que o corta de norte a sul, o divide por ambas as vastas fraldas e pendores em dois mundos diferentes, capazes de criar todas as produções da terra inteira. Seu acento central quase no meio do globo, defronte e à porta com a África, que deve senhorear, com a Ásia à direita, e com a Europa à esquerda, qual outra região se lhe pode igualar? Riquíssimo nos três reinos da natureza, com o andar dos tempos nenhum outro país poderá correr parêlhas com a nova Lusitânia.

De novo, a utopia do grande império! Esse faria “uma época na história futura do universo”. E nela D. João passaria à posteridade por tê-lo concebido. Com o transplante da Corte para o outro lado do Atlântico, o reino português perdera a razão de ser. Agora existia um novo império, no Novo Mundo, que, para seu desenvolvimento, demandava novos projetos. Mas o vassalo não se contentou em anunciar sua partida. Despediu-se dizendo saber que não era o mais instruído, ativo e zeloso dos funcionários do rei, “porém, mais honrado do que eu, não tem nenhum”. Valorizou sua honra e demonstrou seus limites. Levaria

consigo a amargura contra o sistema de privilégios. Ia ferido pela impossibilidade de ascensão por méritos próprios.

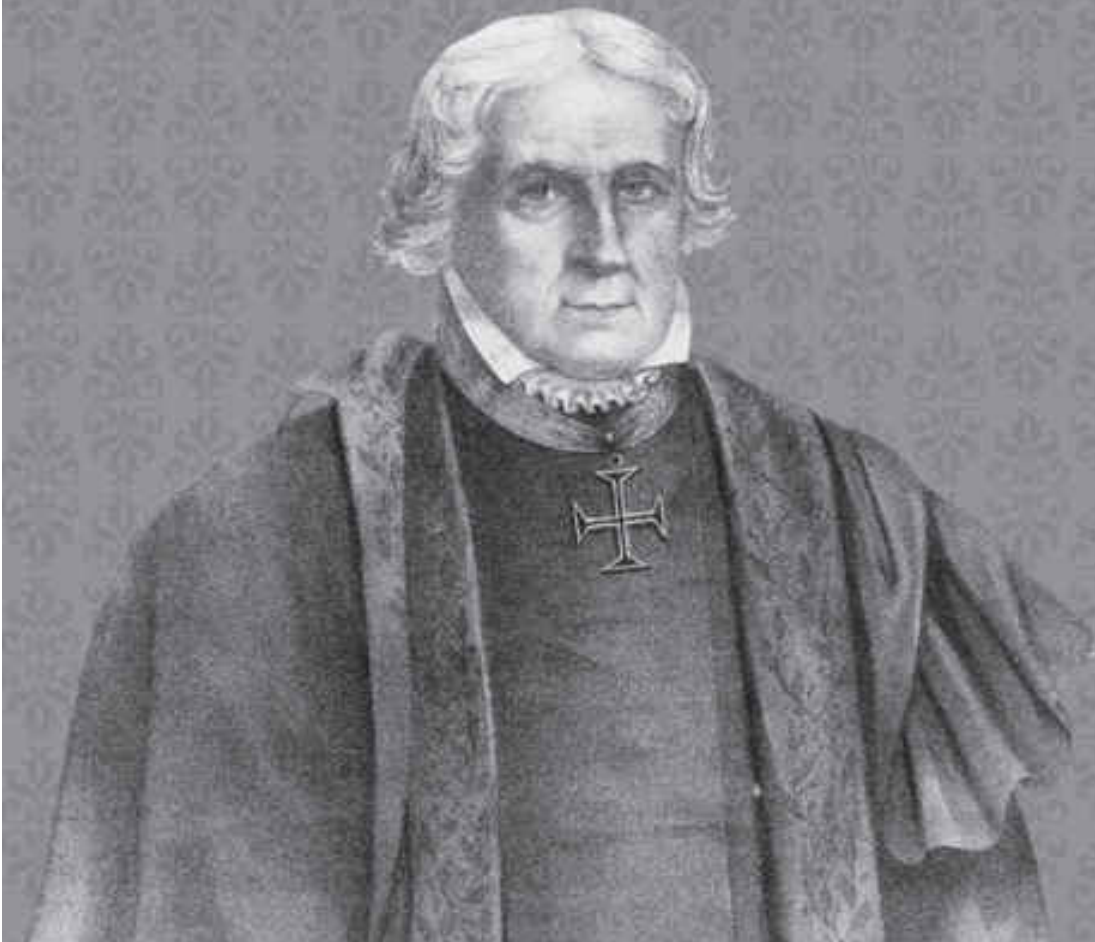
Como todos os homens que, de ano em ano, se apagam cada vez mais, Bonifácio entregou-se, entediado, aos misteres a que ficou reduzido. Passou a sonhar com o Brasil. Sonhava em embrenhar-se “nas matas de São Paulo”; sonhava em comer “bananas, carne de porco e farinha de pau”. Lá, as frustrações escorreriam sobre a sua pele como água. A paisagem natal apagaria as feridas. Depois de apresentar atestados e certidões de que estava quite com todos os cargos, teve que requerer, por duas vezes, a legal aposentadoria dos cargos que ocupou. Em lista, não deixou passar nenhuma comissão transitória, nenhum serviço prestado, nenhuma consulta ou parecer. Fazia-os por desinteresse? Afinal ele mesmo dizia que “era um prazer puro da alma espalhar pelo mundo o fruto de seus estudos e meditações, ainda sem outra remuneração que fazer o bem”. Pagou pela língua. Recebeu apenas o gozo dos vencimentos de três empregos. Aceitou, sem lutar, a liquidação de contas atrasadas. Insubstituível? Não. D. João nem fez esforço para mantê-lo em Portugal. A paisagem de sua vida na Europa poderia ser comparada com as regiões montanhosas que tanto estudou: material heterogêneo desordenadamente acumulado, seco, duro e árido:

Se almas degeneradas procuraram amargurar-me por vezes a minha cansada existência e buscaram, mas, em vão, malograr o meu patriotismo e bons desejos, o estudo da natureza e dos livros no seio da amizade, e a voz da consciência foram sempre o bálsamo salutífero que cicatrizava estas feridas do coração. Cumpre, pois, deslembrar-me do passado.

Envelhecido e exausto, embarcou no dia 19 de agosto para sua terra natal. Com dinheiro emprestado pelo irmão Martim Francisco, trazia encaixotados seis mil livros e sua

coleção de minerais, que considerava a melhor do mundo. Aos 56 anos, deixou a imagem descrita pelo colega Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato: “Eu conhecia já de Coimbra a José Bonifácio; era um homem de grandíssimo talento e instrução, de muita vivacidade, de gênio forte e empreendedor, e muito espirituoso e engraçado em sociedade de amigos.”

PARTE
II





*José Bonifácio recém-chegado de São Paulo
e conselheiro de D. Pedro.*

A volta do cavaleiro melancólico

Recife, ou melhor, Pernambuco, nome pelo qual a cidade era conhecida. Transpostos os escolhos contra os quais o mar rebentava raivoso, velejava-se sobre as águas mansas de um lago. Construções brancas e enquadradas por coqueiros se comunicavam por calçadas de seixos azulados e granito vermelho ou cinzento. As casas de pedra, de três ou quatro andares, abriam as janelas para a viração fresca e constante. No bairro portuário, lojas grandes e pequenas oferecendo todo tipo de artigos agitavam um comércio frenético e bem-sucedido. Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará escoavam seus produtos pelo porto, o terceiro do Brasil, atrás de Rio e Salvador. As naus que chegavam de fora traziam, elas também, artigos. Só que proibidos. Jornais, folhetos, livros “contrários à religião e ao Estado”. No Convento de Santa Teresa, entre goles de vinho do Porto, discutia-se, com todos os detalhes, política europeia, sobretudo a Revolução Francesa. Reinava a chamada “libertinagem francesa”, imitação da vida, dos costumes e das modas que faziam perder “a fé, a religião e a lei”. Apregoava-se, por exemplo, não existir céu nem inferno, que Deus formara o mundo, mas não o comandava, e comia-se carne durante a Quaresma. Os vice-reis reagiam.

Nas tais tertúlias, o governo não admitiria discussões sobre fiscalidade, política ou administração. Tarde demais. A serpente já entrara no paraíso.

Mesmo com a produção agrícola emperrada por técnicas arcaicas, a capitania continuava extremamente rentável. Seu algodão e seu açúcar engordavam as receitas gulosamente devoradas pela Corte. Pernambuco era superavitária e, contrariamente ao Rio de Janeiro, considerada “parasito do império português”, enviava dinheiro para a metrópole. Esmagada por pesada carga fiscal, a capitania não podia contar com investimentos públicos para nada. Seus ancoradouros, por exemplo, de onde saíam navios carregados para a Europa, eram bancados por donativos. Mas as tensões entre os mazombos da terra e os portugueses, as secas abrasando plantações e a falta de pagamento das tropas faziam crepitar o ambiente. O desconforto com a política do Antigo Regime se manifestava de forma peculiar: reuniões clandestinas em casas, quartéis e conventos animavam leituras e ideias proibidas. Elas se tornaram mais barulhentas à medida que os gastos da Corte, no Rio de Janeiro, aumentavam. Quem os pagava? Os irados pernambucanos.

Daí que uma revolução, amadurecida havia tempos por “brasileiros que sustentavam propostas sediciosas”, alastrou-se com a rapidez do fogo. No dia 6 de março de 1817, as ruas do bairro de Santo Antônio, recente palco de tensões com estrangeiros, foram tomadas por gritos de “Liberdade!”. Na caserna, o assassinato de um militar e a libertação de prisioneiros foram o sinal para o início da insurreição. Os sinos tocaram e os moradores, armados, precipitaram-se para fora de casa sem saber exatamente o que estava acontecendo. O grito agora era “Viva a pátria! Mata marinheiro!”, como eram chamados os europeus. Saldo: um oficial de alta patente morto, o governador capturado e civis, até então presos na Fortaleza das Cinco Pontas, liberados, inclusive Domingos José Martins, comerciante e um dos cabeças do movimento. No mesmo

dia, instalou-se um governo provisório que contava, entre outros, com padres maçons e ninguém menos do que Antônio Carlos, irmão de Bonifácio.

Os líderes elaboraram uma proclamação, o *Preciso*, cujo primeiro parágrafo começava dizendo “Depois de tanto abusar de nossa paciência”, evocação das *Catilinárias* de Cícero – influência de Antônio Carlos, grande orador e conhecedor de Demóstenes, Quintiliano e do próprio Cícero? No *Preciso*, palavras tradicionais como propriedade, religião, obediência à autoridade constituída, ordem e honra se mesclavam às modernas – revolução, povo, direitos – e à tão desejada felicidade, prioridade dos maçons e da Revolução Americana de 1776.

Mas nos bastidores ocorria outro movimento importante. A maçonaria pernambucana queria romper com a fluminense e a portuguesa. No Rio de Janeiro, o Grande Oriente Lusitano tinha se fortalecido, graças à cumplicidade de D. Rodrigo e outros altos funcionários do reino. Ganhou músculos depois da chegada de D. João, quando se criou o Grande Oriente do Brasil. Na época, Antônio Carlos frequentava a Loja Distintiva, em São Gonçalo, posteriormente dissolvida pelo rei. Em Recife, apoiados no clero, na oficialidade e nos naturais da terra, os pedreiros-livres pernambucanos tinham um projeto emancipacionista. Não falavam ou falavam em voz baixa em “república”, porém queriam a independência. Na contramão, a fluminense era a favor de uma monarquia constitucional.

De fato, um ano antes, em 1816, instalou-se na cidade de Olinda uma Grande Loja Provincial que contava com pelo menos quatro lojas: Pernambuco do Oriente, Pernambuco do Ocidente, Guatimozim e Restauração e Patriotismo. E foi lá que Antônio Carlos encontrou uma constelação de pedreiros-livres, saídos do Seminário de Olinda, como o padre João Ribeiro, dispostos a unir as províncias do Norte contra a monarquia portuguesa, instalada no Centro-Sul. Antônio Carlos frequentou “jantares” favoráveis à emancipação política. Neles se serviam, em vez de pão e

vinho, farinha de mandioca e aguardente, com que se brindava à independência contra a tirania real. Neles, segundo um desafeto, “o detestável Ouvidor Antônio Carlos era um dos primeiros conselheiros (do governo estabelecido) e o mais atrevido contra Sua Majestade nas proclamações que imprimia”. Neles, também, se observavam as tensões entre os maçons republicanos, dispostos ao rompimento com Portugal, e os favoráveis ao estabelecimento de uma monarquia constitucional. Observavam-se conflitos sobre conservar ou não no Brasil os comerciantes portugueses – uma parte da maçonaria era favorável a mantê-los, para o bem dos próprios interesses: “Fazendo-os continuar com seus negócios e ocupações.” Daí o uso recorrente da palavra “pátria”, escudo para a proteção e coexistência de negociantes e uma boa desculpa, pois brasileiros e portugueses dividiam a mesma terra, pois não? A experiência seria útil mais à frente.

Há quem diga que Antônio Carlos foi catapultado de São Paulo para a Ouvidoria de Pernambuco com o objetivo de colocar a maçonaria pernambucana a reboque da do Rio. A tarefa era difícil. Pois, quando a Junta Governativa foi formada às pressas por um colégio de dezessete eleitores escolhidos a portas fechadas, um aliado de Antônio Carlos, o advogado José Luís de Mendonça, defendeu negociações com D. João para solicitar redução de impostos e o estabelecimento de limites ao poder de governadores, e, quando propôs um reino constitucional em lugar de uma república, foi ameaçado de morte por outro revolucionário.

Enquanto Antônio Carlos insistia na proposta constitucional, ouviu do líder Domingos José Martins que “a lembrança era boa e poderia ter efeito [...] mas agora já não tinha mais lugar porque nem a tropa nem o povo a queriam e quem lha propusesse morreria necessariamente, o que esperavam que ele não o fizesse”. Insatisfeito, procurou apoio em outro pedreiro-livre, o senhor de engenho e coronel Suassuna, que marchou para Recife com um séquito de milicianos e escravos aos gritos de “Viva el-rei!”.

Suassuna também era a favor da monarquia constitucional e, embora suspeito aos olhos dos republicanos, levou seus homens para o sul, a fim de deter as tropas realistas que subiam da Bahia para fazer calar a revolução. Na verdade, Suassuna queria cooptar os oficiais maçons baianos para sua causa. Antônio Carlos, por sua vez, ficou encarregado de atrair a tropa de linha para seus objetivos. A divisão entre os “homens de qualidade”, como se autointitulavam os líderes republicanos ou constitucionalistas, finalmente acabou por enfraquecê-los.

Em meio à divisão dos insurgentes e durante setenta dias, a autoridade real foi extinta, a violência desencadeada e personificada por setores muito diferentes: homens livres, senhores de escravos, comerciantes e padres. Em resposta, um banho de sangue sufocou a rebelião: nove réus foram enforcados e quatro, arcabuzados. Muitos deles tiveram o corpo mutilado depois de mortos. O padre João Ribeiro, um dos líderes e “orientador de leituras proibidas”, suicidou-se. Mas o seu corpo foi desenterrado, esquartejado, e sua cabeça, exposta em praça pública. Um episódio que emocionou até os carrascos foi o do vigário Tenório, que foi enforcado e decepado, teve as mãos cortadas e o corpo arrastado pelas ruas de Recife. Outras dezenas de revoltosos morreram na prisão. Apesar do massacre, Pernambuco não se calou e o clima de instabilidade continuaria por longo tempo.

Bem dissera D. Rodrigo a Bonifácio que Antônio Carlos estava envolvido com “novos trabalhos” e “lhe fugia”. Desde que voltara ao Brasil, seu temperamento turbulento vinha lhe causando problemas. Inicialmente promovido pelo governo ao cargo de escrivão vitalício da Ouvidoria de São Paulo, logo percebeu o prejuízo – o ofício rendia pouco – e pediu mudança. O serviço em Itu era bem mais rentável. Desistiu, porém, antes mesmo de ser nomeado. Passou, então, a auditor geral das tropas da capitania, com posto e soldo de sargento-mor da infantaria, passando, pouco depois, para a cavalaria de linha, cujo soldo era maior. No

encargo de auditor, iniciou sua carreira na magistratura, na qual fracassou estrondosamente. A razão? Seu temperamento exaltado, brigas violentas, conflitos com a Auditoria Militar de São Paulo e até com a Ouvidoria Civil e Criminal de Olinda. Inúmeras vezes negou-se a viajar pelos caminhos ásperos da serra para resolver questões jurídicas, colocando-se frontalmente contra as autoridades militares da capitania.

Em carta ao conde de Anadia, secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que migrou com a família real, o governador Franca e Horta se queixava:

Devo afirmar a V. Ex^a. que tanto o dito bacharel quanto seu irmão Martim Francisco, químico aqui empregado na Inspetoria das Minas de Ferro, são dotados de um espírito orgulhoso, nimiamente enfatuados, e com a cabeça cheia de princípios de liberdade, pelo que, no meu modo de pensar, julgo pouco conveniente a sua existência nestes Estados, onde só a vaidosa confiança que lhes inspira o valimento de José Bonifácio, seu irmão mais velho, é capaz de os fazer abalançar aos maiores absurdos.

Antônio Carlos, dono de “petulante comportamento e insubordinação”, tantas vezes faltou aos Conselhos de Guerra que uma portaria, em 1806, mandou excluí-lo da folha de pagamento. Ainda carregava nas costas a suspeita de ter mandado matar um desafeto com uma estocada no coração, “nefando crime” que manchava sua reputação. Certamente, essa foi uma das razões pelas quais o governador Franca e Horta nunca reconheceu os Andradas como “pessoas mais distintas” da capitania de São Paulo.

Por sua vez, Antônio Carlos o elegeu como grande desafeto e inimigo. Se Franca e Horta era um autêntico representante do Antigo Regime, ele, Antônio Carlos, simbolizaria o oposto: o ideário maçom, iluminista e

revolucionário. Mas as razões da incompatibilidade não estavam somente no campo das ideias. Estavam, sobretudo, no bolso. Franco e Horta era um administrador severo, íntegro na aplicação dos dinheiros públicos. E se horrorizou com a ganância de Antônio Carlos, acusando-o de “pernicioso à ordem pública”. Além do ordenado de 400 mil-réis anuais e das “braçagens” no valor de 300 mil-réis anuais ligadas à função de juiz, ele ganhava 55 mil-réis como auditor geral da Gente da Guerra, equivalente ao soldo de sargento-mor da cavalaria, sem contar as rendas de escrivão da Ouvidoria. Avultadíssimas somas que fizeram o governador negar-lhe qualquer pretensão a mais cargos. A situação ficou tão séria que Antônio Carlos e Martim Francisco redigiram uma carta a José Bonifácio solicitando que o mesmo interviesse no conflito. Não satisfeitos, induziram a própria D. Maria, mãe dos Andradas, a requerer o afastamento do governador e capitão-geral. Não por acaso, em 1815 Antônio Carlos foi nomeado para uma auditoria na riquíssima cidade de Recife.

Em carta de 14 de abril de 1817, Antônio Carlos relatou sua situação a Bonifácio, os problemas financeiros sempre na ordem do dia:

Meu bom irmão e amigo. Tendo recebido a última carta tua em vésperas de correição, não respondi logo, guardando para quando viesse; mas, como fui chamado antes de findar a correição, agora o faço. Eu contava de mandar alguma coisa à minha pobre amiga D. Luísa; mas a sorte, que é minha adversa, faz gorar todas as minhas ideias. Eis-me de novo sem meios certos de subsistência.

A revolução de Pernambuco destruiu meu lugar, e isto tendo eu só um ano de ocupá-lo, e não tendo podido nesse tempo fazer mais do que desempenhar-me. Foi um sucesso assombroso: cinco ou seis homens destroem num instante um governo estabelecido. E todas as autoridades se lhes sujeitam sem duvidar.

Eu fui chamado pelo novo Governo Provisório, e fui

tratado com o maior respeito e distinção, pedindo-se-me que tivesse assento entre eles e assistisse às suas deliberações para os aconselhar, o que até agora tenho feito. As tropas mostram zelo, e todas têm jurado defender a causa da Liberdade, e não se sujeitarem mais ao Poder Real; se alguns ânimos vacilam, o geral é aferrado à nova ordem.

Vai ser convocada a Assembleia Constituinte, e, interinamente, há um governo de cinco membros e um Conselho de Governo. Foram destruídos os juízes de fora e ouvidores, ficou tudo devolvido aos juízes ordinários, e para última instância a um Colégio Supremo de Justiça. Têm-se abolido alguns impostos dos mais onerosos e trabalha-se muito em porem-se num pé de defesa respeitável. Eis-me, portanto, separado dos meus, visto os dois partidos em que nos achamos alistados, o que me custa. A lista civil tem sido mal paga, que é o mesmo que dizer-te que estou pobre. Adeus; recomenda-me à tua família, e recebe o coração de teu irmão e amigo.

O francês Louis-François de Tonellare, testemunha ocular dos eventos em Recife, deixou impressões mistas sobre Antônio Carlos. A princípio, impressionou-se com sua “dialética sutil e persuasiva”, seu “caráter firme e vontade determinada”. Ele tinha “habilidade assaz grande para fazer sombra aos seus colegas; mas estes o respeitam, apreciando a sua utilidade”. Porém, ao compará-lo com o cardeal de Retz – “*num teatro mais vasto seria um cardeal de Retz*” –, revelou percebê-lo como protagonista de ilimitadas ambições pessoais, desejoso de brilho e popularidade, querendo ligar-se a homens de reputação para aumentar a própria glória: “Se o Senhor Antônio Carlos fosse militar, seria homem a assenhorear-se de todos os poderes da República.” Sem limites, portanto.

Antônio Carlos se entregou às autoridades em junho e depôs, em devassa, ao final do ano. Em defesa própria, se disse arrastado aos fatos. Renegou toda e qualquer

solidariedade com os revoltosos, depois de... vencidos. Disse tê-los aconselhado a submeter-se à bondade do rei. Negou qualquer participação na redação do *Preciso*. Conspirar, ele? Nunca. Era inocente. Alegava ter sido coagido ao serviço da improvisada República. Teve medo das punições, sem dúvida. Em vez de ser executado, ficou preso em Salvador. Embarcou de cabeça descoberta, cingido por pesada corrente de ferro e cercado pelo destacamento militar. O povo tinha sido convidado a assistir ao préstito, através das principais ruas e ao som da música da guarnição. Durante a viagem foi submetido a mais humilhações. Junto com outros condenados, usou gargalheira no pescoço e grilhões aos pés. Foi privado de água e sono. Morreu numa prisão baiana durante anos, até a Junta Provisória da Bahia, aclamada depois da deposição do governador em consequência da Revolução Liberal do Porto, em 1820, ordenar que se julgassem todos os processos. O Tribunal da Relação opinou pela nulidade do seu e determinou a soltura dos presos.

A revolução de 1817 foi uma derrota para a maçonaria portuguesa e fluminense, cujo objetivo era obrigar D. João a convocar as Cortes portuguesas e a jurar uma Constituição. O mesmo fizera Gomes Freire de Andrade, no reino, onde perdeu a vida. As águas da política se turvavam debaixo do aparentemente pacífico Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves. Um diplomata argentino observou que os maçons “não só se haviam antecipado, mas não haviam feito a revolução conforme o combinado [...] se os pernambucanos houvessem seguido debaixo destes princípios a coisa [um levante no Rio] se levaria a cabo”. Diante do acontecido em Pernambuco, a maçonaria fluminense dividiu-se, “uns a favor, que são geralmente brasileiros, e outros contra, que são europeus e muitos brasileiros”. Em Lisboa também se comentava que os propósitos republicanos haviam traído os planos maçônicos, cujo objetivo se limitava a “forçar a família reinante a conceder uma nova constituição e a adotar o sistema representativo”. O fruto carnoso que se

colheria mais tarde mostrava seu pericarpo. No cárcere, Antônio Carlos penava, alfabetizando, inclusive, outros prisioneiros, enquanto Bonifácio voltava ao Novo Portugal.

Os viajantes e cientistas que, então, percorriam o Brasil se encantavam com a entrada da baía de Guanabara e a mata perfumada que beijava o mar. “Soberbas montanhas, rochedos de colunas superpostas, floresta luxuriante, claras ilhas floridas, praias verdes, misturando-se a tudo isto, o casario branco”, exaltava a escritora inglesa Maria Graham. O reverendo Robert Walsh se extasiava frente “à imensa baía cercada de montanhas românticas”. Ele não ficava atrás no apreço às paisagens: “A minha veia poética foi agitada pelo amor na 1ª mocidade depois pela vista e contemplação das grandes belezas da Natureza em minhas viagens e estudos.”

Em quarenta anos, a cidade se modificou. A população não só cresceu como se diversificou. Pelas ruelas estreitas, por praças sem decoração, por caminhos cheios de mato que levavam para dentro e fora da cidade, o cotidiano de milhares de seus habitantes se construía. O olhar panorâmico dos estrangeiros recém-chegados, envolvido pela beleza natural do Rio, não captava o formidável movimento que propulsionava toda sorte de indivíduos moradores desse porto: brancos, negros, mulatos, pardos. A rápida intensificação do processo de urbanização, o aumento populacional e a passagem de uma economia fechada para uma aberta se fizeram acompanhar de reflexos nos mais variados grupos sociais. A massa anônima, independentemente da aparente pobreza com que foi descrita por estrangeiros, traduzia movimento, trabalho e esforço.

Origens e cores se misturavam, mas, também, as atividades, as crenças, as ideias e as línguas: dos falares africanos ao inglês, alemão, francês. Gente e coisas, objetos e pessoas se acotovelavam como nunca dantes. A categoria das pessoas livres dividia-se em três grupos: os plebeus comuns – a maioria –, os plebeus dotados de algum

privilégio ou título de nobreza que formavam a pequena elite colonial e o grupo emergente de ex-escravos ou de seus filhos, marcado pela origem. Moradores reagiram aos desafios das portas que se abriam para o mundo, e mobilidade e nomadismo, precariedade nas ligações, passagens de uma cultura a outra, multiplicidade de referências revelavam que, por trás da penúria material, descrita pelos estrangeiros, se gestava um singular cosmopolitismo tropical. A capital ganhou, também, um verniz de cidade grande com a construção do Real Teatro São João, da Casa da Moeda, da nova Praça do Comércio.

Ao chegar ao Rio, onde ficou por dois meses, Bonifácio foi ao “beija-mão” do rei, cerimônia caricaturada pelos estrangeiros que passavam pela capital como coisa arcaica. Recebeu tantas visitas que registrou, sem meias palavras, em carta a Joaquim José da Costa de Macedo, que conhecera como secretário da legação portuguesa em Paris e mais tarde secretário da Academia das Ciências: “Não me deixavam em todo o dia, desde as oito horas da manhã até as onze da noite, um momento livre para descarregar ao menos o intestino reto.”

Na capital, teve duas ofertas de emprego: ajudante do ministro Tomás Antônio de Villanova Portugal, homem forte de D. João e ministro de várias pastas: as do Reino, Erário Régio e Negócios Estrangeiros e da Guerra. Defensor do regime absolutista, inimigo de liberais ilustres como o conde de Palmela, e promotor de intensa campanha contra as sociedades secretas, em especial a maçonaria, Tomás Portugal colaborava na edição de atos legais que exigiam autorização do Estado para o funcionamento de congregações e associações de pessoas. Apoiava, também, a ideia de se manter a Corte no Rio de Janeiro, como forma de preservar as prerrogativas do Antigo Regime em terras brasileiras, livre das ameaças liberais que intoxicavam Lisboa. Era, portanto, figura na contramão de tudo o que Bonifácio criticava. A outra possibilidade de emprego seria a reitoria do Instituto Acadêmico, espécie de universidade que

se queria fundar. Crítico feroz da vida acadêmica, Bonifácio aceitou apenas o título de membro do Conselho de D. João VI e retirou-se para Santos. Afinal, “o viajero que viaja é como o homem que come muito, sem tempo para digerir”. Em casa, teria tempo de “fazer a digestão e ruminar o que tinha visto”.

Aparentemente, Martim Francisco tivera mais sucesso na sua inserção profissional. Diretor-geral das Minas de Ferro desde agosto de 1801, recebia do Real Erário 400 mil-réis como naturalista e fora encarregado de colher “sementes de plantas bravas” que melhorassem “as produções do país” – registrou em carta o governador Franca e Horta ao agora elevado de conde a visconde de Anadia. O sonho do governador era construir uma pequena fábrica de pólvora na capitania, de onde a busca incessante por minas de salitre. Daí que, em 1802, Martim Francisco foi empregado numa Viagem Mineralógica. Em 1806, enviou ao governador sementes colhidas e preparadas por ele: saputá, guaco, pitanga, jataí, ubucuba, ingá, cambuí, etc. Ao lado de cada uma as observações “acham-se nos matos virgens” ou “acha-se à beira dos rios”. Acompanhou uma curta relação de fósseis encontrados: “Granadas, sílex amarelo, granito de duas substâncias”. Outra sugestão nascida de suas pesquisas? O emprego de couro de anta amaciado à mão, alisado com barro e azeite de peixe, para a fabricação de chapéus! Nessa época, alguma colaboração espontânea com o governo? Nenhuma. Na lista de benfeitores “que voluntariamente fizeram a subscrição para o Hospital Militar”, o nome de nenhum dos Andradas aparece. Retaliavam o governador.

Mas Martim Francisco não se ocupou apenas de pesquisas mineralógicas. De 1802 até a chegada de Bonifácio, ele manteve intensos contatos com cidades do interior. A dinâmica Itu, Porto Feliz e Sorocaba, mas também Curitiba, as vilas do vale do Paraíba e aquelas próximas da capital receberam suas visitas. Conversas e críticas à administração alimentavam os contatos com os “homens

bons” de cada lugar. O assunto? A concorrência entre as cidades do Oeste ou do litoral e São Paulo de Piratininga, que desabrochava em riqueza e poder. A sede da Ouvidoria Geral da Província, assim como um batalhão, eram privilégio da cidade. Despeitos e paixões regionalistas iriam mais tarde explodir em expressões de rivalidade, explica um historiador. Martim Francisco tinha tempo para costurar com fel alianças entre Santos e as vilas ciumentas do sucesso de São Paulo. Com os conflitos que os Andradas tiveram e tinham com os governadores-gerais, não é improvável que Martim Francisco já pensasse em substituir um deles.

Pois as tensões só faziam aumentar. A 15 de janeiro de 1807, Franca e Horta escreveu ao visconde de Anadia pedindo uma “demonstração de seu real desagrado pelo escandaloso comportamento” dos irmãos Andradas. Anexando dados comprobatórios sobre o conflito e “as desordens praticadas pela família de José Bonifácio, cujos irmãos, enquanto não adotarem outros princípios, será sempre perigoso conservá-los na sua pátria, com comissões do real serviço”. E alertava: “Pois devo certificar a V. Ex^a. que tanto a minha exposição como os documentos que a comprovam não são mais do que um ligeiro esboço do quadro de suas ações, principalmente das de Antônio Carlos, que são insultantes, temerárias e sediciosas.” Franca e Horta ainda insistia que seu superior fizesse “chegar à presença do príncipe regente nosso senhor” o dito ofício “a fim de que vendo Sua Alteza ofendida a sua régia autoridade na pessoa de seu representante, haja de arbitrar a esses dois vassalos insubordinados o castigo que lhe parecer conveniente, para que cessem as perturbações em que se acha a vila de Santos e esta cidade, com suas intrigas e maquinações”.

Não há em toda a correspondência de Franca e Horta, que, aliás, foi excelente administrador, acusação semelhante. Os irmãos Andradas, “influindo aos seus parentes para que praticassem à sombra deles”, incluindo o jovem Francisco Eugênio e um primo, João Feliciano de

Aguiar, tinham declarado guerra às autoridades portuguesas. Os dois últimos tiveram uma punição: foram obrigados a assentar praça no Regimento de Infantaria de Linha para rebater seu “punível orgulho”. De nada adiantou: “Desertaram vergonhosamente, abandonando as reais bandeiras que haviam jurado.” Antônio Carlos, então na condição de juiz de fora de Santos, ainda lhes providenciou um passaporte falso e uma folha corrida limpa.

Considerados “delinquentes” pelas autoridades, os Andradas do Novo Portugal mais pareciam... um bando de delinquentes. Ao retornar, Bonifácio descobriu que os irmãos tinham cavado um fosso em relação às autoridades portuguesas. Seu nome e seus bons serviços tinham servido apenas de capa para ações temerárias que consolidavam interesses locais. Na sua ausência, as querelas políticas arrastaram a família numa ressaca, devolvendo-a como escolho numa praia. Era o ritmo das coisas no Brasil. A isso juntar-se-iam os ressentimentos que ele trouxe na bagagem.

Nessa época, não há registro de relações entre os Andradas e outro ex-estudante paulista em Coimbra cuja estrela ascendia: José Arouche de Toledo Rondon. Depois de uma carreira bem-sucedida de juiz, ele assentou praça no Exército e, tendo iniciado como capitão, terminou marechal de campo. Em 1801, foi indicado procurador da Coroa e Fazenda Real, pouco depois de ter redigido uma importante memória sobre “as desgraças dos índios aldeados”, resultado de uma “inspeção” ordenada por Franca e Horta. A intenção era propor uma política indigenista de inspiração iluminista: a miscigenação transformaria os índios em homens livres e civilizados. Bonifácio se beneficiaria de seus argumentos e de sua companhia mais à frente.

De volta a Santos, Bonifácio descobriu a pequena vila mudada. Em casa, reencontrou a mãe, longeva e encardida. Apresentou-lhe a esposa sobre quem dizia “a natureza não ter dado cabeça fria e nervos robustos” e de quem esperava “mais fortaleza de alma e mais economia”; e as filhas que

com ele atravessaram o Atlântico, Gabriela Frederica e Narcisa Cândida. A segunda, uma bastarda, “filha de mama”, ou seja, bebê, fruto de uma aventura. A pequena veio como rebento do casal de empregados e recebeu o nome da esposa enganada. A filha mais velha, Carlota Emília, ficou em Portugal, recém-casada com Alexandre Antônio, o filho do amigo Vandelli. O pai de Bonifácio já tinha falecido, mas ele conheceu outro irmão, Francisco Eugênio, o mais jovem, nascido depois de sua partida e, como Antônio Carlos, personalidade turbulenta e também “inimigo” do governador Franca e Horta. Reviu as irmãs Maria Flora, Bárbara Joaquina, Ana Marcelina e o mano Bonifácio José.

Em carta ao amigo Costa de Macedo, confessou, emotivo, o que lhe ia na alma:

Um tropel de sensações e afetos novos para minha alma. As árvores debaixo de cuja sombra outrora descansara da caça, fontes em que na meninice matara a sede, a casa, alguns amigos e parentes de meu tempo, que encontrei vivos e que me reconheceram logo [...] tudo me transportava de modo que andei por dias [...] reduzido a ser todo sentidos e coração.

Não lhe escapou o crescimento de São Paulo, com impacto no porto e na cidade de Santos. Vindo do Rio, o café tinha se derramado lenta e obstinadamente a caminho da capitania de São Paulo. O arbusto gostava do frio e da serra que as floradas cobriam de branco. A calha do rio Paraíba abraçou as primeiras fazendas, em Guaratinguetá e Pindamonhangaba. Em 1819, Areias já era grande centro exportador: tinha cerca de duzentas fazendas, com mil escravos, produzindo cerca de 100 toneladas por ano. Em pouco tempo, os números iam dobrar. Pelo litoral, a rubiácea se expandiu até São Sebastião e Ubatuba, subindo depois a serra em busca de melhores ares. Nessas

localidades, cada família era uma república e a influência dos senhores de terras alcançava as Câmaras municipais. Enriqueciam, também, as tropas de mulas, cada vez maiores e mais carregadas, que cruzavam os caminhos com seus fardos de couro ou caçuás de palha recheados de produtos. E os pastores que tangiam porcadas gordas, cuja carne alimentava o povo.

Bonifácio não gostou do que viu no planalto: “Se eu pudesse alguma coisa para com Deus, lhe rogaria quisesse dar muita geada anualmente nas terras de serra acima, onde se faz o açúcar, porque a cultura da cana tem sido muito prejudicial aos povos.” Os prejuízos decorriam, segundo ele, da diminuição da lavoura de subsistência, do encarecimento de produtos básicos e da introdução de escravos africanos que substituiriam os índios. A combinação de escravidão e latifúndio levava à corrupção dos costumes e à devastação das matas. Lamentava: “Os meus paulistas, quão diferentes os achei do que os deixei! Só conservam a antiga valentia para a guerra, em tudo o mais, estão com os mesmos vícios que o resto do Brasil.”

Opinião original? Não. Já havia um consenso sobre os males da plantação, em larga escala, de um só produto. Outros alunos de Coimbra, que haviam retornado antes dele, criticavam a degradação do solo, o desmatamento, a caça indiscriminada e a falta de acesso à tecnologia, enfim, todos seguiam o cardápio elaborado por estudiosos europeus que tinham tratado do problema. Lineu, por exemplo, invocado à saciedade por todos eles, já discorrera sobre o “ressecamento dos solos” antes mesmo de Bonifácio chegar a Lisboa. Entre nós, Manuel Arruda Câmara, José Gregório de Moraes Navarro, entre outros, faziam parte dos naturalistas que acusavam nossa agricultura de destrutiva e associavam sua improdutividade à escravidão. Bem antes do retorno de Bonifácio, já existiam defensores da natureza que viam no extermínio desta um sopro de destruição. Como bem mostrou um historiador, a monocultura seria não o preço do progresso do país, mas o

ônus do atraso.

Mas Bonifácio voltou cheio de ideias. Algumas, prosaicas. Corrigir a indumentária e a alimentação, adaptando-as ao clima, foi uma delas. Para que tricórnios, fivelas no sapato, espada à cinta, ceroulas largas e camisas com fraldas soltas? O “povo trabalhador” deveria se vestir com calças, camisas e jaleco à moda chinesa, tudo de preferência de cor branca. Por que não ingerir mamão verde com carne, feito na frigideira? E que maravilha o “coco que dá comida e bebida e também seu copo”! Os soldados deviam ter uma dieta de milho e broa ou conhecer a polenta dos italianos. Nada de farinha de mandioca. Sementes de algodão serviam para fazer azeite melhor do que as de mamona. E não deixou de propor remédios para afugentar cobras e mosquitos. A gordura e os hábitos sedentários deviam ser combatidos com lutas, saltos e carreiras. Nada de danças moles e lascivas, explicava, logo ele, excelente dançarino de lundu!

Outerinhos: região de pequenos montes nos arredores de Santos. Depois do passeio pelo tabuleiro da natureza, era hora de ação. De experiência. Ele não só estudara a terra, como queria possuí-la, tocar a matéria, conduzir experiências agrícolas, discernir o possível e o transformável no solo brasileiro. Afinal, sabia que a terra só tinha valor em função de sua produtividade, de sua exploração. “Ser senhor” em terra própria era, também, sinônimo de poder para toda a gente do meio em busca de alguma fidalguia. “Como não quero emprego algum público, mas só ser aposentado e viver sossegado em alguma fazenda, já tenho comprado em terra acima alguns terrenos para criar gado”, escreveu a Costa de Macedo.

De volta aos trópicos, mostrava-se bem-humorado. E, em bilhete ao amigo Vasconcellos de Drummond, um convite informal:

Nhonhô Antônio. Eu fico sozinho hoje em casa; se mecê, meu sinhozinho de França, prefere comer pirão com

toucinho à paulista aos quitutes do grandiosíssimo Sr. D. Luís de Las Panreas, eu cá o espero; se não, Deus ajude a mecê. Seu moleque Andrada.

Já ao ministro Villanova Portugal escreveu no habitual tom direto, informando-o de que, nos Outerinhos, “trabalho de dia e de noite e tudo isso com gente livre e alugada, sem precisar de escravatura que detesto e querendo dar a essa gente o exemplo do que devem fazer”. “Essa gente”, “exemplo”: Bonifácio não escondia o sentimento de superioridade frente aos patrícios. Não se sabe se para impressionar o ministro ou se essa era a sua opinião sobre os conterrâneos, ou os dois. Os brasileiros preferiam “o luxo grosseiro” às “coisas necessárias”, ou seja, a aparência à essência. Registrou seu desapeço dizendo, também, que “Martim Francisco é o único homem com quem posso conversar em ciências, porque o resto está apagado em trevas cimérias”. E, cravando em outra nota: “Os brasileiros mostram altivez nas baixeiras, amor-próprio nas bagatelas e obstinação em puerilidades.” Em resumo, os compatriotas não eram frequentáveis.

Mal se instalara, Bonifácio recebeu a visita do mineralogista alemão barão Von Eschwege, que conhecera em Portugal e já tinha dado suas impressões sobre ele. Von Eschwege, que viera ao Brasil a convite de D. João para desenvolver a exploração de minas em São Paulo e Minas Gerais, estava em maus lençóis. À frente da Fábrica de Ferro de Ipanema, em Sorocaba, esbarrava nos tais “vícios do Brasil”: burocracia, legislação antiga, intervenção de ministros que nada entendiam do assunto, enfim, foi buscar conselho. Sustentada pelo governo, a fábrica era deficitária e não conseguia concorrer com o ferro importado.

Teriam as dificuldades do alemão incentivado Bonifácio a buscar soluções, lustrando ao mesmo tempo seu brasão de mineralogista? Com o irmão Martim Francisco, deixou Santos no dia 23 de março, numa viagem mineralógica pela capitania. Durante pouco mais de cinco semanas subiram a

serra de Paranapiacaba, depois a da Cantareira, visitaram Parnaíba e Piracicaba. Bonifácio radiografou, também, o interior da capitania. Sobre Itu, por exemplo, registrou:

Se mostra, pelo desleixado da câmara municipal, que não só não se ocupou de fazer calçar as ruas e caminhos, mas que os deixa cheios de atoleiros, barrancos e lagos. Esse desleixo é entretido e aumentado pelas ideias supersticiosas e fanáticas que uma boa parte do clero da vila prega ao povo, e que muitas vezes tem sido causa da desunião das famílias, da corrupção da mocidade e do afrouxamento do serviço público.

Da viagem dos irmãos Andradas resultou um minucioso trabalho de reconhecimento e análise dos locais onde se poderia desenvolver a mineração e a fundição do ferro. E, também, de vilas onde poderia soldar contatos políticos.

Mas o choque de realidade com a pobreza da colônia o levava a esposar outras críticas, a exemplo das já feitas por observadores como o português Luís dos Santos Vilhena, professor em Salvador, ou o herborista baiano Antônio Moniz de Souza:

Os brasileiros folgam de ser padres, rábulas, escrivães, porque são modos de vida que não carecem de trabalho aturado e de boa conduta - ser lavrador e negociante exigiria deles mais atividade e mais economia, que detestam. Os ofícios são para negros e mulatos.

Supersticiosos, ignorantes e preguiçosos eram sinônimos para brasileiros. Preferiam viver como “árabes no deserto a trabalhar a terra”. As matas eram “barbaramente destruídas”. O fogo e a “raiva de destruição” acabariam com as culturas e os vilarejos, vergastava, unindo-se ao coro de outros acusadores.

Bonifácio também viu o que sobrou dos índios em São

Paulo:

Durante os dois dias que descansamos em Itu, soubemos que alguns habitantes desta vila preparavam uma expedição de bandeira para ir comprar índios caiapós, às hordas que habitam as margens do Paraná, vizinhos da embocadura do Tietê. São governados por caciques ou chefes eletivos, à exceção de uma mais entranhada no interior que é formada por um governo de anciãos. Entre aqueles índios selvagens, há alguns que foram civilizados e incorporados nas vilas da província de Goiás, mas que, irritados das vexações do governo português, fugiram e voltaram ao estado selvagem. Contudo, esta pobre gente está pronta a reunir-se em povoações, sujeitando-se às nossas leis, logo que os vamos buscar e os damos morada. Vivem agora em paz conosco e desejam que se aumente o tráfico que com eles fazem os habitantes das vilas de Itu e Porto Feliz. O governo devia favorecer isto, ainda que, ao princípio, perdesse, evitando, contudo, que os pais vendessem ou trocassem por machados e facas ou outras ridicularias, não se mudasse em escravidão, mas sim numa espécie de domesticidade temporária. A sorte daqueles índios merece toda nossa atenção [...] para que não ajuntemos ao tráfico vergonhoso e desumano dos desgraçados filhos d'África o ainda mais horrível dos infelizes índios de que usurpamos as terras, e que são livres não só pela razão, mas, também, pelas leis.

Oferecer teto, aumentar o escambo, evitar a escravidão; afinal, essa “gente” estava pronta a se inserir...

Ao chegar a Sorocaba, impressionou-se com as mulheres, “verdadeiros tipos de beleza, que fazem o sexo paulista citado em todo o Brasil, por sua figura esbelta e cor de jasmim, e, sobretudo, pela amabilidade e bondade de seu caráter”. E devolveu num relatório as críticas ácidas que

Von Eschwege lhe fizera em Portugal. Só que o alvo agora era seu protegido, Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen, também engenheiro alemão, que veio para o Brasil com o barão Von Eschwege e que tinha conseguido construir dois altos-fornos e duas forjas de refino, seguindo o padrão que conheceu em Portugal. Hábil e bem-sucedido em seu trabalho, Varnhagen produziu o primeiro gusa em 1818. E tal “prodígio” apesar do “espírito de intriga que reina [...] a ignorância dos operários”, diria o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire. O francês parecia sentir a tensão entre o estrangeiro e o paulista, que acusava injustamente o engenheiro militar de “grandes despesas” sem resultado!

Ao regressar a Santos, Bonifácio escreveu ao ministro Portugal uma carta, datada de 18 de maio de 1820, em que repetia, imodesto e pretensioso, o que já propusera ao requisitar, antes, o governo de Santa Catarina. O tal “governinho” agora seria o de São Paulo:

Se eu fora fidalgo de polpa ou europeu e tivesse mais saúde e energia, ousaria dizer francamente a S. Majestade que, se quisesse ver a minha capitania aumentada e minas, agricultura, pescarias, povoação, moralidade e indústria, deveria lembrar-se de mim para capitão general dela, ao menos por doze anos; mas como nada disso sou, não devo aceitar lugares e encargos que nenhum proveito de monta ou duração podem trazer a el-rei e ao Estado, mas, sim muitas colisões.

De colisões com autoridades ele entendia. Elas iriam recommençar. Já de início foi consultado sobre as salinas que estavam a cargo do físico-mor das tropas da capitania, o médico formado em Coimbra Dr. João Alvarez Fragoso, figura queridíssima na cidade, pois dedicado a reformar os hospitais de São Paulo e Santos, porém indicado por um desafeto da família, o conde de Linhares. Bonifácio não só desautorizou o médico, sublinhando inúmeros “erros” de

sua gestão, como alegou que a escolha do local para fazer sal era equivocada.

A seguir, outro governador. Franca e Horta deixara a capitania havia muito tempo, em 1808. Foi, então, substituído pelo bispo D. Mateus de Abreu Pereira, cujo corpo, aliás, seria embalsamado pelo próprio Dr. Alvarez Fragoso, seu amigo particular. O atual substituto do bispo era um descendente de alemães. Ah, esses alemães que Bonifácio detestava e que o trataram com frieza, pois que não “dirigiam a palavra aos de baixo”, lembrança amarga que guardou da Prússia. Pois João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, primeiro e único visconde e marquês de Aracati, foi um nobre, militar e administrador colonial, enteado da célebre poetisa D. Leonor de Almeida Portugal, quarta marquesa de Alorna. Veio para o Brasil como governador do Pará, tendo também governado as capitanias do Ceará, de Mato Grosso e a de São Paulo. Não era um adversário insignificante. Porém mais um quadro com todas as características que acendiam os sentimentos antiaristocráticos de Bonifácio. E ainda era um governante adorado. Em 1819, durante sua primeira viagem a São Paulo, o sábio francês Auguste de Saint-Hilaire dele fez o seguinte retrato:

Em todas as várias regiões por que passara, eu ainda não tinha encontrado ninguém que fosse tão benquisto por todos [...]. Depois que se instalou em São Paulo, ele reorganizou todos os setores da administração, despediu os funcionários que oprimiam o povo, e, em datas predeterminadas, fazia com que os capitães-mores prestassem conta do que se passava. Examinava todos os projetos que lhe eram apresentados, conciliava as disputas entre os seus subordinados, evitando que os casos fossem levados à Justiça. Enfim, era como um verdadeiro pai para os seus governados.

Seu bom governo era munição para o descontentamento dos Andradas. Além das críticas a Itu e Sorocaba, a situação de Santos foi um pretexto para as primeiras unhadas. A cidade pareceu a Bonifácio abandonada e vítima do que chamou de “descuidos da governança ou desgovernança”. Era difícil para os Andradas viver à sombra de tal governante.

Para se fazer lembrar na Corte, além do relatório sobre as minas paulistas e as salinas, Bonifácio enviou a D. João, ao “Bom João”, versos laudatórios em que o felicitava por governar paternalmente “a nova China” que surgia na América: “Ilumina teus povos; dá socorro, pronto e seguro ao Índio tosco, ao Negro, ao pobre desvalido...”. Mas que o rei não olvidasse os socorros da botânica, da medicina e da química, pois somente elas despedaçariam “a imunda vestidura da pobreza”, fazendo de brutos homens e heróis. E o rei não esqueceu. Sensível aos poemas, em 1820 deu-lhe o título de Conselheiro pelos bons serviços, “inteligência, zelo e distinção”. Bonifácio é que se esqueceu de tê-lo um dia chamado de João Burro! Na mesma época, surgiu uma razão de festa em família: o casamento de sua filha Gabriela Frederica com o irmão Martim Francisco. Arranjado, como a maioria à época.

Em maio de 1921, numa ilha perdida no meio do oceano, faleceu aquele cujos soldados diziam ter “colocado o pé no pescoço dos reis”. Salvo o de D. João, que ele empurrou através do Atlântico. Vestido com o uniforme de coronel da guarda, botas até o joelho – que, mais tarde, D. Pedro copiaria –, decorado com a Legião de Honra, Napoleão foi encerrado num quádruplo caixão, revestido de jacarandá, chumbo, jacarandá novamente e ferro branco. Morreu murmurando “*Tête armée, ou tête d’armée.*”¹¹

¹¹ Cabeça erguida ou cabeça do exército.

Enquanto isso, Lisboa reclamava havia tempos a volta do soberano. A abertura dos portos no Brasil enterrou o

comércio luso. Portugal mergulhou na pobreza. O general Beresford, administrador de Portugal, era detestado. Três invasões francesas, o Tesouro público vazio, funcionários que não recebiam vencimentos, crise de abastecimento, carestia, e todo o caldo de insatisfações era envenenado pela imagem de progresso do Brasil. A burguesia, rural a urbana, fora a mais atingida. Portugal passou a ser colônia da colônia. Nos trópicos, D. João vivia feliz. Feliz, também, grande parte da aristocracia que tinha imigrado com ele: casada com membros da elite local, se tornou dona de terras e de negócios. O desequilíbrio teve consequências. Em 24 de agosto de 1820, eclodiu uma revolução. Por um lado, a burguesia, inspirada nos ventos liberais que varreram a Europa, cansou da monarquia absolutista e de um rei que reinava a distância, sem conciliar interesses portugueses dos dois lados do Atlântico. Por outro, substituí-la por um governo representativo era ambição de velhos e moços. Exigir a volta da Corte, outro objetivo. A revolução teve início no Porto, mas incendiou o país.

A ideia não era nova, pois já tinha sido encaminhada a Napoleão em 1808, por meio de uma “Súplica Constitucional”. Em janeiro de 1820, meses antes da portuguesa, eclodiu na Espanha a revolta que restabeleceu a Constituição de Cádiz, de 1812: ela colocou em condições de igualdade, pela primeira vez, cidadãos de um mesmo império, na Europa e no ultramar, incluindo índios, mas não os escravos. Seguiu-se a revolução no Sul da Itália, que adotou a mesma Constituição.

Se o desejo de mudança era antigo, as lições da Revolução Francesa tinham deixado marcas. Nada de radicalismos, nada de mudanças. Apenas uma reforma de abusos e uma nova ordem das coisas, mais liberal. A monarquia constitucional tinha essa vantagem. Não deixava brechas nem para o absolutismo dos reis, nem para a anarquia do povo. Era o caminho do equilíbrio. Nela, uma câmara composta por representantes eleitos redigiria as leis a que todos se submeteriam, inclusive o rei. Mas, para

colocar a monarquia constitucional de pé, era necessário redigir uma Constituição, organizar as forças espalhadas pelo país. Seus redatores seriam os membros das Cortes. Não das antigas Cortes, nomeadas e convocadas pelo monarca, mas de novas Cortes, com representantes eleitos em todas as partes do Império.

Ventos de mudança

No Brasil, a adesão à Revolução Liberal de Portugal ocorreu em etapas, mesmo porque a primeira convocação de deputados pela Junta responsável, em outubro de 1820, incluía apenas a representação portuguesa. Nova convocação foi expedida em novembro, incluindo representantes do ultramar. A adesão à revolução impôs uma primeira mudança na administração do Reino do Brasil, com a elevação das capitanias brasileiras à condição de províncias, dotadas de autonomia para elegerem seus representantes, desde que declarada sua adesão às Cortes Gerais. A filiação das províncias brasileiras se deu de forma diferenciada, sendo decidida pelas relações que cada uma delas mantinha com Portugal e com o governo instalado no Rio de Janeiro.

O Grão-Pará foi o primeiro a aderir. A 1^ª de janeiro de 1821, ausente o governador, que estava de licença no Rio de Janeiro, a guarnição militar de Belém demitiu a existente Junta Provisória e proclamou o sistema constitucional adotado em Portugal, o primeiro a vigorar no Brasil. Dias depois, na biblioteca do Convento de Nossa Senhora das Necessidades, em Lisboa, reuniram-se as Cortes, então transformadas em Soberano Congresso, acima do rei, com o nome de Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Em 30 de janeiro, as Cortes decretaram

a criação de um Conselho de Regência para substituir a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino.

Em 10 de fevereiro, eclodiu na Bahia o Movimento Constitucionalista, com luta armada em Salvador. Uma Junta Provisional assumiu o governo. A Junta jurou fidelidade a D. João VI e à futura Constituição, e este ato foi aprovado por Carta Régia de 28 de março, em que o rei declarou aos membros da Junta baiana:

Não me restando mais do que recomendar-vos a vossa maior vigilância, não só para que se empregue a necessária moderação e exação na distribuição da justiça, [...], mas também para que se não dissolva a união com as mais partes deste Reino do Brasil.

Em 12 de fevereiro, as Cortes anistiarão todos os cidadãos que foram perseguidos, desde 1807, por suas ideias políticas. Antônio Carlos foi um deles.

O novo governo português convocou D. João VI a retornar a Lisboa e prestar imediatamente juramento às bases da Constituição. Sensato, o monarca pareceu sentir o momento. Estava preocupado com a unidade do Império. Algumas Cortes europeias, também. Em Washington, por exemplo, onde representava a França de Luís XVIII de Bourbon junto ao presidente Monroe, o barão Jean-Guillaume Hyde de Neuville recebeu carta cancelando sua transferência para o Brasil, pois, segundo seu interlocutor, o barão de Castelbajac, “as possessões espanholas e portuguesa estavam revoltadas ou em vias de se revoltar”. E enfatizava: “Esse acontecimento lança grande perturbação [...] ele sacode a monarquia e a coloca em questão em toda a península.”

Os fatos se encadearam. Em 27 de fevereiro, D. João VI soltou um decreto real, datado do dia 24, em que “aprova a Constituição, que se está fazendo em Portugal, recebendo-a ao Reino do Brasil e mais domínios”. No dia 26, ele já tinha

jurado a futura Constituição e, a 2 de março, decretou o fim da censura prévia. Em 7 de março, nomeou seu filho Pedro de Alcântara encarregado do Governo Provisório do Reino do Brasil e informou sua decisão de retornar a Corte para Lisboa. Esclareceu que a condição de “Governo Provisório” vingaria até o estabelecimento da Constituição em elaboração pelas Cortes Gerais de Lisboa. Outro decreto real, de 7 de março, ordenou a nomeação dos deputados do Reino do Brasil às Cortes Portuguesas.

Logo ao receber a notícia, Pernambuco convocou eleições e seus deputados foram os primeiros a se dirigir para a Europa. Nos meses seguintes, outras províncias realizaram eleições. Em 9 de março, as Cortes decretaram as Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa. O documento inspirava-se na mencionada Constituição de Cádiz e foi divulgado, no dia seguinte, por outro decreto da Regência do Reino, em Portugal. A 21 de abril, tensões: na praça do Comércio, onde eleitores cariocas iam ser avisados da partida do rei e da regência de D. Pedro, eclodiu um distúrbio. Uma assembleia decidiu que o rei não partiria e que se adotaria imediata e integralmente a Constituição de Cádiz. Resultado: reação da tropa portuguesa, três mortos e vinte feridos. Em 24 de abril, porém, D. João VI partiu do Rio de Janeiro para Lisboa, deixando seu filho D. Pedro como príncipe regente e os cofres do Banco do Brasil vazios. Abalado e triste, levou consigo um séquito de 4 mil pessoas e 50 milhões de cruzados.

Deixou saudades. Um fidalgo que acompanhara a família real em 1808, agora instalado em engenho próprio na Bahia, escreveu, emocionado:

Estou derramando lágrimas, porque vai me falhando da vista a nau que leva o nosso amável soberano, que vai alegrar esses povos deixando em saudade perpétua aqueles que, como eu, nunca lhe foram ingratos. Deixa seu amável filho para nosso prazer, que é perfeitíssimo moço e que dá as maiores esperanças.

E mais adiante, pressentindo o que vinha pela frente: “A tal independência é necessária ser bem olhada pela nossa pátria.”

Ninguém tinha ilusões sobre as consequências da partida do rei. Em 5 de maio, as Cortes declararam os bens da Coroa como bens nacionais e eles foram incorporados à Fazenda Nacional. Em 5 de junho, D. Pedro jurou as Bases da Constituição. Em 3 de julho, D. João VI chegou a Lisboa. No dia seguinte, apresentou-se às Cortes e jurou novamente as Bases da Constituição.

As Cortes Gerais tinham começado a funcionar em janeiro, apenas com deputados portugueses, mas a participação dos domínios ultramarinos estava definida. Seriam cem deputados de Portugal, 65 do Brasil, nove dos Açores e Madeira, e sete pelos domínios da África e Ásia. Houve favorecimento das Cortes aos portugueses. Ora, o Reino do Brasil não era inferior ao Reino de Portugal. Se, em 1800, tanto Portugal quanto o Brasil tinham cerca de 3 milhões de habitantes, em 1821 a população brasileira era superior: em torno de 5 milhões.

Os primeiros deputados brasileiros chegaram às Cortes a partir de agosto de 1821. Muitos deles, ex-alunos de Coimbra, contemporâneos de Bonifácio. Aos pernambucanos, seguiram-se os fluminenses e os baianos. Os brasileiros não apreciaram sua desvantagem numérica e o deputado Cipriano Barata, “o Baratinha”, pregoeiro das ideias liberais, médico de pobres e deputado nas Cortes de Lisboa pela Bahia, propôs suspender as sessões da Assembleia até a chegada de todos os representantes brasileiros. Mas as sessões continuaram. No total, chegaram apenas 45 deputados brasileiros, abaixo do número definido. As discussões eram acaloradas, principalmente quando a autonomia do Brasil era ameaçada. Mas, como demonstraram historiadores, ninguém discutiu a recolonização do Brasil. Os debates confirmaram que, em momento algum, nenhum deputado manifestou tal intenção ou propôs medidas legislativas nesse sentido. O projeto

seria inexecutável.

Por quê? Nem os ingleses aceitariam a revogação da abertura dos portos ou a volta do exclusivo metropolitano, que acabaria com os tratados comerciais, nem a elite de ex-colonos aceitaria abrir mão da condição de súditos com os mesmos direitos que os metropolitanos, condição que eles obtiveram com a elevação do Brasil a Reino Unido. O interesse na monarquia constitucional é que essa permitiria transformar os súditos em cidadãos. Cidadãos que, em qualquer lugar, teriam, enfim, direito a voto e a participar dos cargos da administração pública.

As discordâncias se davam num outro campo: os brasileiros queriam um regime descentralizado e autonomia política para decidir sobre seus interesses específicos. Pernambuco já tinha acenado nesse sentido, em 1817. Os portugueses, na contramão, queriam uma monarquia constitucional centralizada em Lisboa. Embora com representantes no Legislativo, os brasileiros teriam que se curvar às decisões ali tomadas e, a seguir, aplicadas em todo o Império. Decididamente, isso não lhes convinha. Uma guerra de papel teve início graças à presença de folhetos e panfletos, impressos ou manuscritos, distribuídos ou colados aos muros. Havia quem defendesse a Constituição contra a opressão, os grilhões e o despotismo ou os revolucionários que mencionavam armas, revoluções e guerras. Não faltavam os defensores dos valores tradicionais que invocavam a Igreja e Deus. Tinha de tudo e para todos. Em larga maioria, tais papelinhos visavam proteger o pacto firmado entre cidadãos e monarca, sacramentado por uma Constituição que respeitaria direitos individuais. Nada mais legítimo.

Em 1º de outubro, uma Carta de Lei de D. João VI divulgou um decreto das Cortes Constituintes estabelecendo que em todas as províncias do Reino do Brasil onde houvesse governos independentes fossem criadas Juntas Provisórias de governo. Nas províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São

Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, as Juntas seriam compostas por sete membros. Nas demais províncias, por cinco. O rei extinguiu os cargos de governador e capitão-general e criou o de governador das Armas da Província. Competiam às Juntas Provisórias “toda a autoridade, e jurisdição na parte civil, econômica administrativa, e de polícia, em conformidade das Leis existentes”. O poder do príncipe regente, D. Pedro, ficou muito reduzido, quase simbólico.

Em diversas províncias brasileiras foram formadas as tais Juntas Governativas. Em São Paulo, na noite de 23 de junho, véspera dos festejos de São João, o povo e as tropas aclamaram uma Junta Provisória. Sem ilusões. A organização desse governo se fez na base de muita confabulação, de muita conversa e dos contatos costurados por Martim Francisco ao longo dos anos. Todos os irmãos de olho num futuro “governilho”. Bonifácio encontrava-se em São Paulo para tomar parte na Junta dos eleitores paroquiais, para a qual fora escolhido, junto com Martim Francisco, respectivamente representantes de Santos e São Vicente.

São Paulo de Piratininga tinha mudado. Para além das casas pequenas e bem cuidadas, da Ponte do Lorena ao Bexiga de bonita fonte, novas ruas foram abertas na região da Igreja de São Bento em direção ao Campo do Guaré. O calçamento também tinha sido aprimorado, melhorando as condições de circulação de pessoas e animais. Por isso mesmo, foi fácil no dia 23 de junho, ao toque de rebate do sino da Câmara, acorrer à praça não só o povo, mas o Batalhão de Caçadores com seu corpo de milícia montada e a pé. Em seguida, foi nomeada uma comissão de três capitães para convidar o ouvidor e o Senado da Câmara para assistir à eleição do governo provisório e, segundo biógrafos, pedir a Bonifácio que viesse presidir o ato. Ele tinha se instalado na antiga fazenda dos jesuítas, que, situada além Tietê, abrigava uma capela devotada a Sant’Ana. Ali, entre amigos e acólitos, divulgava as ideias

liberais que conheceu na Europa. Ali cozinhava em fogo brando a ideia de um governo provisório nos moldes do movimento constitucionalista português. Ouviam-no membros do Senado e da Câmara e chefes das guarnições militares. Por isso, eles estavam presentes na praça também.

Contam que, de uma janela da Câmara, Bonifácio indicou, para presidente do governo provisório, o governador Oyenhausen-Gravenburg. O gesto não foi gratuito. Ambos eram dedicados aos Braganças e admiravam o trabalho das Cortes em nome dos princípios do liberalismo. Por seu lado, o governador admirava Bonifácio, emoldurado, desde sua chegada da Europa, por uma aura de saber. A população explodiu em festejos, o clero abençoou e São Paulo passou a ser “província”.

Narram os biógrafos que, sob aplausos, Bonifácio foi indicado pela multidão. Depois, aclamados representantes de várias classes – a eclesiástica, a militar, a comercial, a agrícola –, além de três secretários do governo: os do Interior e Fazenda, da Guerra e da Marinha. Martim Francisco foi um deles. O que nenhum biógrafo explica é como, depois de passar décadas longe do Brasil, de se ocupar com uma curta estadia na Corte, de instalar-se no sítio de Outeirinhos e de uma viagem mineralógica, Bonifácio consolidou em tão pouco tempo sua liderança política. Na maior parte das biografias, tudo se deve a sua genialidade e lucidez. Mas a própria história ensina que as crises precisam mais do que um protagonista excepcional para serem desarmadas e equacionadas.

Vejamos a cena mais ampla. Bonifácio acreditava que “querer governar sem ele – o sistema representativo – é correr riscos terríveis”. Ele os viu, em Paris. Temia mesmo a repetição do modelo francês: “A Revolução Francesa foi a filha necessária do espírito do século, cujo centro vital era Paris em toda a Europa: este Espírito está por circunstâncias externas desvairado, mas não aniquilado; pode tomar a mesma estrada com nova força e entusiasmo.”

A indicação de Oyenhausen-Gravenburg, representante do Antigo Regime e estimadíssimo pelo povo, sinalizava que era possível aderir ao movimento rebelde sem interromper a ordem. A monarquia constitucional permitia que os conflitos fossem negociados e resolvidos dentro das instituições. Sem terror ou confrontos armados. Duas vantagens decorriam desse sistema. A ação do Estado era limitada por leis, garantidoras do direito à vida, à liberdade, à propriedade e à justiça, leis feitas por representantes eleitos. E o sistema também permitia a participação de parcelas importantes da sociedade. Não de todos. O novo regime garantia, sim, que as elites seguissem controlando as fontes de riqueza e poder.

Outro ponto é que São Paulo, até então governado por soldados e religiosos, viu se implantar, graças ao conjunto de eleitos para as Juntas, um novo regime de poder e de distribuição de tarefas. Sua implantação trouxe tensões entre os antigos governantes e os Andradas. Elas estalaram primeiro com os magistrados, depois com o Ouvidor Geral, D. Nuno Eugênio Seiblit, a quem pertencia o poder administrativo em matéria civil, invadido de forma abusada por Martim Francisco.

O Andrada não pisava em ovos. Fez chover revogações de decisões judiciais. Multiplicou insinuações e acusações aos juizes. Por ele, D. Nuno era tratado de incompetente: “Incompetência que se depreende do despacho evasivo do ouvidor”, dizia um dos despachos de Martim Francisco. Era acusado de “abusos de poder”, de “manifesta negligência”, de “maquinações secretas de intrigantes e poderosos”. Martim Francisco queria submeter a Justiça às demandas da Junta Governativa. Ordens e o “cumpra-se” bombardeavam sistematicamente D. Nuno, que, de funcionário nomeado pelo rei, passou a ser tratado como simples funcionário da administração. Embora não tivesse competência funcional, Martim Francisco exigia comandar as decisões dos magistrados.

A gota d’água veio a 20 de setembro, com a ordem, dada

pela Junta, de execução de dois presos por crimes de motim, roubo e mortes. Na verdade, Francisco José das Chagas, conhecido como Chaguinhas, e José Joaquim Cotindiba lideraram uma revolta iniciada no quartel do I Batalhão de Caçadores de Santos. As razões? Exigência do pagamento de salários atrasados há cinco anos, do aumento do soldo e de igualdade no tratamento de soldados brasileiros e portugueses. A violação da disciplina militar tinha sua pena: a força. O episódio foi terrível, pois Chaguinhas escapou por três vezes do laço e, apesar dos pedidos de clemência por parte da população, que gritava “Milagre!”, acabou no chão, morto a pauladas. Santos ganhou um santo.

Antes da execução, porém, a consciência jurídica de D. Nuno relutou: como executar alguém sem apreciação de culpa por magistrados, em segunda instância? Oeynhausen estava de licença do cargo de presidente. Martim Francisco deu a ordem de execução. Afinal, tudo ocorrera em seu quintal, Santos. Mostrava, assim, sua força. Sete dias depois, o confronto terminou com a expulsão do ouvidor. Suspenso da Ouvidoria, D. Nuno saiu atirando: “Este governo era composto por pessoas ignorantes e mais dignas da força do que os facinorosos que de próximo foram justificados.” Eliminado D. Nuno, dali para a frente, na mira dos Andradas, o próprio Oeynhausen.

Enquanto isso, Bonifácio, que outrora fizera elogios rasgados à rainha D. Maria e poemas ao “bom João”, esquecia-se do apreço que tinha pelo Antigo Regime e se dava ares de liberal, até mudando de opinião sobre o povo brasileiro, nos primeiros contatos tão preguiçoso e vicioso, mas agora, conforme constatava:

Entusiastas do belo ideal, amigos da sua liberdade, e mal sofrem perderem as regalias que uma vez adquiriram. Obedientes ao justo, inimigos do arbitrário, suportam melhor o roubo que o vilipêndio; ignorantes por falta de instrução, mas cheios de talento por natureza [...]

capazes de grandes ações, contanto que não exijam atenção aturada [...] apaixonados do sexo por clima, vida e educação [...] sendo os atenienses da América, se não forem comprimidos e tiranizados pelo despotismo.

De cima de um muro, administrava suas contradições...

Como maçom, Bonifácio navegou em ideais libertinas; como estudante, leu os iluministas; como viajante, conheceu as mudanças que minaram os regimes absolutistas na velha Europa; e, por oportunismo, agarrava-se às ocasiões que surgiam e que poderiam redimi-lo dos anos de ostracismo em Portugal. Ora, a monarquia constitucional cabia como uma luva em seus objetivos pois tinha que ser conduzida por “sábios”, e ele se considerava um. Ele apostava que, assim como o escultor, que “faz de pedaços de pedra estátuas”, o legislador “faz de brutos, homens”. Por que não ele como legislador? Tal como os irmãos, ele já estava envolvido com “acontecimentos políticos”, desde a viagem mineralógica por São Paulo. Em seu relatório ele tinha anotado “meu irmão mandou vir algumas garrafas rolhadas [de Água Santa, em Piracicaba] para analisar, o que não podemos fazer por causa dos acontecimentos políticos em que estamos envolvidos”.

No entanto, a ação conjunta dos irmãos teria bom fim. Antônio Carlos, vindo da Bahia, associou-se aos acontecimentos. O acaso ou a necessidade, ou ambos, empurraram os Andradas para a frente da cena. Em julho do mesmo ano, D. Pedro escreveria a seu pai, informando: “José Bonifácio de Andrada e Silva, a quem se deve a tranquilidade na atual província de São Paulo.” Ainda não se conheciam pessoalmente.

Juntos, os irmãos conceberam *Lembranças e apontamentos do governo provisório para os senhores deputados da província de São Paulo*, escrito que os orientaria em seus trabalhos na Corte. Longe de revelar qualquer intenção separatista, o texto aceitava o princípio da integridade e indissolubilidade do Reino Unido de

Portugal e do Brasil, assegurada a igualdade de representação nas Cortes Gerais e Ordinárias. Tratava de ressaltar princípios liberais, procurando preservar as vantagens conquistadas pelo “Reino do Brasil” desde 1808, em particular a autonomia administrativa. A ordem era manter a ordem. Em resposta, o governo cancelou o pagamento de suas aposentadorias.

À frente da Junta Governativa, Bonifácio defendia que o processo de consolidação tinha que ficar nas mãos da elite. O fantasma da Revolução Francesa lhe parecia sempre presente. Para justificar sua proposta, invocava: “Não nos lembremos mais do passado: desapareçam ódios, inimizades e paixões; a pátria seja a nossa única mira. Completamos a obra de nossa regeneração com sossego e tranquilidade, imitando a honrosa e gloriosa conduta de nossos irmãos em Portugal e Brasil.” Ensaiaava uma transição sem confrontos que, mais tarde, ofereceria ao príncipe D. Pedro, como receita para se tornar imperador.

Junto com Martim Francisco, Bonifácio organizou uma agenda para os deputados paulistas nas Cortes. Para apresentá-la, contava com o apoio de Antônio Carlos e de um primo, José Carlos Costa Aguiar Andrade, além de importantes lideranças paulistas: Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, padre Diogo Antônio Feijó, Francisco de Paula Sousa e Melo, Antônio Manuel da Silva Bueno e José Feliciano Fernandes Pinheiro. Se entre eles havia divergências, estas só se acentuariam depois da Independência.

Nesse momento, *Lembranças e apontamentos* foi assinado por todos os deputados e seria o guia das demandas da deputação paulista. Importante: nele não se falava em Independência nem há críticas sobre a manutenção do Brasil no Império português. Ao contrário, o texto sublinha “que os laços indissolúveis, que hão de prender as diferentes partes da monarquia em ambos os hemisférios, sejam eternos como esperamos”. Portanto, defendia a união das províncias com Portugal. As marcas de

sua vida na metrópole se explicitavam nas ideias apresentadas: ele foi funcionário de carreira da Coroa e dela dependia, foi discípulo de D. Rodrigo de Souza Coutinho, defensor da criação do Império luso-brasileiro. O fato de o texto ter sido encampado por outros deputados demonstra que não existia, no horizonte, qualquer intenção de emancipação naquele momento. Como explicam historiadores, Bonifácio não se dava conta de que a Revolução Liberal do Porto significava, justamente, o fracasso do projeto no qual ele fora formado. Era o fim do Império e o fim da monarquia absolutista.

O que estava em jogo para os deputados era: como, dentro da monarquia constitucional, preservar um governo próprio e autônomo na administração do Brasil? A primeira parte do documento, “Negócios da União”, esclarece que o Brasil gozaria do mesmo estatuto político do Reino e, para tal, haveria alternância de poder. O rei se deslocaria entre duas capitais e, quando estivesse em Portugal, o príncipe herdeiro, na condição de regente, conduziria as rédeas do poder. Este seria dividido em três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, modelo de Montesquieu que também sugeria equilíbrio e governo misto. O iluminista francês acreditava que, ao compartilhar o poder do soberano, ao reunir as forças dos outros grupos sociais, ao dividir o poder legislativo, o regime se configurava como uma colaboração dos poderes entre si. Montesquieu recusava o abuso de poder do rei ou do povo, daí sua rejeição do despotismo, mas, também, da República democrática, mesma tese reproduzida por Bonifácio. Também inspirado nos pensadores liberais, Bonifácio propôs um quarto poder para fiscalizar os outros três. Formado por indivíduos eleitos pela população, ele teria por objetivo fiscalizar os atos dos poderes entre si, impedindo-os de invadir as respectivas competências, e seria capaz de revogar medidas tidas por inconstitucionais.

Mais tarde, essa opção seria adotada na Constituição de 1824: seria o Poder Moderador, exercido pelo imperador.

Propunha-se também a adoção de um Conselho de Estado, para assessorar o rei. No entender de Bonifácio, seus membros seriam indicados pelas Juntas que governavam as províncias. O texto de 1824 optaria, diferentemente, pela nomeação de conselheiros pelo imperador. Quanto ao Legislativo, defendia-se, finalmente, a tão desejada paridade entre o número de deputados brasileiros e portugueses a fim de que as decisões de ambas as partes fossem atendidas.

No segundo capítulo, “Negócios do Reino do Brasil”, Bonifácio apontou duas questões que já preocupavam muitos letrados brasileiros e com as quais ele conviveu na Europa: a emancipação dos escravos e a “civilização” dos índios. O primeiro era tema antigo. Em 1761, pela mão do marquês de Pombal, foram declarados libertos e forros os escravos que entrassem em Portugal. Foi um passo inicial para a abolição da escravatura e o assunto, com suas declinações de como fazer, seguia sendo discutido. Mas não era fácil, pois mesmo os espíritos progressistas temiam as consequências do ato. Sobretudo em zona de forte concentração de escravos. Os resultados negativos das primeiras experiências emancipacionistas, feitas pela Grã-Bretanha e pela França, desencorajavam. Em Lisboa, gente como o ex-aluno de Coimbra, médico e futuro deputado às Cortes Francisco Soares Franco advogava que o trabalho livre era muito mais rentável do que o escravo. O importante era salvaguardar direitos adquiridos e zelar para que a vingança e a barbárie não fossem a resposta dos libertados. Franco foi explicar-se melhor em seus *Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e do Brasil*, datado de 1820. Equilibrar tensões era a preocupação da época, e ilustrados como Franco ou Bonifácio, embora reconhecendo a iniquidade do sistema e o sofrimento dos escravos, temiam medidas que pudessem romper delicados equilíbrios históricos. Eles eram, como dizem historiadores, “toleracionistas”.

Outro fator de influência nas ideias de Bonifácio foi o

movimento abolicionista inglês. Em 1820, foi fundada em Londres a Anti-Slavery Society. Envolvidos com a questão estavam o empenhado duque de Sussex, filho de Jorge III e grão-mestre da Grande Loja Unida da Inglaterra desde 1813, e Frederick, duque de Gloucester, cujas opiniões antiescravistas eram bem divulgadas. Do outro lado do Atlântico, também maçom e abolicionista, e já bem conhecido dos brasileiros, Benjamim Franklin. Desde 1808, negros livres eram admitidos na maçonaria inglesa. Mas, em todo lugar, opostos e contradições conviviam. De Liverpool, de onde partiam inúmeros carregamentos de produtos manufaturados para o Brasil, membros de lojas se dividiam entre abolicionistas e investidores em navios negreiros. Igualdade e fraternidade só em termos.

É possível que, durante sua estadia em Paris, Bonifácio tenha tido contato com a Sociedade dos Amigos dos Negros, em que eram ativistas Condorcet e Lafayette. Suas ideias, não por acaso, se pareciam muito com as do movimento. Nada de abolição imediata, pois arruinaria o comércio e os agricultores, mas sim extinção do tráfico e abolição gradativa dos cativos. Implantação de um projeto civilizatório na África e sensibilização para as questões humanitárias que o tráfico ignorava. Os argumentos econômicos e comerciais eram desmontados por outro: a escravidão não era rentável e se oporia às teses mercantilistas, então em voga. Para piorar, o tráfico arruinaria as indústrias nacionais e comerciar com os portos africanos seria bem mais interessante para os negociantes nacionais. Sociedade elitista, mantenedora de um programa moderado e gradualista, a dos Amigos dos Negros teve uma política ativa de publicações que atacavam o tráfico e defendiam direitos iguais para os mestiços livres.

O assunto, portanto, não era original e, ao contrário, era, também, bastante discutido no Brasil. O conselheiro Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira foi uma das primeiras vozes. Em suas *Memórias para o melhoramento da província de São Paulo, aplicável em grande parte às demais províncias*

do Brasil, apresentadas ao príncipe D. João em 1810 e publicadas pelo autor em 1822, após enumerar e criticar os atos dos capitães-generais que concorriam para entravar o desenvolvimento paulista, tratava do elemento servil e da imigração livre, que poderia concorrer para a vinda das populações europeias, flageladas pelas devastações das guerras de Napoleão. O conselheiro Veloso de Oliveira propunha que, na impossibilidade do estabelecimento de correntes migratórias, prosseguisse o comércio de escravos, mas que a escravidão do indivíduo importado fosse restringida a dez anos e que, no Brasil, nascessem livres os filhos dos escravos. Era um toleracionista como, aliás, o foi Bonifácio.

No Recôncavo, eram conhecidas as ideias abolicionistas de Domingos Borges de Barros, membro da Society for Promoting Agriculture, de Filadélfia, contrário à escravidão e favorável às sociedades de colonização agrícola. O mesmo se pode dizer de Cipriano Barata, que advogava direito de cidadania e de voto para cabras, crioulos, índios e mamelucos, além dos negros da Costa da Mina, Angola, etc. Em Pernambuco, o falecido padre Arruda Câmara, líder da revolução de 1817, deixara uma carta na qual pedia que “se acabasse o atraso dos homens de cor, o que seria indispensável ao progresso do Brasil... Que sem ou com monarquia, a gente de cor devia ter ingresso na prosperidade do país”. Bonifácio conhecia o texto.

Porém o medo sempre foi mais forte do que a compaixão. Enquanto não fossem libertados, que fossem bem tratados, pois não eram “brutos animais”, explicava Bonifácio. E o alerta: “Tudo isto com tal circunspecção, que os miseráveis escravos não reclamem estes direitos com tumultos e insurreições que podem trazer cenas de sangue e horrores.” Nada de revolução nos hábitos ou na sociedade, e, sempre, desconfiança em relação aos cativos. Em público, gostava de acusar “o urro dos sórdidos interesses que protegem a escravatura e contra o lucro dos traficantes de escravos”. Mas, em privado, o tom polêmico

era substituído pela ambiguidade e a cautela.

Os índios já tinham despertado o interesse das autoridades portuguesas e, em São Paulo, o de José Arouche de Toledo Rendon, que os vira de perto e, desde 1803, havia apresentado às autoridades uma agenda de catequese e integração. Suas *Memórias sobre as aldeias* não só sublinham a importância de sua catequese como da mestiçagem, em curso há séculos. Sobre São Paulo, disse:

A maior parte é gente mestiça, oriunda do grande número de gentio, que povoou aquela província, e que não teve a infelicidade de ficar em aldeias. Eles já têm sentimentos, e quando na fatura das listas são perguntados pelo cabo e oficiais de ordenanças, declaram que são brancos.

Não pode haver dúvidas de quanto sua experiência irrigou o texto de Bonifácio, seu colega de bancada. Aliás, eram muito unidos. Rendon e ele seguiriam juntos ao Rio, para solicitar ao príncipe D. Pedro que desobedecesse às Cortes, ficando no Brasil. Tanto na questão da escravidão quanto na dos indígenas, o que estava em jogo era evitar a desordem e a incivilidade de tais povos por meio de sua educação. Mesmo sem lhes oferecer igualdade política, Rendon e Bonifácio desejavam vê-los “cidadãos ativos e virtuosos”. Nada de políticas isolacionistas, mas integração. Bonifácio dizia que a América podia ser o seio de uma confraternização racial.

Educação: a palavra era sagrada para os ilustrados e para os pedreiros-livres. Segundo Bonifácio, todas as cidades, vilas e freguesias brasileiras tinham que ter as suas escolas de primeiras letras. Cada província deveria ter seu ginásio ou colégio, onde seriam ensinadas medicina, veterinária, física, química, botânica, matemática, zoologia e mineralogia. Cada qual teria uma universidade composta por uma faculdade de Medicina, uma de Jurisprudência, uma

de Economia, de Fazenda e Governo e, finalmente, uma de Filosofia, dividida em Ciências Naturais, Matemática Pura e Aplicada e Filosofia Especulativa. Uma nova constituição deveria dar toda a importância e garantir investimentos para a educação:

Nunca faltem, entre todas as classes mais abastadas, homens que não só sirvam aos empregos, mas, igualmente, sejam capazes de espalhar pelo povo os conhecimentos, que são indispensáveis para o aumento, riqueza e prosperidade da nação.

Ponto central na agenda reformista de Bonifácio era a necessidade imperiosa de uma reforma da terra:

Que todas as terras que foram dadas por sesmaria e não se acharem cultivadas entrem outra vez na massa dos bens nacionais, deixando somente aos donos das terras meia légua quadrada quando muito, com a condição de começarem a cultivá-las em tempo determinado que parecer justo.

O que sobrasse seria vendido e revertido para a população:

Que haja uma caixa ou cofre destas vendas, que será empregado em favorecer a colonização de europeus, pobres, índios, mulatos e negros forros, a quem se darão de sesmaria pequenas porções de terreno para o cultivarem e se estabelecerem.

Latifúndios eram um mal, pois não cultivados e improdutivos. Em função deles, a população rural se dispersava, vivendo “como feras no meio de brenhas e matos” – dispersão, aliás, que era velha queixa dos

governadores setecentistas. Também esse tema não introduzia inovação. Antes dele, a concentração fundiária já tinha sido, e continuava sendo, severamente atacada por seu ex-colega de Coimbra Cipriano Barata.

Para proteger a Corte, por que não construir uma cidade no interior do Brasil, onde seria instalado o governo? Inexpugnável, longe do mar e das garras de inimigos, a capital – em latitude em torno de 15 graus onde, depois, se plantou Brasília – teria um Tribunal Supremo da Justiça, um Conselho da Fazenda e uma Direção Geral da Economia Pública a quem caberia supervisionar e dirigir obras públicas, a agricultura e a indústria. Seria a “Nova Jerusalém”, como foi alcunhada, ou a Washington tropical, no sonho de Hipólito José da Costa, que conheceu a capital americana. Sua centralidade ensejaria as comunicações num reino tão grande e permitiria o controle mais cerrado das diversas regiões. A capital ainda teria a vantagem de atrair para terras desocupadas “o excesso de povoação vadia das cidades marítimas e mercantis”. Tais propostas foram rigorosamente ignoradas pelas Cortes, já ressentidas com a primazia da antiga colônia.

Com relação às *Lembranças e apontamentos*, os historiadores sublinham as nuances da época: se antes Bonifácio via o Império com seu centro em Lisboa, agora procurava garantir a autonomia de parte deste mesmo Império, com o governo no Rio. Nada de transferir o poder junto com D. João. Embora ciente da necessária partida do rei para Portugal, percebia-a como uma forma de pacificar os radicalismos que, de outra forma, eclodiriam, resultando na perda do Brasil. Ao mesmo tempo que preparava munição para os deputados paulistas, na condição de vice-governador tentava tocar um programa que cobrisse as lacunas que tinha encontrado e criticado: nasceu a Sociedade Econômica da Província de São Paulo. Agricultura e indústria, juntas, resultariam em prosperidade. Seguindo os passos de seu falecido mentor, D. Rodrigo, pretendia recolher informações sobre tudo o que se produzisse;

publicar memórias e instruções que promovessem atividades; distribuir compêndios com novas teorias econômicas e experiências práticas; fornecer ajuda pecuniária aos lavradores que aderissem às técnicas da Sociedade; apoiar gabinetes de física, química e história natural. Havia ainda o projeto de fundar duas “fazendas normais de agricultura” para divulgar métodos praticados na Europa, com uma biblioteca, espaço para coleções de história natural e máquinas. Quem bancaria? Uma associação entre governo e capitais privados.

Enquanto isso, o mundo real, ou seja, o Rio de Janeiro, mais parecia um pântano onde rastejava toda sorte de criaturas. Os que queriam uma separação radical, como já acontecia em outros países americanos, e os partidários do Reino Unido; senhores de terra e comerciantes pequenos e grandes; naturais da terra e portugueses, cada qual pensando em sua fatia do bolo; negros livres, mulatos e forros que, tanto quanto os brancos, se consideravam protetores da pátria, pois também tinham negócios e lutaram contra estrangeiros; maçons divididos entre azuis e vermelhos. Não faltava quem quisesse proclamar a independência, com D. Pedro imperador. Um viajante inglês, Mathison, registrou a efervescência do sentimento constitucional e nacional contra o absolutismo e a metrópole que grassava em cada esquina. O fato de o monopólio do comércio estar na mão dos lusos gerava conflitos e agitação. Um dos dramas populares, no teatro da cidade, intitulava-se *Escola dos príncipes* e, como o título indicava, punha em cena os erros a que podiam ser induzidos os jovens príncipes mal aconselhados.

Tudo era instabilidade. E instabilidade que contaminava outras províncias. Na Bahia, a Junta Governativa não disfarçava a preeminência dos comerciantes metropolitanos apoiada na tropa, também portuguesa, ambos se recusando a obedecer ao príncipe regente. Pernambuco também não reconhecia a autoridade de D. Pedro. Este, por sua vez, advertia os fluminenses contra o “delírio” e a empolgação,

pedindo-lhes sossego e afirmando estar pronto a morrer por “três divinais coisas”: a religião, o rei e a Constituição. Não havia paz, sobretudo na capital. Nas cartas da arquiduquesa Leopoldina, sua esposa, lê-se o clima de desordem na cidade: “Temos aqui quase todos os dias tumultos revolucionários das tropas de Lisboa [...]. A cada dia as coisas ficam mais confusas.”

Na mesma época, chegavam ao Rio de Janeiro os decretos 124 e 125, de 29 de setembro de 1821, em que as Cortes ordenavam a abolição da Regência e o imediato retorno de D. Pedro a Portugal, sujeitando a obediência das províncias a Lisboa e esvaziando, por completo, a autoridade do governo. Aparentemente resignado, D. Pedro começou a fazer os preparativos para o seu regresso. Ao considerar inútil a sua permanência no Brasil, as Cortes pretextavam que, não tendo mais o Brasil um governo central, a sua presença passaria também a ser meramente figurativa. Sua permanência era considerada “não só desnecessária, mas até indecorosa à sua alta hierarquia”. Os decretos também esgotavam qualquer ilusão de igualdade entre Brasil e Portugal. Os brasileiros seriam, doravante, cidadãos portugueses da América, dotados de direitos políticos e civis que a Constituição assegurava. Porém sob vigilância permanente das tropas lusas e sujeitos aos governadores enviados por Lisboa.

D. Pedro, por outro lado, tinha consciência de que seu pai era um rei sem poder, decorativo e prisioneiro das Cortes. Os comerciantes portugueses e estrangeiros aqui residentes viam no retorno do príncipe o início da anarquia. Foi nesse contexto que a ideia de rompimento com Portugal começou a se fortalecer, ideia que a maçonaria insuflava com toda a força e vigor. Os interesses de todos os setores envolvidos convergiam para uma independência feita sob o comando do príncipe regente D. Pedro. Bonifácio argumentava:

É impossível que os habitantes do Brasil, que forem honrados e se prezarem de ser homens, possam

consentir em tais absurdos e despotismo... V. Alteza Real deve ficar no Brasil, quaisquer que sejam os projetos das Cortes Constituintes, não só para o nosso bem geral, mas até para a independência e prosperidade futura do mesmo. Se V. Alteza Real estiver (o que não é crível) deslumbrado pelo indecoroso decreto de 29 de setembro, além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno grupo de desorganizadores, terá que responder, perante o céu, pelo rio de sangue que, decerto, vai correr pelo Brasil com a sua ausência.

Pânico não só entre os partidários de todas as tendências, mas também dos funcionários com cargos nas repartições e tribunais, que já viam desaparecer seus empregos. Pânico entre os comerciantes, temerosos do impacto nos negócios. Pânico entre os abastados, temerosos das soluções revolucionárias e seu impacto na vida cotidiana. Empurrada pelo pânico generalizado, teve então início uma campanha para que o regente continuasse no Brasil. E, nela, a maçonaria atuou de forma orgânica e visceral.

Em fins de 1821, a maçonaria brasileira estava cindida em duas ordens: a “azul” e a “vermelha”. A Grande Loja da maçonaria “azul” teria membros em São Paulo. No Rio de Janeiro funcionavam, então, já separadas, as lojas da maçonaria “azul” e da maçonaria “vermelha”. Esta chefiada por Joaquim Gonçalves Ledo, o cônego Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, entre outros. Aquela tinha à frente José Joaquim da Rocha, José Mariano de Azeredo Coutinho, Antônio e Luís de Meneses Vasconcellos Drummond, Pedro Dias Paes Leme, entre outros. Não havia nítida separação entre os irmãos maçons: muitos de tendência “vermelha”, isto é, republicanos, achavam-se nas lojas “azuis”, rente aos monarquistas, e vice-versa. Outros faziam-no por espionagem. Mesmo assim encontramos um ou outro irmão “vermelho” em loja “azul”, ou irmão “azul”

em loja “vermelha”, porque isso interessava ao jogo político.

Ao mesmo tempo foi fundado, na casa do maçom José Joaquim da Rocha, na rua da Ajuda, o Clube da Resistência, depois transformado no Clube da Independência. As tratativas iniciais tinham como objetivo sensibilizar D. Pedro para resistir ao comando das Cortes, convidar o presidente do Senado, o maçom José Clemente Pereira, a aderir ao movimento, bem como ampliar os contatos com maçons de Minas Gerais e São Paulo. Longe dos olhos das autoridades, outras reuniões de cunho maçônico eram realizadas tanto no Clube quanto no Convento de Santo Antônio, organizadas pelo frei Francisco Sampaio.

Com a reinstalação da Loja Comércio e Artes em 1821, quando obteve liberdade de atuação, a maçonaria conheceu grande expansão no Brasil, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Com o tema da “independência” na pauta de todas as reuniões, fazia-se agitação e proselitismo em favor da ideia. Alguns membros, como o liberal radical Ledo, eram partidários de uma independência democrática e republicana. Ledo chefiava a maçonaria vermelha, em contraposição ao grupo simpático à maçonaria azul, que defendia a proposta de uma monarquia constitucional parlamentar. Em comum, os grupos tinham o absolutismo como inimigo e o liberalismo e a representação do povo no legislativo como princípios fundamentais.

A partir de outubro daquele ano começaram a aparecer pelas ruas do Rio de Janeiro panfletos denunciando as intenções das Cortes e concitando o príncipe a assumir a direção do movimento em defesa da autonomia do país. Segundo historiadores, a propaganda deflagrada pela maçonaria vermelha era, sim, para separar politicamente o Brasil de Portugal, pois a independência já fora considerada conquistada, desde 1815, quando da elevação da colônia a Reino Unido a Portugal e Algarves. Para esse grupo, com a separação surgiria fatalmente a república, pois não havia no Brasil uma monarquia própria.

Apesar de, em 1822, haver na cidade de São Paulo

alguns maçons, eles não constituíam número suficiente para formar uma loja, diferentemente do Rio de Janeiro, que contava com a Loja Comércio e Artes. Seu fundador, Joaquim Gonçalves Ledo, em apaixonado discurso pronunciado a 20 de agosto em reunião do Grande Oriente do Brasil e dirigido ao então regente, incitou-o, em nome da maçonaria, a dissolver os laços que nos uniam a Portugal. Alguns meses antes, cientes de que sem o apoio de São Paulo e Minas Gerais não haveria independência, os maçons da loja carioca tinham enviado Paulo Barbosa para Minas e Pedro Dias Paes Leme para São Paulo, aonde chegou no início de dezembro de 1821, para medir os ânimos paulistas. Em carta a José Clemente Pereira, José Joaquim da Rocha revela o que Pedro Dias descobriu em São Paulo:

Pedro Dias tem parentes em São Paulo de muita influência, que são os Paes Leme, e disse que, apesar de saber que José Bonifácio não é partidário da nossa causa, por julgar que a Independência, nestes tempos, é a desunião do Brasil, promete, com a amizade de Martim Francisco por mim e com o grande prestígio desse Andrada sobre o irmão e sobre a Câmara de São Paulo, trazê-lo para o nosso lado e até, talvez, para a nossa maçonaria.

Bonifácio dividido? Era preciso ganhá-lo para a revolta.

Mas o que era o Brasil então? Um país pobre. A emigração do rei levara consigo os tesouros e a administração pública. O erário não podia honrar gastos da Coroa, que raramente se traduziam em benefícios públicos. Não tinha esquadra que defendesse seus domínios. O Rio de Janeiro não tinha edifícios que lhe dessem foro de capital. O povo não tinha educação ou bem-estar que o mantivesse fiel aos Braganças. O peculato, o suborno, a venda de honrarias e o contrabando perturbavam a economia. A moeda andava legalmente falsificada. O Banco do Brasil foi

desidratado e só restaram notas desvalorizadas. Além disso, o país era um conjunto de regiões muito diferentes. Pernambuco e Bahia exportavam açúcar desde sempre. O Rio Grande do Sul, graças à pecuária, abastecia o mercado interno de charque. São Paulo plantava trigo e um pouco de cana, e ali o café começava a medrar. O Pará extraía as drogas do sertão da floresta amazônica. O Rio de Janeiro escoou por décadas o ouro de Minas e se tornou o maior porto negreiro das Américas. Em cada uma dessas partes, um tipo específico de escravidão, de mestiçagem, de costumes, de vida social. Eis por que os deputados brasileiros, quando falavam em “pátria”, referiam-se ao seu rincão. À sua província. E elas raramente tinham quaisquer interesses em comum.

Como resumiu o médico e deputado pela Bahia Dr. José Lino Coutinho: “As províncias do Brasil são outros tantos reinos, que não têm ligação uns com os outros, não conhecem necessidades gerais, cada uma governa-se por leis particulares e municipalidade.” Pois o texto de Bonifácio deu a todos um projeto comum: defender o “poderoso império” contra as teses nacionalistas dos deputados portugueses. Só faltava quem costurasse as províncias de norte a sul. O escolhido foi um conhecido dos pernambucanos: Antônio Carlos.

Em meio às tensões, sondado sobre se atenderia ao pedido dos povos do Brasil para permanecer deste lado do Atlântico, D. Pedro respondeu que sim e, em cartas ao pai, dava conta do andamento da situação, de sua disfarçada atuação nela e dos fatos que se precipitavam. No Rio de Janeiro começou a receber assinaturas para que não partisse. Os apoios de Minas Gerais e São Paulo logo chegariam. Desde que tomaram ciência dos decretos, o governo paulista e a Câmara Municipal resolveram escrever ao príncipe a fim de propor uma ação conjunta com Minas. Na deputação incumbida de se entender com D. Pedro, nomeada no dia 22, encontrava-se Martim Francisco. Para essa província foi despachado Pedro Dias Pais Leme, que

chegou à cidade numa noite chuvosa de 23 de dezembro levando a mensagem da capital. Ela era clara. A capital e o próprio regente defendiam a permanência no Brasil. Bonifácio encontrava-se acamado, atacado de erisipela.

Três representações foram então encaminhadas a D. Pedro, rogando a sua permanência no Brasil e o descumprimento aos decretos 124 e 125. A representação dos fluminenses foi redigida pelo frei Francisco Sampaio, orador da Loja Comércio e Artes. A dos mineiros foi liderada pelo mesmo Pedro Dias, maçom e amigo de D. Pedro.

De São Paulo, Bonifácio, presidente da Junta Governativa, enviou um documento, em 24 de dezembro de 1821, no qual criticava duramente a decisão das Cortes de Lisboa:

Apenas fixamos nossa atenção sobre o primeiro decreto das Cortes acerca da organização dos governos das províncias do Brasil, logo ferveu em nossos corações uma nobre indignação porque vimos nele exarado o sistema da anarquia e da escravidão [...] o segundo nada menos pretende do que desunir-nos, enfraquecer-nos e deixar-nos em mísera orfandade [...] como agora esses deputados de Portugal, sem esperarem pelos do Brasil ousam legislar sobre os interesses mais sagrados de cada província e de um reino inteiro? Como ousam desmembrá-lo em porções desatadas e isoladas, sem lhe deixarem um centro comum de força e união? Como querem despojar o Brasil do Desembargo do Paço e Mesa de Consciência e Ordens, Conselhos de Fazenda, Junta de Comércio, Casa de Suplicação, e de tantos outros estabelecimentos [...]. Para onde recorrerão nossos povos desgraçados a bem de seus interesses econômicos e judiciais? Irão, agora, depois de acostumados por doze anos a recursos prontos, a sofrer outra vez, como vis colonos às delongas e trapaças dos tribunais de Lisboa, através de duas mil léguas de oceano? [...]. Este inaudito despotismo, este horroroso perjúrio político, decerto não o merecia o bom e generoso Brasil.

No mesmo dia escreveu a Minas pedindo coesão na aliança ostensiva e defensiva contra as arbitrariedades. Resposta positiva, “com firme tensão”.

A carta de Bonifácio chegou às mãos do príncipe no Rio a 1º de janeiro de 1822 e foi por ele divulgada imediatamente, deixando que seu conteúdo vazasse entre a população, com aparência de segredo. O texto foi lido em voz alta em pontos de reunião política: livraria na Rua São Pedro, Alfândega e Quartel do I Regimento de Cavalaria, e, a 8 de janeiro de 1822, saiu impresso na *Gazeta do Rio*.

D. Pedro enviou correspondência a D. João em 2 de janeiro na qual se lia:

Meu pai e meu Senhor. Ontem, pelas oito horas da noite, chegou de São Paulo um próprio com ordem de me entregar em mão própria o ofício que ora remeto incluso para que Vossa Majestade conheça e faça conhecer ao Soberano Congresso quais são as firmes intenções dos paulistas, e por elas conhecer, quais são as gerais o Brasil [...]. Farei todas as diligências por bem para haver sossego, e para ver se posso cumprir os decretos 124 e 125, o que me parece impossível, porque a opinião é toda contra, em toda a parte.

No dia 9 de janeiro, diante de D. Pedro, na sala do trono, José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara, interpretando o pensamento geral contido nos manifestos dos fluminenses, paulistas e mineiros, fez seu discurso pedindo a permanência do príncipe. O comovente texto da representação emocionou D. Pedro, que, compreendendo a magnitude do evento, reconheceu a sua responsabilidade junto ao povo brasileiro. Naquele mesmo momento, D. Pedro recebeu um abaixo-assinado com cerca de 8 mil nomes pedindo que não partisse. Os setores das classes médias e urbanas da época, compostos pelos jornalistas, médicos, padres, funcionários públicos dos baixos escalões,

professores, etc., muitos deles militantes da maçonaria que defendiam a implantação de uma república, passaram a digerir a monarquia constitucional com D. Pedro no poder.

Entregue em mãos pelo presidente do Senado da Câmara do Rio e uma representação dos deputados fluminenses, D. Pedro fez suspense e ensaiou uma recusa. Mas logo voltou atrás e anunciou: sim, ficaria no Brasil. Reunido defronte do Paço Municipal, o povo saudou a decisão do príncipe. Nascia, em meio a tantas negociações, uma versão da história capaz de explicar o Fico: as Cortes pretendiam recolonizar o país! Segundo historiadores, o projeto do Império não tinha sido abandonado. Havia, sim, esperança de que as Cortes recuassem frente a argumentos do tipo: “Sempre fomos portugueses e queremos ser irmãos dos da Europa, mas não seus escravos.” Tampouco havia luta de nacionalistas contra lusos. E, sim, uma disputa política que doravante ganhava um argumento: a recolonização. A temida recolonização uniria todas as dissidências. Justificava-se, portanto, a adesão em torno de D. Pedro.

No dia 11 de janeiro, as tropas portuguesas tentaram obrigar o príncipe a embarcar para Lisboa. Apoiado pelo povo e por tropas leais, D. Pedro resistiu. Oficiais de ambos os lados detiveram seus homens, em vez de deixá-los confrontar-se. Aproveitando-se do apoio da população da capital, o regente demitiu o ministério deixado pelo pai e nomeou outro.

Enquanto isso, os representantes paulistas tinham partido para o Rio. Eram quatro: Bonifácio em lugar de Martim Francisco, o coronel Antônio Pereira da Gama Lobo, o marechal José Arouche Toledo Rendon e o padre Pedro Alexandre Gomes de Azevedo. Tomaram um barco a vapor em Santos e desembarcaram na baía de Sepetiba no dia 17 de janeiro. Tomaram um carro de posta e partiram em direção à Fazenda de Santa Cruz, onde a arquiduquesa Leopoldina se refugiara com os filhos, fugindo das tensões da capital. Mas a encontraram, a cavalo, no caminho. O encontro foi marcado por “sumo contentamento”. As

impressões da arquiduquesa depois de deixar os delegados paulistas foram registradas por Rendon:

Tornou a voltar a trote e a galope e conversou muito em francês com o excelentíssimo Senhor José Bonifácio, sendo, porém, mui notáveis as expressões: que estimaria muito que os senhores deputados vissem os seus brasileirinhos, além dos quais tinha um terceiro no ventre e que entregaria aos cuidados dos honrados paulistas.

Não é improvável que o médico que a acompanhou em sua vinda ao Brasil, Francisco de Melo Franco, colega de Bonifácio em Coimbra, lhe tenha dito boas palavras sobre o paulista.

Com a chegada de Bonifácio ao Rio, a 17 de janeiro, ele foi logo nomeado para chefiar o Ministério dos Negócios do Reino e Estrangeiros, sendo o primeiro brasileiro a ocupar cargo semelhante. Finalmente, um cargo, e no primeiro escalão! Finalmente saía do deserto. Era reconhecido. Seria útil. Seria a tão pretendida encarnação do sábio seguro de sua preeminência, cujos conhecimentos seriam colocados a serviço do Novo Portugal. Seus conhecimentos contribuiriam para a “felicidade dos povos” – tema caro a iluministas e ilustrados. Como outros “homens de letras” ou intelectuais da época, Bonifácio acreditava que a virtude, a ciência e a autoridade se uniriam para o desenvolvimento das nações. Junto com esse sucesso viria aquilo que ele sempre buscou: progresso na condição material e legal, honradez, acesso às elites em pé de igualdade. A glorificação em tom grandioso de uma doutrina de emancipação e progresso era o bordão dos filósofos. Ainda sob o impulso das Luzes, instruir era mais importante do que agradar, e ele passaria dos discursos na morna Academia lusa para os que faria no Ministério brasileiro. Ele seria órgão e árbitro daquilo que nascia na época: a opinião pública. Governilho como queria antes? Não. Agora seria governo mesmo.

No dia 26 de janeiro, em uma grande cerimônia, foi entregue ao príncipe a representação assinada por 234 importantes nomes paulistas. A seguir, Bonifácio proferiu um discurso, assinado pelos quatro membros da deputação. Palavras duras como perfídia, ignomínia e traição aí se liam. E o texto acenava com a separação; afinal, D. João, ao chegar ao Brasil, fundara o “império brasílico”, agora atacado por Lisboa. E a partida de D. Pedro resultaria numa ameaçadora guerra civil, pela qual ele teria que responder. Na sua ausência, os campos seriam ensopados por rios de sangue.

Mas, antes mesmo de tomar as primeiras atitudes como ministro, Bonifácio ganhou a cena no enterro do príncipe D. João Carlos, herdeiro varão do trono, que chegara havia poucos dias da Fazenda de Santa Cruz. O menino viera de lá com uma constipação que o matou em menos de um mês. Culpa da ama, corria a boca pequena. D. Pedro indicou-o como mordomo-mor nas “disposições e formalidades” que tiveram lugar para o enterro do pequenino. Bonifácio acompanhou os arranjos do corpinho embalsamado acomodado em dois caixões sobrepostos, luxuosamente adornados de cetim branco. Depois do beija-mão de despedida com a presença da Corte e autoridades, pegou nas argolas do caixão para acomodá-lo na berlinda, que, acompanhada por tropas e tocheiros, o levaria à morada final e deu a ordem de saída do enterro. Acompanhou o pequeno ataúde até sua entrega à Irmandade da Misericórdia, às portas do Convento de Santo Antônio, onde foi solenemente enterrado. Um ofício do adido austríaco, barão Wenzel de Mareschal, a seu superior estranhava a situação. Afinal, a função de levar o bastão do rei – chamado de “negrinha” – cabia ao camareiro, e não ao ministro de Estado, “que nunca tinha as honras do cargo [...] o que desolou os fidalgos” portugueses.

O espetáculo das exéquias do pequeno príncipe interrompeu por pouco tempo o que ia nos bastidores. Bonifácio estava à frente de uma transição que ninguém

sabia exatamente onde acabaria. O discurso sobre o perigo de desmembrar o império era central. Porém mais importante nesse momento era instaurar a ordem. Com a elite unida contra a recém-construída ideia de recolonização e apreensiva com qualquer sinal de conflitos, garantiam-se os interesses e minimizavam-se os riscos de uma crise maior. Era a mudança com ordem que tanto agradava a Bonifácio.

Segundo o diplomata austríaco, que o conheceu durante o enterro do príncipe da Beira, “tanto quanto pude julgar esse ministro é um homem de espírito, mas, com uma vivacidade e uma imaginação que podem levá-lo além do objetivo”. Diante do abandono de D. Pedro pela nobreza e pelo antigo ministério, quando o príncipe “não encontrava ninguém que o auxiliasse e lhe servisse de guia dentre os que o rodeavam e deviam apoio”, a chegada de Bonifácio foi saudada por Wenzel de Mareschal como positiva: enfim um gabinete com um programa. “Num país onde a preguiça e a dormência são gerais, sua superabundância de vivacidade é talvez necessária”, explicava a Viena.

Aos 56 anos, instalado numa casa no Largo do Rocio, atual Praça Tiradentes, Bonifácio, enfim, podia governar, resolvendo, sobretudo, divergências. Suas primeiras medidas: que não chegassem a nenhuma repartição do país leis vindas de Portugal sem que essas fossem autorizadas pelo “cumpra-se” dado pelo príncipe; e que os governos provisórios de todas as províncias se unissem “com sujeição à regência” de D. Pedro. Portanto, união e ordem eram os bordões. A sugestão de convocar “uma Junta de Procuradores ou Representantes” que deveriam atuar no Rio de Janeiro, para aconselhar o regente e defender as causas das diferentes províncias e “os direitos da nação em geral” é simbólica.

Mais uma opinião original de Bonifácio? Não. Muitos historiadores creditam ao Senado da Câmara do Rio, e não a ele, essa iniciativa. Medida conjunta? Vontade de extirpar a Bonifácio a exclusividade da medida? A questão é que o

jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, a serviço do Senado da Câmara, defendeu a criação do dito Conselho com empenho. Já eram então visíveis, entre os diferentes grupos, as tensões que emergiam como bolhas no caldeirão fervente. Mareschal confirmava: Bonifácio teria adotado a Junta por ser popular e para satisfazer diferentes vaidades, enquanto promovia a união das províncias.

Aliás, a relação de Bonifácio, então ministro, com esse grupo não seria fácil. Sua personalidade ressentida e ambiciosa, bem como a arrogância, que era um traço de família, não o ajudariam na aproximação com políticos fluminenses liberais, homens com reconhecimento internacional, tanto quanto ele. Gonçalves Ledo e o padre Januário da Cunha Barbosa – o primeiro, ex-aluno de Coimbra, o segundo, dos maiores filósofos da época, ambos maçons e donos do *Revérbero* – eram ligados a comerciantes e produtores do recôncavo da Guanabara e, nesse contexto, “defendiam a exploração do trabalho escravo e do comércio de escravos”, opondo-se à recente pressão britânica contra o tráfico atlântico. Estavam, portanto, na contramão do tolerantismo de Bonifácio. Para os primeiros, um futuro de liberdade constitucional com escravidão era o único horizonte concebível, sob a condição da predominância da forma monárquica, que garantiria ordem e unidade.

Também fazia parte do grupo de opositores José Clemente Pereira, português e maçom. No tempo das invasões francesas em Portugal, ele se alistou no batalhão acadêmico que se organizou, comandado por Bonifácio. No Exército, foi elevado ao posto de capitão e comandante de uma das guerrilhas que mais danos causou às forças inimigas. De Portugal, passou a atacar os franceses na Espanha, fazendo parte do famoso exército anglo-luso que tanto ajudou na primeira queda do império de Napoleão, obrigando-o a evacuar a península. A paz tornou inútil o uso da força. Assim, José Clemente deixou a Europa, em 1815, e veio para o Brasil começar uma nova carreira. Desconhecido

por aqui, viu-se obrigado a recorrer à advocacia para viver, e assim passou até 1819. Em 1821, foi quem liderou as manifestações populares em torno do Fico ou Ficada.

Enfim, esses eram homens que Bonifácio não poderia jamais atropelar e as rivalidades espocaram. O trio, igualmente empenhado na emancipação, era constituído, aos olhos de Bonifácio, por agitadores e demagogos que poderiam precipitar o fim da ideia do Poderoso Império. Em meio a desconfianças de todos os lados, os fluminenses queriam acelerar os acontecimentos e disputavam a primazia das medidas a serem tomadas.

Bonifácio tampouco era consenso. Pelas igrejas da cidade, folhetos presos às portas o acusavam: “Agora governa o Bachá [...] Impera o Bachá paulistano.” Interessado em estreitar laços e afastar ameaças a seu poder pessoal, em carta a D. Pedro queixava-se de que certo deputado, estando na casa de Francisco Xavier de Araújo:

Ouvira-lhe dizer que eu tinha merecido a princípio todo o entusiasmo e confiança do povo desta cidade quando entrei no Ministério, mas que depois do decreto de 16 de fevereiro tinha perdido muita parte da minha popularidade porquanto este decreto era um laço que armava aos brasileiros por não terem nem Constituição nem Cortes no Brasil. Agora me diz um inglês que estando em uma sociedade de senhoras, cujos nomes não quis referir, ouvira dizer que Rodrigo Pinto era um dos principais cabeças em querer deitar-me fora do Ministério para tomar meu lugar.

Ou acentuando sua ação:

A tranquilidade pública tem se conservado, graças às medidas enérgicas tomadas até aqui, mas os facciosos se resolvem em todos os sentidos: ameaçam e aterram o

povo com pasquins e proclamações que põem pelas portas das igrejas e cantos das ruas; um deles já está preso, e foi apanhado em flagrante delito, e está também preso um clérigo atrabiliário, que há pouco escrevia papéis incendiários, e ultimamente persuadia aos pretos cativos que eram forros pela constituição e procurava adquirir para este partido alguns negros dos Regimentos dos Henriques.

Da Bahia, por exemplo, choviam críticas. José Joaquim da Silva Maia, redator do *Semanário Cívico*, bombardeava Bonifácio: só o cognominava de “o astucioso”, “o cabeça exaltada”, “o mágico”, “o Murat-Bonifácio”; ele se “inculcava por um novo Franklin ou Washington, quando é apenas Sejano”.¹² Martelava: “Fica provado que o Príncipe é quem está preso e coacto no Rio de Janeiro, fazendo só o que lhe dita a cabeça exaltada de José Bonifácio...”

¹² Referência ao político e militar romano prefeito da Guarda Pretoriana, Lúcio Élio Sejano, 20 a.C.

Bonifácio precisava de apoio e aprovação. A pessoa frente a quem ele doravante curvaria a espinha nada tinha em comum com a erudição e elegância do seu falecido amigo D. Rodrigo. Segundo uma biógrafa, o jovem príncipe cresceu solto, preferindo o convívio dos serviçais e dos cavalos ao estudo. Era impulsivo, desconfiado, vingativo, desonesto, mesquinho e volúvel. Traiu amigos fiéis e, como Bonifácio o veria mais à frente, seria implacável com os inimigos. Curioso das coisas da Europa, gostava de manter conversas com o ex-general e ajudante de campo de Napoleão Dirk Hogendorp, morador de uma casa ao pé do Corcovado, onde plantava café e tramava a libertação do prisioneiro de Santa Helena. Mulherengo, alegre, galhofeiro, o turbulento personagem iria enfrentar as Cortes lusitanas e proclamar a Independência.

Bonifácio tinha pontos comuns com D. Pedro. Em jovem,

a vida de pandegarias, a poesia e a música, o hábito de contar histórias sem filtrar palavras, o gosto de viver entre tabernas e prostíbulos: “As mulheres têm sido a peste da minha vida – amo-as, mas não as estimo muito”, diria o velho ao moço, revelando sua misoginia. A linguagem sem rodeios, associada aos saberes que os anos lhe deram, a experiência das viagens e do mundo que conheceu, tudo deixava Bonifácio em condições de conduzir e não mais ser conduzido, como o fora por Vandelli ou por D. Rodrigo. Ele gostava de se autodefinir: “Os negócios públicos nunca me amorteceram os prazeres simples da vida doméstica e literária, que ainda nas poucas horas de descanso saboreava o gozo de brincar, de ler ou poetizar.” Era o retrato que os homens de letras costumavam fazer de si próprios. Os prazeres simples e um “pequeno jardim para cultivar”, como sugeria Voltaire – ele possuía Outerinhos –, tinham que revestir sua atuação na vida pública.

Havia também o Bonifácio que impressionava os estrangeiros. Maria Graham, escritora consagrada na Inglaterra de passagem pelo Rio de Janeiro, teve dele as melhores impressões. Segundo ela, os Andradas aconselhavam D. Pedro e, juntos, eram os autores da Constituição.

O mais velho era um homem de raro talento. A uma educação europeia, ele havia acrescentado o que a experiência pode fornecer pelas viagens. Havia estudado todas as ciências que imaginou poderem ser vantajosas aos interesses locais e comerciais do Brasil. Lia a maior parte das línguas modernas da Europa e falava várias delas com correção. Quando o conheci, sua estatura mediana ainda diminuía, em parte pela idade e em parte por uma curvatura habitual. Seu segundo irmão era um alto e belo homem, longe de com ele ombrear em caráter ou em cultura, mas apaixonadamente orgulhoso de sua pátria. Havia estudado tudo o que se refere ao setor militar nas melhores escolas da Europa. O terceiro

irmão estudara Direito nas universidades portuguesas; era moreno e tinha mais aspecto de português ou brasileiro que qualquer dos outros. Esses irmãos eram, naturalmente, apoiados por muitos proprietários, mas eram os verdadeiros dirigentes do Estado.

Não se tem notícia da passagem de Antônio Carlos por escolas europeias.

O adido austríaco Wenzel de Mareschal, escrevendo ao superior Metternich, não foi tão simpático. Embora apreciasse seus “sentimentos elevados”, horrorizou-se com a vaidade de quem não deixava ninguém falar. Em visita, Mareschal foi enterrado sob uma avalanche de assuntos, pois Bonifácio queria discorrer de tudo: da “loucura da Corte”, da “possibilidade de ter dois reinos confederados”, dos “males do absolutismo”. “Mal pude inserir algumas palavras e que não posso nomear aquilo uma conversa.” E parecendo enxergar o filósofo natural, desejoso de cargos, que viveu em Portugal, anotava “a ambição de títulos e honras, já que não sendo José Bonifácio um militar, teria pouca esperança de chegar por conta própria ao poder supremo”.

No pano de fundo, seguiam crepitando tensões. Não demorou a reação das tropas portuguesas, que já tinham expressado o desejo de prender e extraditar os “perturbadores da ordem pública”. Inconformados com a “ficada”, não faltou quem gritasse no Teatro São Pedro que o Brasil tinha que continuar escravo de Portugal enquanto grupos de soldados quebravam com cacetadas as luminárias que celebravam a permanência. Nas ruas ouviam-se gritos de “Essa cabrada vai levar pau!” e ameaças: o príncipe embarcaria nem que uma espada lhe servisse de prancha. No Largo do Moura e no morro do Castelo, armas na mão, a soldadesca portuguesa intimidava. Mas teve que recuar. D. Pedro reagiu à frente de forças compostas por gente de toda classe, condição e cor. Os lusos se retiraram para Niterói, de onde embarcaram no

mês seguinte, acuados pelo próprio D. Pedro.

Em 13 de maio de 1822, por proposta do brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto e de Joaquim Gonçalves Ledo, o príncipe regente recebeu o título de Defensor Perpétuo do Brasil, oferecido pela maçonaria e pelo Senado, marcando uma cartada política importantíssima da Loja Comércio e Artes. Por trás dessa iniciativa estava também o interesse das lideranças que pretendiam aproximar-se do regente e suplantar o prestígio desfrutado por Bonifácio. Desconfiados da volatilidade do príncipe e do autoritarismo do poderoso ministro, os maçons começaram a recolher assinaturas em favor de uma Constituinte Brasileira. Obtiveram 6 mil. Bonifácio reagiu: “Hei de dar um pontapé nesses constitucionais!” Ou ainda: “Hei de enforcar esses constitucionais na Praça da Constituição!” Ele os temia, escaldado pela carnificina que vira em Paris e pela incerteza da união das províncias. Em sua opinião, era preciso formar a nação, “famosa peça inteiriça de arquitetura social”, para depois legislar por ela.

Tinha outra coisa: quem formaria a Assembleia? Os “curtos” brasileiros? Gente sem conhecimento de leis ou governança? A verdade é que Bonifácio não sabia como controlar os diferentes grupos. Mas acabou por aceitar a Constituinte com a proposta de eleição indireta, que por fim prevaleceu contra a vontade dos radicais comandados por Ledo, que defendiam a eleição direta. O conflito entre os dois homens engrossava. Em 3 de junho de 1822, foi expedido decreto em que Bonifácio convocava a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa. Apesar do controle da situação pelos conservadores e de o texto da Constituinte apresentar declarações favoráveis à união entre Brasil e Portugal, as Cortes insistiam no retorno imediato de D. Pedro.

No fundo da cena política, os grupos antagônicos mostravam as garras. Bonifácio tratava os fluminenses com escárnio e irritação e esses, em resposta, tentavam captar de todo jeito as preferências do príncipe. Nesse ínterim, fora

criada a primeira Obediência Maçônica do Brasil, o Grande Oriente Brasílico (ou Brasileiro), em 17 de junho de 1822, uma entidade dedicada, com exclusividade, à luta pela independência política do Brasil. Para esse fim, a Loja Comércio e Artes foi dividida em três lojas, dela saindo os maçons em número suficiente para a formação das lojas União e Tranquilidade e Esperança, de Niterói.

A administração do Grande Oriente ficou então composta por Bonifácio como grão-mestre, indicado a sua revelia; Joaquim de Oliveira Alvarez, como delegado do grão-mestre; Joaquim Gonçalves Ledo, a grande liderança, e João Mendes Viana, como 1º e 2º grandres vigilantes, respectivamente; padre Januário da Cunha Barbosa, como grande orador; capitão Manoel José de Oliveira, como grande secretário; Francisco das Chagas Ribeiro, como grande chanceler; Francisco Luiz Pereira da Nóbrega, como promotor fiscal; João da Rocha, como grande cobridor; e Joaquim José de Carvalho, como grande experto. A luta entre Bonifácio e Ledo extrapolou as discussões no âmbito das lojas e assumiu caráter público, desnudando-se através da imprensa.

Bonifácio seguia se apoiando na relação que estabelecera com D. Pedro nos primeiros tempos. Precisando conversar com seu ministro, o príncipe ia a cavalo até sua casa no Largo do Rocio, esquina da Rua do Sacramento. Lá passava mesmo depois de suas noitadas de “pandegarias”. Um agente consular chegou a comentar, malevolamente, que, ao perguntar certa feita a alguém se era mesmo D. Pedro que se encontrava no interior da residência, ouviu em resposta: “Sim, é o príncipe, ajudante de ordens de José Bonifácio.” Tanto tempo ficava ali que foi sob esse mesmo teto que os comandantes das tropas portuguesas, chegadas ao Rio a 9 de março, assinaram perante o regente a declaração de obediência redigida por José Bonifácio.

Enquanto isso, um problema a resolver: o projeto da união das províncias não estava consolidado. No Pará,

Maranhão e Bahia, não faltava quem quisesse continuar ligado a Portugal. Interesses comerciais e forte presença da colônia lusa pesavam. Pernambuco, segundo a linguagem rústica de Bonifácio, “jogava com pau de dois bicos”, ainda impregnada dos ideais de 1817. Minas Gerais, apesar da proximidade com o Rio de Janeiro, mostrava-se desconfiada e nem se mostrava associada ao príncipe, nem se submetia às Cortes. Assegurar o apoio dessa província vizinha lhe parecia imprescindível.

Para cativá-la, ninguém melhor do que o jovem príncipe, sua presença, sua naturalidade, mas também sua coragem e esperteza. Bonifácio preparou a viagem. O príncipe iria sem guarda militar, sem exibição de ameaça ou força. Acompanhado de pequena comitiva, disposto a comer feijão e farinha e a dormir sobre uma esteira, exibiria, sim, modéstia e simplicidade. Com paixão, falou aos mineiros em “ferros de despotismo” que se tinham partido e acenou-lhes com um pacto de amizade: “Sois constitucionais, uni-vos comigo e assim marchareis constitucionalmente; confio tudo em vós; confiai em mim [...] vós amais a liberdade, eu adoro-a!” Conseguiu, assim, ligar essa província ao resto do Brasil, graças às alianças entre negociantes e produtores da Comarca do Rio das Mortes, interessados no abastecimento da capital, promessas de benfeitorias e cargos e de melhoramentos nas estradas.

Enquanto D. Pedro amarrava os laços de um lado, havia quem quisesse desamarrá-los de outro. Eram o que Bonifácio chamava de “chumbeiros”, os portugueses donos de grandes fortunas e negócios; os “anarquistas” e “cabeças esquentadas”; os seguidores da ideia de República como ia acontecendo no restante da América do Sul. E houve quem chegasse ao cúmulo de aproveitar sua ausência às Minas para um golpe: o príncipe seria simplesmente reduzido a presidente de uma Junta Provincial do Rio de Janeiro. Esse era o desejo de negociantes, caixeiros, alguns desembargadores e oficiais como o almirante Rodrigo Pinto Guedes, chefe da trama.

Curiosamente, quem a revelou a Bonifácio foi o juiz de fora da província, o já conhecido José Clemente Pereira, que, como visto, era a favor de acelerar a independência. Informação, portanto, nada gratuita.

Outra ajuda veio da arquiduquesa Leopoldina. Ciente de que grupos contrários, inclusive um denominado dos “patriotas europeus”, procuravam tirar Bonifácio do governo, e ciente de suas manobras, enviava informações ao ministro: “Vem este instante o barão de Mareschal, secretário da legação austríaca, contar que o ‘Club’ era na fábrica de pólvora e que anteontem viu passar muita gente de lá para cá às 11 horas da noite.” Espionada por “pés de chumbo” dentro do próprio palácio, ela recomendava a Bonifácio:

Não se fie no meu veador, o D. Francisco Misutella, ele é do partido oposto, e deu, anteontem no meu quarto, os seus sentimentos a conhecer, de modo que lhe aconselhei a calar-se e unir todos os esforços e desejos pelo bem do Brasil, que é o verdadeiro interesse dos homens amantes da pátria e da boa ordem.

Membros da antiga Corte, cientes de que Leopoldina sentia falta da Europa, tentaram cooptá-la para a causa portuguesa. Em outra carta a Bonifácio, tendo um negro por mensageiro - “me fiando mais nele do que em certos brancos” -, ela informava de uma tentativa de ser enganada:

Dando-lhe parte que teve cartas de Lisboa que fazer toda a diligência para ver se semeavam a discórdia entre nós ambos, mas eles se enganam: sou alemã (que quer dizer constante e teimosa) e só tendo a infelicidade de perder o juízo eu mudarei o sistema que adotei e com o qual sempre me tenho dado otimamente.

As cartas em questão eram uma falsificação de um escrito assinado por D. João VI, admoestando o filho e a nora a retornarem a Portugal. Bonifácio tinha, portanto, que pisar em ovos. Conspirava-se de todos os lados.

Bonifácio alimentava a ligação com o príncipe com contínua informação. Não hesitava em exhibir-se na correspondência: “Eu, que nada temo, ainda costumo rondar a pé a cidade, porém com mais cuidados para não dar caneladas [...] não durmo e vigio sobre tais energúmenos.” Era a volta do soldado que lutara contra Napoleão. Ou as palavras do timorato: “Não sou gigante que tenha cem braços e cem olhos.” E recebia respostas igualmente sinceras: “Nu em pelo, pego na pena para lhe participar...”

E Bonifácio teve que entrar em ação. Como os conspiradores pretendessem agir no dia 18 de abril, durante as eleições para o Conselho de Procuradores, com o apoio de dois “bons homens e nada mais”, deliberou adiá-las. Desconfiado de que o ministro da Guerra, general Oliveira Álvares, estivesse envolvido, foi se entender com o governador de Armas da província, general Joaquim Xavier Curado. Qualquer sinal suspeito teria que ser denunciado e só executado com ordem da Secretaria da Guerra. A seguir, determinou a prisão de vários portugueses coniventes com o projetado golpe. Ao chegar ao Rio, depois de 80 léguas feitas em lombo de cavalo, D. Pedro encontrou o problema resolvido. Pôde, então, ir ao Teatro de São Pedro e, sob aplausos, informar a multidão sobre Vila Rica: “Lá ficou tudo tranquilo.”

Há fortes indícios de que D. Pedro frequentasse as atividades da maçonaria bem antes de sua iniciação. Uma carta enviada a Bonifácio, pontilhada de sinais maçônicos como o desenho de um sol e com a palavra Alatia, em que as letras foram substituídas por esquadro, compasso, martelo, uma pá de pedreiro e um olho, não deixa mentir. Diz o texto:

O Pequeno Ocidente toma a ousadia de fazer presentes ao Grande Oriente duas cartas da Bahia e alguns papéis periódicos da mesma terra há pouco vindos. Terra a quem o Supremo Arquiteto do Universo tão pouco propício tem sido. É o que se oferece por ora a remeter a este que em breve espera ser seu súdito e l.: Pedro.

Os três pontinhos em forma de pirâmide indicavam a filiação maçônica.

Por proposta de José Bonifácio, em 2 de agosto de 1822 o príncipe regente foi iniciado na Loja Comércio e Artes, adotando o nome histórico ou heroico de “Guatimozim”, em referência ao último imperador asteca, morto em 1522. O rito adotado à época ensejava tal escolha: Bonifácio, por exemplo, era “Tibiriçá” e Ledo era “Diderot”. Tal fato não deixou de ser um ato político, pois, para a maçonaria, era importante ter o regente nas suas fileiras, onde poderia influenciá-lo no caminho da emancipação. Para D. Pedro, estar entre os maçons lhe permitiria atuar melhor na busca de uma solução monárquica para o país, afastando inclinações para um regime diferente. Logo em seguida, no dia 5 de agosto, Ledo, que ocupava a presidência dos trabalhos, conduziu a cerimônia de exaltação de D. Pedro ao grau de mestre maçom. Ao eleger o regente mestre do Grande Oriente, Ledo procurava diminuir a influência de José Bonifácio sobre o príncipe, rompendo o elo existente entre eles. Ambos os grupos disputavam as boas graças do príncipe regente, visando, cada um deles, ao esmagamento do adversário. Iniciavam-se, abertamente, as hostilidades entre os dois grupos, em meio a um fervedouro de intrigas e perseguições.

Quase ao mesmo tempo, Bonifácio fundara o Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, uma sociedade secreta inspirada nos grupos ibéricos católicos e contrarrevolucionários que reuniria altos funcionários, fazendeiros, os mineiros e baianos formados em Coimbra, incluindo os mais representativos da aristocracia da época,

com o objetivo de combater os chamados liberais mais radicais liderados por Ledo e Januário da Cunha Barbosa, que não contavam com o apoio popular. D. Pedro foi eleito seu chefe com o título de arconte rei.

Mas as manobras de Bonifácio não passavam despercebidas. Cipriano Barata, nas páginas do seu jornal *Sentinela da Liberdade*, não poupou o ministro:

O Apostolado [...] era uma conspiração universal contra o gênero humano adotada pelos senhores Andradas para restaurarem no Brasil o governo realista tirânico [...] com a condição de serem eles os grandes e poderosos.

Mais. Era um clube de espiões corrompidos e estúpidos que se espalhavam pelo país, em conluio com o ministério, só para restabelecer o absolutismo.

A ação revelava as tensões entre os grupos, que se dividiam na forma pela qual se daria a emancipação. A fundação do Apostolado confirma o que dizem muitos historiadores: Bonifácio não era exatamente um humanitarista, preocupado com os destinos dos despossuídos e dos escravizados. O seu objetivo eram os benefícios que a monarquia constitucional traria para o desenvolvimento econômico, a preservação da ordem interna e os projetos de integração dos grupos poderosos às regiões mais avançadas. Ele queria fazê-los acreditar que seus interesses estavam contemplados nas reformas que propunha. Que o Estado e o parlamento deviam construir a cidadania e a ideia de nação graças a reformas profundas. Mas esse objetivo nasceu de sua arrogância de ilustrado recém-chegado ao Brasil. A elite já sabia disso havia tempos. Com uma diferença. Ela não estava interessada num futuro glorioso, mas num presente lucrativo. Logo, eles não precisariam de Bonifácio, que seria, pouco a pouco, silenciado.

Também em início de agosto, D. Pedro declarou inimigas

as tropas portuguesas que desembarcassem no Brasil sem o seu consentimento. Foi ainda recomendado aos governos provinciais que não dessem posse a funcionários nomeados em Portugal. Para admissão a cargo público, impunha-se o juramento prévio à causa da União e Independência do Brasil. Na maçonaria, as primeiras atas do Grande Oriente deixam clara a intenção de restringir o recrutamento de novos obreiros somente àqueles que se comprometessem com a causa da independência.

Convencido da necessidade de apoio das potências europeias, José Bonifácio desenvolveu intensa campanha junto aos governos estrangeiros e às embaixadas. Num manifesto redigido por ele em 6 de agosto, em nome do príncipe e dirigido às “Nações Amigas”, garantia-lhes que os seus interesses seriam respeitados. O texto praticamente anunciava a independência do Brasil, “mas como reino irmão de Portugal”:

Tendo o Brasil, que se considera tão livre como o Reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o reino irmão o pretendia escravizar, e passando a proclamar a sua independência [...].

Estava em andamento “o grande passo da vossa independência e liberdade”, nas palavras do príncipe redigidas por Bonifácio. À grande propriedade escravista eram dadas garantias solenes de que a independência não alterava o sistema de trabalho.

Segundo historiadores, o Brasil já estava independente, faltando apenas dar maior dramaticidade à ruptura. No dia 14 de agosto D. Pedro partiu em viagem, com o propósito de apaziguar os descontentes em São Paulo, cujo governo desacatava o poder dos Andradas. Desde abril, a temperatura das tensões subia e o eco delas chegava ao Rio. Para não enfraquecer seu ministro, ele mandou chamar Oyenhausen. “E assim ficaremos em paz”, tranquilizava

Bonifácio. Um Bonifácio inseguro, pois os inimigos da família não hesitaram em fazer um pronunciamento no qual afirmavam claramente que “o povo e a tropa da cidade de São Paulo representaram contra o orgulho, o despotismo e a arbitrariedade do coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada”. Era o retorno do “delinquente”, como o chamara o governador Franca e Horta.

A explosão de cólera contra Martim Francisco alimentava as conversas na loja de fazendas do coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz, na Rua Direita, e entre a oficialidade acusada de receber propina para livrar moços ricos da conscrição obrigatória. Quando chegou o aviso de Bonifácio para que Oyenhausen deixasse o governo, o descontentamento explodiu numa “bernarda”. Que ficasse claro: o inimigo eram os Andradas, não o príncipe D. Pedro. Não havia “partido português” como queria Bonifácio, mas revolta contra o “caviloso, déspota, sanguinário e desgraçado” Martim Francisco, contra quem se levantava a gente. Vereadores e tropas se reuniram para reforçar sua partida. Queriam a saída do “pernicioso”, que tentou convocar Itu e Sorocaba para apoiá-lo. Em vão. As representações contra o coronel não escondiam o que estava em jogo: lutas de famílias e por cargos.

Expulso da cidade em 24 horas e excluído da Junta paulista, Martim Francisco, ao chegar ao Rio, foi promovido por Bonifácio a ministro da Fazenda. Era o auge da amizade de D. Pedro com Bonifácio, que não foi desamparado. Eram tempos em que o primeiro escrevia ao segundo assinando: “Deste seu amigo que se lisonjeia de amá-lo” ou “Aceite os protestos de firme amor que lhe consagra este seu amigo”.

Para contemporizar com os antagonistas, Bonifácio deu a pasta da Guerra ao coronel Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, promotor fiscal do Grande Oriente. Assim que tomou posse, Martim Francisco deu o troco e perseguiu devedores dos cofres públicos e arrematantes de carnes verdes, seus inimigos. E endereçou aos comerciantes e capitalistas da Praça do Rio um manifesto no qual expunha

a situação terrível em que se encontravam os cofres públicos. Pedia-lhes, em nome do regente, que contribuíssem para um empréstimo de 400 contos, com que se pagariam as despesas necessárias à organização do Estado. O empréstimo foi coberto com juros de 6% ao ano e as garantias dos rendimentos da Alfândega da Corte.

Melhorada a situação financeira, assegurada a ordem pública e adotadas medidas de caráter militar, D. Pedro assinou um decreto a 13 de agosto confiando a regência à arquiduquesa Leopoldina, para que o governo não ficasse paralisado, e tomou a estrada. Na viagem a Piratininga, foi acompanhado por uma pequena comitiva, dentre eles o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, Luís Saldanha da Gama e Francisco Gomes da Silva, o popular “Chalaça”. Chegando a Lorena no dia 19 de agosto, emitiu o decreto dissolvendo o governo provisório de São Paulo. No dia 25 de agosto, já em São Paulo, onde foi recebido com honrarias, hospedou-se no Colégio dos Jesuítas. Permaneceu na capital até o dia 5 de setembro, quando seguiu para Santos. No dia 2 de setembro, no Rio de Janeiro, o Conselho de Estado reuniu-se sob a presidência da arquiduquesa D. Leopoldina, para que fossem lidas as cartas chegadas de Lisboa com as abusivas decisões das Cortes anunciando o propósito de enviar tropas ao Brasil e contendo afirmações ofensivas ao príncipe. Bonifácio, que já vinha percebendo que a solução de uma monarquia dual era impossível, escreveu a D. Pedro incentivando-o à ação rápida e indicando que nada mais havia a fazer senão proclamar o rompimento definitivo com Portugal. Martim Francisco, a seu lado, declarava abertamente que “o Brasil devia se declarar independente”, segundo relato do jornal *Aurora Fluminense*.

D. Pedro voltava do litoral e encontrava-se na colina do Ipiranga quando um correio lhe trouxe mensagem urgente de Bonifácio e da arquiduquesa D. Leopoldina. Novas medidas, vindas de Portugal, anulavam todas aquelas implantadas por Bonifácio, determinavam a substituição de ministros por outros nomeados pelo rei, ordenavam que

fossem eleitas novas Juntas Governativas e também, atingindo diretamente os Andradas, que fosse investigada a responsabilidade do Ministério do Rio de Janeiro em todos os atos administrativos considerados subversivos. Às margens do riacho Ipiranga, D. Pedro leu as palavras de Antônio Carlos: “Inimigos de toda a ordem e que não poupam a real pessoa de V.A.R. de envolta com ataques ao Brasil.” E as de Bonifácio: “Senhor, o dado está lançado, e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores. Venha V. A. R. o quanto antes e decida-se.” Fez o gesto que faltava: deu um grito!

Junto com o grito, nascia a ideia da consolidação de um império americano nos trópicos. *A Gazeta do Rio*, em 21 de dezembro, grafava: “O Brasil era um reino dependente de Portugal; hoje é um vasto império que fecha o círculo dos povos livres da América; era colônia dos portugueses, hoje é nação.” Desde então, no imaginário político, “nação” passou a significar distinção de um povo em relação a outro, oposição ao estrangeiro. Só que nessa recém-inaugurada nação faltava tudo: “Não há Constituição, códigos legais, sistema de educação. Nada existe a não ser uma soberania reconhecida e coroada”, explicava o agente diplomático austríaco barão de Mareschal em carta ao seu governo.

Depois das celebrações em São Paulo, D. Pedro voltou ao Rio, aonde chegou no dia 14 de setembro. No Grande Oriente, em 4 de outubro de 1822, em nova iniciativa política, Ledo promoveu o golpe da eleição e posse de D. Pedro no cargo de grão-mestre, sem que José Bonifácio houvesse renunciado a ele e sem que a Assembleia Geral o houvesse destituído. Tal ato demonstra que Ledo dominava o Grande Oriente. Na sessão do dia 7 de outubro foi sugerido que o título de D. Pedro devia ser o de “Primeiro imperador e defensor perpétuo do Brasil”. Durante a cerimônia, com as garras à mostra, Domingos Alves Branco Muniz Barreto não escondeu a antipatia por Bonifácio e, alertando D. Pedro, denunciou:

O ciúme que se atíça contra nossa franqueza e lealdade por aqueles que pretendem desvairar-vos dos trilhos que tendes seguido, vos quer fazer inúteis as nossas honrosas fadigas e vigilâncias. Não acrediteis que é por amor de vós; mas sim pelo bom sabor do despotismo que eles pretendem estabelecer, a coberto da vossa autoridade. Apartai-vos, digno mestre, de homens coléricos e furiosos. Por mais cientes que eles sejam, nunca acham a razão e só propendem para o crime. Vós tendes sabedoria, prudência, comedimento e moderação; portanto, não vos deixeis abandonar a malvados.

O recado era claro: o ministro era um vaidoso intolerável que pretendia monopolizar D. Pedro e negar o esforço dos demais que trabalharam pela independência. Junto às críticas, o grupo de Ledo quis passar à ação. Ao lado das tropas e de um número significativo de portugueses recém-imigrados, empregados públicos e pequenos produtores, tentou defenestrar o ministério. Avisado por uma rede de espiões, Bonifácio se dirigiu ao intendente de polícia no dia 2 de outubro nos seguintes termos:

Estou capacitado de que há tramas infernais que se urdem não só contra a causa do Brasil, mas contra a preciosa vida de Sua Alteza Real, contra a minha e contra todos os honrados cidadãos amigos da nossa causa. Preciso, pois, que Vossa Senhoria mostre presentemente toda a sua energia e atividade em conhecer os perversos, descobrir as tramas até a raiz e ver tudo com seus próprios olhos...

Naquela oportunidade, Ledo e seu grupo exigiram de D. Pedro três assinaturas em branco e o juramento à Constituição que fosse aprovada por uma Assembleia Constituinte. Muitos constituintes que se viam como representantes eleitos da população só queriam transformar

o governo num intermediário entre a soberania geral e a execução de sua vontade. Estavam dispostos a tolerar um rei à frente de seus poderes, mas, sobretudo, a redigir uma Constituição na qual o poder Legislativo teria papel central.

Diante disso, Bonifácio se opôs terminantemente e deu o troco no campo político, convencendo o imperador de que havia uma rede de intrigas e “a luta da independência exigia um período de calmaria política interna, que estava sendo quebrado pelo grupo adversário, com exigências descabidas”. Bonifácio mostrou a D. Pedro que as cobranças do grupo de Ledo eram altamente prejudiciais e perigosas à estabilidade de seu governo. Logo nos primeiros momentos, Ledo cederia em aceitar a monarquia como solução definitiva para a realidade do Brasil. Porém seu esforço, a partir de então, se concentraria na tentativa de dar a essa monarquia uma feição republicana e em tentar fazer, através de uma Constituinte brasileira, que o Legislativo se sobrepusesse ao Executivo, reduzindo e limitando os poderes do imperador. A resistência de Bonifácio e do próprio D. Pedro a esse projeto fez com que, ao se definir o regime de governo que seria adotado, a opção democrática viesse a ser definitivamente afastada. A postura mais moderada da elite, desejosa da instalação de um Estado não muito diferente do absolutista ilustrado, sairia vencedora.

Um grupo de políticos e comerciantes paulistas, mineiros e rio-grandenses, presentes à Corte para a festa de Aclamação de D. Pedro, colocou em execução um plano para inviabilizar a “conspiração” preparada pelo grupo de Ledo. Para isso, contaram com componentes da Guarda Cívica, formada por “cidadãos mais conspícuos da cidade”, e distribuíram panfletos pedindo adesão para proteger o Paço Imperial de qualquer perigo. As tropas que apoiavam Ledo recuaram.

Apesar do impacto da notícia do grito do Ipiranga, que contentava tanto o grupo de Bonifácio quanto o de Ledo, o clima ficou elétrico. Entusiasmado, um jornalista maçom do

Correio do Rio de Janeiro publicou uma notícia falsa: D. Pedro teria dito que, se o povo brasileiro quisesse a república, ele o seguiria. A publicação do jornal foi suspensa e o jornalista, desterrado para fora da capital. Bonifácio aproveitou a oportunidade para tentar neutralizar seus inimigos e mandou suspender os trabalhos das lojas enquanto durassem as averiguações. Arguto, definiu o fato como uma conspiração republicana. Reação imediata dos oponentes: centenas de assinaturas e demais manifestações choveram sobre D. Pedro contra Bonifácio. No dia 27 de outubro, para testar seu poder, Bonifácio pediu demissão.

Mas não foi só essa a razão. Houve outra, ainda. Na data da Aclamação, Bonifácio tomara várias medidas políticas: baixou um decreto com as armas da nação, outro com o tope nacional em verde e amarelo, obrigatório “a quem apoiasse o sistema do Brasil”, e um decreto que anistiava “todas as passadas opiniões políticas”. Ora, o grupo de Ledo não tinha esquecido os seus acólitos que participaram da “bernarda” de Francisco Inácio, e, para agradá-los, D. Pedro assinou um decreto mandando cessar a devassa contra os opositores de Bonifácio. Afinal, estava se vivendo a concessão de uma anistia geral. Bonifácio, por precaução, também não se esqueceu dos seus inimigos e excluiu do benefício “aqueles que já se achassem presos ou em processo”. D. Pedro, porém, rejeitou o argumento, irritando seu ministro.

Depois, havia a oposição e os jornais. Até os do Porto, como o *Borboleta Duriense*, que informou:

Depois da demissão do Ministério Bonifaciano, ninguém queria aceitar a pasta do I Ministro; ou fosse por medo respeitoso do partido dos Andradas, ou pelo receio de levar adiante esse embrulho de novelos desmanchados. Andou o imperador a casa de figurões, a pedir que aceitassem a pasta. Mas como há mais receio dos Andradas do que do imperador, todos se foram

escusando.

O poder com que tanto sonhara em Portugal se revelava um caminho de espinhos. Mas, apesar da demissão e das armadilhas, o prestígio de Bonifácio continuava tão alto que, para compor o novo ministério, D. Pedro ia consultá-lo em casa.

Novos ministros nunca foram nomeados, pois foram atropelados por uma manifestação popular. No dia 30 de outubro, andradistas se reuniram em frente à casa do ministro, no Rocio, para pedir a volta dele. Anos mais tarde, o *Despertador Constitucional* lembraria que a dita manifestação foi armada – o povo teria sido insuflado:

Chamado em tumulto para, de um modo bem desusado e criminoso, pedir a reintegração dos Tamoios – como eram chamados os Andradas – excedendo-se em alaridos nas praças públicas para se exigirem até cabeças de cidadãos probos, que tantos serviços tinham prestado à pátria.

A reintegração dos irmãos no Ministério teve lugar no mesmo dia, amparada por cerca de duas mil assinaturas, junto com uma proclamação, distribuída às portas do Teatro de São Pedro, que alardeava a necessidade de o povo se vingar dos “perversos” e “demagogos” que tentaram erguer o “decantado republicanismo”. No mesmo dia, D. Pedro e D. Leopoldina foram à busca de Bonifácio. Há várias versões: a de *O Espelho* conta que a banda de música do IV Batalhão de Caçadores invadiu a casa e que Bonifácio recebeu D. Pedro de joelhos, debulhado em prantos, mãos para o céu e “soltando as mais ternas expressões de reconhecimento”. Palavras de D. Pedro: “Não tinha eu previsto que o povo se oporia?” E os gritos de Bonifácio: “Viva Pedro I, II, III, IV!”

Às vésperas do dia da Aclamação, Bonifácio, que já tinha retomado as rédeas dos acontecimentos, pecou novamente.

Deixou que membros do Apostolado ultrajassem e apedrejassem Ledo e José Clemente na saída da reunião do Senado da Câmara. Fechou os olhos aos excessos cometidos por desordeiros conhecidos e, provavelmente, pagos. Depois que D. Pedro, sob grandes festas, foi aclamado imperador, ele escreveu, vitorioso, ao agente diplomático em Londres, Caldeira Brandt: “Os povos sensíveis aos grandes benefícios que deviam ao seu magnânimo e augusto defensor perpétuo o aclamaram legal e solenemente no glorioso dia 12 de outubro corrente imperador constitucional do Brasil.” Pedia ao diplomata que comunicasse à corte inglesa que o Brasil se separara de Portugal, “constituindo-se nação livre e independente de Portugal e Algarves”. Em Paris, Domingos Borges de Barros, ex-colega de Bonifácio e deputado nas Cortes, assumiu a função de agente de D. Pedro e logo comunicou o governo independente à França. E aproveitou-se da amizade de um velho conhecido, o cirurgião Caetano Lopes de Moura, que seguira Napoleão e estava de volta a Portugal, para agir como agente oculto, dando notícias do que se armava em Lisboa.

A repressão aos ex-aliados, representados pelos liberais radicais de Ledo, foi então deflagrada por Bonifácio. Pressionou José Clemente Pereira a demitir-se da presidência do Senado da Câmara e fez saber ao padre Antonio João Lessa, um dos seus maiores adversários, que deveria se retirar para sítio distante 20 léguas da cidade. Os ânimos se exaltavam.

Dessa vez o imperador culpou os “mal-intencionados”, “intrigantes e caluniadores”, “autores da vil cabala com que pretendiam engrandecer-se e promover tumultos, discussões e finalmente, a guerra civil” e que buscavam comprometer Bonifácio, “roubando à nação um bom servidor”. E esse não perderia a oportunidade de se desembaraçar dos desafetos. No dia 29 de outubro, um folheto circulou pela cidade. Da pena de Martim Francisco, dizia que “vis carbonários que pugnavam pelo

republicanismo, abusando da boa-fé do imperador, haviam (pérfidos!) ousado derramar a discórdia e desgostar os anjos tutelares dos Andradas, para fazê-los retirar do ministério”. Acusava ainda Ledo, um “monstro, vil, pérfido”, de saudar, no “infernai rito” da maçonaria, o decreto das Cortes portuguesas que ordenava o retorno de D. Pedro a Portugal. Não contente, o texto pedia que o príncipe fechasse os clubes e que fizesse retornar “os Franklins brasileiros [os Andradas] para o seu lado”.

Em 2 de novembro, foi aberta a devassa que passou à história batizada de “Bonifácia”. Sim, pois a vingança é um prato que se come frio. O grupo de Ledo foi acusado de “inconfidência ou conjuração, ou demagogia”. Uma portaria encorajava delações e estendia a devassa às outras províncias. Todos os que tinham assinado o pedido de uma Constituinte foram considerados “conspiradores” e presos e deportados. “Terríveis monstros desorganizadores”, “Facciosos inimigos da ordem pública, traidores do Império”, de todos eles Bonifácio se vingava. José Clemente, o cônego Januário e Pereira da Nóbrega foram e Livross e partiram para a Europa. Ledo fugiu para Buenos Aires, sob a proteção do cônsul da Suécia, não sem antes enviar a D. Pedro uma representação de inegável altivez.

Em apoio aos opositores, Cipriano Barata denunciou traços do mesmo despotismo usado pelo marquês de Pombal na violenta repressão conduzida por Bonifácio: “Só maus príncipes lançam mão de meios tão abomináveis quando estão em desconfiança e temores de seu mau governo.” E recomendava que Bonifácio voltasse a ler o Testamento Político de Montesquieu, para evitar “o sistema de terror e arbitrariedade” que se via no horizonte do país. Indignava-se com os antigos revolucionários, como Antônio Carlos, seu colega nas Cortes de Lisboa, que ao chegar ao poder se tornavam ditadores. A ele endereçou violenta reprimenda por meio de seu jornal, *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*:

Mas agora quero eu envergonhar Antônio Carlos: dize homem alucinado pela soberba: não tens peio de favorecer o Governo Absoluto e de promoveres o despotismo? Tu que, em 1817, andastes puxado pelas ruas atado em cordas, cuspidor, vituperado, sujo no rosto com xichelos de monturo e gatos mortos, assoviado e apupado, tu te atreves a favorecer o despotismo?

Para Cipriano Barata, Bonifácio se tornara um ditador também.

Alheio às críticas, Bonifácio espezinhou seu antagonista direto: publicou no *O Espelho* 38 versos quebrados, contando a trajetória de Ledo, sob o título de “*O fim da impostura*”. Desde a sua caricatural descrição física a acusações de conspirar para “*exaltar aos mais lucrativos empregos do Estado*” e aspiração a títulos de nobreza, não o poupou: “*Viu que os intentos/ desse embusteiro/ eram, de todos/ ser o primeiro/ e que a nobreza aborrecia/ só porque nobre/ já não se via/ viu que da intriga/ nos labirintos/ ele envolvendo/ homens distintos/, os afastava/ com mil desgostos/ para dos mesmos/ entrar nos postos.*” Ao jornalista Luís Augusto May, português dono do célebre *Malagueta*, Bonifácio mandou recado que o esperasse em casa. May mandou preparar um chá e aguardou. Ao abrir a porta, foi moído de pancadas com paus e espadas nuas, rendendo-lhe a visita de Bonifácio e seus asseclas doze contusões e um aleijão no dedo indicador da mão direita. Em meio à escuridão, May teve que fugir para a casa do vizinho.

Em 1º de dezembro de 1822, D. Pedro foi sagrado e coroado não rei, mas imperador do Brasil, para mostrar que, apesar do direito monárquico, também fora eleito pelo “povo”. A exemplo de Napoleão, que admirava e que criou a Legião de Honra, “para perpetuar a memória deste dia ele criou a Ordem do Cruzeiro, puramente brasileira; e bem a Guarda de Honra para sua pessoa”. A guarda da Casa dos Pássaros – primeira tentativa de um museu de História

Natural – entregou todos os tucanos-de-peito-amarelo para a confecção da capa do soberano. Uma segunda cerimônia teve lugar no dia 10 de dezembro. Segundo a tradição do Antigo Regime, manteve-se a pompa dentro e a população fora do templo. “Um espetáculo estranho nos fastos lusitanos e assombroso para a América”, cravou o jornal *O Espelho*. O império nascia sob as bênçãos do Antigo Regime. Tudo certo e calmo?

O Borboleta Duriense envenenou os leitores portugueses. Segundo o jornal do Porto, no dia chuvoso da coroação, as janelas estavam desertas apesar das salvas de tiros; somente as famílias cuja ausência seria imperdoável se mostraram:

O imperador ia vestido de amarelo e verde, rodeado pela gentilha que dava vivas [...]. O silêncio com que se cortejava uma gente a outra, sem parar a conversa, mostrava bem a desconfiança em que todos estavam de expor francamente seus sentimentos. Todos confirmam que José Bonifácio é duque. Agora subirá os degraus da baixeza porque o novo imperador tem subido para a consumação do ato de hoje.

Nuvens no horizonte

Livre dos “furiosos demagogos e anarquistas”, Bonifácio teve a impressão de que poderia agir. E tinha trabalho a fazer. Na Bahia guerreava-se. No Maranhão, Piauí e Grão-Pará não faltavam “pés de chumbo” contra a emancipação. Nessa última província, conflitos armados não escondiam a preocupação principal: que modelo de Estado seria implantado? Nas províncias, portanto, era preciso expulsar tropas portuguesas e também proteger o Brasil de uma reação da metrópole. Parte das atividades consistia em admoestar o jovem imperador sobre “as manobras infernais dos inimigos”; sobre o fato de “desgraçadamente termos dormido à borda de um precipício”; de invocar soluções: “sei é que com trapos quentes e água morna não se curam doenças agudas”.

De fato, a nação composta por pequenas pátrias estava sendo gestada em meio à balbúrdia de contradições envolvendo grupos e interesses muito diversos. Desde logo, a criação de uma Marinha de Guerra pareceu fundamental a Bonifácio. Escreveu a Londres pedindo a Caldeira Brandt marinheiros, oficiais e armas. Recebeu quatrocentos homens e uma sugestão: para comandá-los, a pessoa indicada seria lorde Cochrane, décimo conde de Dundonald. Ele se encontrava no Chile, em cuja Marinha servia então.

Bonifácio lançou uma subscrição voluntária para dotar o almirante britânico, misto de flibusteiro e herói, de uma esquadra. Em suas memórias, Cochrane conta ter chegado ao Rio seis meses depois da Independência e de ter sido recebido na casa de Bonifácio “em cumprimenteira recepção”. E logo se defrontou com a personalidade do ministro:

No dia seguinte, depois de uma profusão de cumprimentos sobre minha reputação profissional, e de inteira concorrência no convite a mim dirigido pelo cônsul em Buenos Aires – convite para que disse haver ele empregado sua influência para com o imperador –, determinou-me de comunicar pessoalmente com ele todas as matérias de importância, sendo o ministro da Marinha meramente nomeado para expedir os negócios de segunda ordem.

Bonifácio também pediu a Londres trabalhadores ingleses para estabelecer no Brasil. Assim, sua preocupação em demonstrar a superioridade do trabalho livre sobre o escravo tomava forma. Era, também, uma maneira de conseguir o apoio britânico à Independência, uma vez que o tráfico era alvo de críticas não só humanitárias, mas comerciais. O açúcar produzido nas Antilhas inglesas ficou mais caro sem o trabalho escravo, enquanto o brasileiro tinha bons preços. A Inglaterra era o maior parceiro comercial do Brasil. Preservá-la era preciso. Bonifácio fez saber ao ministro George Canning, da Inglaterra, que reprovava “espontaneamente esse tráfico, como prejudicial ao governo brasileiro e desonroso ao caráter da nação...”. Só não o interrompia pois a existência do novo governo estaria ameaçada. Mas que, em dois ou três anos, o mal teria fim. Comprometia-se em conter o comércio de gente. Ele sabia que o preço a pagar pela unidade do Império era mesmo a escravidão e que a indenização aos senhores seria

caríssima. À época, qualquer coisa como 293 milhões de dólares – explicou um historiador. Um valor 63,7 vezes maior que a receita orçamentária de 1826. O fim do cativeiro não era um problema ético, mas sim econômico.

Outro foco de pressão internacional contra a escravidão era a Áustria, de onde viera a arquiduquesa Leopoldina, sua aliada. O fim do tráfico e do trabalho escravo foi tema do Congresso de Viena e o reino da esposa de D. Pedro votou, junto com a Inglaterra e a França, pelo fim de ambos. Após várias discussões, decidiu-se que o tráfico seria extinto em algumas regiões brasileiras, decisão ratificada por D. João quando Leopoldina desembarcou no Rio de Janeiro.

A posição de Bonifácio desagradou os “homens de grosso trato”, negociantes de escravos, que, ao contrário dos deputados recém-chegados, mantinham relações promíscuas com a Corte e o Paço. Os traficantes ofereciam aos nobres e cortesãos uma participação nos lucros dos seus empreendimentos. Imiscuíam-se na arrecadação de impostos. Arrematavam contratos de obras públicas e cargos no governo. Enfim, circulavam no sangue do poder. Bonifácio os iria confrontar numa batalha difícil.

Ele baixou em dezembro de 1822 um decreto que ordenava o confisco de mercadorias, embarcações e propriedades pertencentes a portugueses, enquanto Martim Francisco elevava para 24% os direitos de importação de mercadorias vindas de Portugal. Aos portugueses desembarcados no Brasil, impôs restrições. A independência era para valer. Como ministro dos Negócios Estrangeiros, empenhou-se em fazer reconhecer a emancipação. Ao representante dos Estados Unidos fez questão de dizer que o monarca perdoara criminosos norte-americanos, pois as nações estavam ligadas “por laços os mais amigáveis e que procuraria estreitar cada vez mais com vantagem recíproca das duas nações que ocupavam um tão distinto lugar no hemisfério da Liberdade”. Nomeou agentes para as principais capitais europeias – Paris, Viena e Londres – e Buenos Aires, a cujo governo propôs a criação de uma “liga

defensiva e ofensiva que opusesse justa e firme repulsão contra as dominadoras potências da Europa”.

Ao adido austríaco informou que, “a partir de informações concretas, Bolívar estava prestes a se declarar imperador e introduzir o sistema monárquico, que o Chile tinha a mesma tendência e que Buenos Aires, espremida entre esse Estado e o Brasil, se veria provavelmente obrigada a aderir”. Segundo o ministro, a América do Sul seria um espaço formado por estáveis monarquias constitucionalistas! Mareschal se apressou a informar Metternich. Enquanto isso, ufanista, Bonifácio cravava: “Devemos ser os chins do mundo, sem escravidão política e sem momos. Amemos, pois, nosso usos e costumes, ainda que a Europa se ria de nós.”

E Antônio Carlos? Este passara os meses anteriores nas Cortes portuguesas lutando contra providências repressivas vindas de lá. Insultos, apartes insolentes e vaias da gente que se apinhava nas galerias faziam parte das sessões. Era preciso barrar o envio de forças militares ao Brasil, que seriam recebidas, segundo ele, com “pau, ferro e bala”. E, sobretudo, garantir a independência. Mas garantir, também, uma base comum entre os divididos deputados brasileiros. Havia quem, como Diogo Antônio Feijó, postulasse a independência do reino europeu, mas também a independência de cada província frente ao reino americano. Deputados do Pará, tão dependente de Portugal, também se esquivavam de votar com os brasileiros. Era o risco da desagregação, temida por Bonifácio. Numa dessas trocas de farpas, Antônio Carlos teve que ouvir críticas ao irmão. Um deputado acusou Bonifácio de, quando intendente da Polícia do Porto, por ocasião da invasão francesa, ter relaxado a prisão de vários juizes que prestavam serviço aos inimigos. Quem ele tinha que prender, soltou. E quem tinha que espionar, ajudou. Nas Cortes, não se esqueciam dos malfeitos do passado. Já os dele, Antônio Carlos, eram conhecidos até por D. Pedro, que ironizava: ele “queimou os dedos em Pernambuco e viu que sua república era uma

quimera”. Nada se perdia...

Do lado de cá do Atlântico, Bonifácio se empenhava em redigir as representações que desejava apresentar na Assembleia Constituinte e dava providências para que não atrasasse sua instalação: “Sendo da mais alta importância para o bem geral do Império a reunião dos deputados das diferentes províncias.” Escrevia aos governos provinciais pedindo que eles viessem “o quanto antes”, “sem perda de tempo”. Suas funções seriam “sublimes” no exercício do mandato do povo para a feitura de uma Constituição.

Segundo especialistas, eram quatro os pontos que Bonifácio queria atingir com seu projeto: abolir a escravidão, integrar o indígena, promover a mestiçagem e civilizar povo e elite segundo padrões europeus. Era construir na América uma nação de padrão tal qual vira na Europa. Para isso, era preciso edificar um povo homogêneo, pois a mesma língua, cultura e raça garantiriam o sentimento de pertencer a uma comunidade maior. Com o jargão de mineralogista, sopesava, porém, que a “amalgamação” seria difícil, pois o metal era heterogêneo: brancos, mulatos, pretos livres e escravos, além de índios. Mas era preciso promover a mestiçagem:

É tempo também que vamos acabando gradualmente com os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar uma nação homogênea, sem o que, nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil. Cuidemos, pois, em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que não se esfarele ao toque de qualquer convulsão política.

Os mestiços eram uma geração mais ativa, e nessa opinião acompanhava o inglês Thomas Pennant, que os

analisou favoravelmente numa região da Rússia. No projeto apresentado à Assembleia Constituinte advogaria em favor de casamentos mistos – uniões que, aliás, se realizavam havia séculos. Prometia mesmo um prêmio pecuniário “a todo cidadão brasileiro, branco ou homem de cor, que se casar com uma índia gentia”. O sangue europeu integraria a mistura com o melhor: a civilização, a cultura, os hábitos e costumes. E valeria de tudo. Outros povos também poderiam participar do futuro do Brasil: “Nós não conhecemos diferenças nem distinções na família humana. Como brasileiros serão tratados por nós o chinês e o luso, o egípcio e o haitiano, o adorador do Sol e o de Mafoma [ou seja, Maomé].” Pregava a um Brasil que havia muito já era mestiço e onde mulatos como Cairu, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, Rebouças e Pedra Branca, a quem maldosamente chamava de Pedra Parda, em plena ascensão social, “embranqueciam”, sem apagar da pele os avós negros, índios e cafuzos.

A educação, melhor instrumento para a ordem interna, se faria em duas velocidades. Aos mais pobres, a técnica. Para os futuros dirigentes da nação, membros da nata, ela seria profunda, ampla e sofisticada. Os índios seriam convidados a se integrar a aldeamentos. E aí, aproveitando as ideias de Rendon, eles praticariam a agricultura e o comércio, aprendendo, aos poucos, a viver na sociedade branca. E previa: índios dariam ótimos tropeiros, pescadores, soldados, peões e vaqueiros. Acerca das boas maneiras que deveria ter um povo civilizado, Bonifácio escreveu um pequeno manual:

Regras de comportamento:

- 1. Seriedade e pausa nos saraus.*
- 2. Decência na conduta.*
- 3. Segredo nos particulares.*
- 4. Firmeza e amabilidade nas maneiras.*
- 5. Taciturnidade e falar a propósito.*
- 6. Economia no gesto e nos prazeres.*

7. Horas reguladas para estudo e escrita.

Homem impetuoso e desregrado lê todos os dias e todas as vezes que te devas apresentar ante gente estas lembranças, e acostuma-te a regular-te por elas. Cumpre ser polido, sem ser falso, obsequioso, sem baixeza. Não adotar os vícios da sociedade, mas a cortesia e as boas maneiras.

A incapacidade para a cidadania decorria da escravidão. E essa incapacidade poderia impedir a constituição do Estado civilizado:

Os brasileiros adquirem um gosto para a escravidão política e uma baixeza de sentimentos no seu viver com os escravos, cujo coração e espírito sempre cheiram à vileza de sua condição; estes entes aviltados e fracos afogam os meus patrícios, no seu berço, os sentimentos de virtude e liberdade civil que a natureza houvera inspirado.

A representação nunca foi apresentada, pois a Assembleia Constituinte seria dissolvida em novembro de 1823.

Fevereiro de 1823: uma parte da Bahia se levantou contra a Independência. Como no Rio de Janeiro, a questão da emancipação escondia outras tensões. Tensões entre grupos desejosos de poder e donos de projetos distintos. O que houve? A nova Junta eleita confirmou no posto de governador o brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, cuja governança anterior fora escorreita e que prestara fidelidade à Constituição e a Sua Alteza Real. Era o candidato dos brasileiros. Mas a comunidade portuguesa era grande e, em desacordo com a emancipação, indignou-se. O coronel Inácio Luís Madeira de Melo, comandante do Batalhão de Infantaria composto exclusivamente por portugueses, tornou-se chefe da resistência reinol. Madeira

era bravo soldado que se bateu contra os franceses entre 1808 e 1814, recebendo elogios e cargos de seus superiores. Mas, segundo um seu contemporâneo, “não tinha instrução alguma, salvo a prática de seu ofício”. O fato de não ter sido indicado para o cargo de governador incomodou a oficialidade lusa.

Mas eis que chegou de Lisboa uma ordem para que ele ocupasse o cargo de chefe das armas. Foi o que acendeu o pavio do barril de pólvora. Troca de tiros, luta generalizada, bombardeios, assassinato da abadessa do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa transpassada por baionetas. Enfim, saldo do embate inicial: cerca de quatrocentos brasileiros mortos contra cerca de trinta portugueses. Da capital, o conflito incendiou o Recôncavo: São Francisco da Barra, Cachoeira, Santo Amaro, Maragogipe, entre outras cidades. Em Lisboa, o deputado monarquista Luís Paulino d’Oliveira Pinto da Silva recebeu de seu filho uma carta descrevendo a situação crítica do Recôncavo:

Desgraçados acontecimentos que houve no Recôncavo e que, por nossa desgraça, ainda não acabaram e me parece que só com sangue se poderão desmanchar. Que fatalidade ser necessário correr sangue dos portugueses de um e outro mundo. Esta província está toda em perfeita revolução.

Vindo de Salvador, chegou ao Rio o emissário de Bonifácio e dos fluminenses junto aos pernambucanos, Luís Vasconcellos Drummond. Em dezembro, Pernambuco jurou obediência ao imperador. Recebido por oficiais lusos como “espião de D. Pedro”, e por Madeira como velho amigo, pois se conheciam de outros tempos, Drummond pôde tranquilamente atingir seu objetivo: espionar! E conheceu o efetivo completo das forças portuguesas em terra e mar; a capacidade da esquadra no porto; a quantidade de munição

de armas e bocas; enfim, tudo o que dissesse respeito à real situação na capital e no Recôncavo. Drummond apenas aguardava a oportunidade de chegar à capital para entregar a Bonifácio todas as informações que obtivera, mas, antes de partir num brigue inglês, tentou convencer Madeira a abandonar o posto e ofereceu-lhe uma propina de 100 contos de réis para retornar com a frota para Lisboa. Proposta recusada: ele não desertaria! A guerra estava declarada e se faria com muito sangue. Enquanto isso, a Junta de Cachoeira pedia socorro ao Rio. Antes mesmo de o ofício chegar a D. Pedro, Bonifácio, “incansável, tratou de ocorrer e acudir a tudo”.

Na capital, frei Francisco Sampaio, membro da maçonaria, indicou um nome para lutar contra os insurgentes, Pierre Labatut, ex-soldado de Napoleão. O francês, nascido na costa sul, em Cannes, tinha uma longa ficha de colaboração com lutas de independência: guerreara contra os ingleses nos Estados Unidos e contra os espanhóis, ao lado de Simon Bolívar, na Venezuela. D. Pedro o contratou, não sem antes vê-lo prestar juramento em sessão no Grande Oriente.

No fim de junho a esquadra brasileira zarpou do Rio. No comando da divisão, Rodrigo de Lamare. A bordo, o general Labatut, agora comandante-chefe das Forças Atacantes. Desembarcou a 21 de agosto em Maceió, pois a costa da Bahia estava sendo vigiada pela esquadra lusitana dia e noite. Em terra, lançou uma proclamação aos baianos e dali seguiu para Recife em busca de reforços. Chegou no dia 27 e esperava-o, com armas e homens, o major José de Barros Falcão de Lacerda. Labatut marchou à frente das tropas reunidas em direção à Bahia para vencer as tropas de Madeira na batalha de Pirajá, em 8 de novembro seguinte. O poeta Ladislau dos Santos Titara não economizou rimas para cantar a valentia dos baianos:

*Campos de Pirajá, campos de glória!
Onde o raio e o valor da Pátria gente,*

*em prélio o mais renhido, o mais fervente,
os lusos batalhões ganhou vitória.*

Menos sensível às batalhas e mais às perdas do açúcar, o filho de Luis Paulino escrevia ao pai, em setembro de 1823: “Esta cidade tem gozado de algum sossego e continuará a tê-lo se as autoridades se fizerem, com energia, obedecer.” A ideia de “ordem”, tão cara a Bonifácio, estava na boca dos senhores de engenho. E com razão, pois sobravam “doutrinas subversivas” e “horrores da anarquia”: “Os soldados negros e os batalhões mulatos percorrem as ruas, roubando e maltratando os portugueses e alguns estrangeiros, insultando o governo do Rio de Janeiro e gritando morte ao imperador”, queixou-se o cônsul francês. Na Bahia, tal como em Pernambuco, sobrava desconfiança para com o Rio, desde a instalação da família real no Centro-Sul.

Enquanto a Bahia se rasgava, a Assembleia Constituinte foi instalada para confeccionar a Constituição política do Império, no dia 3 de maio de 1823, na Casa da Câmara e Cadeia, ao lado do Paço Imperial. Na noite daquele dia, D. Pedro leu discurso no qual Bonifácio achou por bem inserir uma polêmica frase já pronunciada na coroação: “Aceitarei e defenderei a Constituição se for digna do Brasil e de mim.” Bonifácio, criador de tensões? O padre Andrade Lima, deputado por Pernambuco, logo reagiu. A frase era ambígua. O imperador ameaçava não cumprir a Constituição se não a considerasse boa ou não queria uma obra de sonhadores?

Lembra bem uma historiadora que, apesar da aparente solidez do Império, continuava indecisa a questão da distribuição dos poderes entre D. Pedro, no Rio, e os governos provinciais. A Assembleia seria, sim, um grande laboratório. Pois ela reunia espíritos esclarecidos das classes dominantes, sem partidos, que ainda não existiam, e eleitos por voto censitário. Representavam as diversas partes de um país até então desunido. A maioria tinha posição

conciliadora. O modelo de Legislativo, porém, não deixava dúvidas. As prerrogativas de poder e de autoridade do imperador estavam garantidas. O Executivo concentrava o poder e D. Pedro era o chefe absoluto da máquina do Estado, amparado por Bonifácio, que temia que a autonomia das províncias, proposta pelos adeptos do modelo federativo, levasse à fragmentação do país. Mas, ao abolir as antigas Juntas, o imperador desagradou profundamente os deputados do Nordeste, São Paulo e Minas Gerais, então denominados “democratas”. A lealdade de tais políticas era exclusividade dos interesses locais, da sua “pátria pequena”. Logo, insistir na centralização equivalia ao despotismo e à herança portuguesa de D. Pedro.

As tentativas da Assembleia para diminuir a autonomia do imperador foram rechaçadas. Ficou claro que ele dissolveria a Constituinte se esta faltasse com seus objetivos. Nessa mesma noite, encenou-se um espetáculo de gala intitulado *O descobrimento do Brasil*. Ao final da representação, a sala foi tomada por gritos de “Viva a Independência!”, “Viva o imperador!”, “Viva a imperatriz!”. De um dos camarotes, partiu a voz de Martim Francisco, propondo um viva ao “povo leal e fiel do Rio de Janeiro”, respondido polidamente por D. Pedro.

Foi nessa Assembleia que Bonifácio quis apresentar sua *Representação sobre a Escravatura*, junto com um novo regulamento para promover a civilização geral dos índios, “que farão com o andar do tempo, inúteis os escravos”, e “uma nova lei sobre o comércio da escravatura e tratamento dos miseráveis cativos”. Seu bordão: a necessidade de abolir o tráfico negreiro, de melhorar a sorte dos cativos e de promover sua progressiva emancipação. A razão: a escravidão era uma injustiça e a abolição, um ato de cristandade. Ouçamos o toleracionista:

Eu também sou cristão e filantropo; e Deus me anima para ousar levantar a minha fraca voz no meio desta

augusta Assembleia a favor da causa da justiça, e ainda da sã política, causa a mais nobre e santa, que pode animar corações generosos e humanos. Legisladores, não temais os urros do sórdido interesse: cumpre progredir sem pavor na carreira da justiça e da regeneração política; mas, todavia, cumpre que sejamos precavidos e prudentes. Se o antigo despotismo foi insensível a tudo, assim lhe convinha ser por utilidade própria: queria que fôssemos um povo mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade, e sem irmandade, para melhor nos escravizar. Graças aos céus, à nossa posição geográfica, já somos um povo livre e independente. Mas como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de bravos brutais e inimigos? Começemos, pois, desde já esta grande obra pela expiação de nossos crimes e pecados velhos. Sim, não se trata somente de sermos justos, devemos também ser penitentes; devemos mostrar à face de Deus e dos outros homens que nos arrependemos de tudo o que nesta parte temos obrado há séculos contra a justiça e contra a religião, que nos bradam acordes que não façamos aos outros o que queremos que não nos façam a nós. É preciso, pois, que cessem de uma vez os roubos, incêndios e guerras que fomentamos entre os selvagens da África. É preciso que não venham mais a nossos portos milhares e milhares de negros, que morriam abafados no porão dos nossos navios, mais apinhados que fardos de fazenda: é preciso que cessem de uma vez por todas essas mortes e martírios sem conta, com que flagelávamos e flagelamos ainda esses desgraçados em nosso próprio território. É tempo, pois, e mais que tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carniceiro; é tempo também que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e

felizes.

Lembrou ainda os argumentos dos eminentes antecessores para atacar a escravidão colonial:

A introdução de novos africanos no Brasil não aumenta a nossa população, e só serve de obstar a nossa indústria. Para provar a primeira tese bastará ver com atenção o censo de cinco ou seis anos passados, e ver-se-á que apesar de entrarem no Brasil, como já disse, perto de quarenta mil escravos anualmente, o aumento desta classe é ou nulo, ou de mui pouca monta: quase tudo morre ou de miséria, ou de desesperação, e, todavia, custaram imensos cabedais, que se perderam para sempre, e que nem sequer pagaram o juro do dinheiro empregado [...]. Para provar a segunda tese, que a escravatura deve obstar a nossa indústria, basta lembrar que os senhores que possuem escravos vivem, em grandíssima parte, na inércia, pois não se veem precisados pela fome ou pobreza a aperfeiçoar sua indústria ou melhorar sua lavoura. Demais, continuando a escravatura a ser empregada exclusivamente na agricultura, e nas artes, ainda quando os estrangeiros pobres venham estabelecer-se no país, em pouco tempo, como mostra a experiência, deixam de trabalhar na terra com seus próprios braços e, logo que podem ter dois ou três escravos, entregam-se à vadiação e desleixo, pelos caprichos de um falso pundonor. As artes não se melhoram; as máquinas, que poupam braços, pela abundância extrema de escravos nas povoações grandes, são desprezadas. Causa raiva, ou riso, ver vinte escravos ocupados em transportar vinte sacos de açúcar, que podiam conduzir uma ou duas carretas bem construídas com dois bois ou duas bestas muares. [...] A lavoura do Brasil, feita por escravos boçais e preguiçosos, não dá os lucros, com que homens

ignorantes e fantásticos se iludem. Se calcularmos o custo atual da aquisição do terreno, os capitais empregados nos escravos que o devem cultivar, o valor dos instrumentos rurais que deve trabalhar cada um destes escravos, sustento e vestuário, moléstias reais e afetadas, e seu curativo, as mortes numerosas, filhas do mau tratamento e da desesperação, as repetidas fugidas aos matos, quilombos, claro fica que o lucro da lavoura deve ser mui pequeno no Brasil, ainda que apesar da prodigiosa fertilidade de suas terras, como mostra a experiência.

Sem dúvida não se podia abolir a escravidão de uma hora para outra – explicava o ministro: “Para emancipar escravos sem prejuízo da sociedade, cumpre fazê-los primeiramente dignos da liberdade; cumpre que sejamos forçados pela razão e pela lei a convertê-los gradualmente de vis escravos em homens livres e ativos” e “Dentro de quatro ou cinco anos cessará inteiramente o comércio da escravatura africana”.

E, em 32 artigos que seriam transformados em nova lei, descrevia como fazer sua eliminação. Três deles:

Art. IX – Nenhum senhor poderá vender escravo casado com escrava sem vender ao mesmo tempo, e ao mesmo comprador, a mulher e os filhos menores de 12 anos. A mesma disposição tem lugar a respeito da escrava não casada e seus filhos dessa idade. Art. XIII – O senhor não poderá castigar o escravo com surras, ou castigos cruéis, senão no pelourinho público da cidade, vila ou arraial, obtida a licença do juiz policial, que determinará o castigo à vista do delito: e qualquer que for contra esta determinação será punido com pena pecuniária arbitrada a bem da Caixa de Piedade, dado, porém, recurso ao Conselho Conservador da província. Art. XXVII – Para recompensar a beneficência e sentimentos de religião e

justiça, todo senhor, que der alforria a mais de oito famílias de escravos, e lhes distribuir terras e utensílios necessários, será contemplado pelo governo como benemérito da pátria, e terá direito a requerer mercês e condecorações públicas. Diante disto, vale destacar que, apesar dos preceitos de justiça, não se trata somente de dar liberdade aos escravos, mas converter os escravos libertos em trabalhadores assalariados.

No entender de Bonifácio, essa era a condição para aumentar a produção de riquezas no Brasil:

Eis, pois, legisladores do vasto Império, basta de dormir: é tempo de acordar do sono amortecido, em que há séculos jazemos. Vós sabeis, senhores, que não pode haver indústria segura e verdadeira, nem agricultura florescente e grande com braços de escravos viciosos e boçais. Mostra a experiência e a razão que a riqueza só reina onde impera a liberdade e a justiça, e não onde mora o cativo e a corrupção.

Bonifácio acenava também com os horrores acontecidos em São Domingos. Tal como ocorrera no Haiti, a miséria do negro induzia à revolta. Tal ideia era acenada nos discursos para que as autoridades se convencessem da necessidade de reformar a escravidão, única maneira de evitar uma rebelião generalizada de cativos.

Resultado? Grande desagrado de agricultores, comerciantes, pequenos e grandes donos de escravos, inclusive ex-escravos. A ideia de usar os costumes ou a mestiçagem, que ele chamava de “amalgamamento”, para quebrar barreiras e diminuir desigualdades seria ignorada. Sua tese de que a heterogeneidade física e civil devia ser combatida “combinando elementos contrários para que saia um todo homogêneo” desagradava. Aos descontentes com os projetos de acabar com os “vestígios da escravidão” se

juntavam os que foram atingidos pelo rigor da política que descartava empréstimos internacionais. Muitos, contrariados, batiam seus tambores, e os atritos só se multiplicariam.

Em meados de junho, o deputado Muniz Tavares propôs uma lei radical: que todos os portugueses no Brasil fossem declarados brasileiros e só mantivessem suas posses se tivessem aderido à causa da Independência e ao imperador. Foi secundado por Martim Francisco, que não poupou as ambiguidades de D. Pedro: “Até no ápice e sumidade da nação um ser, sim raro, e que despira todo o lusitanismo para professar de coração o genuíno brasileiro, mas como homem não poderá sufocar de todos os gritos da sua origem.” Uma afronta a D. Pedro e aos milhares de portugueses divididos entre a independência e a origem lusitana, incluindo membros do Ministério e da Corte imperial. A lei não passou, mas o estrago ficou.

No Nordeste, era sempre a voz de Cipriano Barata a alertar as províncias contra o Rio de Janeiro e os riscos de a Constituição virar “água de bacalhau”. Seu alvo preferido: os mesmos Andradas. Segundo ele, os irmãos haviam transformado o Rio num ambiente “violento e lastimoso”, onde predominavam as perseguições aos liberais, que “não acham asilo seguro, nem em sua própria casa”. Ele entendia ser ilegal ter dois irmãos ministros como membros da Assembleia:

Os senhores Andradas, segundo todas as demonstrações, dominam o Soberano Congresso: o senhor Antônio Carlos, como mestraço, só usa frases embrulhadas e sesquipedais palavras; e todos falam a linguagem da condescendência mais nojenta [...] eles têm saber, mas não têm juízo; a sua demasiada democracia e filáucia, se não nos acudir Deus, hão de abismar a eles e ao Império todo.

E pior, os Andradas perseguiram a imprensa. O redator do *Malagueta* fora agredido “por oito celerados pagos ou soldados pelo Ministério”, acusava Barata.

Quanto ao Apostolado, sua existência foi curta. D. Pedro recebera uma carta denunciando uma conjuração contra ele, o que redundou em imediata ação comandada por ele mesmo, que, acompanhado de cinquenta soldados, no dia 15 de julho de 1823, invadiu sua sede e ordenou seu fechamento. Numa nota íntima, Bonifácio descrevia o que achava ser o motivo de sua desgraça: “Tinham lhe metido na cabeça que o tratava como pupilo e não como soberano.”

D. Pedro também se desgostara ou cansara dos Andradas. Ao final do mês, ele sofreu uma severa queda de cavalo e, durante o tempo em que esteve preso ao leito, recebeu inúmeros deputados da Assembleia Constituinte. A principal queixa? A forma arrogante com a qual os irmãos Andradas tratavam seus inimigos políticos no Rio ou em São Paulo. Até a surra dada em May escurecia sua estrela. Eram cada vez menos populares. No dia 15 à noite, Bonifácio foi ao palácio de São Cristóvão. Ao chegar, o imperador lhe mostrou as portarias expedidas pelo ministro da Justiça mandando cancelar a segunda devassa que se processava em São Paulo. O que sucedeu em maio, argumentava D. Pedro, mais resultava de “rivalidades pessoais do que por intenção declarada contra a sua imperial pessoa e interesse da nação”. Bonifácio se opôs. A discussão estalou. O imperador acusou o ministro de arbitrário, de ordenar prisões sem seu consentimento; censurou-o por causa da devassa agora suspensa e responsabilizou-o pelos maus resultados da que fora feita no Rio, cujos réus, por falta de provas, tinham sido absolvidos havia poucos dias; acusou-o por ter perdido as simpatias da Assembleia Constituinte. E pior, indicou um cunhado de Francisco Inácio para intendente geral de polícia. Agia para afrontar seu ministro. Toda a cena se deu em presença de visitantes e de pessoas do serviço do Paço. Dupla humilhação.

Inimigos de Bonifácio o intrigavam junto a D. Pedro e passaram a contar com uma aliada poderosa, a futura marquesa de Santos, com quem o príncipe iniciara uma ligação amorosa. Sobre ela, contou um memorialista, confidente dos Andradas, que Bonifácio teria dito a D. Pedro: “Ontem eu já esperei que V. M. me falasse nisso. Estou informado que é empenho da Domitila e que essa mulher recebe para isso uma soma de dinheiro.” Foi a gota d’água. Bonifácio considerou-se demitido naquela noite. E anotou: “Como sabia que eu não sabia dobrar o joelho, nem aviltar a dignidade de homem, procurou estomacar-me.” Martim Francisco caiu junto.

A escritora Maria Graham, nessa época viúva solitária, doente e sem recursos, tinha enorme simpatia por Bonifácio e era acolhida em sua casa, onde falava em inglês com sua mulher, o via brincar com as crianças e conversavam “sobre todos os assuntos e todos os países”. Ela assim descreveu o episódio, envolto em clima conspiratório:

A cidade entrou em agitação hoje por saber que o ministério dos Andradas havia caído ontem. Parece que há poucos dias, creio que a 16, um desconhecido entregou uma carta na porta do palácio e disse ao empregado que a recebeu que sua vida não estaria salva se ela não fosse entregue na própria mão do imperador. Entregue, pois, a carta e lida, o imperador mandou chamar José Bonifácio. Ficaram fechados por certo tempo e o resultado da conferência foi que José Bonifácio resignou seu cargo; o Brasil perdeu um hábil ministro e o imperador um servidor zeloso. Diz-se que a carta era escrita de São Paulo e continha pelo menos 300 assinaturas de pessoas queixosas da conduta tirânica dos Andradas naquela província, particularmente por prenderem pessoas que se haviam oposto à eleição de certos membros da assembleia e por mandarem outros para o Rio, sob vários pretextos, mantendo-os afastados das famílias. Estas coisas, porém, são passíveis de

interpretação favorável, e em tempos tão tempestuosos é difícil julgar se foi necessária alguma severidade, ou, se, de fato, o zelo do ministro foi levado longe demais.

D. Pedro demitiu o Ministério e Bonifácio passou à oposição. Saiu atirando: culpou o imperador, os “pés de chumbo”, os corruptos e os defensores do absolutismo. Ao acusá-los, colocava-se, junto com os irmãos, no patamar dos homens probos, sem mácula de roubalheira, que foi, aliás, uma característica do período. Saíam do governo “em honrosa pobreza” – deles disse John Armitage, representante de uma firma inglesa na capital. Mas, no fundo, Bonifácio sabia que estava politicamente frágil e que suas propostas reformistas e suas práticas autoritárias não desciam pela goela dos opositores.

Fundou, pois, *O Tamoio*, título proposital por ser a nação indígena que mais combateu os portugueses. Nas páginas desse jornal criticava “democratas”, “corcundas”, como eram chamados os favoráveis ao poder autoritário, e “pés de chumbo” que mais e mais cercavam o imperador. Contra ele se erguiam *O Correio do Rio de Janeiro*, *O Espelho* e o *Diário do Governo*, que, além de defender o governo, o acusavam de intrigar brasileiros e portugueses. Um mês depois de ter deixado o governo, Bonifácio escrevia a D. Pedro pelas páginas de *O Tamoio*:

V. M. bem sabe que [...] preguei a Independência e liberdade do Brasil, mas uma liberdade justa e sensata debaixo das formas tutelares da monarquia constitucional, único sistema que poderia conservar unida e sólida esta peça majestosa e inteiriça de arquitetura social desde o Prata ao Amazonas, qual a formara a mão onipotente e sábia da Divindade.

Defendia orgulhosamente a ideia que o norteou por ocasião da discussão do artigo 20 da Constituição em

elaboração pelas Cortes: unir todos os portugueses pela ação de uma autoridade única e centralizada. Todos quem?

Coube a Cipriano Barata corrigir: que se dissesse “de todos os portugueses de todas as castas de ambos os hemisférios”. Afinal, no Brasil havia portugueses brancos europeus, portugueses brasileiros, mulatos, crioulos do país, da costa da Mina, de Angola, cabras, caboclos ou índios naturais do país, mamelucos, mestiços, pretos crioulos e negros da Costa da Mina, Angola, etc., e advertiu:

A falta de cuidado nestes artigos pode fazer grande mal, porque toda a gente de cor no Brasil clamaria que lhes queriam tirar os direitos de cidadão e de voto; é por isso que eu digo que a palavra português, no Brasil, é equívoca; concluo, pois, que se deve tirar toda a dúvida nos artigos adicionais, ou mesmo aqui; porque todos aqueles habitantes do Reino do Brasil seguem a mesma religião, falam a mesma língua, obedecem ao mesmo Rei, abraçam e defendem a mesma Constituição livre.

E ainda esclarecia o novo significado de um antigo nome: “Brasileiro é para mim todo o homem que segue a nossa causa, todo o que jurou a nossa independência.” Tinha razão Auguste de Saint-Hilaire, que dizia: “Havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros.”

Seis meses depois, o *Correio do Rio de Janeiro*, do inimigo João Soares Lisboa, que escapou da *Bonifácia*, celebrava:

Assim íamos, quando se nos apresentou um homem desconhecido, com ar grave e alegre perguntando-nos se éramos o redator deste periódico: satisfizemos a pergunta [...]. Pois não sabe, tornou o bom homem, qual o portentoso milagre de que falo? Não sabe da demissão que S.M.I. deu aos ex-ministros Andradas? [...] o insolente orgulhoso, as baixas vinganças, as sórdidas

intrigas e os grosseiros erros políticos com que os tais Andradas levaram o Império às bordas do sepulcro. O terrorismo com que eles puseram em desesperação todo o Império, em comoção as províncias que estão prestes a sofrer o mais terrível dos flagelos: a anarquia, da qual resultará a extinção do nome, Império!

Bonifácio era acusado daquilo que mais temia: anarquia. E explicava que sua queda se deveu à união dos democratas com os absolutistas e os oportunistas em geral, juntos contra o grupo de constitucionalistas:

Enquanto o partido Constitucional dominou no Ministério, e este, fortificado pela maioria da vontade nacional teve de lutar com os outros partidos desunidos; lutou com vantagem, forçando-os ao silêncio; prosperaram os negócios do Império, e o Império mereceu o respeito e consideração da Europa admirada [...] Que podem fazer os poucos constitucionais [...] que ficaram ou novamente entraram? Que se pode esperar de dois ou mais pontos, na imensidão do caos? Que sejam submergidos na desordem universal!

De fato, “forçados ao silêncio”, os democratas só esperavam uma chance para reagir. Também surgiram divisões entre os portugueses e os brasileiros que inicialmente o apoiaram, agora mais preocupados em defender seus privilégios, sobretudo o de ter escravos.

Na mesma época, depois de vitórias na Bahia e no Maranhão, onde bombardeou Belém e saqueou o Tesouro para pagar seus marujos, fez vela para o Rio o almirante Cochrane. Recebido pelo imperador, que o elevou ao grau de marquês do Maranhão, registrou, ele também, a queda dos Andradas:

Pouco antes da minha volta ao Rio de Janeiro, havia tido

lugar mudança total na administração de que José Bonifácio de Andrada era cabeça. Sendo as vistas daquele ministro patrióticas, era ele, por consequência, odioso à facção portuguesa, que tinha feito um ou dois esforços baldados para o suplantar, servido estes somente para confirmar seu poder entre o povo que apreciava justamente o fato de ele ter se posto à testa do movimento da Independência. Tornando-se com isto mais confiado na sua posição, acusaram-no, com razão ou sem ela, de intolerância para com pessoas que estavam maquinando contra ele.

O autoritarismo e a intolerância com que julgava inimigos eram características sempre associadas a Bonifácio.

Explica uma historiadora e especialista na imprensa da época que *O Tamoio* se tornou porta-voz de um partido que passou da situação à oposição. A crueza dos debates impressionava os leitores:

Uma corja de sevandijas infames, açulada pelos monstros, ladra contra honrados cidadãos e, com a suja poeira que levanta, pretende, mas em vão, escurecer a brilhante luz do sol; o ignóbil Correio, veículo outrora de rasteiros demagogos, passa a sê-lo instantaneamente dos latidos destes Cérberos e engastando diamantes preciosos em peça de chumbo, não cessa de profanar na sua folha o nome dos Andradas.

Os irmãos também eram fustigados pelo *Sylpho*, de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Na guerra de papel, ficavam claros os projetos de Bonifácio para o Brasil: por um lado, a abolição e a emancipação dos índios, que seriam incluídos na sociedade graças à educação pública e à destruição de preconceitos e abusos “tão antigos como as nossas cidades e vilas”; por outro,

uma soberania política determinada pela nação. E o que seria a nação? A parcela “esclarecida” limitada a um circuito restrito de proprietários. Ao contrário dos democratas como Soares Lisboa que afirmavam que o princípio da nação era determinado pelo “povo”, Bonifácio insistia em que nenhum Estado representativo dava participação de sua soberania às mulheres, aos meninos, aos imbecis. E quanto à igualdade natural dos homens, afirmada pelo *Correio*, replicava:

Quanto às leis da Natureza, se elas são iguais para todos, por que motivo não nascemos todos igualmente aptos, ou igualmente inábeis para todas as artes e ciências: Donde vem o infinito número de patetas, raça bastarda da espécie humana, que hoje inundam nosso planeta?

Mas, com tantas acusações, de onde veio a imagem de Patrono da Independência associada a Bonifácio? A mesma historiadora explica que, até pouco antes do 7 de setembro, os elogios que lhe eram dirigidos como varão sábio e judicioso eram insignificantes. Os holofotes estavam sobre D. Pedro, e o sábio da Corte era José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, economista leitor de Adam Smith, jurista e político amicíssimo de D. João VI, de quem foi assessor para assuntos econômicos, e de D. Pedro. Aliás, Bonifácio malevolamente o chamava “Sílvio, o corcunda, fração de gente, charlatão idoso”. Raramente qualquer dos Andradas recebia elogios. Porém frei Francisco Sampaio, importante figura da maçonaria, fundou *O Regulador Brasileiro*, no qual brotariam – *et pour cause* – os maiores elogios a Bonifácio. Foi, portanto, no *Regulador* que teve início o engenhoso trabalho de criação da imagem que o fixaria na História. Trabalho intensificado quando os irmãos passaram a editar *O Tamoio*. *O Regulador* acusava “os que queriam morder com sanha canina um ministro que nos reinos estrangeiros deu tanta glória ao nome português, como os heróis da

nossa Idade de Ouro”. Ou elevava o ministro sábio e prudente que apareceu na Europa honrando o nome do Brasil e que, “apesar de encanecido, conservava, na pureza de seus olhos, todo o fogo expressivo dos grandes gênios e na modéstia da sua pessoa divisados seus talentos extraordinários”. Já Martim Francisco seria o médico que curou a tísica do Tesouro nacional e o redator queixava-se por não ter o povo reclamado dos ataques sofridos pelos Andradas. *O Tamoio* estava repleto de textos em que os irmãos apareciam como cidadãos especiais, donos de inteligência privilegiada, de coragem denodada. Ficava evidente o alto conceito que os Andradas tinham deles mesmos e a distância que estabeleciam entre eles e os seus concidadãos.

Numa entrevista ao jornal *O Tamoio*, Bonifácio foi chamado de “o Velho do Rocio”, por sua residência no largo de mesmo nome, e pintado com as mais belas cores. Com senso de humor ressaltado – “Ele deu uma risada e começou a sossegar-me com sua costumada ironia socrática...” –, explicou por que não reagia aos ataques que lhe eram dirigidos:

Meu bom amigo, sou já velho, tenho visto mundo dentro e fora da pátria e conheço os homens [...]. Ajunte a isso que fui também o que primeiro trovejei das alturas da Pauliceia contra a perfídia das Cortes portuguesas; o primeiro que preguei a Independência e liberdade do Brasil, [...] o sábio despreza as sátiras e ingratidões dos amigos vis, que não podem deixar de reputar-se, queiram ou não queiram, muito inferiores aos homens de virtude e saber.

Módico, não? Sobre o poder, “não levava saudades dele, porque nunca dera peso aos fumos das grandezas humanas”.

Seus planos? “Acolher-se ao retiro dos campos e serras

que o tinham visto nascer, e folhear ali algumas páginas do grande livro da natureza, que aprendera a decifrar com aturado e longo esforço.” E, modesto, acrescentava:

Cada vez mais me persuado que não nasci senão para homem de letras e roceiro [...] no retiro do campo terei tempo de dar a última mão à redação de minhas longas viagens pela Europa, aos meus compêndios de metalurgia e de mineralogia, e a vários opúsculos de filosofia e literatura [...]. Se não servirem para o Brasil, servirão para os doutos da Europa que conheço e me conhecem [...]. É um prazer puro da alma espalhar pelo mundo o fruto dos seus estudos e meditações, sem outra remuneração que a consciência de fazer o bem.

Dizendo-se cansado, atacado de erisipela, resolvido a se afastar da política, enfatizava ele que, quando em casa, entre livros, pedras e reagentes químicos, se lembraria disto:

Honrados amigos que aqui deixo, Corcundas, Pés de Chumbo e Anarquistas, Ladrões, Alcoviteiros e outras lesmas utiusque sexus¹³ que se creem ser gente de polpa e muitos deles, luzes do mundo, quando na realidade são a escuridão visível dele [...] então me consolarei ao menos com a vingativa esperança de que, metamorfoseados nos túmulos, seus poucos miolos em matéria sebácea, segundo as observações do meu defunto Mestre Fourcroix, poderão tais figurões ser ao menos, depois de mortos, úteis para alguma coisa neste mundo, sequer para darem luz afogueada em alguma estrebaria de bestas de alquiler.

¹³ De ambos os sexos.

Queria, afinal, afastar-se da “malfadada Corte”.

Segundo *O Tamoio*, os Andradas eram os responsáveis pela Independência. Muitos discordavam. E os demais jornais, *Sylpho*, *Malagueta*, *Correio* e outros, tinham seus candidatos. Até desmascaravam a supervalorização promovida pelo *Tamoio*. Veja-se o *Sylpho*:

Não compreendo como sábios erigem a si mesmos altares de adoração [...]. Pois sábios não se pejam de tão estirados louvores! Que uma, duas ou mais algumas vezes, com a precisa economia que a modéstia e a decência recomendam fossem de quando em quando elogiados, isso tinha bom lugar e é devido, mas que nenhuma folha, ou por grande milagre alguma, lhes não sobre ou inche das odiosas vesículas de fatuidade, é muito! [...]. Uma coisa é ser sábio, outra é saber alguma coisa...

O Império do Brasil era cortante:

Não se nega à confraria dos Andradas o ter contribuído com energia ao voto comum; porém o Brasil indignado lhe negará sempre o arrogante monopólio, que o seu orgulho espoliativo da honra de seus concidadãos, pretendia usurpar.

Ou a reação do *Correio do Rio de Janeiro*, assinada por um “honrado brasileiro”:

Os três principais autores do infame Tamoio são aqui conhecidos com os nomes de Tamoio Palhaço, Tamoio Robespierre e Tamoio Marat [...]. Os caracteres gerais dos três tamoios são soberba exaltada, inveja de todas as comodidades alheias; presunção de onisciência, ingratidão suma. Os caracteres particulares são:

Do Tamoio Palhaço: mobilidade contínua e gestos de

macaco; voz gutural; distração habitual; charlatania desmedida; insaciável desejo de primar; desconfiança dos homens probos; propensão para a canalha.

Do Tamoio Robespierre: voz intercadente, estrepitosa; perfídia dos lobos, entranhas de tigre; desenvoltura de gestos e de palavras; variedade contínua de opiniões.

Do Tamoio Marat: aspecto de fúria; cor verdoenga; olhos de víbora; política maquiavélica; espírito minucioso e mesquinho; ostentação dialética.

Em ordem, tratava-se de Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco, soberbos, invejosos e ingratos. Resposta de *O Tamoio*: Nada disso. Bonifácio era correto, nunca teria corrido atrás de títulos ou comendas. Quando D. Pedro quis lhe dar a Ordem do Cruzeiro, ele lhe teria dito: “Nada mais ambicionava do que ver o Brasil feliz, como Império Constitucional e puro, e não demagógico e que, depois, quando morresse, se pusesse sobre a campa sepulcral este epitáfio: Eu desta glória só fico contente. Que ao meu Príncipe amei e à minha gente.” E balas cruzavam a leitura dos jornais. Bonifácio não era sábio, mas sabichão. Sua erudição expressa em citações, uma piada: “Ora um pedaço de inglês; ora um texto latino; ora um verso francês; ora uma alusão de autor grego e mesmo um termo grego; e não sei se já tem vindo pedaços de alemão, russo, turco, árabe, china, etc., etc.” O problema era sua soberba: “mandão”. Na sua posse, D. Pedro se vira obrigado a lhes dar carta branca:

Em janeiro do ano passado, S.M.I. foi servido nomear seu ministro o Exmo Sr. José Bonifácio e este propôs a S.M.I. que só aceitaria o emprego obrigando-se S.M.I., por assinado, a comunicar-lhe todos os seus segredos, e não dar um só passo sem consentimento e aprovação do Ministro!!! Assim se fez e assim nos foi participado pelo mesmo Exmo. Sr. José Bonifácio, na presença de S.M.I., que com a candura da pomba o confirmou, declarando o

modo como tinha feito!!! [...] S.M.I., talvez ressentido de se achar feito pupilo de um homem presumido e ambicioso de governar segundo seus caprichos, demitiu o ministério, mas qual foi o resultado? O desaire de ter desobedecido tumultuosamente; ficaram mais soberbos os mandões seus satélites, que gritavam naquele melancólico dia: morra tudo quanto não for Andrada e pelos Andradas!!!

Soares Lisboa, velho inimigo, pilotando o *Correio*, sublinhava que não bastava querer bem ao Brasil. Para governá-lo seria preciso adotar meios. Mas não os adotados por aqueles senhores “fascinados com seu exaltado orgulho”. E até matizava:

Ninguém duvida da incorruptibilidade dos Andradas; mas são eles capazes de fazer a felicidade da sua pátria, mediante o sistema liberal que abraçamos? [...] mas desgraçadamente, para nós, o seu desmedido orgulho e egoísmo [...] fez que nós sacássemos somente de sua administração lágrimas, sustos, prisões, terrores, extermínios... e o que todo mundo sabe... [...]. Contudo, seria, na verdade, uma fortuna para o Brasil que os Andradas [...] mudassem de procedimento em política, pois estou persuadido que se eles quisessem fazer alguma coisa boa, sabem as veredas por onde devem se dirigir; mas este milagre certamente não sucederá, atendendo ao adágio “o que o berço dá, só a cova tira”.

E sobravam farpas vindas de longe. Cipriano Barata, por exemplo, acusava Martim Francisco de desviar para o Rio a arrecadação de Pernambuco.

De toda forma se tentava esvaziar a tese autoformulada dos Andradas como salvadores da pátria. O mesmo *Correio*, no número de 24 de novembro, alertava que “pareciam anjos, mas eram demônios. Mereciam castigo severo, mas

queriam a palma do martírio para se sobressair”. E acrescentava: “Os Andradas acharam modo de parecerem heróis! É o osso mais duro de roer que temos encontrado.”

Sempre alerta, *O Tamoio* respondia pelo trio: aos irmãos coube resistir às maléficas intenções das Cortes, Bonifácio uniu o Brasil, livrando-o da anarquia: “Quem levantou contra elas o brado da indignação? Quem se lembrou de ser enfim aquele o momento favorável para sacudir o Brasil de seus pesados ferros? Esta glória estava reservada aos imortais Andradas.” Foi graças às páginas do jornal que eles entrariam para o panteão dos heróis nacionais. Mas, em 1823, Bonifácio era apenas mais um político, apoiado por alguns, criticado por muitos, agora afastado do governo. Um entre muitos deputados na Constituinte – bem resumiu uma biógrafa.

O Tamoio durou três meses. E essa guerra de papel revelou que a imprensa fixava imagem e nomes de políticos junto ao público. Na diversidade de opiniões, na variedade de publicações nascia a propaganda política, sem ligação exclusiva com a Coroa. A retórica argumentativa em favor de um ou outro lado tomava o lugar da racionalidade que se esperava de uma imprensa propagadora das Luzes – sublinhou uma historiadora. Mas não detinha a força das palavras, as leituras coletivas e a circulação do debate que envolvia não só a elite letrada, mas os diferentes grupos da sociedade.

Para substituir Bonifácio, D. Pedro teve a habilidade de convidar alguém que não lhe fazia sombra e que era bom diplomata: Luiz Moutinho Lima Álvarez e Silva. O decreto de demissão foi escrito em termos honrosos e aplaudia seu “zelo pelo Brasil”. Bonifácio agradeceu e pediu também demissão do cargo de mordomo-mor que aceitara, como dizia, “não sem grande repugnância”. Sua irmã Maria Flora Ribeiro de Andrada acompanhou sua saída, demitindo-se das funções de camareira-mor da imperatriz. Em notas, Bonifácio grafou as palavras de um poeta persa do século II, Saadi: “Ninguém deve contar nem com a amizade de um

rei, nem com a de uma criança, porque aquele muda com a mais leve suspeita, e esta, de um momento para outro.”

Na saída do Ministério, os irmãos cometeram um erro. Lançaram mão de um expediente que conheciam bem e pelo qual eram bem conhecidos. Normalmente se serviam de capangas de baixo nível e desordeiros que não só ajudavam em manifestações políticas de seu interesse como em agressões físicas contra adversários, como houve com Augusto May. Um deles, José de Oliveira Porto Seguro, tentou aliciar militares e civis para pressionar por sua volta. Os Andradas pensavam repetir as manifestações do ano anterior. Descoberto o golpe, o assecla, porém, foi preso e condenado por alta traição a dez anos de galés em obras públicas. O fato veio a público.

À época os trabalhos da Assembleia, que era constituinte e legislativa, seguiam em marcha lenta e em ambiente altamente inflamável. Deputados discutiam e tomavam iniciativas, enquanto a comissão encarregada de organizar a Constituição não concluía os trabalhos. A lerdeza era compreensível, pois era alimentada pela divergência que o projeto reformista de Bonifácio causava na elite. Ele preferia ficar em casa, tratando de sua erisipela, enquanto Martim Francisco e Antônio Carlos opinavam em todos os assuntos. Depois de quatro meses, a 1ª de setembro, foi lida a Constituição, aliás assinada por seu relator, Antônio Carlos, fortemente influenciado pelas Cartas francesa e norueguesa. O projeto, em 272 artigos, consagrava os direitos do homem e os princípios liberais: liberdade pessoal, liberdade de imprensa, liberdade religiosa, igualdade de cidadãos perante a lei, igualdade nos impostos e na admissão aos cargos públicos, dever de resistência à opressão e às leis injustas.

O texto refletia disposições que se viam em outras constituições. Os poderes do Estado eram delegados pela nação e qualquer exercício contra esse princípio seria considerado usurpação. Três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, teriam suas atribuições delimitadas. A novidade

era o imperador, e não um presidente, no Poder Executivo. Ele nomearia livremente seus ministros e deles dependeria para que se tornassem obrigatórios os seus atos. O Poder Legislativo não podia ser dissolvido, só adiado pelo imperador, que também teria o direito de vetar leis. Centralizadora, a Carta dividia o país em comarcas, divisões judiciais, e não administrativas. Para cada comarca, um presidente nomeado pelo imperador, outra característica centralizadora que causou polêmica. Somente eram considerados cidadãos brasileiros os homens livres com renda líquida anual mínima equivalente ao valor de 150 alqueires de farinha de mandioca, proveniente de bens rurais e urbanos próprios. Para ser eleitor, o valor subia para 250 alqueires. Escravos e libertos ficavam excluídos. Deputados tinham que ter renda de 500 alqueires. Senadores eram nomeados pelo imperador a partir de uma lista tríplice encaminhada pelos deputados. Nesse caso, renda mínima de mil alqueires e idade mínima de 40 anos. Não à toa, essa foi apelidada de Constituição da Mandioca! Com ou sem tubérculo, tal representação política, assim definida, era considerada normal num governo da época. Ninguém questionou o modelo, mas, como mostram historiadores, vários representantes tinham em mente uma organização estatal distinta, defendiam um Parlamento mais forte, com alto grau de autonomia das províncias e de suas elites locais, em oposição à centralização desejada pelos Andradas.

Havia calor dentro e fora da Assembleia. Os Andradas se irritavam com D. Pedro, que mais e mais se cercava de seus inimigos e cortesãos portugueses. E os irmãos jogavam lenha na fogueira das críticas. Segundo eles, o governo caminhava para o despotismo, enquanto o imperador se cercava de áulicos e incompetentes: “O pior é que o contágio tem se estendido até o chefe do poder supremo [...] e tendo passado do descontentamento à hostilidade, não admirará que cedo ou tarde se desenvolva em conspiração.” Na guerra de papel, portugueses eram alvo

fácil: acusados de todos os males dos tempos coloniais, usurpadores das riquezas americanas, ambiciosos que pisavam nos brasileiros para obter o que queriam. Pintá-los com as cores de vilões ajudava a consolidar a Independência. Criava-se, com tais ataques, a percepção de uma identidade nacional. Ser brasileiro era ser contra o português. E, na época, tal desculpa servia aos Andradas para atacar os ministérios: o comando, diziam eles, estava sempre nas mãos dos lusitanos, enquanto os brasileiros apenas lhes serviam...

Outro dado incendiário era o não reconhecimento do Brasil pela antiga metrópole. A tensão aumentava, pois se temia uma ofensiva militar contra o Brasil. A oposição que se articulava usava o medo da reunificação como pretexto para bater no governo. Os perigos eram visíveis: D. Pedro era português, continuava a incorporar soldados portugueses ao Exército e cortesãos aos cargos de confiança. *O Tamoio* fustigava: acusava os ministros de não protegerem o Brasil. Antônio Carlos fez publicar uma troca de correspondência sua com um ministro, o conde de Suberra, em que este pedia ajuda ao Andrada para a reunificação com Portugal. Comprovava, assim, que se corria séria ameaça de um retorno à Antiga Ordem.

O que faltava para entornar o caldo fervente aconteceu. O jornalista Davi Pamplona, ilhéu português de nascimento, acusado de atacar os portugueses, foi surrado por dois militares lusitanos. Tal ofensa era também uma ofensa à nação, insistiam os Andradas. Punição já, clamavam os jornais. *O Tamoio* exigia penalidade e conclamava à luta. Na Constituinte, a comissão encarregada de examinar o caso considerou que a resolução do problema era de competência do Judiciário, e não do Legislativo. Em reação, Antônio Carlos e Bonifácio bombardearam a Casa com discursos inflamados, acusando os deputados de omissão frente a um atentado à nação. O povo invadia o recinto para ouvi-los. Antonio Carlos vituperava:

E somos nós representantes? De quem? Da nação brasileira, não pode ser. Quando se perde a dignidade, desaparece também a nacionalidade. Não, não somos nada, se estúpidos vemos, sem o remediar, os ultrajes que fazem ao nobre povo do Brasil estrangeiros que adotamos nacionais e que assalariamos para nos cobrirem de baldões [...]. Foi o cidadão ultrajado e espancado por ter ofendido os indivíduos agressores, ou foi por ser brasileiro e ater aferro e afinco à independência de seu país, e não amar o bando de inimigos que por descuido nosso se tem apoderado de nossas forças?

Delírio da gente e dos deputados. Antônio Carlos e Martim Francisco saíram da Assembleia carregados nos ombros da multidão. Seguiu-se uma onda de xenofobia antilusitana, com quebra-quebra e gritaria. Os ânimos se acirravam e D. Pedro, que assistiu às cenas da janela do Paço Imperial, mandou que o Exército se preparasse para um conflito e ordenou que fossem distribuídos cartuchos de munição. No dia 11 de novembro, Antônio Carlos propôs uma vigília na Assembleia em defesa dos mandatos e contra a interferência do imperador. Diante das acusações de que *O Tamoio* e o *Sentinela* insuflavam o povo contra os oficiais das guarnições, Bonifácio tentou contemporalizar: “Devemos estar aqui até que esse negócio termine, e acabem as desconfianças, recuperando a capital e sua antiga segurança; se não obrarmos assim, seremos fracos, incapazes de ser deputados da generosa nação brasileira.” Mais ferino, Antônio Carlos não só negou a participação nos referidos jornais como lançou: “Como deputado da Assembleia, digo francamente que não temos segurança, que a Assembleia está coacta e que não podemos deliberar assim, porque nunca se delibera sob punhais assassinos!” Palavras pesadas como pedras.

Os deputados permaneceram juntos por 27 horas. Um alemão, oficial do Exército Imperial, Carl Schlichthorst,

deixou suas impressões:

A Constituinte [...] conservou, até o momento de ser dissolvida pela força, o perigoso direito de livre debate para a discussão dos mais importantes assuntos. Os deputados falavam da mesma maneira irreverente usada antes, embora não desconhecêssem a iminência do perigo e que tudo havia a temer da violência do imperador.

Dizem que Bonifácio teria soprado ao advogado baiano Francisco Gê Acaiaba de Montezuma: “Estou agora arrependido como Judas: eu mesmo fui que lhe disse que a podia dissolver por um decreto quando quisesse.” Tarde demais.

Cansado, Bonifácio deitou-se por duas horas num banco da secretaria, saindo no dia 12, pela manhã, para mudar de roupa. Ele não tinha dúvidas sobre o que viria: “Os fatos estão claros por sua natureza.” Na mesma manhã, o ministro Francisco Vilela Barbosa, fardado e de espada à cinta, compareceu à Assembleia com uma ameaça: ou os deputados aprovavam medidas para censurar a imprensa e caçavam o mandato dos Andradas, ou as tropas entrariam em ação. Pois elas é que queriam a censura da imprensa e a expulsão dos “incendiários”. Para sensibilizar os deputados, lembrou-lhes que em Portugal um golpe absolutista fora desfechado e tais acontecimentos estavam influenciando no ânimo do imperador. De fato, sua mãe, a rainha Carlota Joaquina, e seu irmão, D. Miguel, junto com a nobreza e o clero, negavam-se a obedecer ao Congresso, preferindo o despotismo antigo. Conta-se que, durante suas explicações, o ministro ouviu deputados gritando que D. Pedro fosse declarado “fora da lei”. Ao saber disso, D. Pedro imediatamente enviou um oficial com um decreto. Estava dissolvida a Constituinte. No mesmo ato, D. Pedro convocava nova Constituinte, a qual deveria trabalhar sobre

o projeto que ele mesmo apresentaria, “duplicadamente mais liberal” do que o da Assembleia dissolvida. Reações? Depois da “noite de agonia”, como ficou chamada, os deputados que tinham se declarado prontos a enfrentar as baionetas imperiais voltaram para casa, com o rabo entre as pernas.

Enquanto isso, Bonifácio teve a casa cercada por tropas da Guarda de Honra do imperador. Um oficial comunicou-lhe a dissolução da Constituinte e um convite do imperador para ir até o palácio. Bonifácio, que nesse momento jantava, sabendo que ainda não estava preso, terminou a refeição. Mas o imperador mudou de opinião. Bonifácio estava num coche, a caminho de São Cristovão, quando encontrou um oficial que vinha em disparada. A ordem era levá-lo diretamente para o Arsenal da Marinha.

Conta seu amigo Vasconcellos Drummond que, ao ser apresentado ao seu carcereiro, o general Moraes, Bonifácio teria enviado um recado:

Diga ao imperador que estou com o coração magoado de dor, não por mim, que estou velho e morrer hoje fuzilado, ou amanhã, de qualquer moléstia é coisa para mim bem indiferente. Que é por seus filhos inocentes que eu choro hoje; que trate de salvar a coroa para eles, porque para si está perdida desde hoje; a sentença, ele mesmo lavrou e já não pode subtrair-se aos seus efeitos; porque se o castigo da Divindade é tardio, esse castigo nunca falha.

Se houve de fato tal mensagem, foi aviso premonitório...

Martim Francisco, Antônio Carlos e mais três deputados também tinham sido presos. Um último diálogo entre Antônio Carlos e Montezuma ao avistar as tropas que se aproximavam:

- *Daqui sairemos para onde a força armada nos mandar.*
- *Se isto é certo, requeiro que se mande uma deputação*

a saber o que pretende de nós a força armada.

Foi o último e inútil requerimento da Assembleia.

Juntos se foram, escoltados. Montezuma, um dos “incendiários” preso com eles, contou:

Saíram da Assembleia pela única porta que as tropas deixaram aberta. No meio de uma escolta, iam com seus companheiros de exílio a pé, tomando o lado do Paço e Rua Direita, para o Arsenal da Marinha, quando uma ordem expedida do Paço, onde se achava Sua Majestade Imperial, os fez retrogradar. Embarcaram em um escaler, que os dirigiu ao dito Arsenal da Marinha, de onde foram levados à fortaleza da Lage e chegaram às onze horas da noite. Encarcerado e incomunicável em uma das abóbodas subterrâneas da fortaleza, cuja imundícia de todas as espécies seria impossível descrever, ali começou o martírio particular a que o condenara uma política meticulosa, se não retrógrada ou ambas as coisas.

Até o confinamento, seguiram sob as vaias de moleques e os gritos de “Viva o imperador!” e “Morram os anarquistas!”.

Enquanto a tipografia de *O Tamoio* era ocupada por militares, D. Pedro percorreu as ruas a cavalo, levando no chapéu folhas de café. As tropas, os ministros, os criados do Paço e mesmo a favorita D. Domitila se enfeitaram com ramos da rubiácea, que simbolizava a vitória da Constituição contra os deputados facciosos. Nas ruas iluminadas, ouviam-se os gritos de “Morram os Andradas!”. Mais tarde, Bonifácio contou que o Conselho de Estado, em reunião extraordinária, discutiu a pena que teriam: alguns votaram pela prisão perpétua, outros pela pena de morte e outros ainda pela deportação. Os últimos foram maioria. O comandante do forte escreveu ao imperador perguntando

se os presos poderiam “sair dos quartos em que se acham presos acompanhados por um Oficial, e dar algum passeio dentro da fortaleza”. E o próprio Bonifácio, numa última comunicação, encaminhou-lhe documentos que, por engano, lhe foram entregues junto com a correspondência: “Senhor, tendo recebido ontem um maço de gazetas, os ofícios inclusos de Paris e Veneza, é do meu dever encaminhá-los a Augusta Presença de V.M.I. Deus guarde a preciosa vida de Vossa Majestade.”

Luconia era o nome do barco e Le Havre, no norte da França, o destino. Bonifácio embarcou com a mulher, D. Narcisa, e a filha Narcisa Cândida, a irmã, D. Flora, e uma afilhada, Carlota Emília Machado. Martim Francisco, com sua recém-esposa D. Gabriela, filha de Bonifácio, e dois criados. E Antônio Carlos, com sua mulher, D. Ana Josefina, filha de sua irmã Ana Marcelina Ribeiro de Andrada, um sobrinho e um criado.

Segundo Montezuma, foram “generosa e humanamente tratados pelo comandante da fortaleza da Lage”, que se limitou a cumprir ordens, sem ferir direitos dos prisioneiros. Deixou até que matassem um galo, que foi cozido numa marmita e comido com farinha, tarde da noite. Mas o bom tratamento não durou.

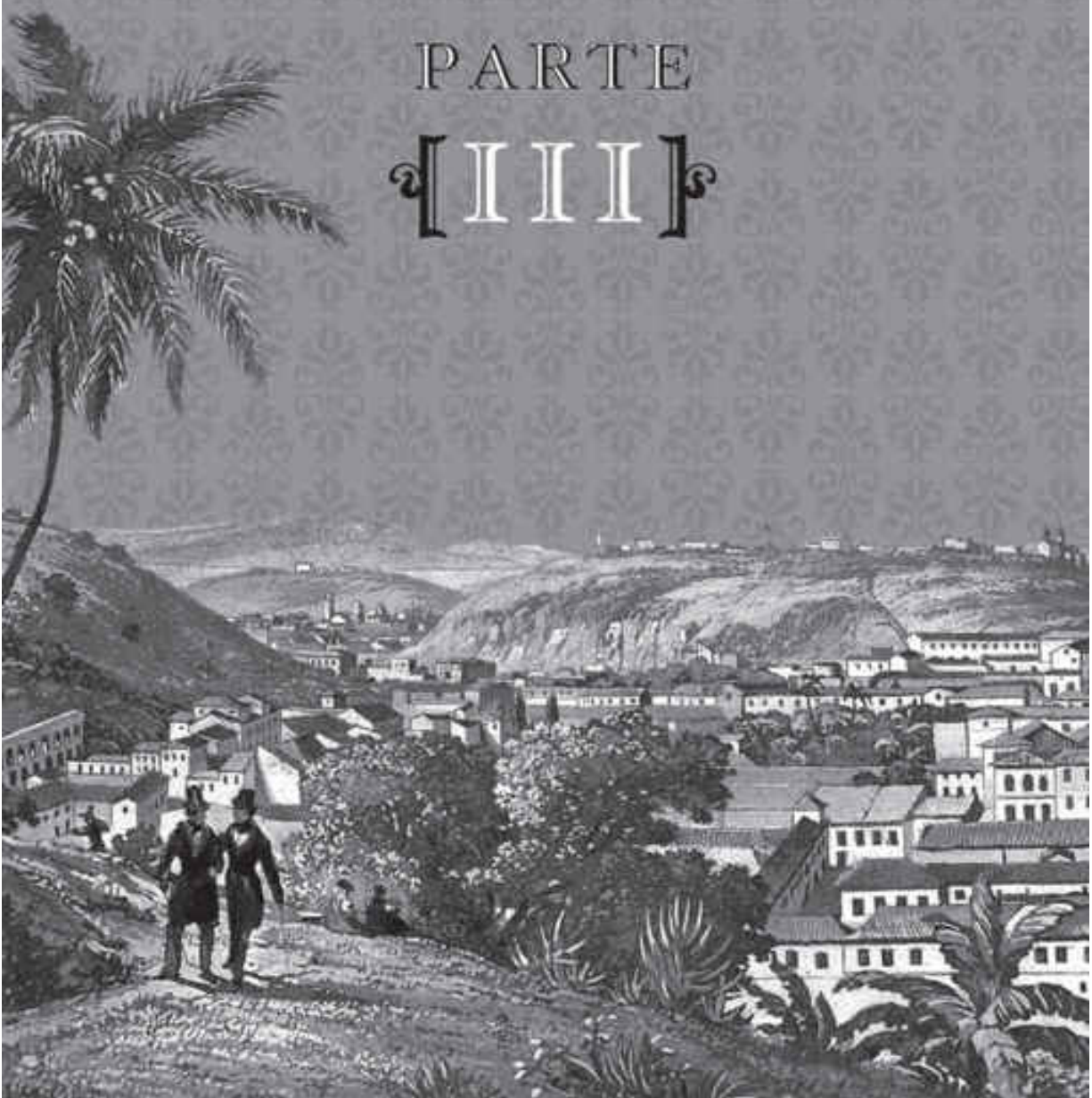
Logo depois da saída em mar grosso, disse o comandante do Luconia ao imediato [...] que a viagem para o Havre era muito perigosa, pois que iam chegar ao canal [da Mancha] na força do inverno. Que seria melhor arribar a Lisboa ou alguma das ilhas dos Açores. Ao que respondera o imediato que, proibindo as instruções de arribar em portos de terras do Brasil ou de Portugal, não poderia jamais anuir à arribada proposta. Quando o comandante se julgou à altura dos Açores, ordenou ao seu imediato que, à noite, se pusesse a capa, porque temia um baixo naquelas alturas. Sabendo, porém, o imediato que tal baixo não existia e que o fim daquela ordem era ver se por ali aparecia algum vaso português,

dos quais costumavam cruzar naquelas paragens, que os aprezasse. Quando entrava no quarto, fazia navegar o navio com pouco pano, mas, em rumo oposto, pondo inteiramente a capa quando tinha de entregar o quarto. Na altura do golfo de Biscaia, próximo a Bordéus, caiu um temporal no dia 30 de janeiro que causou sérias avarias. O comandante arribou a Vigo, em vez de fazer para os portos da França, gastando para chegar a Vigo 13 dias. Logo que deram ao fundo da baía de Vigo, vieram a bordo o capitão do porto e outro sujeito; e este, logo que se aproximou do navio perguntou se não era a charrua Luconia, como se a esperasse. Depois soubemos que aquele era o cônsul português Mendes. Falecendo no dia em que fundearam o cirurgião do navio, prevaleceu-se desta circunstância o governo de Vigo, para os pôr em quarentena rigorosa de quarenta dias, a despeito de saber que o cirurgião morrera de excesso de bebidas alcoólicas. Na tarde do dia 28 de fevereiro, entraram pela barra a corveta Lealdade e um brigue português e fundearam detrás das ilhas que ficam à entrada. O comandante foi a terra e solicitou a entrega dos proscritos, ao que, não anuindo o governador Eguia, saíram e cruzaram fora mandando oficiais pela baía de Marihu por terra a Vigo para indagar o que se dizia ou se pretendia fazer a respeito dos patriotas e Livross. Findos os quarenta dias de quarentena e não desimpedido o navio, os deportados Martim Francisco e o Padre Belchior desembarcaram e, apresentando-se ao governador Eguia instaram para que o navio fosse posto a livre prática. Respondeu o governador que, havendo reclamações do governo português, pendia sua decisão do governo supremo, e voltaram aqueles deportados para bordo escoltados pelo capitão do porto e outro oficial, os quais, retirando-se de bordo, levaram consigo o escaler e a lancha do navio; e no dia seguinte mandou o governador tirar-lhe o leme, e ficaram, desde então, prisioneiros a bordo. Pelo intermédio do Sr. Lapeyre, vice-cônsul

francês em Vigo, e do Sr. Lagoanere, cônsul-geral na Coruña, levaram ao governo espanhol uma representação contra as violências que sofriam [...] deveram aos bons e generosos ofícios daquele distinto diplomata uma ordem para poderem sair de Vigo em navio neutro, sendo-lhes absolutamente impossível executar sem risco esta obra, visto que desacorçoando o governo português da extradição que pretendia, mandou pela fragata Lealdade e um brigue cruzar na barra de Vigo! Representaram de novo e se lhes mandou a permissão de irem por terra atravessando a Espanha, a escoteiro.

Incomunicáveis de 12 de fevereiro a 30 de abril de 1824, os Andradas, Montezuma, o advogado mineiro José Joaquim da Rocha, organizador da volta dos irmãos ao poder, e padre Belchior partiram, barra afora. Bonifácio tinha envelhecido em meio a inféis, sobre uma terra bamboleante, sob um céu inimigo. Ele, que voltou ao Brasil em busca do paraíso, encontrou o inferno. Uma ironia: do cais, o desafeto José Clemente Pereira, recém-chegado do exílio, assistiu ao adeus aos novos e Livross. A caça aos inimigos, tão utilizada pelos Andradas, se voltava contra eles próprios.

PARTE
[III]





*O Rio de Janeiro em que tensões políticas alimentavam
as conversas e a guerra de papel dos jornais.*

“Confissões de um filho do século”

Nessa época elevada a “*puerto de deposito de primera clase*”, ou seja, receptora de mercadorias estrangeiras, Vigo acolhera recentemente as tropas fiéis a Fernando VII. Com a ajuda dos Bourbons franceses, o rei voltava ao poder e vingava-se da revolução com brutal repressão. Ele fuzilava exaltados, aprisionava moderados e limitava a liberdade de expressão. Bonifácio chegou, portanto, à Espanha que enterrou a Constituição de 1812 e reinstaurou o absolutismo. Tudo o que ele mais abominava. Era preciso fugir. Ameaçados pelas autoridades espanholas, proibidos de descer a terra, espionados pela corveta portuguesa *Lealdade* encarregada de prendê-los, os eLivross salvaram-se com a interferência do secretário de Negócios Estrangeiros da Inglaterra, o liberal e abolicionista George Canning. Graças a ele, conseguiram seguir, por mar, no navio *Saint-Martin*, até a França. Ali, se separaram. Os Andradas seguiram para Bordeaux. Montezuma e Joaquim da Rocha instalaram-se em Paris.

Bordeaux abrigava comunidades de comerciantes portugueses e irlandeses. Foi porto negreiro de onde saíram cerca de 150 mil escravos que enriqueceram grandes plantadores nas Antilhas. Era, também, cidade de pedreiros-

livres e de deputados representantes da região da Gironda, ligados à Sociedade dos Amigos dos Negros. Um ambiente aparentemente propício para os eLivross.

Mas seus inimigos não desistiam. De Lisboa, em carta datada de 7 de janeiro de 1824, o marquês de Palmela pedia ao ministro dos Negócios Estrangeiros da França que obstasse a saída “desses demagogos” de solo francês, porque continuariam a propagar, em partes do Brasil, “a desordem e a anarquia”. Curiosamente, Pedro de Souza Holstein, conde, marquês e depois duque de Palmela, era maçom e liberal conservador; alguém que, como Bonifácio, considerava a Corte portuguesa cheia de “ignorantes com ambição servil”. Será que teriam se conhecido na Suécia, onde Palmela comprou uma coleção de insetos para o Museu de Lisboa? Tinham mais em comum do que demonstra tal carta. Encenação ou conflitos passados?

Menos encarniçado, o conde de Gestas, diplomata francês na Corte de D. Pedro, reforçava junto ao chefe da polícia francesa orientação para que vigiasse os eLivross. Eles seriam chefes de uma facção que queria derrubar a monarquia no Brasil. Gestas apresentava Bonifácio com simpatia: fora arrastado pelos irmãos, mas tivera “um papel importante nos negócios políticos do Brasil, ali conservou um partido considerável e sua conduta fora bela e generosa”. Já Antônio Carlos era definido como um “vociferante membro das Cortes de Lisboa”. A suposta adesão dos cinco homens às ideias republicanas era o que mais atemorizava o diplomata.

Assim que recebeu a carta do conde de Gestas, o chefe da polícia francesa, Franchet d'Espèrey, agiu. Antes mesmo do desembarque dos brasileiros, em 16 de janeiro de 1824, depois de mandar ordens para autoridades em locais onde eles pudessem tocar o solo, impôs duas condições: que os eLivross ficassem longe de Paris e proibidos de morar em cidades litorâneas. Garantiu ainda a Gestas que os estrangeiros seriam vigiados “com o conveniente cuidado”. Uma carta do ministro do Interior, François-René de

Chateaubriand, confirmou as medidas austeras tomadas pelo chefe de polícia.

Diante do clima hostil, os eLivross escreveram-lhe. Reclamavam que não podiam ser tratados como refugiados espanhóis e, baseados em atestados médicos, alegaram que tinham problemas de saúde que os obrigavam a morar perto do mar. Graças à intervenção de Pedra Branca, conseguiram autorização para ficar em Bordeaux. Mas ali não imperava mais o “terror branco” dos primeiros dias do reinado de Luís XVIII. Nada de execuções sangrentas nem de prisões arbitrárias. Apenas a vigilância sobre os que poderiam atentar contra a coroa ou a casa de Bourbon. A polícia secreta não passava de uma agência de informações, encarregada de vigiar e coibir possíveis invasões à França. Um diretor dos Correios abria e lia a correspondência, mas o alvo eram os possíveis substitutos dos Bourbons: os Orléans, os diplomatas estrangeiros e seus espias, os bonapartistas, os republicanos.

A Restauração azeitou, sim, os mecanismos de vigilância da polícia. Mas os eLivross brasileiros eram uma parte ínfima de suas preocupações. Perseguiam-se estudantes alemães, austríacos, suíços e piemonteses acusados de carbonários. Poloneses bonapartistas eram acusados e jovens franceses eram espionados nos anfiteatros das faculdades. Alcaguetes se infiltravam nas tabernas e cafés. Pipocavam sociedades secretas que enlouqueciam as autoridades. Viam-se e ouviam-se conspirações em toda parte. Mas os Andradas tiveram apenas que provar às autoridades que estavam viajando com passaporte brasileiro e eram pensionistas do Estado para se instalar em solo francês.

De fato, Bonifácio e seus irmãos recebiam pensão mensal à custa do Erário. E era uma grande família. Bonifácio, além da esposa, da filha Narcisa Cândida e da irmã, levou para o exílio uma sobrinha, Carlota Emília Machado, um criado negro de 14 anos, Matias, e mais duas criadas. Martim Francisco, além da esposa, Gabriela Frederica, duas criadas

e um criado. Antônio Carlos seguiu com a esposa, D. Ana Josefina, um sobrinho e um criado. Não há registro oficial da presença da pequena Narcisa, sua filha natural, mas, em carta de março de 1827, Bonifácio informava a um amigo que “Narcisinha [...] está em pensão em casa de Mlle. Bellard, donde vai à escola e já com bastante aproveitamento”. A cidade tinha uma escola gratuita para meninas, administrada por irmãs de caridade na Rue du Pomme d’Or. É compreensível a menina estar em outro domicílio para seguir estudos, pois a família deixara o imóvel de pedra no endereço inicial, Rue du Palais Galien, 173, para morar a alguns quilômetros de Bordeaux.

No Brasil, o *Spectador Brasileiro* dava notícias dos eLivross e de suas senhoras: estavam bem de saúde, foram bem recebidos pelas autoridades, trataram de “dar uma volta até Paris”. “A esposa do Sr. Montezuma, depois de mal-parir na viagem, achava-se também embaraçada.” A demora na Espanha se deveu ao esperado parto da mulher de Antônio Carlos. Martim Francisco teria sido curado “de uma moléstia crônica” graças a um excelente médico. Já o *Despertador Constitucional* dava outra versão para o doente:

Se o clima de Bordéus foi tão profícuo ao Sr. Tamoio pede a gratidão que nele persista. O que será um bem para nós, pois que se esse senhor [...] quando foi empregado no Ministério do Governo, sempre macilento, frouxo e abatido nos causou tantos e tantos males, e infeccionou a sociedade pela intriga [...] o que não acontecerá se ele voltar em perfeita saúde, visto que esse excelente médico não o curou também da cólera exaltada, produzida dos sentimentos de um coração o mais tirano que o mundo tem visto? Deus lhe conserve a vida por delatados anos, mas sempre em Bordéus.

Por que deixar uma das mais importantes cidades

francesas, sua linda Praça do Mercado, os arsenais e ateliês de indústria marítima, os sinos da Catedral de Santo André, o Theatre de La Gaité e seus espetáculos extraordinários, os cafés que reuniam jornalistas de *Mémorial* e *Kaleidoscope*, o cheiro da fábrica de sabão ou da de fumo e até uma Sociedade Philomática, fundada em 1808?

Porque Bordeaux era uma cidade onde bonapartistas e realistas de cocarda branca ainda se agrediam em plena rua e cruzavam o ferro, ou seja, duelavam, no Pré-aux-clercs. Porque os realistas organizavam procissões com o busto de Luís XVIII, o “Bem Amado”, nas principais artérias juncadas de flores. Porque os “cus-brancos”, soldados da recém-criada Guarda Real, se exibiam ostensivamente pelas tabernas com seus alvos redingotes, lembrando a volta dos Bourbons e do absolutismo. Porque a sociedade dos carbonários, que reunia comerciantes, mestres de obras, artesãos e burgueses contra o rei, tinha que se esconder da polícia. Porque os padres atacavam dos púlpitos a ideia de progresso. Porque Bordeaux era uma cidade fiel ao Antigo Regime que Bonifácio dizia abominar.

No entroncamento de estradas que levavam a Toulouse e Baionne, a pequena Talence, então vilarejo de cerca de 1.200 habitantes, acolheu a família extensa. Ali, Bonifácio ia viver a solidão imposta, não a escolhida, levando uma vida calma e fria como o sono de um túmulo. Ali se erguia o *château* do banqueiro Samuel Peixoto, cercado por ondulantes trigais, prova do enriquecimento de membros da comunidade lusa. Instalaram-se em Talence, onde o cura ainda abençoava o fogo antes da chegada dos rudes invernos e os jardins se enchiam de flores em abril, época da Páscoa. Por que Bonifácio a escolheu? A descrição do lugar, talvez... Apesar de seu aspecto campestre, emoldurado por vinhedos, não poucas famílias importantes de Bordeaux tinham ali suas casas de campo. Bonifácio chamava a sua de “castelo encantado”.

O encantamento não encobria, porém, o desgosto do exílio. Diz bem uma biógrafa que, além da amargura, se

sentia traído pelo príncipe que ele ajudou a colocar no poder. Considerava-se personagem derrotado: “Estou tão acabrunhado que suspeito às vezes se deixei de ser um animal racional. Estou em torpor como os bichos da terra que só vegetam no inverno.” E, por não haver conseguido implementar seu projeto de nação civilizada, entrevia um futuro sombrio para o Brasil. O fechamento da Constituinte significava, para ele, a consagração do despotismo e do absolutismo. Em apenas dois anos, passara de articulador da Independência a eLivros. E de ministro poderoso a inimigo do imperador. A derrota pessoal lhe parecia tão mais dura quanto ele considerava a Independência uma conquista sua. Esquecido da campanha que fizera em causa própria no jornal *O Tamoio*, achava-se o único paladino da pátria. Mas um paladino perseguido pela inveja de opositores ciumentos, egoístas, ignorantes e ladrões. Roído de dor e raiva, assim lia o fechamento da Constituinte:

Vendo o ascendente que os Andradas adquiriram na Assembleia e que o povo os apelidava de pais da pátria à vista mesmo do imperador, os áulicos e os corcundas reuniram os diversos partidos dos chumbistas e democratas e urdiram a mentirosa representação das tropas para excluïrem os Andradas da Assembleia.

Chumbistas e corcundas eram os defensores do absolutismo e da reunificação com Portugal, enquanto os democratas eram os republicanos, e os federalistas, os inimigos da monarquia constitucional. Os áulicos eram os palacianos – sobretudo os membros do círculo da favorita paulista Domitila de Castro, que, por ciúmes pessoais, conspiravam contra os irmãos. Já o imperador reagira à popularidade e influência dos Andradas. No exame de consciência, as acusações a terceiros lembram as palavras do geólogo alemão Von Eschwege: quando algo dava certo, Bonifácio dizia-se responsável. Quando dava errado, a culpa

era dos outros. Em 25 de março de 1824, D. Pedro outorgou a Constituição Política do Império do Brasil, elaborada em quarenta dias por uma comissão de dez membros, o Conselho de Estado.

Mas Bonifácio admitia: seu erro foi confiar em D. Pedro. Nas cartas ao amigo Drummond, tripudiava, chamando-o de “o Rapazinho”, “o enfático defensor perpétuo”, “o imperador de Mata-Porcos”, em alusão à residência de Domitila de Castro, “Pedro Malasartes”, “Sultão”, “Ingrato” e “Imperial Criança”. Em notas pessoais, criticava:

É do caráter de Pedro o preferir a atividade do crime à tranquilidade da virtude, que não pode alimentar as paixões de um atroz. Pensamentos prontos como o raio vinham-lhe à cabeça e projetos atrevidos e quiméricos pululavam-lhe nos miolos. Pérfido Pedro, quando me fazia amizade com a metade do rosto, com a outra se azedava da minha popularidade e no seu corrompido coração tramava calúnias que espalhava contra mim...

Previa o futuro:

Logo que Pedro perder com a idade e os deboches certa energia que possui, só será ativo em devassidões. Soberbo, sem estímulo de glória, sensual sem delicadeza, cruel por insensível, sem amigo, invejoso e desconfiado, é mais miserável do que aqueles a quem tem feito misérias. Conspirações, revoltas e talvez um fim trágico encherão a sua desassossegada vida.

E se queixava de que o “imperador me enganava, afetando a maior franqueza e intimidade. Essa dissimulação era natural e habitual ou inspirada de longe e de fora? Como podia um homem sincero suspeitar tais horrores a um jovem fogo e inexperto...” Ou: “Pedro engana-se com a popularidade alcançada. No começo se cuida que o povo há

de favorecer suas vistas e desejos de absolutismo e reunião, como se vangloria no título de protetor que nunca lhe foi dado se não contra os portugueses.” A reunião referia-se àquela dos Reinos de Portugal e Brasil.

A mágoa mais profunda foi dita em versos. Com o título “De Andrada a D. Pedro, carta de uma dama de Bordeaux”, ele chorou, numa gramática estropiada, as ilusões perdidas:

*Je ne m'attendoit point, Seigneur, que la fortune
Dut vous rendre sitôt ma presence importune
J'étoit loin de penser qu'un roi si généreux
Porteroit a mon coeur un coup aussi facheux
Telle est ma recompense est c'es lá l'apanage
De gloire et de Bonheur promis a mon courage
Rappelez-vous ces jours ou tout couvert de sang
Des mais des Ennemis je vous tirait sanglant
Vous me dites alors, "Prends soin de ma jeunesse
Soit mon père d'Andrada, tu verras ma tendresse
Conduis-moi vers ce trone, ou je doit me placer
Viens et combats pour moi, je jê sais recompenser
De l'État avec moi, tu tiendras la balance".
Tels etoient vous discours, je le crois et soudain
J'armais pour vous venger, le B[resil] et ma main
De tells bienfaits, sans doute, a vos yeux sont un crime
L'ingratitude ainsi vous deviant legitime".
Je ne puis sans fremir ici vous retracer
Touts ce que j'aurais Droit de vous redemander.
Voilà touts mes forfaits, jê n'en connais point d'autres
Faites vous envers moi, Seigneur, quels sont les votres
Vous avez tout trahi, l'honneur et l'amitié.
Ingrat, et c'est ainsi que vous m'avez payé"¹⁴*

¹⁴ Jamais teria pensado, Majestade, que o acaso/ Tão cedo tornaria a minha presença inoportuna/ Longe de mim a ideia de que rei tão generoso/ levaria a meu coração golpe tão malvado/ Esta é a minha recompensa/ De glória e felicidade prometida pela minha coragem/ Lembre-se do dia quando, coberto de sangue,/ Das garras do inimigo o tirei, todo ferido/ Me disseste então

“Cuida da minha juventude,/ Torne-se meu pai d’Andrada e conhecerás meu carinho/ Conduz-me para este trono no qual devo sentar/ Vem e luta por mim, saberei recompensar/ Juntos, o fiel da balança do reino iremos segurar”./ Este foi o discurso no qual acreditei e então/ Logo para vingá-lo armava o Brasil e a minha mão/ Mas tais feitos a seus olhos são crimes sem dúvida/E deste modo vossa ingratidão torna-se legítima/ Não me atrevo a aqui relatar/ Tudo que teria o direito de lhe demandar/ Eis todos os meus erros, não conhecendo nenhum outro/ Diga para mim, Majestade, quais são os vossos/ Honra e amizade, tudo foi traído/ Ingrato, e foi deste jeito que fui retribuído.

E Bonifácio seguia fustigando:

Que quadro de aviltamento não apresenta o Brasil, prestando-se não só com paciência, mas com alegria, a todas as medidas arbitrárias de Pedro; que ignorância em crer que, aquele que tinha despoticamente dissolvido a Constituinte do povo, havia de ser sincero para executar uma Constituição absurda, que dava de plena autoridade só para enganar os incautos e safar-se momentaneamente do perigo em que se achava.

Ele sabia, “todos os séculos têm a sua casta de tiranos”. O ressentimento se somava às más condições financeiras. Elas o perseguiram desde sempre. As recompensas prometidas e cantadas nos versos não chegaram nunca. E ele usou um subterfúgio que já tinha usado com seu protetor D. Rodrigo Coutinho. Enviou uma carta ao sobrinho, José Ricardo de Costa Aguiar de Andrada, para que este a mostrasse ao imperador.

Bordéus, 23 de fevereiro de 1825.

Meu caro sobrinho e Sr.

Recebi a vossa primeira e única carta de 1º de outubro do ano passado há vinte dias e já teria respondido se o inverno desses climas não tivesse exasperado os meus velhos achaques de reumatismo e

hemorroidas que me apoquentam a paciência já pouca para sofrer as injustiças e ingratidões dos homens. Por que motivo fui deportado para um país mais frio do que Portugal, que deixara para pôr espeques à vida no Brasil? Quais foram meus crimes que merecessem tal castigo? Eis aqui a recompensa final de 31 anos de serviços feitos ao Estado e Coroa de Portugal, e dois ao Império do Brasil! As Cortes de Lisboa deixaram-me sem vintém de 9.000 cruzados anuais que vencia e o Ministério Imperial dá magra pensão de 3.000 cruzados, nada me tem pagado senão 300.000 réis ao embarcar para a França. E assim vai o mundo!

Mas quando me ponho a parafusar com meus botões, acho que mereci minha sorte, porque não quis bandear-me com o Soberano Congresso, nem no Rio de Janeiro quis ser Pé de chumbo, Corcunda ou Demagogo. Foi bem feito, fui tão bom homem, que me capacitei que podia haver alguma virtude ou gratidão entre homens da minha língua; se não morrer por aqui, no terceiro inverno, aproveitarei a lição para me tornar um novo Simon, ateniense. Se, porém, por vergonha do mundo, ou por um resto de consciência esses Senhores me quiserem pagar a decretada pensão e me permitirem que eu vá comer num país mais quente e congenial com meu temperamento e saúde, então estou decidido a ir acabar meus cansados e enfermos dias na Flórida ou na Colômbia, pois ao Brasil não conto mais voltar se não na última extremidade ou arrastado pelas necessidades de minha malfadada e pobre família. Sejam felizes lá como quiserem, que eu não posso buscar voluntariamente uma terra onde só encontrei ingratos e inimigos. Confesso que já fui tolo e bom demais. Mas perdoem-me a minha tolice que eu lhes perdoo todas as injustiças. Essa é minha resolução, e, portanto, rogo-lhe queira mostrar a Sua Majestade o Imperador esta minha carta, e lhe requeira, da minha parte, que se digne decidir se posso contar ou não com a minha pensão, e ir comê-la em um dos países

acima mencionados, ou se é da vontade de seu Ministério que eu morra aqui, atalhado de dores e aflições. Júpiter, dizia Ajax Telemônio na Ilíada, despede o raio, mas em dia claro, que eu o veja.

Recomendo-lhe muito, meu bom sobrinho, que continue a comportar-se com toda a prudência e moderação, para poder escapar com jeito dos dentes e garras dos lobos, harpias e raposas; Já saberá pelos papéis públicos, o aspecto ameaçador presente dos negócios da Europa. Mas a resolução final da Inglaterra, logo que a sua política para com o Brasil estiver fixada, há de ser muito útil ao Império do Brasil, firmando a sua Independência e com ela, o sossego das províncias. E talvez que o gabinete britânico influa também a marcha deste governo; pois não é com atos de violência e sangue desnecessários que se ganham vontades desvairadas ou desiludidas, mormente num Império nascente e ainda muito fraco.

Enquanto Bonifácio escrevia, frente às pressões da Inglaterra, Portugal desistiu de reconquistar o Brasil. O acordo de reconhecimento foi firmado em 29 de agosto de 1825 e intitulou-se Tratado do Rio de Janeiro ou Tratado de Paz, Amizade e Aliança. Mas, em troca de tal reconhecimento, D. João VI recebeu o título honorário de Defensor Perpétuo do Brasil e uma indenização de mais de 2 milhões de libras esterlinas. A indenização foi uma jogada de mestre, pois os portugueses deviam valor equivalente aos ingleses, desde a estada da família real no Brasil. Vislumbrando a impossibilidade de receber a fortuna devida, a Inglaterra emprestou o dinheiro ao Brasil, que pagou a Portugal, que pagou à Inglaterra. Virtualmente, o dinheiro nem sequer saiu dos cofres ingleses e o endividamento externo entrou para a história. Pior, o governo brasileiro assinou dois tratados: um garantindo tarifas alfandegárias preferenciais para produtos ingleses em portos brasileiros e outro prometendo o fim do tráfico negreiro para três anos

após a ratificação do tratado. “A soberania nacional recebeu um coice na boca”, bradava Bonifácio, antevendo o prejuízo para os cofres da nação. E a extinção do tráfico tinha que ser uma decisão do Parlamento brasileiro, não fruto de pressões.

Terminava o longo escrito ao sobrinho magistrado e, agora, deputado por São Paulo com perguntas várias: O que fora feito de seus livros, coleções mineralógicas, estampas, desenhos, medalhas? “Grande Deus! Que de dinheiros e trabalhos desperdiçados!” E os trastes e mobílias, que sua esposa deixara para trás ao embarcar às pressas, o que aconteceu? Ao irmão mais velho, padre Patrício, perguntava sobre a situação do engenho em Santos. E o sítio de Outerinhos e a fazenda de gado em Parnaíba? Melancólico, despedia-se com “saudades imensas” e acrescentava “a mais ninguém mando saudades, pois mais ninguém de mim se lembra”.

Um pós-escrito implorava:

Rogo-lhe segunda vez que mostre esta minha carta ao imperador; pois nela nada há que o possa ofender; e só, sim, sinceridade e franqueza de um homem bom e franco, a quem em melhores eras lisonjeava com título de seu amigo, título que nunca lho desmereci, embora digam, patifes, o contrário.

Sem interesse em frequentar a imponente Academia de Ciências, sua biblioteca e reuniões dedicadas à vulgarização científica, ou a Sociedade Filomática de Bordeaux, Bonifácio se isolava. Escrevia para si e para os outros. Apesar de atormentado pela “magra bolsa” e o atraso no pagamento da pensão anual de um conto e duzentos mil réis atribuída a cada um dos eLivross, comprava livros e revistas. Cada carta aos amigos, em Paris, continha um pedido. Tratados de mineralogia e revistas sobre ciências, história, filologia chegavam por correio. Sabedor que o viajante Auguste de

Saint-Hilaire publicara sua *História das plantas mais notáveis do Brasil e do Paraguai*, encomendou-o junto com periódicos ingleses e americanos. A lista de autores visitados é longa: padre Aires de Casal, Mignet, o abade Grégoire, Robert Southey, Desmaret. Lia de obras científicas aos clássicos. Atreveu-se a fazer comentários, sem originalidade, sobre a literatura espanhola e portuguesa.

Quando as folhas começaram a cair no outono, “o mais belo tempo do mundo”, entusiasmou-se a ler *As bucólicas*, de Virgílio. Resolveu traduzir *As odes olímpicas*, de Píndaro. A paisagem o refez poeta. Escrevendo aos amigos Rocha e Drummond, atribuía a inspiração à “solidão do campo”. Fez publicar na cidade duzentos exemplares de suas *Poesias avulsas* para distribuir aos amigos “que para *los otros me cago yo*”, ironizava. No prefácio, porém, endereçava-se ao “leitor brasileiro”, de quem se dizia amigo, a quem já dera provas disso e continuava a dá-las no “desterro”. Apesar da inspiração trazida por trigais pontilhados de papoulas, era mau poeta. Mas não hesitava em enviar “os pequenos frutos da acanhada musa” aos amigos.

Escrevia, escrevia muito, tentando explicar aos correspondentes – ou mesmo compreender – o que lhe tinha acontecido. Chorava o exílio. Fora injustiçado:

Desterrado da apatia pela torpe ingratidão, e pelos bons ofícios dos escravos, que hoje são viscondes e [barões], e vigiado pela inquisição policial dos Gabinetes da Santa Aliança, debalde pegaria na pena para escrever sobre os males políticos do meu desgraçado país [...]. Fui preso, fui deportado sem crime, sem sentença: assim a liberdade pessoal foi atrozmente injuriada, o que não é permitido nem em um governo absoluto, que tem consciência e vergonha: veio uma nova Carta, que foi jurada pelos ministros e pelo imperador, e contra a carta continua o meu degredo. Abriu-se uma devassa maquiavélica; não fui nela pronunciado apesar das esperanças em contrário, e apesar disto estou fora dos

meus lares. Diz-se que todos os poderes políticos do Estado são delegação da nação: para a nação nunca quis nem pode delegar poderes para desterrar cidadãos inocentes, e não só inocentes, mas beneméritos da nação e da Pátria. A nossa deportação foi uma medida não só injusta, mas impolida, imoral; impolítica, porque aterrou todos os homens de bem, que não podem confiar daqui por diante no governo, e todos os deputados futuros da nação imoral, porque pagarão com perfídia e ingratidão a homens a quem se devia muito do que era o chefe, e os ministros, e do que presentemente são.

Arrancado da pátria que ajudou a liberar, dobrado pela dor moral, Bonifácio acusava os que aguardavam a volta do absolutismo ou os que desejavam a anarquia e os tumultos da república. Vivendo numa França que voltara ao absolutismo, ele insistia na ideia do Império Constitucional para o bem da nação:

Os ministros devem sentir que não poderão sustentar-se, se não governando conforme a justiça e a Constituição; porque o interesse dos Governantes deve ser o mesmo que o dos governados; e que cumpre fazer causa comum com o patriotismo do povo, e com as ideias sãs dos homens virtuosos e instruídos.

Ao ex-colega de Coimbra Domingos Borges de Barros, recém-guindado de conde a visconde de Pedra Branca, registrava as apreensões: “Permita o céu, entretanto, que o Brasil sossegue e que a nova Constituição se arraigue e que não seja luz de fósforo que não esquentar e apaga logo.”

O tédio do cotidiano era quebrado pelas cartas e visitas dos amigos Rocha e Drummond, antigo redator de *O Tamoio*, que souberam aproveitar a estadia em Paris. E aproveitar em todos os sentidos. Escreveram para revistas, fizeram viagens de turismo e dedicaram larga parte do

tempo às aventuras galantes. Aventuras que, depois, faziam sorrir Bonifácio. Quando eles vinham a Talence para festejar seu aniversário a 13 de junho, nomes femininos e confissões amorosas sobre “as frutas francesas” enchiam as conversas. E animavam lembranças também. Pois Drummond se encontrara com Fanchette, ninguém menos do que a mãe da pequena Narcisa, que explodira em saudosas declarações sobre o seu Andrada. Declarações que repetiu em carta ao próprio eLivros. Bonifácio pediu, então, ao amigo que a visitasse. Visita feita, notificado o Andrada, Bonifácio lhe escreveu:

Agradeço-lhe o ter se avistado com a minha antiga Fanchette. Está já muito velha? Não o mostra a imaginação acalorada. Pobre viúva. Eu sou sensível ao amor que me conserva; e, se está na miséria realmente queira, meu bom amigo, dar-lhe cem francos e desculpar-me com as minhas acanhadas circunstâncias. Verei, com o tempo, se poderei fazer mais. Dê-lhe mil saudades e deite água fria na fervura, para que não faça alguma loucura que me inquiete.

Visivelmente, Fanchette, que não era nenhuma *Madame de...*, encontrava-se em maus lençóis. Ou lençóis gastos. Precisava de dinheiro que Bonifácio não tinha. Ele voltou ao assunto com Drummond:

A sorte da boa Fanchette, que tanto interessou à sua sensibilidade, também me tem melancolizado. Pobre senhora! Por que o meu destino cruel me não há de mostrar-lhe toda a minha amizade? Ao menos assegure-lhe que farei tudo o que puder para aliviar os seus sofrimentos. Espero que ela terá aceitado os cem francos, que lhe pedia quisesse dar-lhe de minha parte. Sossegue a sua imaginação exaltada e não creia que a sua correspondência altere a boa harmonia doméstica.

Não sei qual será o meu destino futuro; se poderei regressar ao Brasil ou ir para outra parte da América. Em todo o caso, farei todos os esforços para a apertar ainda uma vez em meus braços.

A nostalgia da juventude trouxe-lhe o sabor de outras “frutas francesas”: “O negócio é delicado e o romance é complicado”, confessava ao amigo Drummond. Sobre certa Elisa, que lhe seria apresentada na casa de Mme. Delaunay, moça de 34 anos, era preciso avaliar “se tem feições que pareçam as minhas, ou com as de minha família; mas tudo isso deve ser feito com toda a dissimulação e melindre”. Mais cem francos foram enviados para o silêncio de Mme. Delaunay. E a Drummond se queixava: “Estou pelo que diz da fruta francesa; não presta, não presta, e só o diabo ou a fome pode obrigar a comê-la.” As mulheres francesas eram falsas e artificiais. E desejava aos amigos a sorte de encontrar “*muchachas*” que não precisassem de artifícios para dar volume às “partes chatas”, “aos seios e, talvez, pernas”!

Entre ressentimentos, recordações amorosas e laivos de poeta, Bonifácio não esquecia a situação política brasileira. Se a Constituição de 1824 repetia o projeto da Assembleia Constituinte, a sua dissolução detonou a Confederação do Equador. A província de Pernambuco se viu dividida entre o Norte urbano, produtor de algodão e de outros produtos que tinham atrativos no mercador interno e externo, e o Sul, dos velhos engenhos produtores de açúcar. O antigo desejo de separação, a revolta frente aos atos autocráticos de D. Pedro, as ideias liberais de Cipriano Barata – o Baratinha – e Frei Caneca, tudo alimentou a Confederação que uniu Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. O sonho do Estado soberano e de autonomia das províncias confederadas esbarrou, porém, na truculência do imperador, com o apoio dos senhores da mata úmida, profundamente monarquistas. A frota naval comandada pelo almirante Cochrane e as forças governamentais

reagiram e recuperaram Olinda e Recife ocupadas pelos rebeldes. O porto foi bombardeado. As forças legalistas extinguiram violentamente o fogo da desordem nas estradas e povoações do interior.

Sem clemência, Frei Caneca foi arcabuzado e os demais participantes fugiram ou foram enforcados. Baratinha resistiu e, prisioneiro, seguiu publicando um jornal com o título *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, atacada e presa na Fortaleza do Brum por ordem da Força Armada Reunida*. Dez anos depois, aos 73 anos, escreveria seu último número do *Sentinela da Liberdade*. O jornal durou treze anos, mas outros apareceram em todo o país, mesmo depois de sua morte, em julho de 1838. As autoridades calaram a revolta, mas não o descontentamento com o comportamento arbitrário e o favorecimento de apaniguados por D. Pedro. Junto à voz de Cipriano Barata, outra, a de Bernardo Pereira de Vasconcelos, à frente de seu jornal *Aurora Fluminense*, dispararia críticas duras ao poder.

Para justificar aos olhos dos europeus a dissolução da Assembleia Constituinte, vista, aliás, como um golpe de Estado, plantou-se notícia em alguns jornais franceses e ingleses. A ideia era desculpar D. Pedro, acusando os Andradas. O jovem imperador, entre 24 e 25 anos, inexperiente, inculto, vítima de sua impulsividade, teria sido vítima de conselheiros mal-intencionados. Para justificar os atos de D. Pedro, a Assembleia foi apresentada como uma reunião de energúmenos e os irmãos Andradas, como “malfeitores e tartufos”. O *Morning Chronicle* afirmava: ela foi fechada só porque os Andradas tentaram derrubar o imperador. Martim Francisco abusava do poder, perseguindo inimigos.

Partes do artigo foram republicadas no *Le Moniteur Universel*, a voz do governo desde o tempo de Napoleão, jornal de conteúdos os mais variados. Em julho de 1826, o *L'Indépendant* de Lyon, pequeno jornal comercial, literário e teatral que circulava às terças, quintas e sábados, fez

acusações a Bonifácio na pena do jornalista De Loy, que morou no Rio de Janeiro. As trocas de farpas tinham lugar na sessão de “Cartas dos leitores”. E, “enfasiado de polêmicas e desaforos”, Bonifácio reuniu num folheto, assinado pelos três irmãos, uma “refutação às calúnias relativas aos negócios do Brasil”. Eles listaram as benesses que trouxeram ao país: saneamento das finanças, criação de um Exército e de uma frota, unidade da América lusitana, expulsão dos inimigos portugueses e compromisso com a monarquia constitucional.

Mas o rei já era Carlos X, que decidiu controlar a animosidade da população por meio de censura nos jornais, revistas e brochuras que circulavam na França graças a um selo que elevava os custos de publicação. Essa foi a época de ouro dos periódicos, que circulavam aos milhares. A imprensa francesa não perdeu tempo com os Andradas e não houve, como querem alguns biógrafos, “campanha” contra eles. Apenas alguns poucos artigos pagos por seus desafetos.

Mas, além desse episódio, silêncio. Dez cartas e ofícios ao longo de seis longos anos dão a medida do acompanhamento da polícia a esses que tinham que demonstrar suas intenções pacíficas e ordeiras. Uma delas, emitida pelo prefeito da Gironda, perguntava ao governo central se os irmãos poderiam se visitar. Outra solicitava autorização para Martim Francisco e Antônio Carlos se mudarem para Mussidan, a cerca de 70 quilômetros de Bordeaux e mais de 100 quilômetros de Talence. A tranquilidade dos brasileiros permitiu ao prefeito da Gironda escrever, em 18 de junho de 1827: “A conduta destes estrangeiros não tem dado motivo a nenhuma repreensão.” Passavam despercebidos.

Nesse mesmo ano, quando das eleições para a Assembleia Constituinte, chegou-lhe uma boa notícia: fora indicado como senador pela Bahia. Por quê?, indagou o *Spectador brasileiro*, pois não era nem republicano nem ultraliberal. A escolha seria “um leve gesto de hostilidade ao

governo". Bonifácio animou-se com a notícia:

Confesso que me fez algum bem ao coração e ver que os baianos não se esqueceram de todo de um homem que tanto gritou e forcejou para que fossem socorridos contra os vândalos de Portugal. Mas como o que por hora ambiciono é ir acabar os meus cansados dias em um cantinho bem escuro e solitário de minha bestial província, rogo a Deus que S. M. Imperial me queira preterir na escolha.

Cabia ao seu próprio carrasco, D. Pedro, a escolha a partir da lista tríplice de indicados. A nomeação vitalícia seria a suprema recompensa. Em agradecimento, Bonifácio ofereceu aos baianos uma ode:

*Duas vezes, Baianos, me escolheste
Para a voz levantar a pró da pátria
Na assembleia geral; mas duas vezes
Foram baldados votos.
Porém enquanto me animar o peito,
Este sopro de vida, que ainda dura
O nome da Bahia, agradecido
Repetirei com júbilo.*

Em 1825, a Assembleia ainda não funcionava, apesar dos representantes eleitos. Bonifácio perguntava aos amigos: "Que notícias me dão das nossas Câmaras? Morreram à nascença?" Depois que a independência do Brasil foi finalmente reconhecida por Portugal e Inglaterra, D. Pedro recompensou os áulicos com títulos. A amante, Domitila de Castro, passou a camarista da imperatriz e da viscondessa de Santos. Um ano depois, seria feita marquesa. "Um insulto desmiolado" à cidade de origem dos Andradas. Dezenove viscondes e 22 barões ganharam títulos, contrariando a vontade popular de conquista de cargos na

administração pública por méritos. “Ó meu bom Deus, porque me conservas a vida para ver meu país enxovalhado a tal ponto?” O título de barão de Quixeramobim soava-lhe um “misto de carijó, bunda ou angolense”, falares africanos. Um ministro caído, Carvalho e Melo, era descrito como “bambo mulato, pesadão e basbaque”. Ele, que na juventude sonhara com distinções, agora não perdoava os brasileiros que se deixavam comprar com títulos e decorações: “Como andam contentes esses tatambas emproados, com suas fitinhas e chocalhos.” Tatamba era designação para quem falava linguagem ininteligível, um bárbaro. Ao acompanhar as notícias do país pelos jornais britânicos e as dificuldades enfrentadas pelos ministérios e Conselhos de Estado, imaginava que D. Pedro logo se arrependeria de tê-lo e Livros. Mas era só a sombra de um desejo.

Desejos irrealizados, assim como textos inacabados ou perdidos, foram muitos. Uma carta de novembro de 1826 dava instrução ao amigo Drummond para a publicação de uma “Notícia do interior da África e curso do Níger” no *Journal Géographique*. Conhece-se, graças a um historiador, seu conteúdo. Entrevistas com escravos hauçás, realizadas antes do exílio, lhe teriam permitido traçar o curso do rio Níger. O texto incluía descrições das cidades de onde tinham saído os africanos e as condições variadas de sua captura. Quase um manual de viagem, o texto reconstituía cidades cercadas por grandes muralhas e defendidas por lanceiros, os mercados de sal, conchas e panos, os ricos africanos vestidos de branco ou azul a passear sobre seus cavalos, as caravanas de camelos. Para além das saborosas informações que reconstituíam a vida de cativos outrora livres, havia a preocupação de provar que o Níger nascia nas montanhas de Futa Jalom e desaguava no Atlântico. Na época, multiplicavam-se as traduções e publicações sobre viagens à África, devido à obsessão cartográfica que tinha tomado conta dos cientistas franco-britânicos. Era comum a utilização de relatos de autóctones. Mas Bonifácio devia

estar mal informado: o *Journal Géographique* não era editado desde 1775.

Em 1826, más notícias: poucas semanas antes da abertura da Assembleia Legislativa, morreu D. João VI. Morreu envenenado, mas com a coroa na cabeça, coisa rara entre monarcas europeus então. D. Pedro, que era o herdeiro, assumiu o trono ao qual renunciou em seguida, em favor da filha primogênita, Maria da Glória. Promulgou uma Constituição e, no discurso de abertura do Parlamento, fez questão de esclarecer que sua renúncia ao trono era uma prova de amor aos brasileiros. Não convenceu ninguém e só agravou críticas sobre seu interesse na velha metrópole. Reagiu com ameaças: podia fechar novamente a Assembleia quando quisesse.

Enquanto isso, Bonifácio gelava diante do borralho, ansiando por calor que mitigasse seu “envelhecido e rabugento reumatismo”. Sonhava com terras quentes. A Flórida ou a Bolívia? “Se não me pagarem mais, estou resolvido, na primavera, a ir trabalhar nas minas da Guatemala e dizer um final adeus ao Brasil.” Fazia-lhe frio na alma. “O frio me entorpece a mão, porém, não a imaginação ou a indignação.” Na verdade, desejava o calor do Brasil: “Para ir acabar meus cansados dias de jaleco e bombachas nos meus Outerinhos.” Longe desse “urinol do mundo”, a chuvosa região de Bordeaux. Não desejava, porém, voltar à vida pública, como afirmava a Drummond: “O pior é [...] que talvez o Senhô Imperadô, para se lavar do crime de ingrato, não se lembre de mim para uma coisa pública, o que já agora me assusta.” Não precisaria dizer não ao imperador, pois não seria chamado para cargo algum, embora continuasse a se achar insubstituível. Não se sabe se chorou pela morte da imperatriz Maria Leopoldina, que se apagou entre muitas dores, no mês de dezembro, e com quem mantivera boas relações. “Pedro Malasartes” se encontrava, então, na guerra que deu origem ao Uruguai, um buraco de gastos e perdas humanas.

Do exílio, o Brasil parecia-lhe um país ingovernável. E as

ações despóticas do imperador, o prenúncio de sua queda: “É de temer que o povo acorde enfim com furor do sono amodorrado em que jaz, ou que despedace as fracas cadeias que o agrilhoam.”

No ano seguinte, habilmente, os parlamentares resolveram não atacar direto o imperador, mas a economia sob sua batuta. Impostos crescentes, malversação de fundos do Banco do Brasil, abusos de lucros só para os comerciantes, fidalgos e traficantes de escravos, a guerra com a Argentina e o Paraguai, que custou caro e abarrotou a capital com mercenários, tudo se tornou matéria para jornais oposicionistas. Tornava-se visível, sublinhou um historiador, que o imperador se preocupava cada vez mais com Portugal, onde gastava dinheiro, e cada vez menos com o Brasil, de onde não tinha mais o que arrancar.

No início de 1828, vencidos inúmeros obstáculos junto aos representantes diplomáticos brasileiros na França, Antônio Carlos e Martim Francisco conseguiram autorização para o regresso. Jam cuidar pessoalmente do processo de extradição, que ainda não tivera conclusão. Abria-se uma porta. Bonifácio contava com eles: “Já me tarda a ida de meus irmãos para os ver esmagar a vil canalha... patifes que nos perseguem”, patifes capazes de inventar não importa que pecado para mantê-los longe do Brasil. Louco de vontade de regressar, ele estimulava o amigo Drummond: que voltasse para ser útil ao país, já que a “idade proecta e o desengano de um mundo corrompido e ingrato me privam de todo o trabalho e de qualquer esperança”. Ao desembarcar, os dois irmãos ficaram presos durante dois meses na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, ao final dos quais foram todos absolvidos. No dia 25 de maio de 1829, Bonifácio visou o passaporte na prefeitura de Bordeaux. Ia regressar...

Depois de cinco anos e oito meses longe do Brasil, e de um mês de viagem por mar, desembarcou no Rio. Além das malas, trazia o corpo de D. Narcisa Emília. Não se sabe se conservado num barril de brandy, como era praxe. Ela

morreu durante a travessia. O falecimento foi anotado no diário de bordo, junto com dados pessoais, pelo comandante. O enterro foi realizado quatro dias depois na Igreja do Carmo. Tanto o deslocamento quanto as despesas da inumação foram pagos pelo velho amigo Drummond. Além do luto e das dificuldades financeiras, o que poderia esperar Bonifácio nesse segundo retorno ao Brasil? No fundo, talvez não se apegasse a mais nada. Homem solitário, aos 66 anos ele se bastava. O infortúnio não fez mais do que empurrá-lo ao deserto da vida.

Inverno e inferno da vida

Catumbi: o nome designava o bairro úmido e sombreado onde se plantavam couves, irrigadas pelo rio que descia do morro de Santa Teresa. Ali, sobrados elegantes abrigavam famílias de classe média alta. A família Drummond era uma delas. E foi a seu convite que Bonifácio se instalou provisoriamente numa casa abarracada dentro da propriedade do amigo Luís, para decidir com tranquilidade onde iria morar. Queria isolar-se. No poder, só inimigos: o velho conhecido de São Paulo, Oyenhausen-Gravenburg, e o absolutista José Clemente Pereira, respectivamente ministros do Império e dos Negócios Estrangeiros. O imperador oscilava entre figuras insignificantes ou ministros que tivessem o apoio da Câmara. Esta, por sua vez, abrigava um grande número de liberais que controlavam os atos de D. Pedro, sobretudo por conta de sua reação violenta frente aos revolucionários da Confederação do Equador. Era gente que queria intervir nos destinos do país. E não faltava quem achasse que um império brasileiro com um príncipe português não podia dar certo!

Não se sabe se, à época, Bonifácio tomou conhecimento do que se murmurava na Corte: D. Pedro teria dito ao adido diplomático austríaco Mareschal que a culpa da situação que levou os Andradas ao exílio seria de Montezuma e de

Antônio Carlos. O primeiro, um “demagogo furioso”, e o segundo, “o vociferador das Cortes e motor da insurreição de Pernambuco”. Ambos, uma péssima influência sobre Bonifácio, “que é perfeitamente inocente, só desejava o meu bem e me queria como um filho”. A essa altura, pouco importava ao velho funcionário público tal cortesia. Contou, porém, o amigo Drummond que D. Pedro foi visitá-lo, junto com a nova imperatriz, a muito jovem e rosada Amélia Eugênia Napoleona de Leuchtenberg. Bonifácio não teria se contido: além de pedir a ela que reconciliasse o marido com a nação, fez críticas à situação, no que foi interrompido pelo imperador. Bonifácio não mudara.

Na época, D. Pedro se afastava lentamente da imagem de monarca constitucional que colou, provisoriamente, à de imperador. Tornou-se impopular. Na capital, não havia sossego nem tranquilidade. A todo instante, matracas chamavam o socorro da guarda para acudir distúrbios. Boatos alarmantes esvaziavam as ruas, as igrejas, o comércio. Capoeiras caçavam portugueses pelas ruas, paus nas mãos. Na Câmara, divididos por jogos partidários, os políticos se empenhavam em discussões estéreis. Ouviam-se muitos discursos, mas nada que reprimisse problemas ou trouxesse ordem para a capital. Para perturbar mais ainda o sossego das famílias, um boato aterrorizou as casas: certa recém-criada Sociedade Gregoriana, de Salvador, reunindo “homens de cor parda, ricos de sabedoria”, teria se transferido para o Rio. Seu objetivo? Assassinar pessoas brancas, à maneira do que ocorrera no Haiti. O movimento era, então, chamado de “haitianismo”, mas queria apenas a plena igualdade de direitos, conforme o artigo nº 179 da Constituição de 1824. Afinal, os “homens de cor” tiveram papel crucial nas lutas contra Portugal, portando-se como “muralhas da Independência e liberdade do Brasil”. Não foram reconhecidos e mereciam inclusão. O não atendimento desses pleitos resultaria, em 1837, na Sabinada, em que a milícia e a classe média negra tiveram papel de destaque.

Além da violência cotidiana, tal como na Lisboa invadida por franceses, também na capital as visões e os prenúncios messiânicos jogavam lenha na fogueira do medo e das crenças populares. Um velho teria subido ao pico do Itajuru, em Cabo Frio, lá tendo uma visão horrenda. Em tom bíblico, o rochedo o teria prevenido dos riscos do federalismo e da desintegração do país: “O que são as revoluções dos rochedos e das montanhas em comparação com as revoluções dos homens?” Palavras como liberdade e igualdade eram o sinal para que se cometessem as piores atrocidades, avisava o folheto que circulou pelas praças e ruas. Por uma coincidência, o “velho” em questão era um estudioso da natureza, quiçá mineralogista! Como se não bastassem suas previsões, a passagem de cometas pelo céu anunciava, também, novos desastres.

Os jornais eram a válvula de escape contra os governantes e excitavam a opinião pública contra ou a favor de medidas políticas. Escondidas na copa dos chapéus, as folhas eram então distribuídas nas vias públicas. *O Minhoca*, *O Verdadeiro Filho da Terra*, *O Ferrabrás da Ilha das Cabras*, *O Brasil Aflito*, *O Brasileiro Pardo*, *O Novo Caramuru*, entre outros, se alternavam em grosserias e repetidos insultos aos membros de um ou de outro campo político. O inglês James Fox Bunbury, de passagem pelo Brasil, se impressionou com o fato de injúrias pessoais e impropérios serem mais publicados do que explicações instrutivas sobre política. A infâmia era tão celebrada quanto as missas. A exaltação dos sentimentos nacionais, a raiva de Portugal e de D. Pedro dividiam opiniões e acabavam em tiros e mortes. Os editores não esqueciam dos Andradas, sempre alvo de caricaturas: “Na teta do desengano/ muita gente está mamando/ mamam gigantes Andradas/ Caramurus vão chuxando”... Ele mal chegara do exterior e já se atribuía a Bonifácio a liderança do grupo caramuru, encarregado de ditar ao monarca o que fazer. O *Diário Fluminense* acusava Drummond de ser o “correio de Paquetá”: “Quem diria que da Ilha dos Amores saíam tais planos”, acusava o

editorialista, que chamava os Andradas de “esturrados Franklins”, em alusão ao presidente americano.

O marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brandt Pontes de Oliveira Horta, amigo que Bonifácio indicou como encarregado de negócios do Brasil em Londres e posteriormente ministro, não deixou passar. E, em carta, defendeu-o:

Pois José Bonifácio, que sofreu calado seis anos de deportação sem crime nem sentença por não querer pulverizar seus inimigos com documentos irrefragáveis que abonavam sua honra, seus serviços e os nobres sentimentos do seu coração [...] há de agora, voltando ao seu lar e recolhido ao retiro filosófico de Paquetá, para acabar tranquilo o resto de seus cansados dias, conspirar contra o Soberano a quem serviu, e, deixe-me dizer com franqueza, a quem reteve no Brasil e sustentou o trono que ainda estava tão abalado e pouco seguro para se fazer chefe de farroupilhas?

É uma inconsequência e despropósito de tal calibre que não podia vir senão à cabeça de malvados que tramam novos projetos para separar este velho (velho que nunca soube desamar a quem amou) de seu amigo e soberano com vistas infernais de fomentarem guerra civil e desconfianças populares, pretendendo de novo desonrar o imperador face à Europa com os mesmos sonhos e calúnias de 23.

O “velho” não deixou a calúnia sem resposta. Em carta a Barbacena, desabafou:

Miseráveis!!! Me caluniam e me perseguem [...] sou e serei o que sempre fui; nunca desejei mandos [...] nem riquezas [...] nem jamais uma fita estreita ou larga, ou um crachá, que muitas vezes entre nós abrilhanta tavernas e armazéns de negros novos, nem outras

fantasmagorias jamais [...] me fizeram cócegas no coração.

Barbacena tinha vindo da Europa trazendo a segunda esposa de D. Pedro e tampouco era otimista sobre a situação política. Com o retorno de Bonifácio, pensou mesmo em entrar para o governo com ele e com Miguel Calmon, que já era ministro. Nada feito. Bonifácio recolheu-se ao que chamava de “retiro filosófico de Paquetá”, onde, junto com a filha Narcisa, arrumou livros e esperava terminar seus “cansados dias”. Antigo aliado, Barbacena agia em consonância com as ideias de Bonifácio: dava satisfações ao Parlamento e queria transformar D. Pedro num monarca constitucional. Mesmo os jornais da oposição liberal como o *Astréia*, responsável por atribuir fantasmagóricos projetos republicanos a Bonifácio, elogiavam Barbacena: seu governo fez uma administração limpa, estancou a ladroagem, combateu os presidentes de províncias afeitos à volta do absolutismo, programou reformas saudáveis, tirou do palácio o “gabinete secreto”, composto por amigos e protegidos da marquesa de Santos.

Porém, em dezembro de 1830, Barbacena foi despedido. Ele não abaixou a cabeça e escreveu ao imperador:

Um dos tios-avós de V. M. I. acabou seus dias em uma prisão em Sintra. V. M. I. poderá acabar os seus em alguma prisão em Minas, a título de doido, e realmente só um doido sacrifica os interesses de uma nação, da sua família, da realeza em geral, aos caprichos e seduções de criados caixeiros portugueses, que aliás constituem a escória do que há de mais vil e ignorante na Europa civilizada.

Sua queda foi decisiva para o reinado de D. Pedro.

No ano de 1830 começou a segunda legislatura da Câmara e liberais e D. Pedro começaram a se arranhar.

Medidas governamentais eram duramente criticadas e levas de soldados e civis portugueses, fugidos de D. Miguel, chegavam ao Brasil, eram acolhidos por D. Pedro e mantidos pelos combalidos cofres públicos. O imperador era estigmatizado de “português”. Lembra um historiador que a emissão de dinheiro e a circulação de moedas falsas de cobre, além de aumentar a inflação, atingiam de perto as camadas mais pobres. Acirravam-se as tensões entre boa parte da população e comerciantes, a maioria deles portugueses, acentuando o antilusitanismo. Havia forte temor de uma reunificação do Brasil com Portugal. O ambiente era ideal para os exaltados que desejavam um golpe que permitisse instalar a República. Num campo minado, as conspirações se multiplicavam.

Explodiu uma campanha nativista que antagonizava brasileiros e portugueses. Um cortesão português, “brasileiro adotado”, João Loureiro, assim definia a situação: “O Estado desse país só com uma palavra nova se pode exprimir laconicamente BRAZILARCHIA. O temor tem feito muitas mudanças nas caras e corações.” A propaganda liberal ganhava audácia. Em fevereiro de 1831, frente ao aumento das explosões populares, D. Pedro tentou repetir o que fizera nove anos antes. Partiu para Minas Gerais, em busca de apoio. Foi recebido com dobres fúnebres em homenagem ao jornalista Líbero Badaró, assassinado em São Paulo.

Ao regressar à capital, entrou na cidade precedido por um grupo de portugueses de jaqueta: açougueiros, mercadores e taberneiros. A desordem e a gritaria no cortejo, o barulho do tropel anunciaram a entrada “triunfal”, que mais parecia um cortejo de carnaval. Os comerciantes lusos tinham-lhe preparado uma festa no Centro, onde moravam, enfeitando ruas e janelas com luminárias. Choravam charangas e bandeiras tremulavam. A recepção acabou em desastre. Brasileiros saíram às ruas, dispostos a uma reação: apagaram as luminárias em homenagem ao imperador e receberam, de volta, garrafas quebradas e

pedras jogadas dos sobrados onde se entrincheiravam os caixeiros. Foi a “Noite das Garrafadas”! Na seguinte, uma multidão encheu as praças pedindo vingança. E os conflitos se multiplicaram.

Debaixo das janelas do palácio, gritavam-se vivas à federação. Conflitos de rua e manifestações de protesto vinham ocorrendo na Corte ao longo do mês de março e dos primeiros dias de abril. De fato, desde fins de 1830 era bem tensa a situação na cidade. Carl Seidler, oficial alemão que estivera a serviço do Exército brasileiro, recorda que, naqueles dias, negros e mulatos percorriam à noite as ruas da capital em magotes de trinta a cinquenta indivíduos, armados de cacetes e facas, interpelando os transeuntes – preferencialmente portugueses – com a pergunta: “Quem viva?”; a resposta esperada era a Constituição, o federalismo ou mesmo a república, e, logo, “Ai de quem respondesse ‘D. Pedro I’. O infeliz seria incontinentemente morto.” Nas paredes e portas de igrejas e casas, papéis anônimos, manuscritos, proclamações incitavam a comportamentos descontrolados. Segundo um representante diplomático francês, eles “tinham o objetivo de excitar e favorecer a revolta”.

Seidler também não economizou informações: “Pedro, o imperador de trogloditas, foi expulso do Éden brasileiro pelo espírito nacional e o senso da liberdade, porque quis deitar a mão à fruta proibida do poder absoluto.” Era possível ver “em todas as esquinas de ruas ajuntamentos de homens a confabular; cochichavam, falavam, discutiam, gritavam”. Alguns deles diziam, em voz baixa, a sua opinião, outros gritavam alto: “Fora estes filhos do reino! Fora a cachorrada!”

Movimentações populares, recheadas de ódio, inibiam a facção moderada dos liberais quanto à tomada de uma medida mais drástica contra o governo. Temia-se que uma atitude radical incentivasse uma reação dos mais pobres ou dos escravos. Não à toa, o mote de Evaristo da Veiga era: “Queremos a Constituição; não queremos a Revolução!”

Nada de sangue ou de violência, por favor. Diferente, porém, era a postura da facção exaltada, que, gradativamente, buscava se aproximar das tropas e mesmo daqueles setores subalternos, certos de não haver outro meio de pôr fim à tirania de D. Pedro. O clima agitado favorecia a proliferação de rumores, que eram explorados por ambos os grupos liberais. Nos dias subsequentes, apoiados pelos quartéis, deputados, em tom de desafio, exigiram uma solução pacífica do imperador. Sua resposta foi substituir os ministros portugueses por brasileiros e, num segundo gesto, substituir os últimos por homens de sua confiança. Para a oposição, isso foi uma afronta. E, no dia seguinte, uma aglomeração ocupou o Campo de Santana exigindo a partida de D. Pedro. “Tropa” e “povo”, segundo as palavras da época, julgaram-se soberanos e empurraram o governante supremo contra a parede.

Alertado, ele mandou expedir ordens para que os batalhões oferecessem resistência aos amotinados. D. Pedro não se dava conta, mas começava a ficar sozinho. As tropas preferiram partir para o Campo de Santana, onde parte do povo invadira o Arsenal e se armava com espingardas e pistolas. À meia-noite, o Batalhão do Imperador desertou. Em São Cristovão, ficaram apenas a Guarda de Honra e alguns membros da artilharia ligeira, que pediram licença a D. Pedro para se juntar aos sublevados. O imperador passou a noite conferenciando com diplomatas da França e Inglaterra sobre os meios de retirar-se, sem riscos, do Brasil. Depois redigiu de próprio punho, sem pedir conselho a ninguém, o decreto da renúncia. No dia 7 de abril, às nove horas, recebeu uma deputação exigindo a deposição do ministério. Respondeu com a declaração de abdicação em favor do filho, D. Pedro II.

O povo aplaudiu e gritou vivas quando, no Campo da Aclamação, ouviu o major Miguel Frias Vasconcellos ler o decreto. Não ouviu, porém, a frase que o imperador endereçou ao major: “Diga aos brasileiros que estimarei que sejam muito felizes.” Pasquins colados aos muros da cidade

saudavam a partida anunciada no agora campo do “fora!”: “Da honra fui campo outrora/ muito que ver ainda tens/ tudo serei, mas agora/ sou campo do nós queremos/ E campo do fora, fora!”

Se o gesto da abdicação foi rápido, a ideia era antiga. Em 1827, em carta escrita com cuidadosa caligrafia em francês, o filósofo franco-suíço Benjamin Constant aconselhou D. Pedro a abdicar do trono do Brasil em favor de seu filho, deixando uma regência moderada governar durante sua menoridade. Segundo ele, o jovem imperador, representante da tirania se comparada com as repúblicas americanas, seria, então, saudado como o paladino da liberdade. Desde o primeiro semestre de 1829, o imperador pensava em renunciar, caso a Assembleia não lhe desse licença para ir pleitear, junto a alguns soberanos europeus, a causa de sua filha, D. Maria II. O segundo casamento e a chegada da noiva atrasaram os planos. Desde a madrugada de 7 de abril, porém, já tinha se instalado, junto com a esposa, a bordo do navio inglês *Warspite*. Ali passou seis dias efetivando os últimos preparativos da partida. Um deles foi espontâneo. O imperador recorreu a Bonifácio, em cujas mãos queria deixar seus filhos: as três meninas e o menino imperador. E, usando uma frase em latim que já usara outras vezes, fez o convite:

Amicus certus in re incerta cernitur

É chegada a hora de me dar mais uma prova de amizade, tomando conta da educação de meu muito amado e prezado filho e seu imperador.

Eu delego em tão patriótico cidadão a tutoria do meu querido filho, e espero que o educando naqueles sentimentos de honra e de patriotismo nos quais devem ser educados todos os soberanos para serem dignos de reinar ele venha, um dia, fazer a fortuna do Brasil, de quem me retiro saudoso.

Eu espero que me faça este obséquio, acreditando que, não m’o fizer, eu viverei sempre atormentado.

Seu amigo constante, Pedro.

PS: Veja se as filhas poderão vir comigo, para as fazer bem educar na Europa, para serem um dia dignas Princesas do Trono Brasileiro.

Na fórmula de nomeação para a tutoria não foi menos elogioso, nomeando o “mui probo, honrado e patriótico cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo”. Pedro Malasartes se redimia. Bonifácio exultava. Doravante poderia dizer: eu existo. Dizê-lo com voz deformada pela idade, por vezes inaudível, mas insistente. Talvez pensasse que voltava às instâncias do poder. Embora pesado, o cargo tinha enorme prestígio. Implicava morar no palácio, ter acesso ao pequeno imperador por cujos bem-estar, patrimônio e interesses ele zelaria.

“A carta de Vossa Majestade veio servir de pequeno lenitivo ao meu aflito coração”, respondeu Bonifácio, “pois vejo que, apesar de tudo, V. M. ainda confia na minha honra e pequenos talentos para cuidar na tutoria de Seu Augusto Filho.” Mesmo sem apoio das Regências ou da Câmara, “não deixarei um só momento de zelar sobre sua felicidade e aproveitamento, por todos os meios que me sejam possíveis, enquanto durar este sopro de vida que me anima”. E, sempre fiel ao seu estilo de tratar o imperador como um rapazola, enviou-lhe uma carta em que o repreendia por ter confiado seus negócios ao corretor e negociante judeu José de Buschental: “E quer fiar-se V. M. em um maroto, como tal reconhecido e amigo de seu maior inimigo? [...] Pense no que faz e não vá entregar S. M. nas mãos de um traste seus interesses pecuniários.”

Era o 30 de abril de 1831 e Bonifácio cedo redescobriria que a fidelidade é uma corrida de obstáculos, por vezes terríveis. Ele já a experimentara com D. Pedro. Na carta escrita do *Warspite*, D. Pedro comunicava à Assembleia e depois ao regente, marquês de Caravelas, que confirmasse a nomeação de “seu amigo”, que, ao aceitar a tutoria, lhe “dava mais uma prova de amizade”. Muitos, porém, não

engoliram a indicação. O presidente do Senado e bispo capelão-mor D. João Caetano foi um deles. Limitou-se a colocar no papel um vago “ciente”. Se, para D. Pedro, tal convite tinha o sentido de um reencontro, entre políticos tinha gosto de contragolpe, recuo ou confronto: era o espírito do Ipiranga contra o 7 de Abril. Mal as velas da esquadra sumiram no horizonte, a Assembleia anulou a nomeação. Afinal, como um monarca que abdicara podia nomear qualquer coisa? Valia mais o direito civil do pai ou o interesse da nação? Dois dias depois, Bonifácio lançou um “Protesto à nação e ao mundo inteiro contra o facciosismo e a ingratidão”.

De Portugal, D. Pedro enviou-lhe, no dia 28 de dezembro de 1832, uma carta consoladora. Dizia ter recebido a “despótica resolução” da Câmara com mágoa e acrescentava música aos ouvidos do velho Bonifácio:

Triunfa a intriga, a inveja, a ignorância da honra da paternidade e do patriotismo; impera o despotismo, a desmoralização e a tirania [...] postergam-se foros e direitos. O partido dominante que hoje tiraniza o Brasil deseja acabrunhar meu amigo só porque é meu amigo, só porque ajudou na luta da Independência em que nenhum dos que atroam os céus e a terra tomou parte ativa e muito contra.

A Assembleia, que defendia a competência de nomear o tutor, fez nova eleição e, por maioria dos votos, aprovou Bonifácio para as funções. Restou aos deputados elaborar um regimento que regresse a tutoria. Um dos seus artigos dava-lhes poder para destituir o tutor a qualquer momento. Estava declarada uma guerra invisível.

Mas frente a quem doravante Bonifácio curvaria a espinha? Enquanto D. Pedro embarcava malas e era assediado por cortesãos que lamentavam sua partida, os parlamentares se reuniram, não mais como seus

subordinados, mas, agora, como governantes da nação. Para dar sentido nacional ao governo, formou-se um triunvirato com personalidades diversas: um militar, Francisco de Lima e Silva, um conservador, o marquês de Caravelas, e um liberal, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

Diante de três menininhas, D. Januária, D. Maria Paula, D. Francisca, de 9, 8 e 6 anos, e um menino “magrinho e muito amarelo”, de 5, um senhor viúvo de 68 anos. Por que ele? Uma biógrafa explica que D. Pedro não tinha muitas alternativas. Um nome escolhido entre seus aliados não seria aceito pelo novo governo. Entregar os filhos a quem o obrigara a abdicar também não era solução. Bonifácio não podia ser acusado de “homem de D. Pedro”. Contavam, sem dúvida, sua formação europeia e conhecimentos capazes de garantir melhor educação para as crianças. Ser tutor sem ser parente era situação delicada, tanto mais num país onde a monarquia vacilava e não tinha tradição. O menino-imperador, vestido numa farda minúscula, foi levado ao Campo de Santana numa carruagem dourada e, nos braços do visconde de Goiana, aclamado e reconhecido por milhares de pessoas. Ao som das salvas dos quartéis, apareceu, depois, à janela do Paço Imperial, ao lado dos três regentes, para ser aclamado pelo povo. Foi manobra hábil dos regentes para ganhar legitimidade. A linguagem da monarquia era aquela que, até então, a gente brasileira entendia.

Há quem diga que os interesses políticos mais absorviam Bonifácio do que os pequenos príncipes. Tendo prestado juramento perante o Senado em agosto, o tutor continuou a frequentar a Câmara e a se interessar pelos debates. Aproveitou para discutir a dotação do menino-imperador. Depois da soma fabulosa que D. Pedro carregou consigo, os deputados faziam economias e minguavam as dotações para seu filho. Em diversas sessões, Bonifácio reclamou da necessidade de uma verba razoável para as despesas das crianças. Também prestou contas sobre os gastos da casa

imperial e respondeu às perguntas sobre a tutoria que exercia. Fazia-o altaneiro, pois abriu mão de qualquer provento. Recusou – sabe-se lá por que razão, pois estava pobre – os vencimentos de ministro de Estado que lhe cabiam. Gabava-se de que, para ele, bastavam a honra e a glória em fazer do menino rei um “bom cidadão”.

Começou por nomear Luís Aleixo Boulanger como professor de escrita, geografia e letras, o padre Boiret para o francês, Simplício Rodrigues de Sá para desenho, Lourenço Lacombe para dança e Fortunatto Mazziotti para música. Todos tinham salários de 400 mil-réis ou 420 mil-réis, salvo o professor de dança, que ganhava o dobro! Por quê? Não se sabe... Para brincadeiras, descobriu um quarto cheio de armários fechados com brinquedos que eram retirados um a um, para a diversão. Não teve dúvida: chamou os irmãos e anunciou: “Acabou-se o monopólio, podeis brincar com tudo, pois tudo vos pertence!” Quanto a carinho e afeto, era prodigalizado pela ama que os vira nascer: D. Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho.

Amiga das crianças e inimiga de Bonifácio, com quem acabou brigando, a Dadama, como era chamada pelos pequenos, foi a grande responsável pela campanha que lhe retirou a tutoria. A dita senhora demonstrava-lhe abertamente sua antipatia e as crianças tinham conhecimento das “cabalas e intrigas que são discutidas em sua presença sem nenhuma inibição”, registrou o diplomata austríaco Mareschal. Já o representante francês observou que, numa festa no palácio, as princesas não falaram com ninguém, pois, nas palavras do diplomata, “o tutor os influenciou de modo a terem grande ódio a todos que compõem o atual governo”.

Fora do palácio, a situação econômica do país era ruim, o crédito público estava abalado, a Alfândega teve redução de rendas. No vasto território de população disseminada e falta de comunicação entre as províncias, o partido moderado, que fazia oposição ao imperador, compreendeu que não havia lugar para liberdades exageradas. E os conflitos que

rebentaram em várias partes do país uniam mais e mais em torno da velha palavra: ordem. Cortes nos salários das tropas fizeram eclodir novos motins. A Regência provisória foi transformada em permanente. Continuou Lima e Silva e subiram o paulista José da Costa Carvalho e o maranhense João Bráulio Muniz. Na pasta da Justiça, um velho inimigo de Bonifácio: Diogo Antônio Feijó. De onde viria tanta incompatibilidade?

Feijó foi deixado na Roda dos Expostos em São Paulo, lugar de filhos ilegítimos. Cresceu à sombra de um padre que cuidava de um aldeamento indígena em Queluz, onde aprendeu a ler e escrever. Tornou-se padre secular, mas antes foi professor e viveu de esmolas. Enquanto estudava teologia, interessou-se pelas ideias liberais. Em 1821, ocorreu uma mudança que talvez explique a antipatia dos Andradas por ele: sem jamais ter tido participação administrativa, pois sua condição de “exposto” e “mal nascido” o interditava de cargos no governo, nem contar com fortuna pessoal, Feijó foi escolhido como um dos seis deputados enviados por São Paulo às Cortes de Lisboa. Não fazia parte do plantel de acólitos de Martim Francisco, nem reunia as condições sociais que Bonifácio obteve com muita luta. E, ainda assim, foi catapultado para a frente da cena do poder. Feijó tinha ainda uma qualidade que não tinha Bonifácio: não era soberbo. Não enaltecia os próprios talentos e qualidades; ao contrário, insistia em ignorá-los. Nele não se via sombra de vaidade nem exaltação de atos heroicos. Seus atos públicos emanavam, dizia, da “divina providência” e da prudência. Única coisa em comum: Feijó e Bonifácio desprezavam direitos adquiridos pelo sangue.

No poder, Feijó reagiu aos motins com vigor. Demitiu profissionais militares. Nacionalizou as forças de segurança, criando a Guarda Nacional. Cercado por amotinados que exigiam privilégios, resistiu. Não economizava palavras: “Até este momento, a guarda municipal está em armas para defender-se de seus inimigos, sem dormir, e sem comer, só remédios fortes e muito prontos podem hoje salvar a capital

e com ela o império.” E fechou a torneira do orçamento. Um violento corte de despesas serviu para equilibrar a situação caótica deixada por D. Pedro I.

Enquanto Feijó punha ordem na coisa pública, o já citado João Loureiro, em correspondência para Portugal, enviava informações sobre a agenda social da tutoria: “Os augustos Meninos ficam bem...”; “José Bonifácio tem decaído e o conde de Sabugal aumentado, porque desbanca o outro em brejeirice”. No aniversário de D. Pedro II, “nada houve de festas, nem salvas, somente José Bonifácio fez cantar um *Te Deum* na Capela Imperial”. Ou ainda:

Falava-se aqui descaradamente em uma revolução (rusga) para o dia de ontem, dia dos anos do Sr. D. Pedro II, mas, passou o dia em sossego. S.S.A.A. vieram de São Cristovão dar beija-mão. José Bonifácio já tinha convidado a Regência e o Ministério para jantarem no Paço, assim como muitos criados titulares e todos aceitaram. Abriu-se o teatro e foi-se S. Majestade e Altezas.

Mas contava, também, o que ia, sorrateiramente, na agenda política. Afinal, Bonifácio estava velho, mas não estava morto:

Os Andradas não se têm querido conformar com a sua segunda posição; primeiro sopraram todos os exaltamentos democráticos e, vendo que nada conseguiam pela vigilância de um enérgico padre Feijó, voltaram-se para os amigos de D. Pedro e cresceu de tal maneira a opinião de que ele devia voltar, de que sua abdicação estava nula, que, no mês passado, tudo era descontentamento; uns porque queriam mais formas republicanas, outros mais aristocráticas, de forma que a Regência e o governo chegaram a mostrar seus receios e o medo pelo sossego público. A isso acudiram os

Patriarcas que fizeram a Constituição, mexendo tudo para ver se da confusão resultava suplantarem uns e outros, e voltarem ao poderio.

[...] Agora segue-se dizerem os Andradistas que a administração é federalista e para isso se querem apossar do menino-imperador, para com ele fazerem nova revolução. E o governo e a Regência dizerem que os Andradistas são Pedristas que se querem apossar do Menino para com ele fazer a revolução e chamar o Pai.

A vitória dos liberais moderados, com Feijó e Bernardo de Vasconcellos à frente, foi a derrota dos republicanos. Eles não eram monarquistas, mas tinham que resguardar o trono para manter a unidade nacional. E a manutenção da monarquia e o reconhecimento do pequeno Pedro II como imperador foram a forma de controlar a situação. Era, de novo, a transformação dentro do caminho ordeiro, o preferido da elite, que conduzia e continuaria a conduzir as mudanças políticas. Em cada província, os grupos de poder compartilhavam monopólios de tributação, de legislação e de coerção em nome da unidade do Estado nacional.

Foi esse o tema dos debates sobre a reforma da Constituição de 1824, entre 1831 e 1832. Feijó à frente, a reforma aprovada na Câmara dos Deputados estipulou que o Brasil seria uma monarquia federativa. Era o fim do Poder Moderador e o imperador não mais poderia dissolver a Câmara. Passou a se exigir maioria simples para derrubar o veto a uma lei. Extinguiu-se a vitaliciedade dos senadores. As elites provinciais poderiam participar da formulação de políticas nacionais, por meio de atuação no Legislativo.

Ao retornar, velho, para um império novo, fazendo o trajeto oposto ao que fizera quando moço, tendo ido para um continente velho, Bonifácio não suportava ou não entendia a jovem geração no poder. As reformas que seus membros desejavam, ele considerava inoportunas: “Essa ladainha de artigos reformáveis veio em ocasião muito má, por ser objeto que requer todo o sossego e tranquilidade da

nação soberana para alterar-se seu pacto social.”

Depois, havia a incontornável antipatia por seu conterrâneo Feijó. Quando e por que deixaram de se entender, não se sabe. Afinal, Feijó foi um dos portadores do projeto de Bonifácio para as Cortes de Lisboa. Pairou sobre ele a suspeita de republicanismo. Quando ministro, em 1823, Bonifácio mandou vigiá-lo, porque “aos sentimentos anárquicos e sediciosos de que é revestido, une a mais refinada dissimulação, da qual, sem dúvida, resultará grande perigo à tranquilidade e união dos povos daquela fidelíssima comarca, se não se empregarem todas as cautelas na sua perniciosa influência”. Somava-se a essas críticas a de que Feijó era federalista, além de amigo de Cipriano Barata, inimigo dos Andradas. Nenhum dos dois esqueceu as diferenças...

Enquanto o Parlamento se firmava no poder, conseguia controlar o Executivo e mudar a Constituição, Bonifácio, na condição de deputado suplente, não só combatia a reforma constitucional e seus representantes como se debruçava sobre outra agenda: a modernização das técnicas agrícolas, o combate às queimadas e à destruição de florestas, a instalação de um curso de economia política e a integração dos indígenas à sociedade. Foi, também, a época em que voltou ao seio da maçonaria. Na capital, nesse mesmo ano, surgiram cinco Grandes Orientes. Seus irmãos ora se aliavam, ora brigavam, num entra e sai de uma loja a outra. A Grande Loja Brasileira, composta de pelo menos outras três, a União, a Sete de Abril e a União e Vigília, contava com alguns Jeffersons e freis Canecas. Conhecida, também, por Moderno Oriente, essa grande loja seguia o rito francês e tinha posições progressistas, fazendo a apologia dos liberais exaltados no jornal de um de seus membros, o *Nova Luz Brasileira*. Na outra ponta, o Grande Oriente do Brasil era dirigido por Bonifácio desde seu retorno. A reinstalação do templo se deu após a abdicação e o discurso de Pitágoras, leia-se Bonifácio, datado do 3º dia do 9º. Mês do ano V: 5831:

À glória do Grande Arquiteto do Universo.

A todos os maçons espalhados na superfície da Terra, Saúde, União e Fraternidade.

[...] Debaixo de tua égide tutelar neste Templo Sagrado, onde nos ajuntamos para celebrar teus benefícios e praticar a virtude, ajuda-nos a combater as trevas com tua radiosa Luz, a trabalhar com novo afinco na felicidade dos Maçons e dos homens em geral; e a pregar como convém, o amor, o respeito e confiança que devem os governos, se desejam conservar-se e prosperar.

As atividades das diversas maçonarias, antes discretas, passaram então a ser divulgadas por meio de impressos que circulavam livremente. Esse Grande Oriente englobava seis lojas: Comércio e Artes, União e Tranquilidade, Esperança de Niterói, Amor da Ordem, Imparcialidade e, enfim, Caridade. Era, na época, um lugar de convívio entre liberais moderados e caramurus. Equilíbrio, ponderação e razão parecia ser o lema dos primeiros, representados por plantadores de café e comerciantes do Rio, de São Paulo e de Minas Gerais. Já os caramurus eram compostos por militares, cortesãos e altos burocratas, defensores da centralidade do poder nas mãos do monarca.

E o confronto final com os liberais moderados, que detinham as rédeas do poder, não tardaria. Segundo uma biógrafa, ele nasceria da defesa que o grupo fazia, enquanto proprietário de terras e escravos, da própria escravidão. Eles protelavam seu fim para um futuro distante. E defendiam o que Bonifácio atacou desde o início de sua carreira política: o federalismo. Federalismo que, no entender do grupo, afastava as tendências separatistas, dava autonomia às elites provinciais e eficiência a um Estado sem aparelho administrativo que atingisse todo o território nacional. Evaristo da Veiga, dono do *Aurora Fluminense*, e Nicolau Vergueiro eram os nomes da nova diretriz política. Contra eles, o pequeno grupo em torno dos

Andradas, que defendia o Executivo e a Assembleia contra os governos provinciais. Só eles garantiriam reformas necessárias ao país. Entre eles, duas figuras notáveis: Montezuma e Antônio Rebouças. O primeiro, filho de um traficante de escravos baiano, ex-aluno de Direito e Filosofia em Coimbra, onde era líder dos acadêmicos brasileiros. O último, filho de uma ex-escrava e de um escrevente de cartório, extremamente envolvido com a garantia dos direitos civis e políticos para todos os cidadãos brasileiros, independentemente da cor. Não à toa, foi esse o momento em que se tornaram evidentes a pardização, a “amalgamação” – como queria Bonifácio – e a inclusão política e o enriquecimento de negros e mulatos.

Em abril de 1832, novos motins ocorreram na capital. Chefiada pelo mercenário alemão Augusto Hugo auf Hoiser, conhecido como barão Von Bülow, redator de *O Americano*, a revolta, com cerca de quinhentas pessoas, pedia a volta do imperador. Em coluna, dirigiram-se pelo Aterrado, no caminho de São Cristóvão, quando foram atacados no Rocio pequeno pela Cavalaria da Guarda Nacional. Retrocederam em desordem e na ponte do Aterrado foram destroçados. Nesse último evento, o tutor negou-se a cumprir a ordem do ministro do Império, José Lino Coutinho, de transferir o menino-imperador do Paço de São Cristóvão para o Paço da Cidade, onde estaria mais protegido. Bonifácio considerou a ordem injusta e ilegal, e desobedeceu, pois se considerava acima de qualquer subordinação ao governo. “Ninguém conhece melhor do que eu o estado de desassossego do espírito público”, rebateu. E, sempre à beira do ofensivo: “Tome as suas medidas que as minhas estão tomadas.”

Não satisfeito, ele solicitou o apoio da esquadra francesa fundeada na Guanabara para, em caso de ameaças, levar para lugar seguro os pequenos príncipes, transferindo com eles a capital para outro ponto não definido do território nacional. Embora não houvesse provas de sua participação nos levantes e suas discordâncias com tais grupos fossem maiores do que as concordâncias, corria que estava

envolvido com os restauradores. Convencido da participação de Bonifácio, Feijó acusou formalmente o tutor, afirmando que o Paço tinha sido o quartel-general dos conspiradores. De lá teriam partido peças de artilharia e os próprios criados estariam entre os revoltosos.

Se não havia provas, existiam indícios fortes. Em agosto de 1833, a vitória de D. Pedro contra o irmão D. Miguel em Portugal lançou os caramurus na corrida para trazê-lo de volta ao Brasil. A ex-imperatriz Amélia aparecia como conspiradora ativa da volta do marido a solo americano. Tais sinais eram conhecidos e causaram vivos debates na Câmara sobre a possibilidade de uma Restauração. Restauração que aparecia como a negação da Independência de 1822 e que valorizava a supremacia monárquica e o tradicionalismo português. Antônio Carlos não se conteve. Tomou um navio e foi para Lisboa. Hospedado no Cais do Sodré, avistou-se com D. Pedro. Recém-saído de uma guerra fratricida, o imperador não tinha ilusões. Não queria o mesmo no Brasil. Sabia da fragilidade política dos Andradas à frente dos “restauradores” e sabia de sua ambição também. Para se prevenir, pôs tudo no papel no dia 14 de setembro de 1833:

Senhor Antonio Carlos de Andrada Machado

Pareceu-me conveniente dar-lhe por escrito as mesmas respostas que dei de boca outro dia da maneira seguinte:

Art.1: A minha abdicação está valiosa; jamais tive a intenção de a declarar nula.

Art.2: Eu não tenho dúvida alguma de fazer todos os sacrifícios pessoais, menos o da minha honra pelo Brasil e prestar à minha adotiva pátria e a meus filhos, todos os serviços de que eu seja capaz; porém eu acho-me engajado por honra na defesa dos direitos de minha filha [...] e da Carta Constitucional e não posso dispor de mim

sem que fique inteiramente desligado das obrigações que contraí para com a Nação Portuguesa; depois poderei ir prestar ao Brasil os serviços que de mim exigir a nação. Mas para que isso tenha lugar, será mister, como eu marchou sempre em acordo com a lei, e desejo respeitar como sempre respeitei a Constituição Brasileira, que as Municipalidades expressem que a vontade Nacional, que a Assembleia declare solenemente que, convém que eu volte ao Brasil para governar na condição de regente do meu filho imperador, e que a mesma Assembleia Geral me envie uma deputação a dar-me parte de sua resolução, e a pedir-me ao mesmo tempo que eu haja por bem anuir ao voto nacional legalmente expressado.

Art.3: Se isto assim tiver lugar e eu nessa ocasião me achar desligado das obrigações que por honra e hoje por gratidão hei contraído para com a Nação Portuguesa, não hesitarei um só momento e imediatamente partirei para o Rio, animado daquele mesmo sincero amor pelo Brasil e que nunca em mim se extinguirá.

Tomei a resolução de escrever-lhe esta para que a faça chegar ao conhecimento daquelas pessoas que, em deputação, o mandaram à minha presença e que, cegos pelo muito amor que me consagram, aos meus filhos e ao Brasil, seriam a causa, se eu abraçasse seus planos, de uma terrível guerra civil, que acabaria com o Império ou pelo menos o reduziria ao último estado de desgraça.

Eu amo muito o Brasil, eu amo muito a meus filhos, e a todos os meus concidadãos; eu amo muitíssimo a minha honra e a minha reputação; eu respeito, sobremaneira, o juramento que voluntariamente prestei à Constituição Brasileira para ir empreender coisas que não sejam conformes com a vontade da Nação Brasileira a que pertenço. Eu faço ardentes votos ao Altíssimo pela prosperidade do Império e felicidade de meus filhos e concidadãos e muito estimarei poder ainda prestar-lhes algum serviço, mesmo à custa dos maiores sacrifícios;

mas para que isso possa ter lugar, é mister que tudo se passe como acima deixo dito. Aproveito esta ocasião para assegurar que sou seu afeiçoado D. Pedro.

D. Pedro disse sim dizendo não. E Antônio Carlos voltou visivelmente arrasado. Sua decepção teve testemunhos. Enquanto isso, a tensão crescia na capital. Em outubro de 1833, jornalecos como o *Loja do Belchior* anunciavam que o ministério queria promover uma convenção a fim de evitar a volta de D. Pedro. Até Lord Palmerston e Talleyrand, líderes na Inglaterra e na França, apoiavam o retorno – alarmavam as manchetes. *O Índigena do Brasil* acusava Bonifácio de ter interesse na queda do menino-imperador. Informava que tinha batalhões prontos para operar comércio e ladroerias com os pedristas. Em toda parte, crepitavam informações, falsas ou não.

Os Andradas pareciam incansáveis na arte de cozinhar conflitos. Os liberais tinham se dividido entre “moderados” e “exaltados”. Os primeiros tomaram conta do governo e os segundos, ressentidos com a oposição a Bonifácio na tutoria, passaram a combater o partido dominante. Pretendiam, sim, a restauração com D. Pedro I. Embora não se mostrasse na linha de frente, todos sabiam que Bonifácio estava na luta. Enquanto seu grupo defendia a monarquia centralizada, o outro defendia a Federação, a escravidão e a distribuição do poder entre as diferentes províncias. Para os irmãos Andradas, as oligarquias provinciais só agiam em interesse próprio, colocando em risco os interesses do país. Estavam certos, embora não calculassem a força dos opositores.

Na luta, porém, colocavam lenha na fogueira. Martim Francisco e Antônio Carlos despejavam, em linguagem apaixonada, ataques à Câmara. Os jornais *O Caramuru* e *Carijó* eram seus porta-vozes. *O Caramuru* começou a circular quando das revoltas cariocas e insistia na fidelidade ao imperador, sem explicitar se se tratava de D. Pedro I ou II. Na mesma época, nasceu a Sociedade Conservadora da

Constituição Política Jurada do Império do Brasil, criada por civis e militares ligados ao governo do ex-imperador. Seus pronunciamentos de tendência monárquica mesclavam elogios à Constituição e seus membros se diziam “inimigos de revoluções”. Inspirada nas legiões romanas, a Sociedade dividia-se em grupos de 34 pessoas, formando um círculo que possuía um chefe nomeado, não eleito. Esse chefe escolhia três decuriões, que lhe eram subordinados. O conjunto dos chefes compunha um conselho dirigente da Sociedade. Um dos seus diretores era Antônio Carlos.

Aos poucos, Bonifácio não se controlou mais. Atacava, ele também, a gente nova que dirigia o Brasil: “Infeliz Brasil! Pátria adorada, que males não sofrerás, sendo governada por semelhante gente!” E comparava os homens do governo: “Dois são camelos e um é velhaco”, frase publicada no *Aurora Fluminense* para comprometê-lo como maldizente.

Os moderados começaram a reagir. Primeiro, fecharam a tipografia que publicava *O Andradista* – cujos parágrafos cantavam saudades de D. Pedro, elogiavam o Velho Venerando e pleiteavam o retorno dos Andradas. Colocaram espiões no Paço para vigiar os passos do tutor. Pediram ao chefe da polícia, Eusébio de Queirós, que abrisse inquérito a respeito de atividades irregulares que ali pudessem acontecer. Enfim, fechavam o cerco.

Embora aliados como Martim Francisco ou Rebouças defendessem Bonifácio, os argumentos de Feijó eram apoiados pelos deputados governistas: o tutor era inepto ou traidor, pois deixou a revolta acontecer, sem resistir. Pior, a pecha de traidor começou a colar-se à pele de Bonifácio: ele seria o responsável pelas ideias absolutistas de D. Pedro; não queriam que ele repetisse o feito com o menino-imperador. E quem ocupasse a tutoria tinha que estar de acordo com a vontade nacional, expressa nos representantes eleitos. E o argumento final: se não havia conformidade de opiniões entre o tutor e os deputados, ele não podia ser tutor! A Câmara aprovou a demissão de

Bonifácio com 45 votos a favor e 31 contra. A tudo isso se somou a campanha movida pelo *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga e grande amigo de Feijó, que martelava: Bonifácio seria, sim, traidor, inepto, irresponsável e sem compostura. Dizia palavrões na frente dos pequenos príncipes, desacatava as damas do Paço e ali reunia gente suspeita. A decrepitude o impedia de exercer o cargo. Acusações choviam para empurrá-lo para fora do palácio.

Na mesma época, o Grande Oriente do Brasil rachou e perdeu o apoio de duas lojas: Comércio e Artes e Beneficência. As tentativas de restauração por parte dos Andradas e a “tendência ao sistema aristocrático” alimentaram a cisão. Houve ainda o agravante de ambas as lojas terem aderido ao sistema escocês, proibido de maneira “despótica e arbitrária” pelo Grande Oriente, de rito francês – leia-se proibido pelos Andradas. A Comércio e Artes contava entre seus membros com Evaristo da Veiga, a essa altura inimigo frontal de Bonifácio. Independente e tendo aderido ao rito escocês, seu grupo se separou e fundou a loja Amizade Fraternal. Outro Grande Oriente, esse não do Brasil, mas brasileiro, “situado no vale do Passeio”, tinha como grão-mestre outro inimigo de Bonifácio, Nicolau dos Campos Vergueiro. A seu lado, o general José Joaquim de Lima e Silva, irmão do ex-regente Francisco de Lima e Silva, todos participantes do episódio que afastou D. Pedro no dia 7 de abril. Possuíam cinquenta lojas em diversas províncias brasileiras e apoiavam o federalismo em sua constituição. Proibiram inclusive o cargo de grão-mestre a qualquer regente, chefe de governo ou mesmo príncipe ou membro da família imperial. Um recado para os que iniciaram D. Pedro I e que pretendiam iniciar seu filho nos mistérios do templo. Já o Grande Oriente de Bonifácio, ou do Brasil, defendia a entrada de um membro da família imperial na maçonaria – o que nunca aconteceu no II Reinado. Mas ali, até 1834, se cozinhou em fogo brando a ideia de trazer D. Pedro I de volta. As lutas políticas se davam, portanto, na Assembleia, nos jornais, nas ruas e nas lojas maçônicas.

O clima na cidade era de crise. Sobre o tutor, falava-se novamente em sua prisão e deportação. Cresciam os boatos: ministros estrangeiros e barcas da esquadra inglesa teriam seguido para São Cristóvão com tropa “para defender o tutor; estamos perdidos, o menino-imperador vai para bordo da nau inglesa”, alarmava o jornaleco *A formiga*. Houve tentativas de tirar Bonifácio do cargo de forma cordata. Martim Francisco se opôs. E o fez num discurso parlamentar e, depois, em confissão: “Eu sou unicamente o culpado, eu sempre me opus a tal resolução, por não querer roubar à Câmara esta glória, que decerto tem de imortalizá-la.” Procurado pelo barão Daiser, encarregado dos negócios da Áustria, Bonifácio exibiu uma pistola e ameaçou: se defenderia, caso não o respeitassem. A um padre que o visitou com a mesma missão dissuasiva, respondeu: “Diga a esses canalhas que, embora velho, sou ainda bastante forte para obrigá-los a se arrependerem de suas insolências.” Mas as insolências chegaram. No dia 14 de dezembro, uma comissão de juízes de paz foi à Quinta da Boa Vista ordenar ao tutor que deixasse a residência do menino-imperador. Bonifácio fincou pé: a ordem era ilegal. Ele escreveu ao ministro do Império, Antônio Pinto Chichorro da Gama:

Ilmo e Exmo. Sr.

Tendo de responder ao ofício de V. Ex^a. que acompanha o decreto da Regência de 14 do corrente, digo que não reconheço no mesmo o direito de suspender-me do exercício de tutor de Sua Majestade o Imperador e de suas Augustas Irmãs. Cederei à força, pois que não a tenho; mas estou capacitado, visto que obro segundo a lei e a razão; pois que nunca cedi à injustiça e a despotismos há longos tempos premeditados e ultimamente executados para vergonha deste império. Os juízes de paz tudo fizeram para me comover; porém a tudo resisti e torno a dizer, só cederei

à força.

Paço da Boa Vista, 15 de dezembro de 1833

E só cedeu à força mesmo. Patrulhas rondavam o palácio, enquanto soldados tomaram posição nas saídas dos fundos e dos lados da Quinta de São Cristovão. Os juízes tentaram “convencê-lo por maneiras dóceis e por todos os meios persuasivos”, contou um deles, João Silveira do Pilar. Passadas duas horas, Bonifácio continuava “firme em sua pertinácia”. Resistia e resistiria. Os juízes se reuniram numa casa próxima e ali lavraram a sentença por “formal desobediência de prisão”. E deram ordem às tropas. Sob as armas de mais de cem homens da cavalaria e da infantaria, o tutor foi obrigado a entregar o cargo. Seguiu, depois, na sege do juiz Pilar, até a rampa da Praia de São Cristovão. De lá, atravessou às escuras as águas da baía, até a pequena Paquetá. Em casa, ficou em prisão domiciliar. Num barracão nas imediações, instalou-se um destacamento encarregado de vigiar seus passos.

O governo poupou-o da enxovia. Aos pupilos, ofereceu os serviços do marquês de Itanhaém, um simplório de peruca. Entre os que mais gostaram de sua destituição? D. Mariana de Verna, que recebeu do aliado Aureliano de Souza Coutinho, ministro da Justiça, uma cartinha: “Parabéns, minha Senhora. Demos com o colosso em terra. O ex-tutor resistiu às ordens e decreto da Regência e foi preciso empregar força e prendê-lo.” Afinal venceram o temível adversário!

A Formiga ironizou:

Já foi suspenso o Tutor e acabaram-se as bravatas de muita gente. Parecia que o mundo vinha abaixo [...] finalmente parecia o dia do Juízo e desta vez, lá se ia o governo e sua gente, porém tudo era palavrório e o Tutor ficou comprometido e logrado.

Logrado, pois Bonifácio acreditou que teria apoios. O redator dizia sentir por ver um ancião “sacrificado” por ter se deixado levar por um bando de vermes “restauradores”. Mas ninguém lhe estendeu a mão.

Seu último contato com o menino-imperador e suas irmãs se deu quando da morte de D. Pedro, aos 36 anos, no mesmo quarto em que nasceu num castelo próximo a Lisboa. Depois de desculpar-se por não comparecer mais ao Paço ou lhes escrever, dizia-se:

Carregado de pesares e de profunda amargura, eu vou dar os pêsames pela perda de Vosso Augusto Pai, o meu amigo. Não disse bem, D. Pedro não morreu – só morrem os homens vulgares e não os heróis. Eles sempre vivem na memória ao menos dos homens de bem, presentes e vindouros e sua alma imortal vive no céu para fazer a felicidade do futuro Brasil [...] Deus guarde e preciosa vida de Vossa Majestade...

A morte do jovem ex-imperador no palácio de Queluz levou junto para o túmulo os últimos restauradores.

Em fevereiro de 1835, Bonifácio foi notificado do processo por conspiração e convidado a comparecer ao Tribunal do Júri. Negou-se. Alegando que seu estado de saúde não o deixaria ir à Corte, acrescentou que “o processo informe e ridículo a que se procedeu [...] são efeitos de uma cabala juvenil”. Acusava o texto de “irregular, injusto e absurdo”. Indicava para defendê-lo “os homens de probidade” e dizia confiar nas “luzes dos Juízes”, ou seja, prescindia de defensores. Ao ser chamado perante o júri, não compareceu. Defendido por seu advogado, o conselheiro Japiassú, o julgamento foi entregue à consciência dos jurados. Na sessão de 14 de março foi absolvido por unanimidade.

Na imprensa, porém, sua figura continuava a dividir opiniões. Enquanto o *Diário do Rio de Janeiro* estampava a

manchete “Triunfo da Probidade”, comparando-o ao patriarca bíblico José, “salvador do Egito”, atribuindo-lhe o título de “Salvador do Brasil pelos conselhos dados a D. Pedro” e acusando a “maquiavélica trama urdida pela malignidade de seus inimigos”, o *Aurora Fluminense* descrevia outro quadro:

Cabe aqui censurar a conduta descomedida de alguns dos espectadores, pela maior parte homens de partido, de antemão fanatizados, e convidados para assistirem aquele processo: por vezes perturbaram a leitura da acusação com os escarros e arrastamento de pés que outrora eram tão comuns nas galerias da Câmara dos Deputados, e tantos foram os gritos de “Fora!” quando o promotor acabou, que o Juiz de direito se viu obrigado a levantar-se e a dizer que mandaria evacuar a sala. Várias irregularidades se notaram, durante a sessão do Júri, para as quais, é certo, muito contribuiu a pequenez do local: homens estranhos ao Conselho estavam com ele misturados, alguns dos quais altercavam e promoviam contendas [...]. Principiado o interrogatório das testemunhas, foram tantas as argúcias, chicanas, perguntas, reperguntas, e mesmos os insultos da parte dos advogados que me pareceu toda a marcha do processo bem alheia da gravidade e decoro com que deve o objeto ser tratado, e com que é efetivamente tratado em outros países.

Ou seja, os métodos empregados desde sempre pelos Andradas fizeram-se presentes também no julgamento.

Na mesma época, o companheiro de exílio Montezuma, maçom de movimentação internacional, foi expulso do Supremo Conselho do Grande Oriente. A acusação era de que ele se aproveitava da maçonaria para obter cargos importantes. O político baiano, outrora amigo e companheiro de desdita, foi substituído pelo grupo de

Bonifácio, que, coincidentemente, sempre ocupou cargos relevantes. Antônio Carlos assumiu a chefia do Supremo Conselho. Os Andradas eram mesmo incorrigíveis.

O inverno desceu sobre a pequena ilha no fundo da baía de Guanabara. Bonifácio trazia consigo duas marcas: no corpo, a idade – tinha 70 anos. E, no coração, o sentimento de derrota. Perdeu espaço na política e na Corte. Segundo ele, os obstáculos foram continuamente os mesmos: “Fui deportado, creio que só por medo; mas que puerilidade de haver-se medo de um indivíduo em um vasto Estado, onde a influência individual se perde em um montão de influências individuais, de riqueza, de parentela, vaidades territoriais, etc.” Ou seja, desde sempre, desde sua experiência em Portugal, os méritos pessoais não triunfavam. E, sim, os amigos, o dinheiro, o nepotismo. Ele contava as perdas.

Seu ressentimento deve ter aumentado quando, no dia 7 de abril de 1835, soube que os brasileiros escolheram como governante o “menino abandonado” que não queria privilégios; um político liberal no lugar do rei. O seu velho inimigo: Feijó. Ao ser eleito, o regente pensava em governar com o apoio dos antigos opositores. Mais tarde, em 1837, um gabinete de oposição foi composto. Na Câmara dos Deputados, Antônio Carlos não perdeu tempo para dar o troco: se encarregou de criticar sistematicamente a política de instabilidade que tomava conta do país.

Afastado do Parlamento, Bonifácio se via no final do caminho e optou pelo desprendimento total. Fez o testamento em nome de Narcisa Cândida, moça de 15 anos, e deixou Martim Francisco como tutor. Não era pobre nem rico. Recebia desde seu retorno ao Brasil uma pensão de 4.000\$000 anuais. Tinha uma fazenda de criação de gado em Parnaíba, o sítio dos Outerinhos, em Santos, uma parte em um engenho de açúcar em Piracicaba e uma chácara na Ilha de Paquetá. Possuía quatro apólices do governo, três no valor de um conto de réis e uma no valor de 400 mil-réis. Reconhecia uma dívida com o velho amigo Drummond, que lhe custeou a viagem de volta da França e o enterro da

mulher. Tinha uma coleção mineralógica e uma biblioteca de 1.500 volumes, onde empregou “toda a fortuna”, além de joias da esposa que ficaram para a filha, que também herdou a “terça”. Estava noiva, nessa época, de José Maximiniano Batista Machado, com quem não se casou. Narcisa herdou ainda “uma criança cabrinha chamada Constância e um preto de nação chamado Pedro”. Não deixou de registrar os “*vários dinheiros*” e despesas que, “em prejuízo dos mais herdeiros”, despendeu com a filha Carlota Emília e o marido, filho de seu ex-professor Vandelli.

Se Bonifácio tinha finalidades para a velhice, essas eram de colocar no papel, de forma organizada, alguma coisa: um diário de viagem, um tratado de mineralogia e outro de montanhística, observações sobre as minas da Europa, uma “história do meu tempo” sobre o que viveu, um ensaio sobre o Antigo Testamento, enfim, planos e mais planos de escrever. Nada feito. Como Washington, que se retirou a uma casa modesta nos campos da Virgínia, ele também procurou o isolamento. Mas, como nenhum homem é uma ilha, manteve contatos. Foi eleito sócio da Sociedade de Medicina e da Sociedade de Instrução Elementar, que não frequentou. Continuou, porém, ativo na maçonaria. Em 1837, o Grande Oriente Brasileiro publicou um impresso assinado pelo grão-mestre Bonifácio tornando públicas as suas atividades. Com sua morte, assumiria o posto Francisco de Holanda Cavalcanti, visconde de Albuquerque, um dos expoentes do Partido Caramuru.

Um ano antes de fechar os olhos, foi espontaneamente lembrado como um nome possível para suceder ao regente Feijó. Recebeu 164 votos. Foi dos menos votados, mas nem tinha se candidatado. Quando cruzava as ruas da capital, apoiado no braço do sobrinho capitão Gabizo, via bem que o ambiente político da Regência não era mais o seu. Os anos tinham passado. Ele tinha amarelado, diminuído de estatura, seu rosto parecia um entrelaçado de raízes. Estava diante de um mundo que o apartava de novos costumes e dos amigos que tinham partido. Um mundo onde acabou por

adquirir certa transparência. Ninguém mais o interpelava.

Segundo um biógrafo, no fim da vida Bonifácio teria registrado: “Os políticos da moda querem que o Brasil se torne Inglaterra ou França; eu quisera que ele perdesse nunca os seus usos e costumes simples e naturais, antes retrogradasse do que se corrompesse.” Vontade de um Brasil autêntico, sem influências externas? Desconfiança dos políticos da moda, todos jovens e eurocêntricos? Bonifácio teria nostalgia dos tempos em que achava que seus projetos poderiam fazer o Brasil avançar? Esquecia que sua agenda também se inspirava em ideias de desenvolvimento que ele vira desabrochar na Europa? Esquecia que achava que “os brasileiros [...] são bons para padres, rábulas e escrivães”, ou seja, eram retrógrados mesmo?

Paquetá permitiu a Bonifácio acomodar-se à realidade. Ele ainda não via o rio dos mortos, onde se quebravam as ondas. Mas as ouvia se dissolver na areia. Em março de 1838, ficou acamado. No começo foi só a falta de apetite. Seguiram-se a sensação de empanzinamento e as dores de estômago após a sofrida ingestão de alimentos. Por fim, sangramentos e vômitos. Foi tratado com sanguessugas atrás das orelhas e em torno do ânus. Tomou clisteres para induzir a evacuação e sulfato de quinina. Na época, receitas generalizadas procuravam tratar diagnósticos imprecisos. A triste carne desmanchando-se em tumores adiantava o trabalho do túmulo.

Solitário? Não. Recebia os médicos e amigos. O general Labatut, depois de uma vida aventureira entre os exércitos de Napoleão e os de D. Pedro I, foi um deles. Martim Francisco era assíduo. Em visita, Bernardo de Vasconcellos percebeu as rasgaduras do lençol que o cobria e Bonifácio, irônico: “Não te incomodes, Bernardo. Irregularidades do crivo, irregularidades do crivo...” Os últimos dias foram passados em Niterói, onde os cuidados eram considerados melhores. Na Rua do Ingá, pernitoou doze noites e na tarde de 5 de abril, às três horas, fechou os olhos. Falou-se em

congestão cerebral e paralisia, mas há uma hipótese de que morreu de câncer gástrico. Seu corpo foi embalsamado e, segundo um cronista, seus intestinos foram enterrados na Igreja de São Domingos ou na Capela de Nossa Senhora da Conceição, onde o padre Jerônimo Rodrigues teria dito uma missa de corpo presente, com a esmola de 4 mil-réis, a pedido de Martim Francisco.

O sepultamento, porém, foi transferido para o dia 8 às 18 horas, segundo consta de uma comunicação assinada por Antônio Carlos e publicada na imprensa. O corpo deixou Niterói numa galeota imperial, chegando ao Largo do Paço às 19 horas. À sua passagem, navios de guerra e mercantes cruzaram as vergas e baixaram suas bandeiras a meio pau. Grande massa de populares e oficiais o aguardava. Na rampa do cais, pegaram nas alças do caixão os senadores marquês de Paranaguá, Luís José de Oliveira, João Evangelista de Faria Saião Lobato e Antonio Francisco Holanda Cavalcanti. Em meio ao largo, foram substituídos por membros da Sociedade Imperial de Medicina. Ao fundo, ouviam-se peças fúnebres executadas por uma banda. O caixão aberto desfilou, entre alas da Guarda Nacional, até a porta da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo e nele via-se o corpo de Bonifácio revestido da insígnia de cavaleiro da Ordem de Cristo que recebera de D. João. De uma das janelas do Paço, o menino-imperador, agora com 13 anos, assistiu passar o cortejo fúnebre.

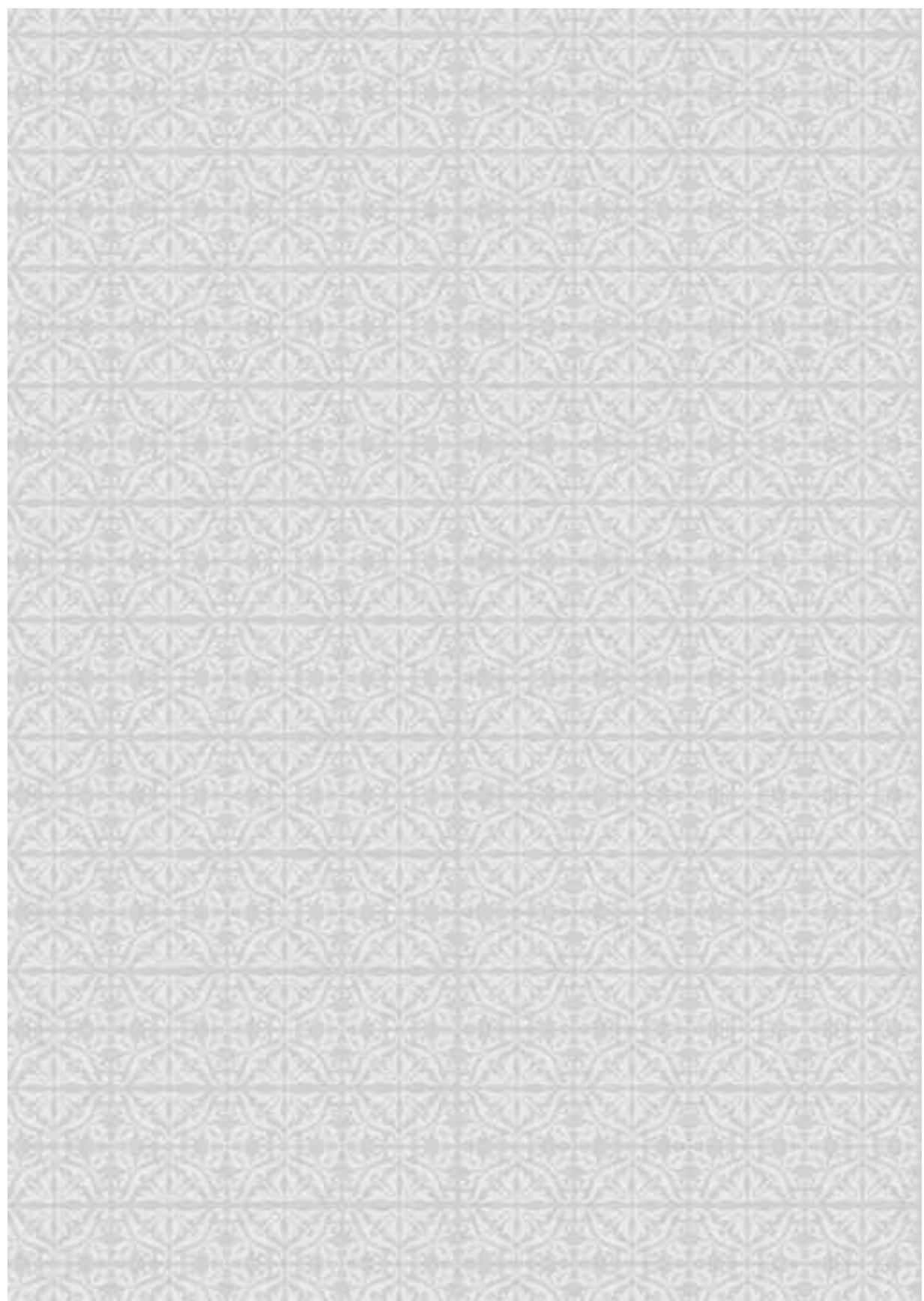
Debaixo de silêncio e pesar, um piquete da Cavalaria de Minas acompanhou os despojos. E, ao longo do cais, por ordem do tutor, marquês de Itanhaém, perfilaram-se vários criados da Casa Imperial e arqueiros. No átrio da igreja, ficaram estacionados um coche mortuário e uma carruagem de honra. Depois de encomendado o corpo pelos cônegos da Capela Imperial, a artilharia e a infantaria deram três descargas com seus mosquetes. Foi o sinal para que os membros da Sociedade Imperial de Medicina conduzissem o caixão até as catacumbas da igreja. Seguiram-se os discursos das diversas corporações e do representante da

Assembleia. As exéquias terminaram às 21 horas.

O *Diário do Rio de Janeiro* noticiou: “Faleceu ontem às três horas da tarde, com grande sentimento de seus numerosos amigos e de todos os brasileiros sinceros o ínclito Patriarca da Independência, o benemérito cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva.” Na descrição da cerimônia fúnebre, lê-se notícia de grande número de políticos importantes e de “pessoas distintas, entre as quais se notavam cidadãos de todos os partidos e em cujos semblantes se divisava a mais profunda dor”. A Assembleia do Rio tomou luto por oito dias e não faltaram homenagens. No Grande Oriente, seu velho adversário de outros tempos José Clemente Pereira fez um discurso homenageando o “filósofo distinto que honrou o Brasil dentro do país e no estrangeiro; o ministro ardente, o sábio e patriota que soube granjear-se o título de Pai da Pátria, o amigo por excelência do Sr. Pedro I e o imortal fundador do Império”.

Enterro excepcional para compensar o esquecimento em que ficou Bonifácio nos últimos anos? Não. Enterros eram cerimônias públicas e, no século XIX, um verdadeiro acontecimento social. Vizinhos se punham às janelas, escravos faziam algazarra, o número e qualidade dos convidados contabilizados: quanto mais, melhor. Convites eram expedidos, disputava-se quem pegava nas alças do caixão, em qual momento todos tirariam o chapéu. Gente se reunia para exaltar as qualidades do recém-falecido ou desancar-lhe a pele ainda quente. Era “uma festa para os olhos” – como definiu um historiador. O cortejo era ocasião para o público participar. Ruas e largos ficavam coalhados de gente. De todos os cantos da cidade acudia o povo para ver passar o morto. Para grandes conhecidos, como Bonifácio, ou pequenos desconhecidos, a cerimônia ensejava a mesma emoção, os mesmos gestos de contrição e ostentação. Nesse dia, a diferença foi a presença de políticos e as honras militares. O corpo de Bonifácio ficou na Igreja do Carmo até o dia 25 de abril, quando sua filha Gabriela o transladou para Santos. Ali foi, novamente,

enterrado na capela-mor da Igreja do Carmo, segundo sua expressa vontade. E lá ficou esquecido por muitos anos.





Não existem gênios individuais, mas homens que refletem melhor a sua época. E não é o caso de fazer deles modelos de conduta, capazes de educar gerações presentes e futuras por meio de exemplos do passado. Nem anjos nem demônios. Historiadores não buscam isso nas biografias que escrevem. Eles abordam vidas com suas contradições e seus dilemas. Abrem uma janela para o passado onde se vê passar a história de uma época através de indivíduos. E de indivíduos que são atravessados por correntes de pensamento, por fatos, por formas de agir e por sentimentos que os fazem reveladores de seu tempo. Atores históricos tornam-se, assim, sismógrafos reveladores de mudanças e permanências.

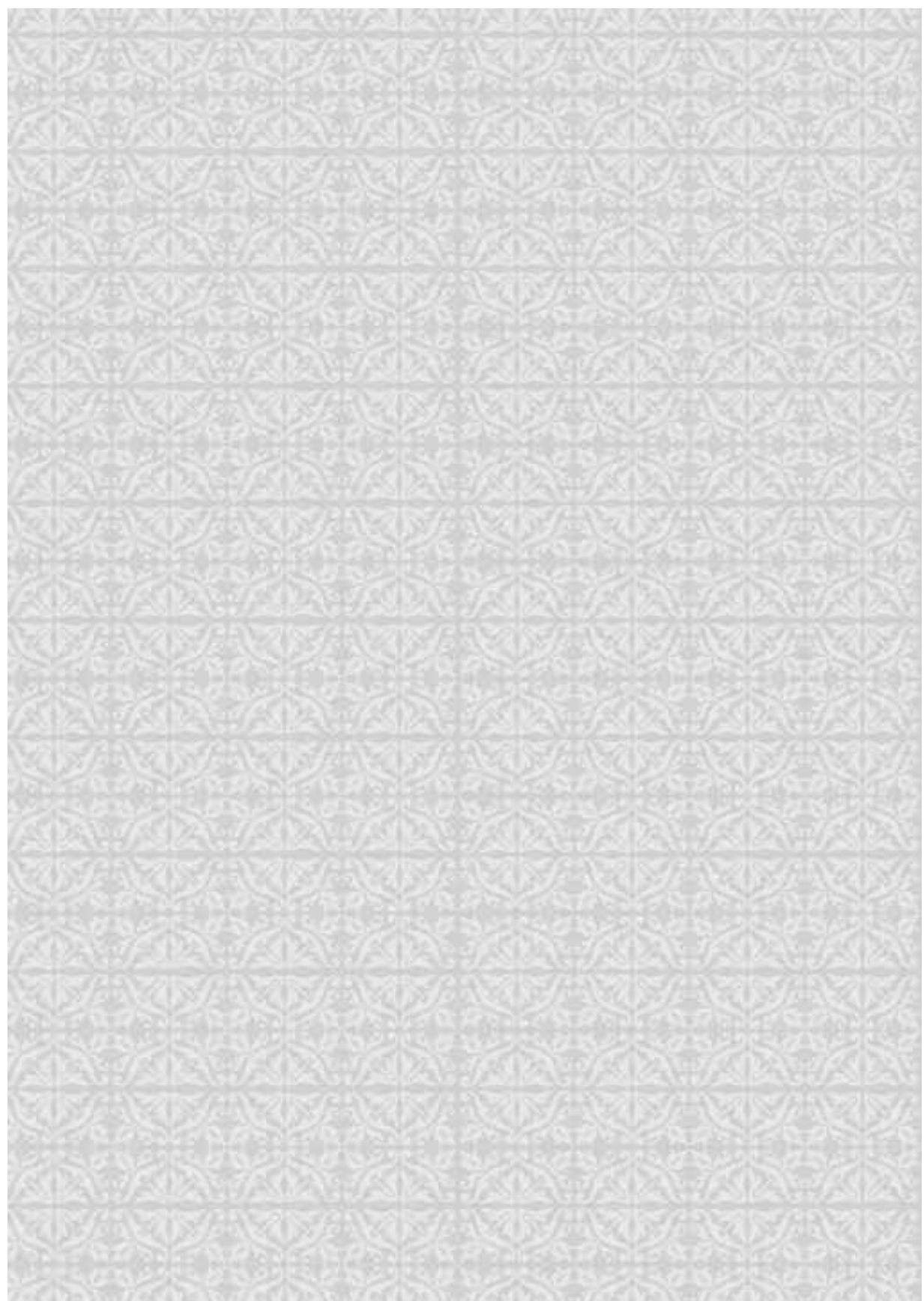
O Bonifácio que vi cavalgou sua ambição entre o Novo e o Velho Mundo. Cruzou o Atlântico e conheceu capitais europeias. Navegou nas ideias sobre liberdade, escravidão, meio ambiente e povos indígenas. Digeriu-as e expeliu-as com suas palavras. Viveu entre gente mestiça, mulata e parda nos altos escalões da monarquia, e por isso acreditava em mobilidade social e “amalgamamento”. Era insistente, violento e vingativo. Podia ser grosseiro e cortesão ao mesmo tempo. Desejou a modernidade, mas uma modernidade erguida na ordem, na autoridade, uma modernidade isenta de conflitos, que lhe inspiravam medo. Odiava o Antigo Regime que o impediu de crescer, mas amava a Coroa, seus reis e rainhas, de quem foi servidor

leal até o fim. Ganhou pouco e teve inúmeras perdas, materiais e afetivas. Sem ser fidalgo, fez-se aristocrata graças ao “Apostolado” que reunia os “aristocratas da terra”. Atacado pelos liberais como conservador, era alvo dos conservadores, que o consideravam liberal. Unido aos irmãos, tinha um projeto de poder. Por esse projeto, não lhe faltou coragem para enfrentar inimigos com maledicências e até com paus na mão. Acreditou que uma Constituição garantiria a estabilidade de um jovem império. Não percebeu ou fingiu não ver que o consenso alcançado para fazer a Independência foi costurado com a linha das políticas arcaicas: aquelas que preservavam a escravidão e a grande propriedade. Não notou que as províncias tinham projetos muito diversos e que, em algumas delas, ele era visto como aliado dos homens de negócios e dos funcionários públicos que desejavam preservar regalias. Não o representante de um país civilizado e homogêneo – como ele tanto martelou. Afinal, o Império brasileiro mais parecia um saco de gatos, onde grupos se digladiavam por interesses diferentes.

O que guardamos de sua trajetória? Que o Brasil não precisa de heróis ou ídolos, pois, bem sabemos, eles têm pés de barro. Mas que precisa conhecer a história de homens de carne e osso que nos ajude a compreender tanto o seu percurso no passado quanto a época que os produziu. É a sua complexidade que os faz se destacar no cenário. Bonifácio foi além e quis atravessar o esquecimento. Construiu a sua própria história quando, nos Anais do Parlamento ou graças aos jornais amigos, se fez “timoneiro da Independência”, “Pai da Pátria” ou, como queria o visconde de Cairu, “Salvador do Império Constitucional da América”. Apesar do esforço, era amaldiçoado por muitos não pelo que fez, mas pelo que foi.

No centenário da Independência, vários autores escreveram biografias em que exageraram elogios e louvores, confirmando o objetivo da época para as biografias: fazer semideuses. Relataram os feitos do

biografado, mas só os bons. Na época, apenas os “grandes homens contavam a História”. A partir de 2000, biografias baseadas em novas perspectivas historiográficas analisaram o personagem a partir de suas ideias políticas e seus interesses científicos, enriquecendo definitivamente sua múltipla personalidade. Esta aqui se limitou a contar as vidas de Bonifácio. As que ele viveu e as que outros o viram viver e contaram. As que se extraem dos documentos materiais. Não, porém, as que nos deixariam ver as regiões obscuras e mesmo misteriosas de sua vida interior, retratadas em frases soltas nos papéis ainda espalhados nos arquivos. Isso consola, pois nenhuma biografia é completa ou definitiva. Que venham outras.



Caderno de imagens



A pequena Santos, que José Bonifácio deixou para trás aos 14 anos, a caminho de São Paulo, onde faria os primeiros estudos e mais tarde tentaria uma vida melhor.



O Rio de Janeiro, capital da colônia e posteriormente do Império, palco de terríveis tensões políticas antes e depois da Independência, foi também o cenário da ascensão e da queda de um mito.



Lisboa no tempo de D. Maria: “O Reino da Estupidez”, segundo autores jovens e libertinos, e sede da Academia Real das Ciências em que José Bonifácio faria carreira.



Teatro de redes de sociabilidade científica que disputavam cargos e regalias entre si, foi em Coimbra que José Bonifácio entendeu: para subir na vida, teria que atender aos interesses estratégicos da Coroa portuguesa.



Para Bonifácio, Paris, que visitou em 1792, foi uma cidade de poucos estudos, muitos teatros, ceias, compras e passeios.



Estocolmo: cidade de águas e ilhas. Ali Bonifácio criticou os suecos por julgarem-se “perfeitos”. Parecia estar falando de si mesmo.



**O HERÓE DA INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL**

*José Bonifácio de Andrada e Silva
Dedicado a Seus Amigos*

10th, rue d'Orléans 218 de Paris e Bragg.

18850

José Antônio, mais tarde José Bonifácio, ficou conhecido como “Patrono da Independência” graças à cuidadosa campanha promocional do jornal O Regulador Brasileiro. Antes disso, raramente recebia elogios.



Rio de Janeiro, a cidade que acolheu o ministro das Relações Exteriores e em cuja casa, ao fundo do Largo do Rocio, D. Pedro passava as noites a conversar.



Depois da partida da família real para o Brasil, Lisboa sofreu com a fome: a sopa era distribuída nas ruas pelas tropas de Napoleão.



Bordeaux, terra de exílio. Em seu “castelo encantado”, em Talence, Bonifácio maldizia D. Pedro e amargava saudades do Brasil.



Pela janela da casinha na Ilha de Paquetá, as águas serenas da baía de Guanabara, visão que desfrutaria até poucos dias antes de sua morte, em Niterói, na tarde de 5 de abril de 1838.

Cronologia

- 1763  Nascimento, em Santos.
- 1783-  Estudos em Coimbra.
1787
- 1787  Graduação em Filosofia.
- 1788  Graduação em Direito.
- 1789  Admissão como sócio da Academia das Ciências e Letras de Lisboa, tendo apresentado o trabalho “Memórias sobre a pesca das baleias e a extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito de nossas pescarias”.

- 1790  União com Narcisa Emília O'Leary.
- 1790-1800  Bolsa do governo português em viagem pela Europa.
- 1800  Volta a Portugal.
- 1802  Inclusão como membro do Tribunal de Minas, intendente-geral das minas e metais do reino.
- 1807  Nomeação como superintendente de Obras Públicas de Coimbra.
- 1808  Resistência contra franceses.
- 1812  Nomeação como secretário-geral da Academia Real das Ciências de Lisboa.
- 1819  Retorno ao Brasil e residência em Santos.
-  Nomeação como ministro do Reino e Negócios

Estrangeiros do Brasil.

- 1823  Fechamento da Constituinte, prisão e exílio.
- 1829  Retorno ao Rio de Janeiro.
- 1831  Indicação para tutor dos filhos de D. Pedro I.
- 1833  Destituição da tutoria.
- 1838  Falecimento em Niterói.

Agradecimentos

Charles M. Lisbona
Profa. Denise Porto
Profa. Dra. Fabiana Comerlato
Prof. Leonardo Dantas Silva
Profa. Lizir Arcanjo
Profa. Lourdes Almeida Belchior
Prof. Dr. Marcelo Bogacianovas
Sra. Mariettinha Monteiro Leão de Aquino
Profa. Dra. Marisa Lajolo
Prof. Dr. Ricardo Felipe Di Carlo
Dr. Sávio Santos Silva
Prof. Dr. Paulo Assunção
Prof. Dr. Washington Dener S. Silva
Jorge Caldeira

Bibliografia

- ABUD, Kátia Maria. "Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII". Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1978.
- AGUIAR, José Otávio. "A Botânica como missão pedagógica: Manuel Arruda da Câmara e a peculiaridade de suas interpretações sobre as espécies brasileiras (1752-1811)". *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, nº 29.1 (2011). Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24301/19705>. Acesso em 21 de junho de 2018.
- AGULHON, Maurice. *Penitents et francs-maçons de l'ancienne Provence - essai sur la sociabilité méridionale*. Paris: Fayard, 1984.
- AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Caráter Geral dos Portugueses*. IHGB. Localização: DL 175, 72.
- _____. Carta de José Bonifácio de Andrada e Silva a um amigo anônimo. Museu Paulista-USP. Localização: Serviço de documentação textual e iconografia, D 1509.
- _____. Diário de observações, e notas sobre as minhas leituras, conversações e passeios. Museu Paulista-USP. Localização: I.1 1-1-9 192.
- _____. Nota de José Bonifácio de Andrada e Silva criticando os lentes da Universidade de Coimbra. IHGB. Localização: L. 192, Pasta 37.
- _____. Notas biográficas sobre amor e religião. Pensamentos e notas sobre o comportamento do homem em geral. Por José Bonifácio de Andrada e Silva. IHGB. Localização: DL 192, 24 - doc. 1/2.
- _____. Notas históricas. Por José Bonifácio de Andrada e Silva. IHGB. Localização: DL 191, 55 doc. 2/18.
- _____. Notas sobre viagens. IHGB. Localização: DL, 192, 16.
- _____. Notas sobre: Espanha - Rússia - Suécia - Noruega - Alemanha -

- Revolução Francesa – Ensino da Agricultura no Brasil – Intendência Geral de Polícia – JOB – C. 38 – V. 18. IHGB. Localização: DL 191,84.
- _____. Pensamentos e notas políticas. Museu Paulista-USP. Localização: Serviço de documentação textual e iconografia, 1518.
- _____. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Poesias*. Edição fac-similar do príncipe, de 1825. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1942.
- _____. *Projetos para o Brasil*. Org. Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras, PubliFolha, 2000.
- ANDRADE E SILVA, Raul. “José Bonifácio, homem de pensamento e homem de ação”. *Revista de História da USP*, vol. 27, nº 55, 1963.
- ANDRADE, Breno Gontijo. “Vocabulário político e maçonaria na revolução pernambucana de 1817”. *Revista OPSIS*, Departamento de História e Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, vol. 10, nº 1, 2010.
- ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Elaine Moury (orgs.). *O Nordeste brasileiro e a Revolução Francesa*. Recife: Massangana, 1992.
- ANDRÉS, Yván Pozuelo. *A marinha de guerra portuguesa e a maçonaria, de Antonio Ventura*. Lisboa: Nova Vega, 2013.
- ANJOS, João Alfredo dos. *José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- ANTUNES, Ermelinda Ramos; PIRES, Catarina. “O gabinete de física da Universidade de Coimbra”. In Marcus Granato e Marta C. Lourenço. *Coleções científicas luso-brasileiras: Patrimônio a ser descoberto*. Rio de Janeiro: MAST, 2010.
- ANTUNES, Miguel Telles. “Alexandre Rodrigues Ferreira, D. Vandelli & E. Geoffroy Saint-Hilaire/ Aspectos da História, Novos dados e Interpretação. Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira II”, pp.11-21. São Paulo: Kapa Editorial/ Academia Brasileira de Ciências, FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos/ Ministério da Ciência e Tecnologia, 2007.
- _____. “Saint-Hilaire e as ‘Requisições’ em Lisboa – material do Brasil e outro. Tradução e discussão de: ‘La mission de Geoffroy Saint-Hilaire en Espagne et en Portugal (1808) histoire et documents par le dr. e.t. hamy’”. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium*, Uberlândia, vol. 2, n. 2, pp. 392-464, jul./dez. de 2011.
- ARARIPE, T. de Alencar. “Ideias de José Bonifácio sobre a organização política do Brasil”. *Revista do IHGB*, nº 77, 1888, pp.79-85.
- ARAÚJO, Ana Cristina. “Retrato de um estudante genial”. *Revista da Biblioteca Nacional*, ano 2, nº 24, setembro de 2007, pp.18-21.
- _____. *A cultura das Luzes em Portugal: Temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA/Ilhéus, 1999.
- ARCANJO, Lizir Alves. *O 2 de julho na Bahia: Antologia poética*. Salvador: Fundação Pedro Calmon/Quarteto Editora, 2010.
- ARMITAGE, João. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de*

Bragança, em 1808, até a abdicação de d. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil, de Southey. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1981.

ARRUDA, José Jobson A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

ASSIS BARBOSA, Francisco. "José Bonifácio e a política internacional". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 260, jun.-set. de 1963, pp.258-284.

ASSUNÇÃO, Paulo de. "A cidade de São Paulo no século XIX: Ruas e pontes em transformação". *Revista Histórica* (São Paulo. On-line), São Paulo, vol. 10, 2006.

_____. *Olhar francês sobre Portugal: Cartas de um belo país tão pouco conhecido*. São Paulo: Clube dos Autores, 2011.

_____. *Ritmos da vida: Momentos efusivos da família real portuguesa nos trópicos*. Prêmio D. João VI de Pesquisa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

_____. *São Paulo Imperial: A cidade em transformação*. São Paulo: Arké, 2004.

_____; FRANCO, José Eduardo. *As metamorfoses de um polvo: Religião e política nos regimentos da Inquisição portuguesa (séc. XVI-XIX)*. Lisboa: Prefácio, 2004.

Aurora Fluminense, 27 de março de 1835, nº 1032, pp. 3827-3828.

Aurora Fluminense, 3 de dezembro de 1938.

BACELAR, Jonildo. "Brasil na Monarquia Parlamentar Portuguesa". Disponível em: <http://www.historia-brasil.com/reino/monarquia-parlamentar.htm>. Acesso em 21 de junho de 2018.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: A ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

_____. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil, 1790-1822*. Juiz de Fora: Editora UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.

BARLIER, Jean-Pierre. *La Société des amis des noirs, 1788-1791: Aux origines de la première abolition de l'esclavage (4 février 1794)*. Paris: Éditions de l'Amandier, 2010.

BASILE, Marcello. "Revolta e cidadania na Corte regencial". *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, vol. 22, pp. 41-67, 2007.

_____. A revolução de 7 de abril de 1831: disputas políticas e lutas de representações. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

_____. *O Império em construção: projetos de Brasil e a ação política na Corte regencial*. Tese de doutorado em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. "Pelo povo ao rei o poder é dado: A linguagem constitucionalista dos

- panfletos manuscritos da Independência”. In: MAGALHÃES, Aline Monteiro (org.) et alli. *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016.
- BELLOTTO, Heloísa L. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o Morgado de Mateus, 1765-1775*. São Paulo: Conselho de Artes, Ciências e Cultura, 1979.
- BELO, André. “Notícias impressas e manuscritas em Portugal no século XVIII: Horizontes de leitura da *Gazeta de Lisboa*”. *Horizontes Antropológicos*, vol.10, nº 22, Porto Alegre, jul./dez. de 2004.
- BÉNICHOU, Paul. *Le sacre de l'écrivain 1750-1830: Essai sur l'avènement d'un pouvoir spirituel laïque dans la France Moderne*. Paris: Gallimard, 1973.
- BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: Deputados do Brasil nas cortes Portuguesas, 1821-1822*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1999.
- _____. Autonomia e soberania às vésperas das independências ibero-americanas (1810-1824). In: Marco Pamplona & Ana Maria Stuvan (orgs.). *Estado e Nação no Brasil e no Chile do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- BERNARDEAU, M. *Le Viographe Bordelais*. Bordeaux: chez Gazay et cie, 1840.
- BERNARDINO, Teresa. *Sociedade e atitudes mentais em Portugal, 1777-1810*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982.
- BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. “A viagem a Minas: Os relatos de D. Pedro, José Bonifácio e Estêvão Ribeiro de Resende. In: Wilma Peres Costa e Cecília Helena de Salles Oliveira (orgs.). *De um império a outro: Formação do Brasil séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothchild, 2007.
- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: O processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/FAPESP, 2002.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (org.). *Memórias do duque de Palmela*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2011.
- Borboleta Duriense*, 1º de dezembro de 1822.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: Negócios e poderes em São Paulo*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 2006.
- BRIOT, Frédéric. *Usage du monde, usage de soi: Enquête sur les mémorialistes d'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1994.
- BROC, Numa. *Histoire des montagnes au siècle des Lumières*. Paris: CTHS, 1991.
- _____. *La géographie des philosophes, géographes et voyageurs français au XVIIIe siècle*. Strasbourg: Fondation Baulig e APUS, 1974.
- BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo, vol. I, Arraial de Sertanistas (1554-1828)*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- BUESCU, A. I. “O Peregrino Instruído. Em torno de um projecto de viagem

- setecentista". *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 2, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1988, pp. 27-58.
- CALDEIRA, Jorge. *Brasil: A história contada por quem viu*. São Paulo: Editora Mameluco, s/d.
- _____. *História da riqueza no Brasil: Cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- CALMON, Pedro. "O Reino da Estupidez". In *Segredos e revelações da História do Brasil*, tomo III. Brasília: Edições do Senado Federal, 2013, pp. 298-303.
- _____. *História de Pedro II*, tomo I – Infância e mocidade. Rio de Janeiro: INL/Ministério da Educação, Brasília, 1975.
- _____. *Segredos e revelações da História do Brasil*. Tomos I, II, III. Brasília: Edições do Senado Federal, 2013.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS, SENADO FEDERAL et alli. *O Império em Brasília, 190 Anos da Assembleia Constituinte de 1823*.
- CARNEIRO, Ana; DIOGO, Paula; SIMÕES, Ana Maria. "Earth Sciences and History in the Work of Correia da Serra (1751-1823)". *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 33, nº 63, pp. 625-656, set./dez. de 2017.
- _____. *Cidadão do Mundo: Uma biografia científica do abade Correia Serra*. Porto: Porto Editora, 2006.
- _____. "Geology and religion in Portugal". *Notes Rec R Soc Lond*, 20 de dezembro de 2013, 67(4): 331-354.
- CARNEIRO, David. *A vida gloriosa de José Bonifácio de Andrada e Silva e sua atuação na independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.
- CARRÈRE, J. B. F. *Panorama de Lisboa no ano de 1796*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989.
- CARTAS DE UMA IMPERATRIZ, São Paulo, Estação Liberdade, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia M. Bastos P. das; BASILE, Marcello Otávio (orgs.). *Às armas cidadãos! Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/ Editora UFMG, 2012.
- _____. *O pacto imperial: Origens do federalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Globo, 2005.
- CASTELLANI, José. *A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro*. São Paulo: Traço, 1989.
- _____. *História do Grande Oriente do Brasil: A Maçonaria na História do Brasil*. Brasília: Publicação do Grande Oriente do Brasil, 1993.
- _____. *Os Maçons na Independência do Brasil*. Londrina: A Trolha, 1993.
- CEZAR, Temístocles. "Em nome do pai, mas não do patriarca: Ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen". *História*, São Paulo, vol. 24, nº 2, pp. 207-240, 2005.
- CHACON, Vamireh. "Ideário dos fundadores do império-nação brasileiro". *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, 17(1), jan./mar. de 1974, pp. 5-

25.

- CHARTIER, Roger. *La correspondance: Les usages de la lettre au XIXe. Siècle*. Paris: Fayard, 1991.
- _____. *Les origines culturelles de la révolution française*. Paris: Seuil, 1991.
- CHATEAUBRIAND, François-René de. *Mémoires d'Outre Tombe: livres XIII a XXIV*. Paris: Gallimard, 1998.
- CHAUNU, Pierre. *La civilisation de l'Europe des Lumières*. Paris: Flammarion, 1982.
- CHICHORRO, Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza. "Memórias em que se mostra o estado econômico e político da Capitania Geral de São Paulo em 1814". *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo XXVI, I. Parte 197-267, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1973.
- COCHRANE, Thomas John. *Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.
- COELHO, Antônio de Souza. O centenário de Martim Francisco. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 183, abril.-jun. de 1944, pp. 252-267.
- COMERLATO, Fabiana. "As armações baleeiras na configuração da costa catarinense em tempos coloniais". *Tempos Históricos*, vol. 15, 2º semestre de 2011, pp. 481-501.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. "A presença de José Bonifácio". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 268, jul.-set. de 1949, pp. 43-64.
- Correio do Rio de Janeiro*, nº 93, 20 de novembro de 1823, p. 1.
- Correio do Rio de Janeiro*, nº 96, 24 de novembro de 1823.
- COSTA E SILVA, Alberto da (coord). *História do Brasil nação - Crise colonial e Independência 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- _____. "Notícias da África". *Revista da Biblioteca Nacional*, ano 2, nº 24, setembro de 2007, pp. 25, 30.
- _____. "População e Sociedade". In: Lilia Moritz Schwarcz (org.). *Crise colonial e Independência 1808-1830*. Madri: Mapfre; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.
- COSTA, Emília Viotti da. "José Bonifácio: homem e mito". In: Carlos Guilherme Mota (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972; Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1992.
- CRAVERI, Benedetta. *Les derniers libertins*. Paris: Flammarion, 2016.
- CUBITT, Geoffrey. *Squaring the Triangle: Freemasonry and Anti-Slavery*. University of York, Institute for the Public Understanding of the Past, 2007.
- CUNHA, Rui Vieira da. "A vida no Rio de Janeiro através dos testamentos". *Revista do IHGB*, vol. 282, jan.-mar. de 1969, pp. 46-64.
- D'ALBUQUERQUE, A. Tenório. *A Maçonaria e a Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Aurora, 1993.
- DARNTON, Robert. *O lado oculto da revolução: Mesmer e o final do iluminismo na França*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- DAUDET, Ernest. "La Police politique sous la Restauration". *Revue des Deux Mondes*, 5^e période, tome 54, 1909, pp. 596-628.
- DEL PRIORE, Mary. *A carne e o sangue: A imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a marquesa de Santos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.
- Despertador Constitucional Extraordinário*, nº 4, 25 de fevereiro de 1825, p. 9.
- Despertador Constitucional Extraordinário*, nº 3, 1^o de fevereiro de 1825, p.8.
- DEVÈZE, Michel. *L'Europe et le monde à la fin du XVIIIe siècle*. Paris: Albin Michel, 1970.
- DI CARLO, Ricardo Felipe. *Exportar e abastecer: População e comércio em Santos, 1775-1836*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2011.
- Diário do Rio de Janeiro*, nº 15, 18 de março de 1835, p. 1.
- Diário do Rio de Janeiro*, nº 79, 7 de abril de 1838, p. 2.
- Diário do Rio de Janeiro*, nº 17, 21 de novembro de 1823. p. 4.
- DIAS, Maria da Graça Silva. "Anglismo na maçonaria em Portugal no limiar do século XIX". *Análise Social*, vol. XVI (61-61), 1980, 1^o e 2^o, pp. 399-405.
- DIAS, Maria Odila Silva. "Aspectos da ilustração no Brasil". *Revista do IHGB*, 278, pp. 105-170, 1968.
- DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO. São Paulo, Editora UNESP/ Secretaria do Estado da Cultura/ Arquivo do Estado de São Paulo, vols. 94 e 95, 1985.
- DOLHNIKOFF, Miriam (org.). *Projetos para o Brasil: José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. "O projeto nacional de José Bonifácio". *Novos Estudos Cebap*, nº 46, 1996, pp.121-141.
- _____. "São Paulo na Independência". In: I. Jancsó (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: FAPESP; Hucitec, 2005.
- DROUIN, Jean-Marc. *L'écologie et son histoire*. Paris: Champs-Flammarion, 1991.
- DUPRONT, Alphonse. *Qu'est-ce que Les Lumières?*. Paris: Gallimard, 1996.
- EBEL, Ernest. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- EHRARD, Jean. *L'idée de nature em France dans la première moitié du XVIIIe siècle*. Paris: Albin Michel, 1994.
- ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- FALCÃO, Edgard de Cerqueira; AMORA, Antônio Soares. *Estudos vários sobre José Bonifácio de Andrada e Silva*. Santos: Grupo Executivo de Trabalho das Homenagens a José Bonifácio.
- FAZENDA, José Vieira. "Aspectos do período regencial". *Revista do IHGB*, 129, pp. 40-65, 1914.
- FERREIRA, Tito Lívio. "José Bonifácio e a maçonaria". IHGSP. Palestra proferida na Rádio Atlântica, de Santos, em 14 de maio de 1963.
- _____; RODRIGUES Manoel. *A Maçonaria na Independência Brasileira* -

- Volumes I e II.* São Paulo: Biblos, 1972.
- FERRETI, Danilo José Zioni. “Entre profecias e prognósticos: Januário da Cunha Barbosa, a escravidão e o futuro da nação (1830-1836)”. *Tempo*, vol. 20, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- FIERRO, Alfred. *Histoire et dictionnaire de Paris*. Paris: Robert Laffont, 1996.
- FONSECA, Gondim da. *A Revolução Francesa e a vida de José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1976.
- FRAGOSO DE SIQUEIRA, J. P. *Description abrégée de tous les travaux d’amalgamation des fonderies de Hulbrück*. Dresden: 1800.
- FRANÇA, Antônio Pinto da; CARDOSO, Antônio Monteiro. *Cartas Luso-Brasileiras 1807-1821*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- FRANCISCO, Regina H. Porto. “Viagens filosóficas”. *Revista Eletrônica de Ciências*, nº 35, fevereiro de 2007.
- FRANCO, José Eduardo; CALAFARE, Pedro. *A Europa segundo Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2012.
- FREYRE, Gilberto. *A propósito de José Bonifácio*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1972.
- GARCIA, Paulo. *Cipriano Barata ou a Liberdade acima de tudo*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- Gazeta Universal de Lisboa*, nº 171, 23 de julho de 1822.
- Gazeta Universal de Lisboa*, nº 193, 3 de setembro de 1822.
- Gazeta Universal de Lisboa*, nº 17, 23 de janeiro de 1823.
- GOHAU, Gabriel. *Les sciences de la terre aux XVIIeme et XVIIIeme siècles: Naissance de la geologie*. Paris: Albin Michel, 1990.
- GOMES, Laurentino. *1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram Dom Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- GOMES, Márcio dos Santos. *A independência do Brasil e a Maçonaria, parte III*. Disponível em: <https://opontodentrodocirculo.wordpress.com/2017/09/20/a-independencia-do-brasil-e-a-maconaria-parte-iii/>. Acesso em 21 de junho de 2018.
- GRAHAM, Maria. *Correspondência entre Maria Graham e a imperatriz D. Leopoldina*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, Ltda. s/d.
- _____. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.
- HAZARD, Paul. *La pensée européenne au XVIIIe siècle: de Montesquieu a Lessing*. Paris: Fayard, 1963.
- HESPAHNA, António Manuel. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial: sua desagregação”. In: Sérgio Buarque de Holanda (coord.). *História geral da civilização brasileira, volumes III a VII, Brasil monárquico*. São Paulo: Difel, 1976.

- HYDE DE NEUVILLE, Jean Guillaume. *Memoires et souvenirs*. Paris: Librairie PLON, 1880.
- IAN-Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo nº 13.556.
- Império do Brasil*, nº 135, 10 de dezembro de 1823.
- JACOB, Margareth C. *Living the Enlightenment: Freemasonry and Politics in Eighteenth Century Europe*. Nova York: Oxford University Press, 1991.
- JANCSÓ, Istvan (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2005.
- Journal de physique, de chimie, d'histoire naturelle et des arts*. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32798715m/date>. Acesso em 21 de junho de 2018.
- JUNOT, Jean-Andoche. *Diário da I Invasão Francesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- KLEIN, Herbert; LUNA, Francisco Vidal. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, 1750-1850*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- KRAAY, Hendrick. "Muralhas da independência e liberdade no Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia 1820-1825)". In: Jurandir Malerba (org.). *A independência brasileira: Novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e império no Brasil: O patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: FioCruz, 2017.
- LAROCHE, Ernest. *A travers le vieux Bordeaux, récits, legendes, études de mœurs*. Bordeaux: G. Gounouilhou, 1890.
- LE MOS, Márcia. Notas explicativas a Visão do Pico de Itajuru. *E-topia: Revista eletrônica de Estudos sobre a Utopia*, n.8, 2008, ISSN 1645-958X.
- LIBERALLI, Carlos Henrique R. *José Bonifácio, cientista e tecnologista*. In: Edgard de Cerqueira Falcão e Antônio Soares Amora (orgs.). *Estudos vários sobre José Bonifácio de Andrada e Silva*, Santos: Grupo Executivo de Trabalho das Homenagens a José Bonifácio.
- LIGHT, Kenneth. *A viagem marítima da família real: A transferência da corte portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil (1808-1821)*. v. 2. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1908.
- _____. *O movimento da Independência, 1821-1822*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- _____. *O reconhecimento do Império: História da diplomacia brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.
- LINK, Heinrich Friedrich; HOFFMANNSEGG, Johann Centurius von Hoffmann. *Voyage en Portugal fait depuis 1797 jusqu'en 1799, contenant une foule de détails neufs et intéressans sur la situation actuelle de ce royaume, sur l'histoire naturelle et civile, la géographie, le gouvernement, les habitants, les mœurs, usages, productions, commerce etc*. Paris: Dentu, Imprimeur-Libraire, 1808. Disponível em:

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6221486f>. Acesso em 21 de junho de 2018.

LOUREIRO, João. "Cartas de 1828 a 1842". *Revista do IHGB*, 76 (128), pp. 271-468, 1913.

LUSTOSA, Isabel. "Uma história da Independência", com base na tese de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves "Corcundas e Constitucionais: A cultura política da Independência (1820-1822)". *Trópico*, São Paulo, 1º de dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/1769,1.shl>. Acesso em 21 de junho de 2018.

_____. *D. Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na Independência 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LYNN, Michael R. *Popular Science and Popular Opinion in Eighteen Century*. Manchester: Manchester University Press, 2006.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império - Portugal e Brasil: Bastidores da política 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

MACHADO, André Roberto de A. "Apontamentos para o estudo da reinvenção do Estado do Grão-Pará, 1823-1825". In: Wilma Peres Costa e Cecília Helena de Salles Oliveira (orgs.). *De um império a outro, Formação do Brasil séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothchild, 2007.

MAGALHÃES JR., Raimundo. "José Bonifácio e a Imprensa". *Revista do IHGB*, 260, 204-220, jul-set. de 1963.

MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

_____. "Sobre o tamanho da comitiva". In: Ana Sílvia Volpi Scott e Eliane C. D. Fleck (orgs.). *A Corte no Brasil: População e sociedade no Brasil e em Portugal*. Porto Alegre: Oikos/Unisinos, 2008, pp.160-176.

_____. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo, Povoamento e população 1750-1850*. São Paulo: Pioneira, 1968.

MARQUES, António Henrique de Oliveira. *História da maçonaria em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2006.

MARQUES, João Pedro. "Portugal e o fim da escravidão: uma reforma em contra-ciclo". *Africana Studia*, nº 7, 2004.

_____. *Os sons do silêncio: Portugal do Oitocentos e a Abolição dos escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Nem liberal nem corcunda: D. Pedro I no imaginário da boa sociedade imperial". In: Congresso Internacional D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo, 2003, Porto. Atas do congresso. Porto: Comissão Nacional para as

- Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Universidade do Porto, 2003. vol. 1, pp. 365-384.
- _____. *O tempo saquarema. A formação do Estado imperial*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 2011.
- _____. *Independência ou morte: A emancipação política do Brasil*. São Paulo: Atual, 1991.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Bahia século XIX: Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MAURO, Frederic. *Expansão Europeia (1600-1870)*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed./EDUSP, 1980.
- MAXWELL, Kenneth. "A geração de 1790 e a ideia do Império luso-brasileiro". In: *Chocolate, piratas e outros malandros, Ensaios tropicais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- MEDICCI, Ana Paula. "Administração durante a restauração de São Paulo: conflitos fazendários e interesses particulares". Tese de doutorado. FFLC/USP, São Paulo, 2010.
- MELLO LEITÃO, C. *Visitantes do Primeiro Império*. Biblioteca Pedagógica Brasileira, série V, Brasileira, vol. XXXII, s/d.
- MELLO MORAES. *História do Brasil Reino e do Brasil Império*. Vols. I e II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: O federalismo Pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- MELO, Jerônimo de A. Figueira de. "A correspondência do barão Wenzel de Mareschal 1821-1822". *Revista do IHGB*, 129, pp. 165-244, 1914.
- _____. "A correspondência do barão Wenzel de Mareschal 1821-1822". *Revista do IHGB*, 134, pp. 5-148, 1916.
- MINOIS, Georges. *Histoire de la vieillesse en Occident*. Paris: Fayard, 1987.
- MONTEIRO, John Manuel. "A memória das aldeias de São Paulo: Índios, paulistas e portugueses em Arouche e Machado de Oliveira". *Dimensões, Revista de História da UFES*, Vitória, ES, vol. 14, pp. 17-35, 2002.
- MONTEIRO, Mozart. "A infância do Imperador". *Revista do IHGB*, 98 (152), pp. 32-44, 1925.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *O crepúsculo dos grandes 1750-1832*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- MONTEIRO, Ofélia P. "Sobre uma versão desconhecida de O Reino da Estupidez". *Revista de História das Ideias*, vol. 4, tomo 2, pp.199-253, 1982.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império: A elaboração da Independência*. Vols. I e II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.
- _____. *História do Império: O 1º Reinado*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- MONTELLO, Josué (Dir.). *História da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1972.
- MORAES FILHO, Mello. *Festas e tradições populares do Brasil*. São Paulo:

- EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- MORAES, Alexandre José de Mello. *A Independência e o Império do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. Disponível em: <http://www.dominionpublico.gov.br/download/texto/sf000045.pdf>. Acesso em 21 de junho de 2018.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. São Paulo: Bricquet de Lemos/Livros, 2006.
- MOREL, Marco. "Os primeiros passos da palavra impressa". In: Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- _____. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia/ Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.
- _____. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria: A história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MOTHE, Florance. *Lieux symboliques en Gironde: Trois siècles de franc-maçonnerie à Bordeaux*. Paris: Éditions Dervy, 2013.
- MOTT, Luiz. "O Peregrino Instruído: seguido de comentários de Luiz Mott". *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, 75-76:81-99, 1971-2.
- MOTTA FILHO, Cândido. "José Bonifácio e a organização social". *Revista do IHGB*, 260, jul./set. de 1963, pp. 153,160.
- MOTTA, Carlos Guilherme G. 1822: *Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. *Nordeste 1817: Estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- MOUSNIER, Roland; LABROUSSE, Ernest. *Le XVIIIème siècle - l'Époque des Lumières 1715-1815*. Paris: Quadrige - PUF, 1953-1985.
- MUCHEMBLED, Robert. *L'invention de l'homme modern: Sensibilités, mœurs et comportements collectifs sous l'Ancien Régime*. Paris: Fayard, 1988.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo; KURY, Lorelai Brilhante. "Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro". *Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 8.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. "A Academia Real das Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino (1779-1808)". In: Júnia Ferreira Furtado (org.). *Diálogos oceânicos, Minas Gerais e as novas abordagens para a história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- _____. *Uma sinfonia para o Novo Mundo: A Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Regime Colonial*. Tese de doutorado, Departamento de História, UFRJ, 1998,

mimeo.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Portugal durante a ausência do rei". *Revista USP*, São Paulo, nº 79, setembro-novembro de 2008.

_____. "A vida política". In: Alberto da Costa e Silva (org.). *Crise colonial e Independência, 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundación Mapfre, 2011, vol. 1, pp. 75-113.

_____. *Corcundas e constitucionais: A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/ Faperj, 2003.

NISHIKAWA, Reinaldo. "O Haiti não é aqui: discurso antiescravista e práticas escravistas no Brasil (1790-1840)". *MÉTIS: história & cultura*, Caxias do Sul, vol. 4, nº 7, jan./jun. de 2005, pp. 11-32.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

O Espelho, nº 101, 5 de novembro de 1822, pp.1-2.

O Spectador Brasileiro, nº 29, 3 de setembro de 1824, p. 3-4.

O Spectador Brasileiro, nº 17, 6 de setembro de 1824, pp. 3-4.

O Spectador Brasileiro, nº 20, 13 de agosto de 1824, p. 3.

O Spectador Brasileiro, nº 23, 20 de agosto de 1824, p. 4.

O Spectador Brasileiro, nº 34, 17 de setembro de 1824, p. 4.

O Spectador Brasileiro, nº 35, 20 de setembro de 1824, p. 4.

O Spectador Brasileiro, nº 72, 22 de dezembro de 1824, p. 4.

O'NEIL, Thomas. *A vinda da família real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/ Editora José Olympio, 2007.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles, *A astúcia liberal*. São Paulo: Ícone/Universidade São Francisco/CDAPH-IFAN, 1999.

OLIVEIRA, Nuno Gomes. *A Flore Portugaise e as Viagens em Portugal de Hoffmannsegg e Link*. Lisboa: Chiado Editora, 2015.

OLIVEIRA, Paulo Motta. *Travessias: D. João VI e o mundo lusófono*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *Madame Junot: Duquesa de Abrantes e outros estudos*. Salvador: SCT/EGBA, 2003.

PÁDUA, José Augusto de. *Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. "A profecia dos desertos da Líbia: Conservação da natureza e construção nacional do pensamento de José Bonifácio". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, nº 44, São Paulo, outubro de 2000.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Palo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PINHEIRO, Péricles da Silva. *Manifestações literárias em São Paulo Colonial*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura Comissão de Literatura, s/d.

- PORTO, Regina H. Francisco. "Viagens filosóficas". *Revista Eletrônica de Ciências*, nº 35, fevereiro de 2007.
- PRESTES, M. E. B. "A observação e a experiência nas obras de história natural do século XVIII segundo Jean Senebier (1742-1809)". *Filosofia e história da biologia*, vol. 1, 2006, pp. 191-214.
- QUENIART, Jean. "L'imprimerie et la librairie à Rouen, au XVIIIe siècle". *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest*. Année 1968, 75-2, pp. 391-394.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- _____. "Ciência e colonização: Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira". *Revista Tempo*, nº 6, pp. 157-182, 1997.
- RAYMUNDO, Letícia de Oliveira. *Legislar, amalgamar, civilizar: A mestiçagem em José Bonifácio de Andrada e Silva (1783-1823)*. São Paulo: EDUSP, 2015.
- REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina - A história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. São Paulo: Leya, 2017.
- RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. "Causa nacional e cidadania: A participação popular e a autonomia na imprensa carioca do início dos anos 1830". In: Lúcia Maria Bastos Pereira Neves et al. (orgs.) *História e imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/ FAPEMIG, 2006.
- _____. *A liberdade em construção: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2002.
- RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente - Diogo Antonio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Editora UNICAMP/ Fapesp/CNPq, 2001.
- RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides brasileiras*. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, 1999.
- ROCHA, Antonio Penalves. "Ideias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 20, nº 39, pp. 43-79, 2000.
- ROCHE, Daniel. *Humeurs vagabondes: De la circulation des hommes et de l'utilité des voyages*. Paris: Fayard, 2003.
- RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/ Arquivo Nacional, 1995.
- RODRIGUES, J. H. "O pensamento político e social de José Bonifácio". In: J. B. de A. Silva. *Obras científicas, políticas e sociais coligidas e reproduzidas por E. de C. Falcão*. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1965, p. 13.
- RODRIGUES, Jaime. "Um perfil de cargos e funções na marinha mercante luso-brasileira, séculos XVIII e XIX". *Anos 90*. Porto Alegre, vol. 22, nº 42, pp.

295-324, dezembro de 2015.

ROGER, Jacques. "Les Sciences naturelles dans les premières décennies de la Philomathique". In: *Actes du Colloque du Bicentenaire de la Société Philomathique de Paris, La Société Philomathique de Paris et deux siècles d'Histoire de la Science en France*.

ROSSI, Paolo. *La naissance de la science moderne en Europe*. Paris: Seuil, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e meirinhos: A administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Eugénio Francisco dos. "José Bonifácio revisitado: O universitário e o militar". *Revista Faculdade de Letras, HISTÓRIA*, Porto, III série, vol. 8, 2008, pp. 281-313.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Vol. I e II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

SANTOS, Piedade Braga; RODRIGUES, Teresa S.; NOGUEIRA, Margarida Sá. *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

SAUNIER, Eric. "Etre confrère et franc-maçon a la fin du XVIIIème siècle". *Annales historiques de la Révolution Française*, nº 4, 1996. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahrf_0003-4436_1996_num_306_1_2008. Acesso em 21 de junho de 2018.

SAUNIER, Eric. *Révolution et sociabilité en Normandie au tournant des XVIIIe et XIXe siècles: 6000 francs-maçons de 1740 à 1830*. Rouen: Presses Universitaires de Rouen, 1999.

SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826)*. Brasília: Senado Federal, 2000.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

Seminário Cívico nº 83, 3 de outubro de 1922.

Seminário Cívico nº 107, 27 de março de 1823.

SERRA, Vanessa Aparecida Camperlingo; BORGES, Maria Celma. "Os Cayapó e a história agrária e indígena no sul de Mato Grosso: Entre roças, estradas e aldeamentos; entre encontros e desencontros (século XIX)". *Trilhas da História*, vol. 6, pp. 127-141, 2017.

SERRÃO, Joel. *Dicionário da história de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.

SILVA, Ana Rosa C. da. *Inventando a nação: Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.

SILVA, Edgardo Medeiros. "The Powerless Diplomacy of the Abbé Correia da Serra". *Anglo-saxônica*, série III, nº 1, 2010.

SILVA, Francisco Gomes da. *Memórias do conselheiro Francisco Gomes da Silva*

- o *Chalaça*. Rio de Janeiro: Editora Souza, 1959.
- SILVA, Francisco Santos. "Eles são todos da maçonaria!: A maçonaria como poder político e social em Portugal". *História Revista*, Goiânia, vol. 22, nº 1, pp.56-70, jan.-abr. de 2017.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e, o Patriarca; ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. "1775-1844. Viagem mineralógica na Província de S. Paulo / por José Bonifácio de Andrada e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada". In: Nérée Boubée. *Geologia elementar applicada á agricultura e industria; com hum dictionario dos termos geologicos, ou, Manual de geologia* [volume 1] / por Nereo Boubée, professor de Paris. Traduzido da quarta edição. Rio de Janeiro: na Typ. Nacional, 1846, p. 28.
- SILVA, Leonardo Dantas. "1817: Ideário liberal pernambucano". *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a.178 (475), 149-164, set./dez. de 2017.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: Da reforma da universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- _____. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.
- SILVA, Michel (org.). *Maçonaria no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- SILVA, Paulo Napoleão Nogueira da. *Crônica de D. João VI*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 2005.
- SIMON, J. W. *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the Intellectual Scientific Community of the late Eighteenth Century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.
- Société d'Histoire de La Révolution de 1848 et des Revolutions Du XIXeme siècle, Maintien de l'ordre et Police en France et Europe au XIXeme siècle. Paris: Editions CREAPHIS, 2014.
- SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro. "Autonomia política e centralização da Bahia no Primeiro Reinado". In: Wilma Peres Costa e Cecília Helena de Salles Oliveira (orgs.). *De um império a outro, Formação do Brasil séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothchild, 2007.
- SOUZA, Alberto. *Os Andradas*. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1922.
- SOUZA, Antônio Muniz de. *Viagens e observações de um brasileiro*. Salvador: IGHB, 2008.
- SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: O Brasil como corpo político autônomo - 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.
- SOUZA, M. C. "O peregrino instruído". BNL. Transcrito do códice 618. In: BUESCU, A. I. "O Peregrino Instruído". Em torno de um projecto de viagem setecentista. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 2. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1988, pp. 27-58.
- SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- _____. *José Bonifácio*. São Paulo: Itatiaia, 1988.
- SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros. Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na Província de São Paulo (1822-*

- 1845). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- SQUEFF, Letícia. "Na mira da polícia. Documentos inéditos revelam o exílio dos irmãos Andrada na França". *Revista História Viva*, São Paulo, pp. 50-53, 1º de maio de 2006.
- Suplemento ao número 21 da *Gazeta do Rio de Janeiro*, 16 de fevereiro de 1822.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da solidão: Uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- TOLLENARE, Louis-François de. *Notes Dominicales prises pendant un Voyage en Portugal et au Brésil, tome I et II*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- TUILIER, André. "Les débuts de la Société Philomathique de Paris et le contexte idéologique". Disponível em: <http://philomathique.org/modules/news/article.php?storyid=7>. Acesso em 21 de junho de 2018.
- VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Dicionário do Brasil Joanino 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- VAN PRAËT, Michel; MEURGUES, Geneviève. *Le Cabinet d'histoire du jardin des plants, MNHN*. Paris; Yves Laissus: Le Muséum National d'Histoire Naturelle, Gallimard, Paris, 1995.
- VARELA, Alex Gonçalves; LOPES, Maria Margaret; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. "As atividades do naturalista José Bonifácio de Andrade e Silva em sua 'fase portuguesa'". *História, Ciências e Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 11 (3) 685-711, set.-dez. de 2004.
- _____. "Os minerais são uma fonte de conhecimento e riquezas: As memórias mineralógicas de José Bonifácio de Andrade e Silva". *História, Ciências e Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9 (2) 405-26, mai.-ago de 2002.
- VARELA, Alex Gonçalves. "Naturalista e político: A trajetória de vida do ilustrado Antônio Carlos Ribeiro de Andrade (1790-1823)". *Parc. Estrat.*, Brasília, DF, vol. 14, nº 28, pp. 287-297, jan.-jun. de 2009.
- VENAYRE, Sylvain. *Panorama du voyage 1780-1920: Mots, figures, pratiques*. Paris: Les Belles Lettres, 2012.
- VENTURA, Antônio Pires. "A III invasão francesa a Portugal vista pelo intendente Pierre Lagarde". Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/656>. Acesso em 21 de junho de 2018.
- _____; FREITAS, Rui Lomelino de. Actas e Anais do I Congresso Lusófono de Esoterismo Ocidental, vol. X, Franco-maçonaria e esoterismo, Lisboa, 7 a 10 de maio de 2016.
- VIANNA, Hélio. "A pequena imprensa da Regência Trina Permanente 1831-1835". *Revista IHGB*, nº 179, abr./jun. de 1943, pp. 17-114.
- _____. "A primeira novela brasileira à clef, Statira e Zoroastes, de Lucas José de Alvarenga (1826)". In: *Letras Imperiais*. Rio de Janeiro: Ministério da

- Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1961.
- _____. "D. Pedro I de 1829 a 1831". *Revista IHGB*, nº 252, jul./set. de 1961, pp 181-199.
- _____. "José Bonifácio e os imperadores D. Pedro I e D. Pedro II". *Revista IHGB*, 260, jul./set. de 1963, pp. 175-189.
- _____. *Contribuição à história da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- _____. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- VIEIRA FAZENDA, José. "Aspectos do período regencial". *Revista IHGB*, T. 77, vol. 129, pp. 41-65, 1914.
- VILHENA, Luís dos Santos. *Pensamentos políticos sobre a colônia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 19.
- VOVELLE, Michel. *L'Homme des Lumières, (DIR)*. Paris: Seuil, 1996.
- Voyages au Nord de l'Europe, Abregé de histoire generale des voyages faites em Europe par le continuateur de l'abregé de l'Histoire generale des voyages faites para La Harpe. A Paris, chez Moutardier Libraire, ano X-1803.
- WEBER, Eugene. *Une histoire de l'Europe*. Paris: Fayard, 1986.
- WEHLING, Arno. "Tradição e inovação no discurso político-jurídico da revolução de 1817". *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, agosto de 2017, CNC.
- _____; WEHLING, Maria José. "O funcionário colonial entre a sociedade e o rei". In: Mary Del Priore (org.). *Revisão do paraíso: Os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2000.
- WULF, Andrea. *A invenção da natureza: A vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*. São Paulo: Planeta, 2016.

Créditos das imagens

Capa

Acima, à esquerda: Benedito Calixto – *Retrato de José Bonifácio de Andrada e Silva*. 1902. Óleo sobre tela. Wikimedia Commons.

Acima, à direita: José Bonifácio de Andrada e Silva – *Carta a Antônio de Drumond ironizando a nomeação de Pedro I a imperador do Brasil*. Valence [Drôme, França], 19/11/1825. Manuscrito. Biblioteca Nacional.

Abaixo, à esquerda: Jean-Baptiste Debret – *Acclamation de Don Pédro 1^{er} Empereur du Brésil au camp de S. Anna, à Rio de Janeiro*. Paris, França: Firmin Didot Frères, 1839. Litogravura. Biblioteca Nacional.

Abaixo, à direita: Vicente Urrabieta y Ortiz – *Reunida en Lisboa la soberba Armada española que se llamó invencible, salle de aquel puerto contra Inglaterra, a mando del Duque de Medinasidonia, á fines de mayo de 1588*. Madri, c. 1850. Litogravura aquarelada. Biblioteca Nacional de Portugal.

Quarta capa, acima: Brasão do Império.

Quarta capa, abaixo: Pedro Américo – *Independência ou morte*. 1888. Óleo sobre tela. Museu Paulista. Reprodução fotográfica: Foto José Rosael.

Miolo

abertura parte i: *Vue intérieure de Paris représentant le port au blé depuis le marché aux veaux jusque au pont Notre-Dame*. c. 1786. Desenho em bico de pena com lavis. Biblioteca Nacional da França.

página seguinte, (moldura): Hitdelight/Shutterstock.

abertura parte ii: *O Conselheiro Dezembardor [sic] Jose Bonifacio d'Andrada e Silva: Patriarca da Independencia do Brazil*. Rio de Janeiro: editor A. J. Ferreira Silva. Litogravura. Biblioteca Nacional

página seguinte, (moldura): Cranach/Shutterstock.

abertura parte iii: Friedrich Salathé – *Vista tomada de Sta. Thereza*. Bâle [Suíça]: J. Steinmann, 1835. Gravura. Biblioteca Nacional.

página seguinte, (moldura): Theeradech Sanin/Shutterstock.

Caderno de imagens

foto i: Mourão, Luís Antônio de Sousa Botelho – *Villa e praça de Santos*. 1775. Desenho a nanquim colorido. Biblioteca Nacional.

foto ii: Newton Limbird Smith Fielding – *Rio de Janeiro from Ilha das Cobras*. Londres: Lambe and Son, 1833. Água-tinta, aquarelada. Biblioteca Nacional.

foto iii: François Philippe Charpentier – *Lisbone, Ville Capitale du Royaume de Portugal, située a l'Embouchure du Tage*. Paris, c. 1760. Água-forte aquarelada. Biblioteca Nacional de Portugal.

foto iv: Vivian George – *Coimbra [Visual Gráfico]*. Reprodução de gravura de 1839. Biblioteca Nacional de Portugal.

foto v: *Vüe de Paris depuis Nostre Dame jusques au pont de la Tournelle prise du quay de Miramion, ou l'on voit dans l'éloignement l'Hôtel de Ville, St. Jean en Grève, St. Gervais, et le Pont Rouge*. 1750. Água-forte colorida. Biblioteca Nacional da França.

foto vi: Edirt von Ioh. Bapt. Homann – *Accurate Carte der Upländischen Scheren mit der Situation und Gegend umb die Königl. Schwedische Haupt und Residentz Stadt Stockholm*. Nuremberg, 1724. Biblioteca Nacional da França.

foto vii: *O heroe da independência do Brazil: José Bonifácio de Andrade e Silva: dedicado a teus amigos*. Riviere e Briggs, 1832. Gravura colorida. Biblioteca Nacional.

foto viii: Jean-Baptiste Debret – *Acceptation provisoire de la constitution de Lisbonne, à Rio de Janeiro, en 1821*. Paris, França: Firmin Didot Frères, 1839. Litogravura. Biblioteca Nacional.

foto ix: Gregório Francisco de Queiroz – *A. S. A. L. o Príncipe Regente Nosso Senhor, Augusto, Pio, Magnanimo, Pai da Patria ... Representa a distribuição do alimento aos infelizes emigrados q. desampararão as suas terras assoladas pelo exercito francez na invasão de Outubro de 1810 e foram acolhidos, hospedados e sustentados pelos, moradores de Lisboa com mais louvável patriotismo e humanidade*. Lisboa, Portugal, 1813. Butil e água-forte. Biblioteca Nacional.

foto x: Pierre Lacour – *Sur le quai des Chartrons*. Bordeaux, c. 1806. Óleo sobre tela. The Picture Art Collection/Alamy Stock Photo.

foto xi: Nicolau Facchinetti – *Enseada de Paquetá com Serra dos Órgãos ao fundo*. Segunda metade do século XIX. Óleo sobre tela, 22,4 x 47,3 cm. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Coleção Brasiliana / Fundação Estudar. Doação da Fundação Estudar, 2007. Reprodução fotográfica: Isabella Matheus.

Sobre a autora



MARY DEL PRIORE é autora de mais de 50 livros de História do Brasil e vencedora de mais de 20 prêmios nacionais e internacionais, entre os quais três Jabutis. Colabora com jornais científicos e não científicos, nacionais e internacionais. É membro de instituições como a Academia Carioca de Letras, o PEN Clube do Brasil e o PEN International, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, além de órgãos internacionais como a Academia Real de História da Espanha. Ex-professora de História da FFLCH-USP e da PUC-RJ, atualmente leciona no curso de pós-graduação de História da Universidade Salgado de Oliveira.

◆ ESTAÇÃO ◆
BRASIL

Estação Brasil é o ponto de encontro dos leitores que desejam redescobrir o Brasil. Queremos revisitar e revisar a história, discutir ideias, revelar as nossas belezas e denunciar as nossas misérias. Os livros da Estação Brasil misturam-se com o corpo e a alma de nosso país, e apontam para o futuro. E o nosso futuro será tanto melhor quanto mais e melhor conhecermos o nosso passado e a nós mesmos.

Jorge Caldeira

HISTÓRIA DA RIQUEZA NO BRASIL



CINCO SÉCULOS DE
PESSOAS, COSTUMES
E GOVERNOS

ESTACAO
BRASIL

História da riqueza no Brasil

Caldeira, Jorge

9788556080264

624 páginas

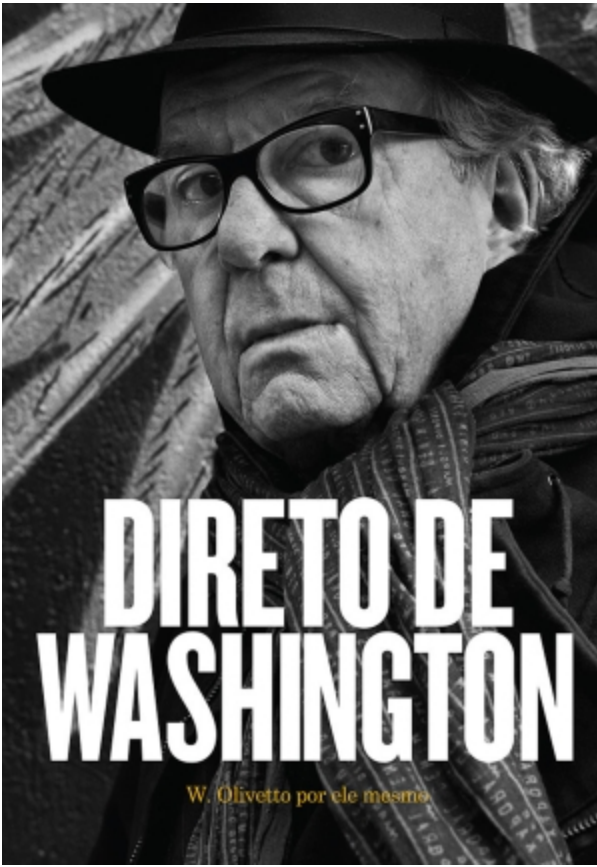
[Compre agora e leia](#)

"Um 'clássico': o adjetivo foi criado no século XVI, significando 'o que faz autoridade', 'o que deve ser imitado', 'que serve como modelo'. Pois o livro que o leitor tem nas mãos é um clássico." – Mary Del Priore

A proposta de uma revolução copernicana na análise e interpretação da história do Brasil – esta é a marca identificadora do novo livro de Jorge Caldeira. Valendo-se de novos dados, antes de difícil acesso organizado, investiga a formação da riqueza em nosso país, desde a Colônia, para atribuir nova dimensão ao papel do mercado interno. Correlaciona suas análises com instigantes avaliações da atuação de pessoas, costumes e governos, que se desdobram no correr dos tempos históricos da vida brasileira." – Celso Lafer

O novo livro de Jorge Caldeira só não é inteiramente surpreendente para quem já leu seus livros ou ensaios anteriores. Na verdade, ele muda o eixo de apreciação da história do Brasil. Isto porque ressalta, o que para poucos era claro, que o mercado interno sempre teve importância maior do que lhe foi atribuída por muitos autores, mesmo de livros clássicos. Não que se deixe de reconhecer o papel importantíssimo do mercado externo para a inserção mundial da economia, mas desaparece o retrato simplificador da sociedade brasileira do passado como se ela fosse formada apenas pela grande lavoura de exportação. Em segundo lugar, trata-se de obra que traz uma abordagem metodológica rara: Caldeira introduz a referência a números, aos grandes números, na narrativa histórica e os usa para a comprovação de suas teses. Como se isso não bastasse para dar singularidade e notoriedade ao livro, acrescenta-se que suas páginas mostram o fracasso das tentativas de acelerar o crescimento econômico pela vontade política do Estado. Os limites dessas tentativas são vistos, por exemplo, nas referências ao governo Geisel e às experiências mais recentes dos governos petistas. Elas não trouxeram continuidade ao desenvolvimento econômico e social e levaram a impasses que tomam anos, senão décadas, para que o país se refaça em rumos mais realistas que, sem desconhecer a importância das políticas públicas, tampouco desdenhem das forças da sociedade." – Fernando Henrique Cardoso

[Compre agora e leia](#)



DIRETO DE WASHINGTON

W. Olivetto por ele mesmo

Direto de Washington

Olivetto, Washington

9788556080349

400 páginas

[Compre agora e leia](#)

Washington Olivetto é um dos maiores publicitários brasileiros, criador de algumas das mais marcantes, emocionantes e divertidas campanhas da propaganda nacional. Nesse livro ele conta algumas histórias que ajudam a compreender como o grande publicitário criou o seu melhor personagem: ele próprio. Washington Olivetto é o publicitário que não quis ser apenas um grande publicitário. Resolveu ser um homem de negócios que se transformou num pop star. Ganhou o primeiro Leão de Ouro do Brasil em Cannes, conquistou todos os prêmios da publicidade mundial, entrou para o Guinness Book of Records, inspirou personagem de novela, virou letra de músicas de sucesso, nome de pratos em restaurantes famosos, selo do correio do seu país, vice-presidente do seu time de futebol, cidadão carioca sendo paulista, commendatore italiano sendo brasileiro. Washington Olivetto está no Lifetime Achievement do Clio e foi o primeiro não anglo-saxão a entrar para o Hall of Fame do One Club de Nova York.

[Compre agora e leia](#)

JESSÉ SOUZA

Autor de A elite do atraso

A CLASSE MÉDIA NO ESPELHO

Sua história, seus sonhos
e ilusões, sua realidade

♦ ESTACAO ♦
BRASIL

A classe média no espelho

Souza, Jessé

9788556080400

288 páginas

[Compre agora e leia](#)

Em sua primeira obra inédita depois do sucesso de *A elite do atraso*, de 2017, Jessé Souza se dedica a compreender a classe média brasileira. Com o mesmo estilo claro e acessível, mas sem fazer concessões à superficialidade, ele agora apresenta uma visão original e inovadora dessa classe fundamental da sociedade. Em *A classe média no espelho*, ele desconstrói os maiores mitos que procuram perpetuar o desconhecimento da classe média sobre si mesma. O primeiro é o de que sua definição é determinada exclusivamente pela renda. Jessé vai além das teorias sociais que se baseiam apenas na esfera do dinheiro e do poder em direção a uma análise mais profunda das ideias e dos valores morais dessa parcela da população. O segundo mito é a concepção cultural do brasileiro "vira-lata", inferior, emotivo e corrupto por natureza – mentiras que a elite e seus intelectuais inventaram para melhor doutrinar e manipular a classe média. Jessé reconstrói a história dessa classe no mundo e no Brasil, e reflete sobre a posição que ela assume na relação com a elite e as classes populares no país. Assim, ele mostra como é possível compreender as fontes de seu comportamento prático e as origens de seus princípios. O livro conta com um imenso e rico material, resultado de centenas de entrevistas realizadas com pessoas das mais variadas frações da classe média entre 2015 e 2018, em diversas cidades brasileiras. O objetivo é criar um espelho no qual as visões de mundo mais características dessa classe social possam ser vistas de um modo novo e desafiador. Não se pede do leitor qualquer conhecimento prévio, apenas coragem para olhar para si mesmo despidido de preconceitos – o verdadeiro pressuposto de qualquer aprendizado real.

[Compre agora e leia](#)

EDUARDO BUENO

EDIÇÃO REVISTA

A viagem do descobrimento

*Um olhar sobre
a expedição de Cabral*



Coleção Brasilis • 1

ESTACÃO
BRASIL

A viagem do descobrimento

Bueno, Eduardo

9788556080035

128 páginas

[Compre agora e leia](#)

Embarque nas naus e caravelas da vasta frota comandada por Pedro Álvares Cabral. Circule por entre marujos lusitanos, pilotos árabes, astrólogos judeus e nobres ibéricos. Viaje com eles por mares tempestuosos, em meio a perigos desconhecidos ou calmarias enervantes. Saiba quais forças políticas moviam a esquadra que chegou ao Brasil, mergulhando no mundo da Escola de Sagres e do misterioso infante D. Henrique, um herdeiro dos Cavaleiros Templários. A viagem do descobrimento, primeiro volume da coleção Brasilis, revisita os momentos inaugurais da história do nosso país descrevendo-os como a grande aventura que de fato foram. A partir de cartas, documentos e crônicas da época, assim como estudos de historiadores consagrados, o jornalista e escritor Eduardo Bueno narra com riqueza de detalhes a trajetória de homens que venceram seus limites em busca de um novo mundo. Lançada originalmente no final dos anos 1990, a coleção Brasilis alcançou a marca de 1 milhão de exemplares vendidos e inaugurou um estilo leve, crítico e divertido de contar a história de nosso país. "Ele conta história do jeito que deveria ser nas escolas: sem aquele monte de datas para decorar." – Drauzio Varella, médico e escritor

[Compre agora e leia](#)

EDUARDO BUENO

EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA

Náufragos, traficantes e degredados

As primeiras expedições ao Brasil



Coleção Brasilis • 2

ESTACÃO
BRASIL

Náufragos, traficantes e degredados

Bueno, Eduardo

9788556080059

176 páginas

[Compre agora e leia](#)

Os anos mais desconhecidos da história do Brasil são justamente aqueles que se estendem da descoberta de Cabral, em abril de 1500, à expedição de Martim Afonso de Sousa, em 1531. Repletas de drama, ação e aventura, essas três décadas não são apenas as mais misteriosas, mas também as mais intensas e movimentadas. Tudo isso graças aos incríveis personagens que acabaram definindo os rumos da colônia: os náufragos, traficantes e degredados. A partir de diários de bordo, narrativas de viagem e fragmentos de cartas, esse livro busca resgatar a trajetória pessoal desses homens de reputação sombria e origem enigmática, à margem da história oficial. Embora tenham vivido além dos limites, além da lei e aquém da ética, eles foram os primeiros brasileiros – no sentido literal da palavra. Passados 500 anos, é chegada a hora de náufragos, traficantes e degredados recuperarem o papel que desempenharam na construção do Brasil, ao conseguirem se aliar aos índios e conquistar poder político, intermediando o comércio com potências europeias. Esse é o segundo volume da coleção Brasilis, que alcançou a marca de 1 milhão de exemplares vendidos e inaugurou um estilo leve, crítico e divertido de contar a história de nosso país. "O Brasil estava precisando de livros de história gostosos de ler. Achei fascinante." – Fernanda Torres, atriz

[Compre agora e leia](#)